



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Emelly Sueny Fekete Facundes

Uma das faces do feminismo em Pernambuco:
Transgressões e permanências na trajetória da Federação
Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937)

UFRPE
Recife, 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

Emelly Sueny Fekete Facundes

Uma das faces do feminismo em Pernambuco:
Transgressões e permanências na trajetória da Federação
Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937)

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestra junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Orientadora: Profa. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento.

UFRPE
Recife, 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

F143u Facundes, Emelly Sueny Fekete.
Uma das faces do feminismo em Pernambuco: transgressões e permanências na trajetória da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (1931-1937) / Emelly Sueny Fekete Facundes. – Recife, 2018.
171 f.: il.

Orientador(a): Alcileide Cabral do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife, BR-PE, 2018.
Inclui referências.

1. Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino 2. Cidadania 3. Direitos humanos – Mulheres I. Nascimento, Alcileide Cabral do, orient. II. Título

CDD 900



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**UMA DAS FACES DO FEMINISMO EM PERNAMBUCO:
TRANSGRESSÕES E PERMANÊNCIAS NA TRAJETÓRIA DA
FEDERAÇÃO PERNAMBUCANA PELO PROGRESSO FEMININO
(1931-1937)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO ELABORADA POR

Emelly Sueny Fekete Facundes

APROVADA EM 28 /08 / 2018

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento
Orientadora – Programa Pós-Graduação em História - UFRPE

Prof. Dr. Humberto Miranda
Examinador Interno - Programa Pós-Graduação em História – UFRPE

Vídeo Conferência

Profa. Dra. Cristina Wolff
Examinadora Externa - Programa Pós-Graduação em História – UFSC

AGRADECIMENTOS

Eu tenho gratidão por muitas pessoas, amigos e amigas carinhosos/as, meus pais, meu namorado, aos/as funcionários/as dos arquivos que pesquisei, aos professores e as professoras que estiveram comigo nessa caminha, entre tantas outras pessoas importantes na minha formação, enquanto pessoa e profissional. Entretanto, quero nomear algumas que estiveram de maneira mais direta envolvidas na construção desse trabalho.

Primeiramente, minha mãe, mulher forte, como tantas outras no Brasil, foi chefe de família e me criou incentivando os meus estudos. Ao meu pai, que me amparou economicamente em vários momentos da minha vida, possibilitando que eu adentrasse em uma universidade e seguisse carreira acadêmica.

Aos meus amigos e amigas de uma maneira geral, que me apoiaram, consolaram, e me deram palavras de incentivo nas horas de ansiedade e tristeza. À Linda Nogueira e Thiago Tavares, de maneira especial, pois foram um irmão e uma irmã que a vida me deu. À minha irmã Aline, a quem eu tive oportunidade de ajudar a se aproximar do feminismo e que me ensinou que é preciso ter coragem para seguir o que se deseja. À Mirella Lopes, companheira de mestrado e de vida, que passou por maus bocados comigo na difícil tarefa de fazer das críticas a alavanca para o nosso sucesso.

Ao meu companheiro, parceiro de todas as horas, Leonardo Oitaven, que me apoia e incentiva, e que tomou para si a tarefa da desconstrução, fazendo da nossa convivência uma experiência verdadeiramente construtiva e leve, por isso, meu carinho fica aqui registrado.

À minha orientadora, Profa. Dra. Alcileide Cabral, que me acolheu e me deu a oportunidade de trabalhar com o tema que eu queria, fazendo o que gosto. Minha gratidão. À Profa. Dra. Cristina Wolff, que me orientou na banca de qualificação para que meu trabalho pudesse ganhar ainda mais corpo e teoria. Ao secretário da pós-graduação em História da UFRPE, Rafael, que sempre esteve disponível para me ajudar nas burocracias da vida acadêmica. Ao bibliotecário da Cúria Metropolitana de Recife, Diego, que sempre foi solícito quando estive no Arquivo da Igreja para cumprir parte da minha pesquisa. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior por ter contribuído parcialmente para a execução dessa pesquisa. Enfim, agradeço a todos e todas que, de alguma forma, me ajudaram a produzir conhecimento feminista.

RESUMO

Este trabalho buscou analisar a trajetória sociocultural e política da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF), instituição feminista de Pernambuco que foi fundada tendo como principal propósito a defesa das mulheres enquanto sujeitos de direitos, pauta compartilhada entre a rede de filiais da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Essas análises tiveram como lastro teórico a teoria política feminista, buscando um diálogo entre a Nova História Política e a História das Relações de Gênero. Como base documental para construção dessa narrativa, trabalhamos com as Atas de Assembleias Gerais da FPPF; relatórios de atividades da instituição; e artigos publicados em periódicos pernambucanos nos anos de 1930. A cidadania política feminina ganhou espaço no debate da política oficial brasileira com o advento da República, momento no qual se configurava uma nova cultura política baseada no compartilhamento dos ideais republicanos e liberais. Uma parte da elite urbana feminina de Pernambuco se envolveu nesses debates, dando visibilidade a luta feminista através da imprensa e de suas ações em prol dos direitos das mulheres à educação formal, ao trabalho e à representação política. Ao questionarem a exclusão das mulheres do espaço público/político, as feministas que integravam essa rede institucional, se inseriam em um debate que ressignificava as relações de gênero, construindo uma nova ideia do que era ser mulher. Ao analisar a trajetória da FPPF desde sua fundação, em 1931, até o encerramento de suas atividades, em 1937, foi possível perceber as transformações e permanências nas estratégias de luta, nas pautas, e no posicionamento da entidade diante das mudanças históricas ocorridas durante a década de 1930 no Brasil e em Pernambuco. Buscamos identificar quem foram as mulheres que fizeram parte do corpo social da FPPF, assim como compreender como foram construídas as alianças e as redes locais de informação e apoio à causa feminista em Pernambuco. A FPPF lançou a candidatura de sua presidente, Edwiges de Sá, à Constituinte de 1933, inserindo a entidade na vida política formal de Pernambuco. Após a Constituição de 1934, a entidade voltou seus esforços para a questão do trabalho feminino e as dificuldades vividas pelas mulheres trabalhadoras pobres para alcançarem e se manterem em seus empregos. Corroborando com os posicionamentos da sua matriz carioca, a filial pernambucana inundou seu espaço editorial no periódico *Diário da Manhã*, de críticas e proposições acerca do problema da maternidade para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, buscando responsabilizar o Estado na promoção de políticas públicas voltadas para a saúde de mães e filhos/as. Suas críticas também atingiram a instituição do casamento, pois, apesar de se declarar contra o divórcio, a FPPF fazia severas críticas a posição das mulheres dentro do casamento e a submissão das mesmas à figura do marido, principalmente por causa do Código Civil que vigorava na época, que colocava as mulheres sob o julgo jurídico de seu esposo. Essas feministas acreditavam que a profissionalização feminina era o caminho para a emancipação das mulheres, dessa forma, organizaram vários cursos de qualificação profissional feminina, denominados Círculos de Cultura. Esses cursos tinham apoio de diversos setores da sociedade, médicos, empresários, políticos e meios de comunicação. Elas utilizaram práticas de sociabilidades modernas, juntando a ação beneficente com as práticas de divertimentos, para criar alianças e construir uma rede de colaboração feminina, a qual buscava organizar eventos e reuniões que dessem publicidade a seus interesses. Essas análises nos permitiram compreender uma parte da dinâmica da luta feminista em Pernambuco na década de 1930, percebendo o movimento feminista como um importante fator para a expansão da democracia e construção da República no Brasil.

Palavras-chave: Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino; Cidadania Feminina; Direitos Sociais Femininos.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the sociocultural and politic trajectory of Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF), the feminist institution of Pernambuco which was founded with the chief purpose of women's defense as legal subjects and sharing guidelines between the branch network of Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Those analyzes are based on the Feminist Politic Theory and aimed dialogue between the New Political History and the Gender Relations History. As data base for this study, we worked with the Minutes from General Meetings of FPPF, activity reports, and newspapers articles published on the 1930's in Pernambuco. The feminine political citizenship reached space in the official debates of Brazilian politics with the advent of the Republic, at which time a new political culture was formed, based on the sharing of republican and liberal ideals. Part of the female urban elite of Pernambuco became involved in these debates, giving visibility to the feminist struggle through the press and actions in favor of women's rights to formal education, work and political representation. Feminists, which were part of this institutional network, questioned the exclusion of women from the public and political space. They displayed new meaning to gender relations, as well as a new idea of women. According to our analyzes, we were able to understand transformations in the strategies of struggle and in the claims of this institution along the historical changes occurred in the 1930s in Brazil and in Pernambuco. We aimed to identify who were the women which made part of FPPF, as well as understand how it built the bonds between the local press and the support to the feminist cause in Pernambuco. The FPPF launched the application of its president, Edwiges de Sá, for Constituent Assembly of 1933, inserting the entity into the formal political life of Pernambuco. After the Constitution of 1934, the entity focused its efforts to the female work and the difficulties experienced by poor working women to reach and keep their jobs. Corroborating to the placements of your matrix, the branch of Pernambuco fueled its editorial space in *Diário da Manhã*, with critics and propositions about the maternity problematic for the insertion of women in job market, aimed to require the brazilian government to promote public policies to the health of mothers and children. Criticisms were also made at marriage as an institution. Although the FPPF declared against divorce, it criticized the position of inferiority that the women had in the private space, focusing on the submission that wives had with respect to their husbands due to the civil code in force. These feminists believed that female professionalization was the way for the emancipation of women, so they organized several courses of female professional qualification, called *Círculos de Cultura*. These courses were supported by several sectors of society, doctors, business people, politicians and the press. They used modern sociability practices, joining charity action with amusement practices, creating alliances, and building a women's collaborative network, which sought to organize events and meetings that publicized their interests. These analyzes allowed us to understand a part of the dynamics of the feminist struggle in Pernambuco in the 1930s, perceiving the feminist movement as an important factor for the expansion of democracy and the construction of the Republic in Brazil.

Key-words: Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino; Women's Citizenship; Social Rights of Women.

LISTA DE QUADROS

Quadro1- Diretoras da FPPF eleitas para o biênio 1931-1933	58
Quadro 2- Diretoras da FPPF eleitas em 1935.....	63

LISTA DE IMAGENS E FIGURAS

Figura 1 - Chamada da matéria sobre o voto feminino em <i>A Gazeta</i>	90
Imagem 1 - Retrato de Edwiges de Sá Pereira.....	33
Imagem 2 - Ida Souto Uchoa.....	60
Imagem 3 - Emília Marchesine e Aurea Barbosa Viana caminhando nas ruas de Recife.....	61
Imagem 4 - Aspecto do discurso do jornalista Carlos Rios na Festa do Livro de 1935.....	106
Imagem 5 – Festival Infantil em benefício do Sanatório da Medalha Milagrosa.....	137
Imagem 6 - Comemoração do Dia das Mães de 1937 pela FPPF.....	147

ABREVIATURAS

AIB- Ação Integralista Brasileira
ANL- Aliança Nacional Libertadora
CEPE- Companhia Editora de Pernambuco
FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FPPF- Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPAI - Instituto de Proteção e Assistência à Infância
L.E.I. –Liga Eleitoral Independente
LEC – Liga Eleitoral Católica
LSN- Lei de Segurança Nacional
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONU- Organização das Nações Unidas
PCB- Partido Comunista Brasileiro
PEP- Partido Economista de Pernambuco
PRF –Partido Republicano Feminino
PSD - Partido Social Democrático

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 -Abram alas, elas querem passar! A ocupação do espaço público pelas mulheres brasileiras	15
1.1 A República e seu falso ideal de igualdade: as lutas pelos direitos políticos e sociais das mulheres	16
1.2 O feminismo institucionalizado no Brasil: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.....	24
1.3 A participação de Edwiges de Sá no II Congresso Internacional Feminista e o projeto moderno de nação	31
1.4 A luta das mulheres pela cidadania feminina em Recife: a fundação da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino	36
1.5 A filantropia como prática feminista em Recife	46
1.6 Mulheres de elite, mulheres intelectuais: o corpo social da FPPF	53
Capítulo 2 – A construção das mulheres como sujeitos de direitos	66
2.1 Novas práticas políticas surgem no Brasil	67
2.2 Natureza x Cultura: um debate político acerca dos direitos femininos	72
2.3 Justiça, moral e progresso: a defesa da cidadania feminina nos discursos da FPPF	77
2.4 Aproximações e distanciamentos: a FPPF e o discurso religioso sobre os direitos femininos.....	83
2.5 Poderes repartidos: as eleições de 1933 em Pernambuco	91
2.6 Entre tropeços e vitórias	97
Capítulo 3 – Uma nova etapa na luta feminista: o direito das mulheres ao trabalho e à profissionalização	101
3.1 Expandindo os horizontes de luta: a reorganização da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino	102
3.2 Uma importante conquista: a <i>Página da Mulher</i> no <i>Diário da Manhã</i> e o debate sobre a “mulher moderna”	115
3.3 Unidade superficial: a crise institucional da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino	124
3.4 Mulheres incríveis: a melhor forma de convencer é o exemplo!	129
3.5 A formação de alianças estratégicas: as redes sociais feministas de apoio e informações	133
3.6 O casamento e a maternidade como questões centrais nos debates sobre a emancipação econômica da mulher	141
3.6.1 Realidade social x Puritanismo religioso	141
3.6.2 O casamento como empecilho para a profissionalização feminina	148
3.7 A corrida eleitoral e a Ditadura do Estado Novo	154
Considerações finais	159
Referências	163

Introdução

“Quando as mulheres falam, não aparece nunca, ou quase nunca, aquilo que estamos acostumados a ler e escutar: como umas pessoas heroicamente mataram outras e venceram. Ou perderam. Qual foi a técnica e quais eram os generais. Os relatos femininos são outros e falam de outras coisas. A guerra “feminina” tem suas próprias cores, cheiros, sua iluminação e seu espaço sentimental. Suas próprias palavras. Nela, não há heróis nem façanhas incríveis, há apenas pessoas ocupadas com uma tarefa desumanamente humana. E ali não sofrem apenas elas (as pessoas!), mas também a terra, os pássaros, as árvores. Todos os que vivem conosco na terra. Sofrem sem palavras, o que é ainda mais terrível”.

Svetlana Aleksievitch¹

Svetlana Aleksievitch jogou luz sobre a história de milhares de mulheres que participaram, pelo lado Soviético, da Segunda Guerra Mundial. Essa “guerra feminina” a qual a autora tenta retratar, é uma guerra do cotidiano, das pessoas comuns, das memórias sobre o lugar e os sofrimentos, das afetividades, da força, da luta pela participação. Vencedora do prêmio Nobel de literatura de 2015, a obra *A guerra não tem rosto de mulher* nos traz reflexões acerca desse lugar feminino, marcadamente como sendo “do outro”.

A literatura se inspira na vida para criar, e nessa obra, literalmente, as mulheres guerrilheiras narram suas histórias e, indiscutivelmente, elas contam outra guerra, uma guerra que parte da fala de um sujeito com um *a priori* histórico diferente do masculino. Isso não quer dizer, em absoluto, que os homens também não sentissem, ou não sofressem com os horrores da guerra, mas, segundo Svetlana, os discursos proferidos por eles nas pesquisas que ela fez, buscavam silenciar essas dores. Eles voltavam suas palavras para a narrativa de tudo que era “grande”, as grandes vitórias, as grandes tomadas de cidades, esquecendo os “pormenores”, o caminho trilhado até ali, o cotidiano.

Svetlana conta que cresceu ouvindo histórias sobre a guerra, das grandes vitórias, dos grandes fatos. Ela confessa, nas primeiras páginas do seu livro, que desde criança sentia curiosidade de saber como as mulheres viveram essa guerra, ela queria se imaginar lá, naquele lugar da história do seu país, mas não se sentia acolhida pelos fatos narrados pelos homens de sua vizinhança. Ela queria pertencer àquela história de alguma forma e foi a partir daí que

¹ ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. P. 12.

surgiu a ideia de escrever um livro que narrasse a guerra pelas vozes femininas². Era a história dela também.

Se enxergar nas memórias das pessoas, se sentir parte, lutar. Esses sentimentos são a motivação para muitos trabalhos acadêmicos escritos por mulheres sobre o feminismo. São esses mesmos sentimentos que me movem na direção da minha pesquisa sobre o feminismo em Pernambuco. Assim como Svetlana buscou se enxergar nas falas de outras mulheres, eu me busco na história e na luta das mulheres pernambucanas, é a minha história, mas não é aquela narrativa dos grandes fatos da História dita oficial, nem das revoluções as quais meu estado esteve envolvido. É uma história que não está nos livros didáticos, que não é contada, dos sujeitos silenciados. Esse trabalho é o meu olhar sobre a minha história enquanto mulher, feminista, branca, não pertencente a elite ou classe média alta pernambucana. Ao narrar a trajetória das lutas pela cidadania feminina em Pernambuco, eu estou encontrando comigo no passado, pois ainda me enxergo nas mesmas lutas por participação, respeito e reconhecimento. Foi imperativo para mim também o reconhecimento de privilégios, importante para a reflexão sobre opressões que cerceiam a vida de milhares de pessoas até os dias de hoje.

Entretanto, não construímos nenhuma narrativa sozinhas/os, várias vozes nos falam sobre qual caminho teórico seguir, quais categorias analíticas usar, como aplicar a metodologia, quais foram os fatos e os discursos. Nessa rede de conhecimento, a primeira pessoa do singular se transforma na primeira do plural, e o *nós* ocupa o lugar do *eu*, para ser justa com todas/os que me ajudaram a traçar esse caminho.

Teoria e História

Foi com o gradual crescimento do movimento feminista e a crescente inserção das mulheres em carreiras acadêmicas que a temática da mulher passou a ser enfoque das/os historiadoras/es, trazendo à tona o estudo da cultura imaterial, da psicologia simbólica e da sexualidade. Foi com a visão voltada para novos enfoques, conceitos, e metodologias que a História galgou um patamar mais amplo de análise. Nesse novo contexto, no qual a interdisciplinaridade era uma forte aliada, novas temáticas surgiram, e a História das Mulheres veio oferecer uma nova perspectiva sobre o passado.

² A autora transcreveu na sua obra vários relatos de mulheres que participaram da Segunda Guerra Mundial pelo lado Soviético.

Os primeiros estudos sobre as mulheres foram voltados para o campo da Micro-História, do detalhe, do privado, da História das Crianças, e da Família. Os/as historiadores/as sociais, mais frequentemente, reconheciam as mulheres enquanto sujeitos históricos, entretanto, ficaram restritos aos domínios que implicavam diretamente nas relações entre homens e mulheres. “Porque na aparência, a guerra, a diplomacia e alta política” não tinham explicitamente a ver com as mulheres na visão deles/as. Historiadoras feministas já apontavam que as pesquisas relacionadas às mulheres não eram apenas a abertura de um novo campo temático, mas uma reestruturação crítica das “premissas e critérios do trabalho científico” (SCOTT, 1989, p.3 e 7).

Para escrever essa nova história, as feministas se instrumentalizaram de três categorias: gênero, classe e raça. Entretanto, a classe, enquanto categoria de análise, já tinha uma tradição inscrita na teoria marxista que se sustentava na determinação econômica e na mudança histórica, elementos esses que nem a raça e nem o gênero tinham. Dessa forma, as mulheres foram reconhecidas enquanto sujeitos históricos pelos/as historiadores/as não feministas, com personagens femininos importantes para a História (SCOTT, 1989; PEDRO e SOIHET, 2011), entretanto, não houve a análise das estruturas de poder que hierarquizavam homens e mulheres e nem como essas estruturas se mantinham. O desenvolvimento na abordagem do feminino apoiou-se em outras disciplinas, “tais como literatura, linguística, psicanálise e, principalmente, antropologia, com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto [as mulheres]. Assim, a interdisciplinaridade assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres” (PEDRO e SOIHET, 2011, p.285).

Para Angelika Eppler (2016), o grande salto desse campo de estudo se deu na virada linguística e na configuração da teoria feminista do conhecimento que passou a misturar o particular e o geral na História das Mulheres. As feministas pós-estruturalistas, que se aproximavam das teorias psicanalíticas e bebiam dos ensinamentos de Freud e Lacan, conseguiram avançar em termos de compreender “os processos através dos quais foi criada a identidade do sujeito”. Segundo Scott (1989), elas levaram em consideração o papel da linguagem, da comunicação e da experiência concreta no entendimento dos “papeis sociais” que as crianças aprendem desde pequenas, tendo como base as diferenças entre os sexos.

A autora também reconhece a amplitude que esses estudos tiveram em relação a compreensão de que as categorias homem e mulher são construções subjetivas que estão em constante conflito, entre o consciente e o inconsciente, levando em consideração o meio em que o sujeito cresce. Todavia, ela critica a “fixação exclusiva sobre as questões

relativas ao sujeito individual e a tendência a reificar como a dimensão principal do gênero o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres” (SCOTT,1989, p.16), além de universalizar a relação entre masculino e feminino.

Dessa forma, a autora propõe uma definição de gênero que o coloca como elemento constitutivo de “relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p.21). As mudanças na organização das relações sociais estão necessariamente ligadas as transformações ocorridas nas representações de poder. O gênero abarcaria um complexo sistema analítico sobre a inter-relação entre símbolos culturais, que evocam representações variadas, e conceitos normativos, que interpretam esses símbolos, limitando seu significado e tolhendo seus diversos entendimentos. Essa “forma de interpretar” é expressa pelas “doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e tipicamente toma a forma de uma oposição binária que afirma de forma categórica e sem equívoco o sentido do masculino e do feminino” (SCOTT, 1989, p.21).

O gênero seria construído em vários âmbitos da vida, no econômico, cultural e no político. O objetivo da nova pesquisa histórica seria quebrar a ideia de universalidade e solidez, descobrindo as estruturas que levam a essa aparência de eternidade nas noções de homem e mulher. “Esse tipo de análise tem que incluir uma noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais” (SCOTT, 1989, p.21). Ou seja, o gênero seria o meio pelo qual os sujeitos decodificam o sentido de várias formas de interação humana, visto que, as linguagens conceituais utilizam a diferenciação para estruturar o sentido, e a diferença sexual é a principal maneira de significar a diferenciação.

Dessa maneira, Scott inaugura um novo sentido para o gênero, como socialmente construído, de caráter relacional, intrínseco aos sistemas econômico, político e cultural. E, ao mesmo tempo que o gênero é construído nesse meio, também constrói através das relações de poder que move, sendo assim uma categoria com potencial transformador para a política. Para Pedro e Soihet (2011, p. 284):

A fertilidade dos dias atuais contrasta, entretanto, com a trajetória difícil que a categoria de análise “gênero” enfrentou no campo historiográfico. Nas ciências humanas, a disciplina História é certamente a que mais tardiamente apropriou-se dessa categoria, assim como da própria inclusão de “mulher” ou de “mulheres” como categoria analítica na pesquisa histórica. [...] Grande parte desse retardo se deveu ao caráter universal atribuído ao sujeito da história, representado pela categoria “homem”. [...] Tal se devia à modalidade de história que se praticava, herdeira do Iluminismo. Genericamente conhecida como positivista, centrava o seu interesse na história política e no domínio público, e predominou no século XIX e início do XX. Esta privilegiava fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco apareciam.

Todavia, as críticas feitas pela Escola dos Annales à forma de fazer História dos/as antigos/as historiadores/as do político, deu abertura para o renascimento de uma nova perspectiva, fazendo a História Política se reinventar e inaugurar o campo de atuação da Nova História Política. Nesse contexto, as mulheres ganham um enfoque mais amplo, sendo analisada a vida pública feminina, os movimentos sociais de mulheres, a luta pelos direitos trabalhistas, o envolvimento das mesmas na política, colocando as mulheres como sujeitos históricos ativos na vida social e política. Essa crítica veio alargar as fronteiras do político, abrindo espaço para novas problemáticas, fazendo com que a História Política perdesse seu caráter elitista e individualista (REMOND,2003).

O enfoque no tema da participação na vida pública resultou em estudos sobre o processo eleitoral, os partidos políticos, os grupos de pressão, a opinião pública, mídia e relações internacionais, entre outros, desenvolvendo trabalhos sobre sociabilidade, análise do discurso e História da Cultura. O contato e influências de outras disciplinas como Ciência Política, Sociologia, Linguística e Psicanálise, ajudou na construção e uso de conceitos analíticos mais abrangentes.

Nesse sentido, a História das Relações de Gênero ganhou espaço, buscando construir narrativas que situassem historicamente as estruturas de poder que sustentavam a hierarquização entre homens e mulheres, compreendendo as práticas sociais, os discursos, e os comportamentos políticos que construíram a ideia de homem e mulher ao longo do tempo.

É nessa perspectiva que este trabalho se apresenta, buscando o diálogo entre a Nova História Política, a História das Relações de Gênero e a História das Mulheres. Utilizamos a categoria *gênero* de acordo com a definição de Joan Scott (1989), onde a ideia sobre o que é ser um homem e o que é ser uma mulher é construída socialmente, de maneira relacional e historicamente situada.

Sobre os apontamentos teóricos e discussões acerca da Nova História Política, escolhemos a obra organizada por René Remond (2003) intitulada *Por Uma História Política*. A base desse novo modo de trabalhar com o político, e que vai ser um dos conceitos chaves para o desenvolvimento analítico deste trabalho, é o conceito de cultura política, que endossa também as obras de Serge Berstein, Jean-François Sirinelli e Jean-Pierre Rioux. Esse conceito é forjado no entendimento de múltipla relação entre a cultura, o político, o econômico e o social, elementos que se influenciam mútua e desigualmente de acordo com a conjuntura histórica.

O comportamento político de um povo, de uma nação, ou de uma coletividade, nascido das práticas culturais, dos discursos, das relações familiares e sociais, é o ponto principal do conceito. Para Serge Berstein (1998 Apud FERREIRA, 1992, p.267) “a cultura política é uma chave. Ela introduz a diversidade, o social, ritos, símbolos, lá onde se acredita que reina o partido, a instituição, o imutável. Ela permite sondar os rins e os corações dos atores políticos”.

Nos apropriamos desse conceito para explicar como as mulheres brasileiras se inseriram no debate sobre cidadania depois da proclamação da República, transformando a cultura política naquele período e inaugurando um novo comportamento político, que tinha um novo sujeito de direito e novas pautas de discussão. Tomando como objeto de análise a trajetória da organização feminista Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF), na década de 1930, relacionamos os discursos, as práticas e ações dessa instituição com a construção desse novo modo político de agir das mulheres, influenciadas e influenciadoras dessa cultura política republicana e liberal. Dessa maneira, construímos uma narrativa acerca de como as mulheres que lutaram pela cidadania política ressignificaram a ideia do que era ser mulher ao questionarem sua exclusão do espaço público e político.

Ao mesmo tempo em que elas eram influenciadas pelos discursos médico, religioso e político da época, também ajudaram a construí-los, moldando-os ao ideal feminista e construindo as mulheres enquanto sujeitos de direitos. Esse debate estava fundamentado nas críticas feministas que se iniciaram ainda no século XIX, acerca do status intelectual da mulher e da naturalização da inferioridade feminina. Como foi o caso da obra *A vindicação dos direitos da mulher*, escrita pela feminista inglesa Mary Wollstonecraft, em 1792. Ela refletia acerca dos argumentos que excluía as mulheres da política, retirando da biologia a inferioridade feminina e defendendo que a desigualdade entre o desenvolvimento de homens e mulheres estava na cultura. No Brasil, a professora e feminista Nísia Floresta, escreveu uma versão comentada da obra de Wollstonecraft, onde se posicionava a favor da expansão da educação feminina (PASSOS, 2010, p.3).

O ideal da razão moral imparcial proclamado pelos iluministas, centrado na superioridade masculina, estruturava os discursos que relegavam às mulheres um lugar de subalternidade na sociedade, não apenas excluindo-as da cidadania política, mas colocando-as em segundo plano também no âmbito familiar. No pensamento de Rousseau, um dos filósofos mais importantes na construção do ideal de público cívico, as mulheres deveriam ser excluídas do domínio público da cidadania, porque a tendência aos impulsos e aos desejos,

naturais das mulheres, prejudicariam os debates públicos, que deveriam ter caráter universal e imparcial (YOUNG, 2012, p.186).

Para nos aprofundarmos nesse debate, sobre o falso ideal de universalidade professorado pelas teorias políticas do século XIX, utilizamos como fundamentação teórica a teoria política feminista, principalmente os trabalhos de Carole Pateman (2013), sobre a dicotomia público/privado e o domínio público da cidadania, e de Iris Marion Young (2012), sobre a discussão do ideal de imparcialidade e o público cívico. As autoras desenvolvem suas análises acerca da crítica feminista ao liberalismo, tendo como ponto de partida as contradições inerentes desse sistema. Se, para a teoria liberal, “todos” os indivíduos deveriam ser tratados de igual maneira perante a lei, porque, então, era negado às mulheres a cidadania política? Não seriam elas indivíduos?

Os desdobramentos que esses questionamentos acarretaram para as mulheres do final do século XIX, são tratados na obra de Ellen Du Bois (1975). Segundo a autora, o aspecto revolucionário da luta pela participação política e pelo voto feminino foi que, ao concentrarem a luta na esfera pública e principalmente na cidadania, as feministas “exigiam das mulheres um tipo de poder e uma conexão com a ordem social que não se baseava na instituição da família e na sua subordinação dentro dela” (DU BOIS, 1975, p.64).

Como cidadãs, as mulheres passariam a participar da sociedade diretamente como indivíduos, e não como mães e esposas. Esse discurso foi defendido pelas feministas da Federação Pernambucana, em um contexto de configuração de uma nova cultura política que surgia nos anos de 1930, que abarcava não somente as mulheres, mas outros grupos alijados do poder, assim como o surgimento de novas formas de se relacionar com o político.

No Brasil, esse debate ganhou força nas discussões acerca da construção da primeira Constituição brasileira, em 1891. Com a chegada da República e do ideal de universalidade e igualdade pregado pelo liberalismo, as mulheres passaram a reivindicar o direito à participação política através do exercício eleitoral. Pois, se segundo o conceito de República todos eram iguais perante a lei, as mulheres deveriam ser tratadas enquanto iguais em seus direitos políticos.

Durante as duas primeiras décadas do século XX, a República, recém instaurada no Brasil, tentava estruturar um projeto de nação calcado no “projeto-paradigma moderno”, para usar as palavras de Maria Bernardete Ramos Flores (2002). Esse projeto era fundamentado no discurso médico da higiene, da urbanização e da educação cívica. O eugenismo ou “teoria das raças” se difundiu como ideário basilar para o planejamento dessa nova nação. Essa ideologia

atrelava a ideia de “progresso e civilização” à pureza da raça, entendendo a miscigenação como uma das causas do atraso e da degeneração da nação. Dessa maneira, buscava meios de “embranquecer” a sociedade, tendo a cultura europeia como parâmetro de civilidade. Como bem nos elucida Maria Bernardete Ramos Flores (2002, p. 19):

O problema nacional fora, portanto, formulado na perspectiva racial, o que não é, porém, muito estranho, pois até pouco antes da Segunda Grande Guerra, em todo o mundo ocidental, era dinâmico e prolífero o debate nacionalista associado ao racialismo. Havia um *engagement massif* em torno da eugenia na Europa, especialmente no Norte, e nos Estados Unidos.

Portanto, o racismo se instava na sociedade com ares científicos, legitimado pelo discurso médico e político. Nesse ínterim, as mulheres eram colocadas como as responsáveis por criar uma nova nação progressista, através da criação de filhos saudáveis. A higiene aparece como uma preocupação também atrelada a esse ideal de nação moderna, fazendo o Estado voltar seu olhar para a saúde de crianças e mães pobres, criando instituições para promover a educação sobre prevenção de doenças, por exemplo (FLORES, 2002, p.19).

A questão da maternidade era central para a configuração do Brasil moderno e as feministas que se inseriram na luta pela participação política nesse período não questionavam essa importância. Elas procuravam construir o discurso em defesa da cidadania política feminina através da conciliação dos lugares das mulheres no espaço privado, como mães e esposas, e seus lugares públicos como cidadãs. A instituição feminista brasileira mais citada pela historiografia como um dos expoentes nessa luta é a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Essa entidade não foi a única a lutar pela emancipação feminina, entretanto, foi ela que, nos anos de 1920, institucionalizou o feminismo e deu a ele um caráter nacional.

Muito desse caráter nacional se deu pelas articulações que a presidente da FBPF tinha por todo o país. Bertha Lutz era uma mulher branca, advinda da elite urbana, uma intelectual muito bem relacionada no meio político, artístico e acadêmico. Formada em Biologia na França, Bertha também tinha ligações de amizade e de interesse internacionais. Ao regressar para o Brasil no final da década de 1910, a bióloga alcança o primeiro lugar no concurso para um cargo no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, e se torna a segunda mulher a entrar no serviço público no Brasil.

A feminista funda em 1919, a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher e, em 1922, transforma a Liga em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), que tinha como principal bandeira de luta a conquista do direito ao voto feminino. A partir de então, a FBPF passa a se articular com políticos e organizações de mulheres de vários estados do

Brasil para conseguir aprovar leis que facilitassem o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres.

Segundo Rachel Soihet (2000), uma das estudiosas sobre o feminismo dessa época, a FBPF escolheu construir um discurso conciliatório, considerado pela autora como um “feminismo tático”, onde tentava não se envolver em questões polêmicas como estratégia para se aproximar de políticos influentes e angariar a simpatia dos parlamentares para a causa feminista. Já Susan Besse (1999), coloca a FBPF em um lugar de conservadorismo, pois, para a autora, a luta centrada na conquista do voto não alcançava as mulheres das classes mais pobres.

No nosso trabalho, buscamos compreender a instituição de uma maneira dinâmica, corroborando com a visão de Glaucia Fraccaro (2016). A autora buscou analisar a atuação da FBPF ao longo de sua trajetória de luta, procurando ressaltar as transformações tanto nos discursos, quanto nas atuações dessa entidade. Ao longo do percurso de militância, a instituição passou a ser criticada tanto pelo feminismo cristão quanto pelas mulheres anarquistas. Dessa maneira, as pautas e discussões foram sendo amadurecidas pelas feministas que construíam a organização, ocasionando mudanças no seu posicionamento.

O trabalho de Mônica Karawejczyk (2013) foi estruturado na mesma linha de análise de Fraccaro (2016), no que se refere a compreender a FBPF, tendo como ponto principal o processo de transformação da entidade ao longo de sua trajetória. Entretanto, Karawejczyk (2013) aprofunda sua pesquisa na questão da luta pelo voto feminino, analisando o processo pelo qual a entidade se expandiu para vários estados do Brasil.

Nessa expansão, foi fundada a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, instituição que corroborava com sua matriz tanto na estrutura organizativa quanto no posicionamento vanguardista diante da luta feminista. Em seus discursos, podemos notar que há uma nítida divisão sobre quais tipos de mulheres deveriam estar no parlamento. A luta pelos direitos femininos através da política oficial deveria ser encampada pela elite intelectual feminina, julgada como um grupo preparado para assumir essa responsabilidade. Dessa maneira, as mulheres das classes pobres e não letradas eram colocadas em um lugar de passividade na luta por direitos - lugar esse que não condizia com as inúmeras participações das mulheres trabalhadoras em greves e protestos durante a Primeira República. Todavia, isso não impediu que as feministas da FPPF pautassem questões primordiais para as mulheres trabalhadoras, pois entendiam que só através da expansão da educação e do trabalho todas as mulheres poderiam ter acesso à participação política.

Estudos como os de Alcileide Nascimento (2013; 2011), Marcelo Silva (2016), e Izabelle Barbosa (2016), ajudaram a identificar quais eram os debates acerca do voto feminino que circulavam na imprensa pernambucana, como os movimentos feministas se organizaram em Pernambuco na década de 1930, e quais suas principais pautas de luta. Estes trabalhos nos deram o pano de fundo inicial para nossa pesquisa, mostrando o cenário no qual a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF) atuou enquanto organização feminista. Alcileide Nascimento (2013; 2011) iniciou os estudos sobre a FPPF, identificando Edwiges de Sá Pereira como presidente da entidade e pertencente a elite urbana de Recife, analisando a influência da feminista na sociedade pernambucana. Marcelo Silva (2016) se ocupou de entender como foi formado o eleitorado feminino no Recife em 1933 e como a Igreja Católica atuou nesse aspecto. Já Izabelle Barbosa (2016) se voltou para a discussão sobre o divórcio na imprensa pernambucana e os discursos das duas principais líderes feministas do período.

Todos estes trabalhos foram desenvolvidos tendo como espaço de diálogo o Núcleo de Pesquisa e Estudos em Gênero (NUPEGE) da UFRPE, grupo de pesquisa que abarca pesquisadores/as na área de História das Mulheres e Relações de Gênero. Dos estudos feitos pelos membros desse grupo, foi publicado o livro *As mulheres na cidade do Recife: Feminismo, Cultura e Transgressão (1870 – 1935)*, obra importante para a ampliação dos conhecimentos acerca da participação feminina na luta pela expansão da democracia. Todos os estudos e pesquisas citados acima foram muito importantes para a configuração deste trabalho, pois nos proporcionou o conhecimento sobre fontes, arquivos de pesquisa, bibliografia e referenciais teóricos acerca do feminismo.

Nosso trabalho vem contribuir para a continuação e expansão desse debate, buscando narrar a história da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF), analisando a trajetória da entidade desde sua fundação, em 1931, até o encerramento de suas atividades em 1937 pelo advento do Estado Novo. Os trabalhos já citados contribuíram significativamente para a abertura das pesquisas sobre a instituição, entretanto, se limitaram a analisar a participação da FPPF na luta pelo voto feminino, tendo a figura de Edwiges de Sá Pereira monopolizando as atenções.

Buscamos identificar outras integrantes da instituição, desde seus lugares sociais privilegiados, compreendendo como foram formadas as redes de apoio entre as mulheres intelectuais daquele período. Além disso, analisamos as conexões da FPPF com outras entidades feministas do Brasil e seu envolvimento com pautas de lutas internacionais.

A Federação Pernambucana, assim como a Federação Brasileira, modificou suas ações, suas práticas e seus discursos ao longo de sua trajetória. Não lutaram apenas pelo voto, as entidades também se engajaram na luta pela legislação trabalhista que protegesse o trabalho feminino e a responsabilização do Estado pela saúde de mães e filhos/as, corroborando para a construção das mulheres como sujeitos de direitos políticos e sociais. A partir de 1934, depois de promulgada a Constituição, a Federação Pernambucana voltou seu olhar para problemas sociais, entendendo a questão da maternidade como empecilho para a inserção da mulher no mercado de trabalho, a mortalidade infantil, e os debates sobre o casamento.

Dessa forma, procuramos analisar a instituição dentro de um processo de transformações e permanências, no qual a dinâmica da história construía seu caminho e também era construída pelas lutas dessas mulheres no seu amadurecimento político, pelas mudanças subjetivas de reposicionamentos pessoais nos embates com a cultura machista e com as diferentes correntes antifeministas disseminadas em toda parte.

Metodologia, Fontes e Capítulos

Para analisar a trajetória dessa instituição, buscamos compreender quais estruturas de poder construíram as possibilidades de reconhecimento do discurso sobre a capacidade intelectual feminina para atuar na política, identificando as hierarquizações e os privilégios de homens e mulheres, levando em consideração também as categorias de classe e raça. É importante salientar que ao mesmo tempo que as mulheres que lutavam por esse reconhecimento eram influenciadas pelos discursos político, religioso e médico da época, elas também ajudavam a estruturá-los.

Nesse sentido, os trabalhos de Célia Magalhães (2001) e Maria do Rosário Gregolin (2006) foram fundamentais como suporte teórico para nos ajudar a aprimorar nosso olhar no sentido de identificarmos como esses diversos discursos estavam sobrepostos, quais as diferenças e semelhanças, e quais categorias foram elencadas para defender os pontos de vista dos sujeitos que apoiavam e que rechaçavam o direito feminino à cidadania política.

Esse trabalho foi estruturado a partir da análise e comparação de dois tipos de fontes: seriais e não-seriais. Das fontes seriais, trabalhamos com jornais e revistas publicados no Recife e no Rio de Janeiro durante as décadas de 1920 e 1930. Dos jornais editados no Recife, utilizamos: *Diário de Pernambuco*, *Jornal Pequeno*, *Jornal do Recife*, *A Província*, *Diário da Manhã*, *A Notícia* e *A Gazeta*. Dos jornais editados no Rio de Janeiro trabalhamos com: o

Diário Carioca e Jornal do Brasil. Das revistas analisadas elencamos: *A Cigarra*, *A Pilhéria*, *O Lyrio*, *Maria*, *Cri-cri semanário humorístico e noticioso*, editadas no Recife, e *Fon-Fon: Semanario Alegre, Político, Crítico e Espusiante*, editada no Rio de Janeiro.

Todos esses periódicos, com exceção de *A Gazeta* e do *Diário da Manhã*, se encontram na plataforma digital Hemeroteca Digital Brasileira, de acesso público e gratuito. Essa plataforma, organizada pela Biblioteca Nacional, comporta um acervo digitalizado de vários periódicos e livros brasileiros, datados desde o século XVIII até o século XXI. Outra plataforma digital pública que tivemos acesso foi a da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE), onde, na seção *Acervo Cepe*, se encontra digitalizado o jornal *Diário da Manhã*, que figura como um dos periódicos utilizados neste trabalho. No que se refere ao jornal *A Gazeta*, editado pela Igreja da Boa Vista, encontra-se no acervo físico privado de periódicos da Biblioteca da Cúria Metropolitana do Recife.

Os jornais elencados continham matérias sobre a vida cotidiana da cidade, os grandes eventos, notícias políticas, avisos de sepultamento e colunas de opiniões. Neles, podemos encontrar informações sobre as ligações políticas, familiares e sociais das mulheres da FPPF, os eventos e lugares frequentados pelas mesmas, além de entender como a imprensa da época divulgava a questão da luta pela cidadania feminina e a reação antifeminista. As revistas destacadas possuíam espaços nos quais as feministas escreviam e defendiam seus pontos de vista, assim como divulgavam seus trabalhos artísticos.

Ressaltamos a importância do jornal *Diário da Manhã* para o enriquecimento do nosso trabalho. Nesse periódico, encontramos a *Página da Mulher*, seção inteiramente dedicada à Federação Pernambucana, publicada aos domingos, desde 1935 até 1937. Nela, as mulheres da FPPF escreviam artigos sobre as pautas feministas, divulgavam suas atividades institucionais, traduziam textos de feministas estrangeiras, faziam enquetes, entre outras coisas. O acesso a essa fonte nos proporcionou analisar um período da trajetória da FPPF nunca antes analisado pela historiografia pernambucana, sendo nosso trabalho pioneiro nesse aspecto.

Com relação as fontes não-seriais, elencamos:

- *Livro de Atas das Sessões Extraordinárias e de Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino*, que se encontra no *Fundo Edwiges de Sá Pereira*, no acervo físico da instituição pública Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), em Recife;
- *Relatórios de atividades, panfletos e discursos proferidos em festividades*, enviados pela Federação Pernambucana à Federação Brasileira, localizados no *Fundo da Federação*

Brasileira pelo Progresso Feminino, Seção Entidades Filiadas, Série da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. Este *Fundo* se encontra no acervo físico do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Esses documentos foram fotografados pela Profa. Dra. Alcileide Cabral do Nascimento e cedidos pela mesma para compor o acervo documental deste trabalho.

- *Trabalho apresentado por Edwiges de Sá Pereira ao II Congresso Internacional Feminista*, localizado na seção de *Obras Raras* do acervo físico da Biblioteca Pública de Pernambuco.
- *Estatutos da Cruzada de Educadoras Católicas*, localizado no acervo privado da Biblioteca da Cúria Metropolitana do Recife.

No que se refere a estruturação do nosso trabalho, dividimo-lo em três capítulos. No primeiro, buscamos analisar de maneira mais ampla como a discussão acerca da cidadania política feminina começou a ganhar força no Brasil a partir dos debates ocorridos já na primeira Constituição da República Brasileira. A partir de então, construímos uma narrativa acerca de como as mulheres brasileiras se organizaram de diferentes formas para lutarem pela emancipação feminina, tendo como foco principal a contribuição da FBPF e sua filial em Pernambuco, a FPPF. Aprofundando a análise sobre nosso objeto de pesquisa, exploramos, primeiramente, como o feminismo foi institucionalizado em Pernambuco, quais organizações surgiram e como a Federação Pernambucana começou a se estruturar enquanto instituição feminista, identificando quais as primeiras ações e práticas feitas para dar visibilidade a instituição.

Além disso, identificamos quem foram as mulheres que fizeram parte dessa entidade, enriquecendo a história do feminismo em Pernambuco, já que descobrimos novos sujeitos históricos que ainda não tinham sido analisados pela historiografia pernambucana. Desde seus lugares sociais, traçamos as redes de apoio e as relações políticas e institucionais que essas mulheres possuíam e como suas histórias podem ter se cruzado.

No segundo capítulo, voltamos nosso olhar para os discursos proferidos pelas mulheres que compunham a FPPF, nos jornais, revistas e eventos públicos. Buscamos identificar quais argumentos e categorias foram evocados na defesa da cidadania política feminina, da emancipação econômica da mulher e do reconhecimento de sua intelectualidade. Ao analisarmos esses discursos, conseguimos entender como os discursos médico, religioso e político da época se articulavam para construir a defesa da exclusão feminina do espaço público e político. Além disso, situamos historicamente essas feministas no espaço da cidade

do Recife, analisando como a instituição da qual faziam parte estruturou e defendeu a candidatura de sua presidente, Edwiges de Sá Pereira, à Constituinte de 1933.

No capítulo três, analisamos quais foram as transformações ocorridas nos discursos e atuações da FPPF depois de promulgada a Constituição de 1934. A proposição, fiscalização, e execução de políticas públicas para a proteção e expansão do trabalho feminino foram elencadas como prioridades no mandato de Bertha Lutz como deputada federal, em 1936. O debate sobre a maternidade, a saúde de mães e filhos/as, e a legislação civil sobre o casamento, foram aprofundados e colocados como questões centrais na nova agenda de luta feminista da Federação Brasileira e, conseqüentemente, da Federação Pernambucana. Nessa nova fase, foi colocado em prática um dos grandes projetos idealizados ainda no começo da trajetória da instituição, a Escola de Oportunidades, constituída por cursos de qualificação profissional para mulheres, calcado no ideário da profissionalização feminina e acesso ao mercado de trabalho.

A FPPF passou por uma crise interna, ocasionando mudanças na sua configuração e na formação de novas alianças sociais. Novas redes de informações e de apoio foram traçadas através de novas estratégias de sociabilidades. Buscamos construir as conexões entres essas redes e compreender como elas ajudaram a Federação Pernambucana dar visibilidade a suas pautas. Dessa forma, este trabalho buscou contribuir para o enriquecimento da História do Brasil e de Pernambuco, entendendo as mulheres como sujeitos históricos ativos e buscando desnudar as estruturas de poder que subjugarão e ainda subjagam, não apenas as mulheres, mas diversos grupos sociais que buscam por respeito e igualdade.

Capítulo 1

Abram alas, elas querem passar! A ocupação do espaço público pelas mulheres brasileiras

“Esse é o tipo de argumentação dos tiranos de qualquer espécie, do fraco rei ao fraco pai de família; estão todos ávidos por esmagar a razão, no entanto sempre afirmam usurpar seu trono somente para ser úteis. Não agem vocês de maneira similar quando forçam todas as mulheres, ao negar-lhes os direitos civis e políticos, a permanecer confinadas na família, tateando no escuro?”

Mary Wollstonecraft

1.1 A República e seu falso ideal de igualdade: as lutas pelos direitos políticos e sociais das mulheres

Em meados do século XVIII, a pergunta “O que é ser mulher?” era um tema de ensaios filosóficos. As críticas de Diderot e Madame d’Epinay ao ensaio sobre as mulheres de A.L. Thomas nos mostram essa discussão. A busca pela definição sobre o que é uma mulher estava e ainda está “carregada de consequências psicológicas e sociais, morais e políticas”³. Essa definição estava diretamente atrelada ao padrão de superioridade da humanidade, exemplificado pela definição do que é ser um homem.

A instabilidade da personalidade feminina, a fragilidade, a docilidade, eram as bases do pensamento sobre o “eterno feminino”. De um lado, o racionalismo cartesiano de Descartes - trazia a ideia de que homens e mulheres partilhavam igualmente a razão -, o qual se baseia Madame d’Epinay. Ela denunciou que se as mulheres “não fossem consideradas escravas de seu útero, mas como vítimas de sua educação, nada mais em sua natureza, impede que estejam em igualdade com os homens, ou até que sejam irmãs destes”⁴. Do outro, Diderot, para quem a mulher está em algum lugar entre o animal e o homem, condicionada pela sua natureza frágil que o útero lhes impõe, entendendo que “a humanidade é uma longínqua abstração, e só a diferença sexual é real”.

Esses esquemas de ideias e definições vão permear as batalhas intelectuais do século XX, que irão acarretar os questionamentos sobre as contradições inerentes do liberalismo. Essas críticas serão formuladas a partir da ideia de “irmandade” entre os homens, na qual as mulheres não estavam incluídas por não serem consideradas aptas (ou biologicamente incapazes) de atuarem na esfera pública, esfera na qual se efetuavam esses laços de irmandade através do exercício da cidadania⁵.

³ Thomas, A.L. **O que é uma mulher?: um debate/** A.L.Thomas, Diderot, Madame D’Epinay; prefaciado por Elisabeth Badinter; tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1991. P.10. Antoine Léonard Thomas foi um destacado membro da Academia francesa, em 1772 ele publicou seu Ensaio sobre o caráter, os costumes e o espírito das mulheres ao qual recebeu críticas tanto de Diderot, o filósofo, quando de Madame D’Epinay, escritora francesa. Elisabeth Badinter prefaciou esse debate em O que é uma mulher? E analisou as diferentes visões sobre a mulher que circulava naquela época.

⁴ IBIDEM, pág. 31.

⁵ A primeira revolução que trouxe uma contribuição significativa para a organização de um novo sistema político foi a Revolução Americana, em 1776. Foi responsável pela formulação da primeira Constituição no mundo e pelo novo conceito de República, baseado em uma democracia representativa e na separação dos poderes. A outra foi a francesa, em 1789, que contestou o poder divino do Rei e enfraqueceu a influência da Igreja Católica. Essas duas revoluções trouxeram uma nova ordem baseada no direito natural do homem, e necessitava do consentimento de parte da população para se manter. A ideia de liberdade, igualdade e fraternidade criou um tipo de “irmandade de iguais”. Entretanto, essa “irmandade” não era para todos. Nos EUA a escravidão continuou. Na França, a exclusão feminina dos direitos “universais” era considerada natural, elas eram entendidas como

Segundo Carole Pateman (2013, p.59), a construção da esfera pública e dos direitos naturais do homem na modernidade vão sustentar a negação dos direitos políticos femininos, ao mesmo tempo que serão o cerne da contradição acerca desses mesmos direitos. Nesse sentido, a ideia de universalidade no âmbito público pregada pelo liberalismo, contraditoriamente, excluirá uma série de experiências da esfera pública, entendendo-as como campo do privado, e como tal, não políticas. Ou seja, “isola a política das relações de poder na vida cotidiana” (PATEMAN, 2013, p.59).

Na França, essas contradições acarretaram a *Declaração dos direitos das mulheres e da cidadã (1791)*, escrita por Olympia de Gouges, em favor dos direitos da mulher, visto que, mesmo após a Revolução Francesa com seus ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, as mulheres continuavam sob o julgo masculino. Na Inglaterra, Mary Wollstonecraft escreveu o livro *A vindicação dos direitos da mulher* em 1792, o qual colocava de maneira mais frontal a contradição do liberalismo, pois, segundo esse sistema, todos os indivíduos dotados de razão seriam iguais e deveriam ter assegurados seus direitos para o pleno desenvolvimento de suas capacidades (PASSOS, 2010, p.3). Mas a pergunta era: quem eram estes indivíduos dotados de razão?

Sobre isso, Wollstonecraft (2006, p.20) rebatia as acusações sobre a “falta de racionalidade” feminina, questionando a razão dita masculina:

Mas, se as mulheres devem ser excluídas, sem voz, da participação dos direitos naturais da humanidade, prove antes, para afastar a acusação de injustiça e inconsistência, que elas são desprovidas de razão; de outro modo, essa falha, em sua nova Constituição, sempre mostrará que o homem deve, de alguma forma, agir como um tirano, e a tirania, quando mostra sua face despuorada em qualquer parte da sociedade, sempre solapa a moralidade.

O cerne do pensamento de Wollstonecraft era a reivindicação da igualdade de direitos entre homens e mulheres, a contestação ferrenha acerca da inferioridade intelectual feminina e da exclusão das mulheres da atividade política. Ela redefiniu a ideia de mulher, afirmando que as características ditas “femininas” eram apenas reflexo da educação, condicionantes culturais, que colocavam as mulheres em um papel de inferioridade perante aos homens. Essas reivindicações foram o centro das discussões sobre os direitos das mulheres no Ocidente durante a primeira metade do século XX.

A divisão moral do trabalho, que identificava a razão com a masculinidade e o sentimento com a feminilidade, fazia as mulheres serem compreendidas como seres frágeis,

mães e esposas (categorias do âmbito privado) não como irmãs (no âmbito público) (KARAWAJCZYK, 2013, p.39).

alienados, concebidos biologicamente para cuidar, impossibilitados de participar da atividade política. Nesse sentido, Iris Marion Young (2012, p.171) coloca que “o tradicional domínio público da cidadania universal tem operado para excluir pessoas associadas ao corpo e ao sentimento – principalmente mulheres, negros, índios norte-americanos e judeus”.

Essa discussão acerca da participação política vai ganhar nova face na segunda metade do século XIX. Com a chamada Primavera dos Povos⁶ e a expansão do liberalismo e do nacionalismo, a discussão sobre o “sufrágio universal” ganha força. Segundo Mônica Karawejczyk (2013, p.45 - 46), a queda do voto censitário na França, em 1848 “difundiu no mundo a concepção dos homens como politicamente iguais, através de um novo princípio eleitoral, o do sufrágio direto sem qualquer limitação de censo”. Entretanto, “a cidadania oriunda da abolição do sufrágio censitário fez emergir uma visibilidade sem precedentes à separação política entre homens e mulheres”. Ou seja, vê-se despontar um novo tipo de exclusão baseada exclusivamente no quesito “sexo”. Dessa maneira, o termo “universal” era utilizado sem a preocupação de estarem as mulheres excluídas de seu alcance. Mas, não eram só as mulheres que estavam excluídas da categoria de cidadão universal, nos Estados Unidos, por exemplo, “os formuladores da Constituição restringiram, especificamente, o acesso da classe trabalhadora ao público racional e, claro, também excluíram escravos e índios da participação no público cívico” (YOUNG, 2012, p.187).

No Brasil, esse ideal universalista também teve a mesma característica excludente, a Constituição de 1891, a primeira da República, além de não incluir as mulheres, colocava a barreira da alfabetização para o exercício do voto. Houve a diminuição de votantes, em 1872 votaram 13% da população livre, enquanto que em 1894, primeira eleição republicana, votaram 2,2% da população (CARVALHO, 2001, p. 40). A mudança significativa que houve nessa nova Constituição foi a queda do poder moderador, símbolo da monarquia, e a separação entre Igreja e Estado.

O direito ao voto feminino foi discutido e votado nessa primeira Constituinte republicana. Parlamentares que defendiam os direitos políticos das mulheres suscitaram

⁶ Após a Revolução Francesa, a Europa viu ascender novas correntes políticas influenciadas pelos ideais revolucionários. Preocupados com esse movimento crescente de crítica ao regime monárquico, parte dos monarcas europeus se reuniram no Congresso de Viena para construir uma aliança em prol da manutenção de seus reinados. Chamada de Santa Aliança, esse grupo se comprometeu em auxiliar militarmente toda monarquia que estivesse ameaçada. Todavia, as tendências liberais advindas da Revolução Francesa, assim como a ascensão de nacionalistas e socialistas, fez eclodir, em 1848, vários movimentos revolucionários por todo continente europeu, contrários a manutenção das monarquias, chamado Primavera dos Povos. Para saber mais sobre o assunto, conferir :HOBSBAWM, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Editora Paz e Terra, 2015.

debates acerca do tema e, mesmo o voto feminino sendo considerado inconstitucional, esse debate foi significativo. Ao longo das sessões acerca da construção da nova Constituição, metade delas teve menção a questão do voto feminino. Tendo sido essa ocasião a primeira vez que o assunto era debatido em um ambiente parlamentar e estritamente masculino, a cidadania política feminina ganhou espaço no debate da política oficial, alargando a articulação das feministas e fortalecendo a defesa dos direitos políticos e emancipação econômica das mulheres.

Esse questionamento já vinha sendo feito por várias mulheres letradas que escreviam para jornais e revistas desde meados do século XIX. Nísia Floresta foi uma dessas mulheres que, apesar de corroborar com as convenções sociais de seu tempo, também parece estar à frente dele quando se posiciona politicamente e defende a participação feminina no espaço público. Ela é considerada por muitas estudiosas como a primeira feminista brasileira (PRADO e FRANCO, 2013, p. 205). Em 1832, ela publicou uma obra intitulada *Direito das mulheres e injustiça dos homens*, um livro que foi considerado uma versão ou “tradução livre” do livro *A Vindication of Rights of Woman* de Mary Wollstonecraft. Nísia Floresta defendia a expansão da educação feminina e o reconhecimento da intelectualidade da mulher, atrelada a essas reivindicações também estavam as críticas que a escritora fazia ao sistema escravista ainda vigente na época (PASSOS, 2010, p.4).

Outra notória defensora dos direitos das mulheres foi Josephina Álvares de Azevedo, fundadora do jornal *A Família*⁷. Ela escreveu a peça teatral intitulada *Voto Feminino* a qual foi encenada no Rio de Janeiro durante as discussões da Constituinte de 1891 (KARAWEJCZYK, 2013, p 53). Josefina dedicava grande parte das páginas de seu jornal para a propaganda dos direitos políticos das mulheres, tendo como base a denúncia da exclusão das mulheres do regime republicano recém proclamado. Ela afirmava que, ao negar às mulheres o exercício do voto, a República não alcançaria seu ideal de igualdade professado como pilar do novo regime.

A República, proclamada sob a égide da liberdade e da igualdade, trazia consigo a esperança de um país melhor, o país do futuro. Era dever desse novo regime a incorporação de uma parte da população na cidadania política e de outra parte ainda maior na cidadania

⁷ O periódico *A Família*, fundado na cidade de São Paulo, em novembro de 1888, tinha como proprietária Josephina Álvares de Azevedo. Josephina era professora e intelectual, nascida na cidade de Recife, em 05 de maio de 1851, se mudou para São Paulo com 26, e lá se dedicou a atividade intelectual e a causa feminista na imprensa. Sobre esse assunto, conferir: OLIVEIRA, Karine da Rocha. **Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/MINC, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

civil. A escravidão havia sido abolida, mas restava o desafio da inserção dos/as escravizados/as na sociedade como cidadãos e cidadãs.

A transição da mão-de-obra advinda da escravidão para a mão-de-obra assalariada acarretou não apenas mudanças de cunho material ou econômico, mas também uma reconfiguração nas relações sociais e no comportamento da sociedade como um todo. Esse novo sistema político buscava elevar o Brasil ao patamar de nação “civilizada”, tentando assim se aproximar dos padrões culturais europeus. O caminho escolhido para alcançar esse objetivo foi o “embranquecimento” da população através da política de imigração que buscava facilitar a vinda de grupos de trabalhadores europeus para o Brasil, o que também estava na agenda de “modernização” das relações de trabalho. Essa ação estava fundamentada no discurso eugenista ou da “teoria das raças”, que vinha se fortalecendo no campo científico brasileiro desde metade do século XIX.

Nessa perspectiva, a miscigenação era vista como algo negativo na composição da sociedade, pois, para os eugenistas, “as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro” (SCHWARCZ, 1993, p. 58). Essa teoria se transformou em um ideal político que tinha como objetivo colocar o Brasil no caminho do “progresso”. O propósito desse ideal era “purificar” a população do Brasil, tornando-a “mais branca” a partir do nascimento dos filhos de pais europeus. Esse pensamento de cunho racista foi um dos elementos que ajudou a compor o ideário sobre o “progresso” republicano.

Esse projeto de “progresso” também incluía a modificação da paisagem urbana com a implementação da política de “limpeza social” dos grandes centros urbanos. As autoridades buscavam expulsar a população pobre e negra dos centros das cidades para as periferias, com o intuito de reestruturarem e enquadrarem as novas construções urbanas nas regras de higiene e requinte ao estilo europeu⁸.

É notável que a promessa de uma nação mais igualitária proclamada pelo regime republicano não foi cumprida. As mulheres, a população negra e os pobres foram excluídos do exercício pleno da cidadania. Além disso, o principal instrumento de legitimação do

⁸ Desde a metade do século XIX a questão da higiene passa a ser uma preocupação constante das autoridades ligadas ao controle de epidemias. A mortalidade por doenças como febre amarela e varíola aumentaram, fazendo com que os governantes buscassem soluções para esse problema. O higienismo surge no Brasil como uma corrente de pensamento científico que se debruçava sobre estudos acerca das condições de higiene e sua relação com o aparecimento de epidemias. A preocupação com a saúde se torna um parâmetro para o progresso e civilização de uma nação, dessa forma, aliada ao ideal da “teoria das raças”, o higienismo, em muitas ocasiões, vai atuar como aliado na discriminação e opressão de grupos raciais considerados “incivilizados e perigosos”. Essa questão é abordada com detalhes em CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

regime republicano, a instituição do voto, era totalmente desacreditado, tanto pela população quanto pelos governantes. O controle e fiscalização do exercício eleitoral estava à cargo das oligarquias estaduais, que fraldavam de maneira explícita o resultado das eleições (CARVALHO, 2008).

Todavia, a instituição da República e a circulação de seus ideais propiciou a possibilidade de reconhecimento de outros discursos, tendo como base as contradições inerentes do regime republicano liberal. Uma nova cultura política republicana abria espaço para ações menos controladas. O antigo modelo de família patriarcal dava lugar ao modelo de família nuclear burguesa, no qual as mulheres precisavam sair de seus lares para comprarem os viveres primordiais da casa. A produção da comida e das vestimentas agora era tarefa da indústria, não mais das mulheres. Tudo agora se comprava no armazinho, se “mandava fazer” nas costureiras ou alfaiates.

A abertura de novos espaços de convivência e sociabilidades como clubes, cafés, bares, restaurantes e cinemas conferiu certa autonomia para as mulheres da classe média e alta circularem no espaço público, onde elas podiam ver e serem vistas (NASCIMENTO, 2013, p.41). Esses espaços ofereciam a possibilidade de troca de ideias e opiniões, o acesso a novos modelos de conduta através do cinema, por exemplo, onde os filmes de romance elegiam o amor como elemento principal na configuração do casamento, em contraponto ao casamento por conveniência.

Com mais liberdade, muitas mulheres, principalmente da classe média, passaram a trabalhar fora de casa. Não apenas porque agora elas tinham mais abertura para expressarem seus desejos, mas, posto que seus maridos, muitas vezes, não conseguiam sustentar sozinhos a família, e as mulheres precisavam trabalhar como uma maneira de complementar a renda familiar⁹. Sobre essa questão, Alcileide Nascimento (2018, p.2) nos precisa que:

Nesse novo cenário, impunha-se a redefinição do público e do privado, como fez o Estado ao laicizar o casamento, impor o registro civil e, em 1916, promulgar o Código Civil republicano. Contudo, a presença do povo nas ruas como um novo e definitivo personagem da cena política, formado pelas classes média e trabalhadora urbanas, deu formato e cor à cultura política que nascia com a República e com a qual as mulheres instrumentalizaram suas reivindicações ao novo regime. As mulheres, algumas declaradamente feministas, tiveram uma atuação importante na luta pela ampliação da noção e dos direitos da cidadania, pois alijadas estavam do jogo político por não serem consideradas cidadãs.

⁹ As mulheres das classes pobres já trabalhavam e circulavam no espaço público. Muitas eram chefes de família e a única fonte de renda familiar. Essas mulheres eram expostas a jornadas de trabalho igual ou superior à masculina e ganhavam salários muito abaixo do recebido pelos homens que exerciam a mesma função (FRACCARO, 2016).

A luta por essa cidadania, tanto no âmbito dos direitos políticos quanto no que diz respeito aos direitos sociais, foi intensificada ao longo das duas primeiras décadas do século XX, e as mulheres se fizeram presentes de diversas maneiras nesse enfrentamento. Em 1910, Leolinda de Figueiredo Daltro fundou o Partido Republicano Feminino (PRF), organização que atuou na defesa dos direitos políticos femininos até o início dos anos de 1920. O PRF não era considerado um partido oficial, já que as mulheres não tinham sua cidadania política reconhecida, entretanto, ele foi uma força de resistência e demonstração da capacidade de organização política feminina.

Em novembro de 1917, mesmo ano o qual eclodiram várias greves operárias no Brasil, Leolinda e suas companheiras de partido realizaram uma passeata com 84 mulheres para reivindicar o reconhecimento do voto feminino. Em 1919, o parlamentar Justo Chermont apresentou um projeto de lei ao Senado que versava sobre o sufrágio feminino, e Leolinda, mais uma vez, organizou um grande grupo de mulheres para acompanhar de perto as discussões. Posteriormente, essa tática de acompanhar as votações e pressionar pessoalmente os parlamentos foi seguida por setores do movimento feminista organizado brasileiro (SOIHET, 2013, p.219), inclusive pelas feministas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, entidade que alcançou visibilidade nacional e internacional.

No interim dessas reivindicações pelos direitos políticos, as mulheres operárias se posicionavam dentro do movimento grevista que ocorreu em 1917 em prol de melhores condições de trabalho. A principal reivindicação desse movimento “foi a jornada de trabalho de 8 horas, mas a bandeira salário igual para trabalho igual já figurava entre os discursos do Comitê de Defesa Proletária” (FRACCARO, 2016, p. 44). Nesse mesmo ano, as operárias dos Cotonifícios Crespi começaram uma greve, se mobilizando junto as reuniões da Liga Operária da Mooca. As mulheres ganhavam salários muito menores em relação aos homens, mesmo exercendo a mesma função e trabalhando a mesma carga horária.

Os anos que seguiram à greve, assistiram à articulação das mulheres em organizações profissionais. Em São Paulo, em 1919, as costureiras fundaram a “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, a partir da atuação de Elvira Boni, Noêmia Lopes, Isabel Peletreiro, Carmen Ribeiro, Elisa G. de Oliveira e tantas outras” (RAGO, 1984, p.116).

É importante ressaltarmos que tanto a participação feminina no movimento operário quanto o próprio exercício do trabalho remunerado feminino não eram vistos com bons olhos por parte dos homens que compunham o movimento sindical. As lideranças masculinas que se organizavam para denunciar o alto índice de desemprego e os baixos salários, colocavam

como uma das causas desses prejuízos o crescente número de mulheres empregadas em cargos que eram anteriormente ocupados por homens. Entretanto, mesmo rechaçadas por parte do movimento operário, as mulheres atuavam nas ligas e entidades organizadas a partir das greves, como foi o caso do Centro Feminino Jovens Idealistas, ligado diretamente às ligas operárias e de bairros, que promovia a instrução das mulheres. Segundo Fraccaro (2016, p.46):

A participação das trabalhadoras na organização operária de 1917 é reconhecida em muitas pesquisas. Luigi Biondi aferiu a participação delas em diversos momentos, como membros dos núcleos de direção ou como engajadas nas paralisações e piquetes. A presença feminina era um dado em organizações por setores onde elas eram destacada maioria: em 1912, mulheres e meninas compunham quase 72% da força de trabalho do setor têxtil.

Ou seja, as mulheres estavam cada vez mais ocupando espaços que eram considerados socialmente como lugares masculinos, estavam reivindicando direitos iguais, desafiando de várias formas a hegemonia masculina. Tanto no âmbito da política oficial, onde as mulheres de classe média e alta exigiam o reconhecimento dos direitos políticos femininos, quanto no cotidiano das relações de trabalho onde as mulheres trabalhadoras exigiam igualdade salarial¹⁰.

Apesar de muitas mulheres já trabalharem fora de casa, nas fábricas, escritórios, lojas comerciais, pelos mais variados motivos, ainda existia uma forte resistência a ideia de que elas tinham capacidade intelectual para atuar no espaço público (cívico) e político. Por conseguinte, aos poucos, elas vão “se apropriando da cultura política republicana, dessas novas práticas de reivindicações e de debates, de redefinição do espaço público e privado, de constituição de organizações políticas, de realização de passeatas nas ruas, ao uso da imprensa escrita, como novas searas do debate público por seus direitos” (NASCIMENTO, 2018, p.3).

Em meio a essa conjuntura, a feminista Bertha Lutz retorna da Europa, onde estava cursando Biologia, na Sorbonne em Paris. Seu retorno teve grande repercussão na imprensa carioca, a curiosidade era grande para saber sobre a segunda mulher a entrar no serviço público no Brasil, já que ela havia alcançado o primeiro lugar no concurso para um cargo no Museu Nacional¹¹. Ou seja, Bertha já chegou quebrando padrões socialmente cristalizados

¹⁰ A questão da luta pelo voto feminino perpassa pelos vários posicionamentos que os diversos grupos de mulheres tinham sobre o potencial emancipador do voto. Uma parte das mulheres que se denominava feministas acreditava que o voto era um meio para assegurar direitos na legislação. Já uma parte das mulheres ligadas ao movimento operário e outras mulheres ligadas ao movimento anarquista não considerava o voto uma arma na luta pela emancipação feminina.

¹¹ Bertha Lutz só pôde tomar posse de seu cargo depois de um parecer jurídico acerca da legalidade da medida (SOIHET, 2013, p. 219).

sobre a intelectualidade feminina. Pouco tempo depois, ela se tornaria uma feminista de prestígio na luta pelos direitos políticos femininos.

1.2 O feminismo institucionalizado no Brasil: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

Em 1919, Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura¹², uniram-se e fundaram a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, a instituição tinha como principal finalidade o incentivo e a promoção da educação feminina. Entretanto, não tardou muito para que as divergências de práticas e pensamentos entre as duas líderes dificultassem a construção da unidade em torno da Liga.

Bertha Lutz entendia que a centralidade da luta feminina naquele momento deveria ser a conquista do voto feminino, pois através dele as mulheres poderiam, na visão da feminista, alcançar igualdade jurídica, conquistar direitos sociais, e formular leis que ajudassem a promover a igualdade entre homens e mulheres. Maria Lacerda de Moura discordava da prioridade dada à luta pelo voto feminino, uma vez que considerava que as beneficiárias dessa conquista seriam apenas as mulheres das classes médias e altas. Ela ainda criticava a Igreja Católica e a instituição da família como sendo elementos da opressão feminina. Segundo Soihet (2013, p. 222), “ao preocupar-se com questões extremamente polêmicas na época, como a sexualidade e o corpo, e ao manifestar sua adesão ao anarquismo, Maria Lacerda de Moura distanciou-se das demais feministas (em sua maioria, mulheres dos segmentos médios e elevados, avessas as bandeiras mais radicais) e de Bertha Lutz em particular”.

Bertha segue outro caminho, ela busca se articular nas redes feministas internacionais através da participação em conferências de organizações de mulheres. Nesse sentido, a feminista brasileira garantiu participação na I Conferência da Associação Pan-americana de mulheres, em 1922, em Baltimore, nos EUA. No transcorrer da Conferência, Lutz se aproximou da líder feminista Carrie Chapman Catt, fundadora da Associação Nacional do Sufrágio Feminino dos Estados Unidos e presidente da Associação Pan-americana. Catt era uma das feministas mais atuantes na luta pelo sufrágio feminino nos EUA e entendia essa questão como primordial para a emancipação feminina (GUEDES, 2014).

¹² Maria Lacerda de Moura foi uma professora e pedagoga, formada pela Escola Normal de Barbacena, Minas Gerais. Em 1921, depois de passar pelo Rio de Janeiro, ela se muda para São Paulo, onde vai se engajar na luta das mulheres trabalhadoras e se tornar uma propagadora das ideias anarquistas (SCHUMAHER e CEVA, 2015).

Essa aproximação rendeu novos frutos para a militância de Bertha Lutz. A brasileira acabou sendo eleita a representante sul-americana da Associação e, de volta ao Brasil, fundou uma nova organização feminista, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Sob os conselhos de Chapman Catt, Bertha Lutz organiza ainda em 1922 o I Congresso Internacional pelo Progresso Feminino, no Rio de Janeiro, onde funda oficialmente a FBPF¹³.

Lutz, além de participar ativamente das reuniões das Conferências Pan-Americanas, foi delegada do Brasil na reunião da Liga das Nações (precursora da ONU), em 1920, e também representante feminina do Brasil na reunião da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Recém acabada a Primeira Guerra Mundial, o acordo esperado entre os países que participaram da reunião da Liga era que se comprometessem em trabalhar para impedir as guerras e assegurar a paz. Em 1922, esse compromisso será abraçado também pela Federação Brasileira, sendo inclusive um dos pontos de seu estatuto. Trabalhar para a manutenção da paz no mundo será um propósito feminino segundo as instruções de Bertha Lutz. Desse modo, a FBPF já nasce como uma organização de cunho internacionalista.

A aproximação da feminista brasileira com redes feministas internacionais vai influenciar sua militância no Brasil. As discussões acerca da inserção feminina no mercado de trabalho, após a Primeira Guerra Mundial, tornaram-se pauta de debate nas reuniões da OIT. Feministas de vários países se posicionaram sobre a regulamentação do trabalho feminino e Bertha Lutz acompanhou de perto as polêmicas geradas a partir dessa questão.

É sob esse ponto de vista que Fraccaro (2016) analisa a militância de Bertha Lutz e da Federação Brasileira, através das influências dos debates internacionais sobre o trabalho das mulheres e das articulações nacionais junto ao poder público pelo reconhecimento do voto feminino. Para a autora, a FBPF constrói uma trajetória de permanências, rupturas e transformações nos seus discursos e ações ao longo de sua história.

Nacionalmente, a FBPF buscou organizar uma rede de apoio que se situava entre os “segmentos elevados da sociedade; [mulheres] intelectualizadas (a engenheira Carmen Portinho, a advogada Myrthes de Campos), parentes de políticos importantes (SOIHET, 2013, p.221)”, e também mulheres profissionais, empregadas no comércio, professoras e trabalhadoras urbanas. Muitas dessas mulheres tinham influências nos altos círculos da imprensa escrita e

¹³Carrie Chatman Catt compareceu ao evento como convidada especial. Participaram também outras Associações, entre elas a Liga de Professores, a Cruzada Nacional Contra a Tuberculose, o Centro Social Feminino, a Cruz Vermelha, a Legião da Mulher Brasileira e a União dos Empregados no Comércio. Além disso, também estiveram presentes mulheres representantes de vários estados do Brasil, como: Pernambuco, Paraíba, Bahia e Sergipe, Pará, Santa Catarina, Amazonas e Espírito Santo, e diversos colaboradores, entre eles senadores, deputados, médicos e advogados (GUEDES, 2014).

acesso direto a deputados e senadores. A própria Bertha Lutz era uma mulher da elite, muito bem articulada nos círculos sociais do meio político, se utilizava de seu prestígio para, através do diálogo direto com parlamentares, tentar influencia-los para a defesa do voto feminino no Congresso.

Várias personalidades políticas e de elevado prestígio social eram convidadas para reuniões e chás de cordialidade oferecidos pela instituição. Muitas das associadas da FBPF eram de famílias abastadas, além de serem lidas como mulheres brancas. Em um momento em que o discurso eugenista estava no ceio das discussões científicas no Brasil, ser lida/o como branca/o já era ser colocada/o fora do grupo social que precisava ser “apagado”.¹⁴ Todavia, mesmo pertencendo a uma classe abastada, havia limites para esse privilégio¹⁵, visto que as feministas continuavam inseridas no status de “mulher”, casadas ou solteiras, mães ou não mães, tudo isso tinha um peso diferente em uma sociedade que inferiorizava as mulheres seja qual fosse a sua posição.

As feministas da FBPF procuravam não causar polêmicas nas defesas de suas pautas, mantendo-se neutras quando questionadas sobre temas como o divórcio, por exemplo. Os discursos da entidade não colocavam em perigo o status da instituição familiar como base da sociedade, seu posicionamento era no sentido de fortalecer o lugar das mulheres no espaço público e político. Apesar de não questionarem o ideal da “essência feminina”, ao longo de sua trajetória, a FBPF passa a criticar de maneira contundente a legislação civil referente ao casamento e ao impeditivo que nela havia para que as mulheres pudessem se profissionalizar e terem um trabalho remunerado. Outra questão que passa a ser abordada é a responsabilização do Estado pelos cuidados com mães e filhos/as, sendo de sua incumbência criar órgãos que colaborassem com as mães a se manterem em seus empregos.

Nesse sentido, a maternidade figurava como questão de máxima importância no Estatuto da Federação Brasileira. O artigo nº 2 do referido documento dizia que era essencial “proteger as mães e a infância”, pois, “não seria empreendimento de mulher o que esquecesse

¹⁴ A questão de raça, no seu sentido social, era, naquele período, primordial nos debates acerca do “progresso” do país. Esse progresso estava atrelado ao ideal de elevação da raça brasileira ao patamar de “civilizada” e isso incluía estar mais perto da Europa, tanto culturalmente quanto urbanisticamente. O prestígio que a FBPF adquiriu junto aos altos círculos políticos esteve ligado também ao status de “mulheres civilizadas” que as associadas possuíam, por se enquadrarem nos moldes desse novo país.

¹⁵ Falo de privilégios no sentido de que, sendo de um grupo social mais próximo dos homens da elite, essas mulheres conseguiram espaço na imprensa da época, se valendo de relações sociais familiares para costurar apoios para a causa feminista. Todavia, elas também ocupavam lugares de subalternidade ao, por exemplo, serem cerceadas de sua liberdade jurídica, serem proibidas de trabalhar ou exercer função pública sem a autorização por escrito do marido ou do pai, entre outras situações de opressão.

a maternidade. Defendê-la, protegendo a mãe e o filho, é um ponto essencial do programa feminista”¹⁶.

Para Rachel Soihet (2000), a Federação Brasileira assumiu uma posição moderada, buscando não tratar de assuntos polêmicos, como “tática” para garantir apoio de parte dos parlamentares e da sociedade civil para as pautas feministas, além de tentar burlar a forte resistência que vários setores da sociedade tinham em relação a ideia de igualdade civil. Já Susan Besse (1999) entende que a Federação Brasileira, apesar de se posicionar como defensora da igualdade entre homens e mulheres, agiu de maneira conservadora ao pautar uma agenda de luta voltada para a questão do sufrágio que, segundo a autora, pouco influía na vida da massa feminina pobre do Brasil. Além disso, Besse aponta a ausência de um questionamento específico acerca da opressão que as mulheres sofriam dentro do âmbito privado da família.

Sobre isso, é importante entendermos o que significava reivindicar um lugar público e político para as mulheres naquele período e a trajetória que a FBPF traçou na busca desse reconhecimento. Nesse sentido, é necessário que façamos a análise dessa trajetória a partir de vários ângulos, buscando encontrar a multiplicidade de discursos acerca dos diversos posicionamentos da entidade. Ao nos concentrarmos no diálogo que a Federação Brasileira traçou com as reivindicações das mulheres trabalhadoras do Brasil, o debate internacional, os lugares sociais das integrantes da instituição, e o potencial emancipador que elas enxergavam na participação das mulheres na política oficial, vamos ter uma análise que vai além de entender apenas as permanências ou as pequenas mudanças de suas ações, mas a dinâmica com que os sujeitos históricos vivem em seus determinados contextos.

Ao longo dos anos de 1920, a FBPF vai gradativamente aumentando sua dedicação ao incentivo, expansão e proteção do trabalho feminino. Sobre essa questão, é importante destacar o peso que o problema da maternidade teve na militância de Bertha Lutz, quando esta se posicionava a favor de uma legislação que contemplasse as mães que trabalhavam. Segundo Fraccaro (2016), esse interesse cada vez maior da FBPF pela questão do trabalho feminino esteve atrelado as constantes críticas que a entidade recebia das trabalhadoras organizadas no Brasil, assim como do feminismo anarquista, este último, mais especificamente, na pessoa de Maria Lacerda de Moura¹⁷. Além disso, o debate internacional

¹⁶ **Discurso de Ida Souto Uchoa lido na sessão solene de posse da FPPF, 10/11/1931, no Club Internacional do Recife. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFI.FPE.1. Pag.5.**

¹⁷ Sobre esse debate, o capítulo 3 do trabalho de Glaucia Fraccaro (2016) discute sobre a posição das mulheres operárias em relação a luta encampada por Bertha Lutz no começo de sua militância. Em jornais operários como

sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho assumiu grandes proporções e Bertha acompanhou de perto essas discussões.

As instituições feministas internacionais passaram a organizar convenções próprias para debaterem questões relacionadas ao trabalho feminino e poderem levar suas proposições à OIT. Nesse contexto, se configuraram duas principais vertentes de posicionamento político distintos. Uma delas era favorável a total igualdade de direitos entre homens e mulheres, representada pela ideia de equidade. Isto é, entendia que, qualquer dispositivo que tentasse “proteger” o trabalho feminino (proibição do trabalho noturno das mulheres e licença maternidade), poderia acarretar prejuízos para as mulheres, visto que elas poderiam ser retaliadas pelos empregadores.

Em contrapartida, outros grupos feministas entendiam que as mulheres, principalmente as trabalhadoras, tinham conflitos sociais que envolviam a questão da maternidade. Para elas as legislações deveriam ser elaboradas de modo não-discriminatório, além de contemplarem problemas específicos enfrentados pelas mulheres. Dessa forma, “a regulação baseada em sexo poderia melhorar a situação das mulheres que trabalham na medida em que afetariam a jornada, as condições de trabalho e a proteção à maternidade” (FRACCARO, 2016, p.111).

Em meio a esse debate, Bertha Lutz e a *International Alliance of Women*, organização norte-americana a qual Lutz se inspirou para criar a FBPF, se posicionaram a favor da ideia de equidade. Talvez, a proximidade de Bertha com os ideais da *Alliance* possa ter sido um dos elementos que fez a Federação Brasileira não se posicionar de maneira contundente sobre as questões das mulheres trabalhadoras no Brasil no início dos anos de 1920. Todavia, Bertha muda sua conduta, principalmente, a partir dos anos de 1930, quando o estado corporativista de Getúlio Vargas passa a tratar a questão do trabalho como primordial no seu projeto de governo. A feminista brasileira se engaja na criação da legislação social no Brasil, visando assegurar direitos às mulheres. Bertha passa a se posicionar levando em consideração as especificidades do contexto brasileiro.

Em documento encaminhado à Getúlio Vargas, em 1936, a feminista demonstrava sua preocupação sobre a maternidade e as funções domésticas das mulheres, pois estas questões representavam um fator econômico que deveria ser levado em consideração no ordenamento das leis. Ademais, também sugeriu que fossem criadas comissões específicas comandadas por mulheres para atuarem nas áreas de assistência, previdência e proteção à maternidade

A Plebe, Bertha Lutz recebia ácidas críticas acerca do seu não posicionamento diante da situação econômica das mulheres operárias.

(MARQUES, 2016, p.103). No que diz respeito ao trabalho noturno feminino, Lutz era contra sua proibição, em razão de que não apoiava qualquer medida que restringisse o trabalho da mulher. Nesse sentido, criticava constantemente os dispositivos do Código Civil de 1916, que determinava que as mulheres não podiam trabalhar, receber heranças ou administrar bens sem a autorização do marido.

A feminista argumentava a favor da licença maternidade e responsabilizava o Estado pelos cuidados com a infância. Ou seja, o argumento do “desmoronamento da família” utilizado para excluir as mulheres tanto do mercado de trabalho como da política, recaí sobre o Estado, que na visão da Federação Brasileira, não dava assistência suficiente as mulheres para que elas pudessem exercer seus direitos com plenitude.

Tendo em vista a dinâmica na construção das pautas de luta da Federação Brasileira, percebemos que não cabe na sua trajetória a legenda de conservadora. Em outras palavras, a FBPF não se opunha a ideia de que o espaço privado era um lugar feminino e que a maternidade era algo essencial na vida das mulheres. Entretanto, afirmava que o espaço público e político também era um lugar de atuação das mulheres em prol do progresso da sociedade. E esse também fez toda diferença na reconfiguração dos papéis sociais femininos nesse período.

Ao quebrar a barreira que demarcava a segregação sexual, através dos espaços de poder, existente entre o papel privado e o papel público das mulheres, essas feministas, de alguma forma, estavam transgredindo regras sociais impostas e pautando a ressignificação do que era ser mulher. A igualdade civil e política reivindicada pelas feministas da FBPF (e também por outras, de diversas formas) abria um espaço de atuação para as mulheres em um âmbito que era prioritariamente controlado pelos homens. Ao lutarem pela cidadania política feminina, as feministas da Federação Brasileira se envolveram em outras pautas e problemas ligados aos vários papéis sociais das mulheres.

A incessante crítica que a FBPF fazia ao Código Civil de 1916 pela falta de autonomia das mulheres casadas, a defesa ferrenha da licença maternidade e de leis que assegurassem o direito das mulheres ao trabalho, atrelada a ideia de que o Estado era também responsável pelos cuidados com as crianças, transformava, em certo grau, as relações sociais no âmbito privado. Ao contrário do posicionamento dos antifeministas, a proteção à maternidade que essas mulheres defendiam não era para reforçar a presença feminina no espaço privado, mas para conciliar a maternidade com a vida pública e com os direitos femininos ao trabalho.

Além da questão do trabalho e da maternidade, a questão da instrução também representava uma dessas pautas. A expansão da educação e da qualificação femininas tornaram-se essenciais para que as mulheres pudessem ter acesso a participação política no âmbito oficial, visto que era vetada a participação de analfabetos no exercício eleitoral. Sobre isso, a instituição se colocava, enquanto propagadora da instrução feminina, como elemento primordial para o progresso e moralização da sociedade.

A educação era vista como o único meio pelo qual a sociedade brasileira poderia alcançar a tão sonhada “civilidade” e se constituir como uma nação progressista. Para galgar esse objetivo, as mulheres precisavam ter acesso à educação, mais do que isso, era imprescindível que os currículos escolares de homens e mulheres fossem equiparados para que pudessem desenvolver suas capacidades de maneira igualitária.

Todavia, no interim desse debate, os discursos da FBPF caminhavam para o entendimento de que ser oficialmente instruída era um pré-requisito para que as mulheres pudessem atuar de maneira eficaz no espaço político. Dessa forma, apesar de defender a expansão irrestrita da educação pública, a instituição se posicionava de maneira elitista em relação as mulheres pobres que não tinham acesso à instrução, pois colocava as mulheres de elite como ideais para lutar pelos direitos femininos na política oficial.

Nesse sentido, Bertha Lutz se articulou junto as mulheres intelectuais das classes média e alta de vários estados do Brasil para formar uma rede de colaboradoras na luta pela cidadania política feminina, direito esse que, na visão da feminista, seria a porta de entrada para os demais. Nessa construção, Lutz também buscou apoios de parlamentares que simpatizavam com a causa do voto feminino.

Um desses parlamentares foi Juvenal Lamartine, senador pelo Rio Grande do Norte (RN) e candidato ao governo estadual. Em 1927, Lamartine tinha como uma das questões de sua plataforma eleitoral a igualdade política entre homens e mulheres. E ainda naquele ano, o senador, junto com outros parlamentares favoráveis à causa do voto feminino, se articularam para a promulgação da Lei Estadual nº 660, de 25 de outubro de 1927. Essa lei instituía o direito ao alistamento eleitoral feminino e a candidatura de mulheres à cargos políticos. Foi com base nessa lei que Celina Guimarães se tornou a primeira eleitora brasileira¹⁸.

Essa articulação começou ainda em 1926, no episódio da revisão da Constituição brasileira, momento o qual as feministas da FBPF esperavam obter algum dispositivo legal

¹⁸ As informações que se seguem sobre o voto feminino no Rio Grande do Norte foram retiradas do site da Fundação Cultural José Augusto, verbete de Celina Guimarães Viana, disponível em: http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000106242.PDF.

que efetivasse o direito ao voto feminino. A articulação da instituição junto aos parlamentares já ocorria desde sua fundação e o senador Lamartine era um dos políticos próximos à Bertha Lutz, tendo sido convidado em várias oportunidades para reuniões da FBPF. Entretanto, as mulheres não tiveram seus direitos políticos assegurados nessa revisão, o que ocasionou a reação do senador Lamartine no sentido de buscar efetivar no RN o que não tinha conseguido nacionalmente.

A partir desse episódio ocorrido no Rio Grande do Norte, as mulheres que reivindicavam participação política através do voto se instrumentalizaram ainda mais para recorrerem à Justiça pelos seus direitos de alistamento eleitoral. A judicialização da luta feminina pelo voto já ocorria, entretanto, ao ter o direito ao voto reconhecido em um governo estadual, essa luta ganhou mais visibilidade.

Diante desse acirramento na luta pelo direito ao voto, no contexto da reestruturação das forças políticas com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, em 1930, a Federação Brasileira convoca, em 1931, o II Congresso Internacional Feminista, ocorrido no Rio de Janeiro. Esse evento foi uma congregação de toda rede de influências sociais da FBPF, das filiais estaduais, dos políticos que apoiavam a causa do voto e, acima de tudo, um meio de incentivar a abertura de novas filiais, mobilizando mais mulheres para a causa.

1.3 A participação de Edwiges de Sá no II Congresso Internacional Feminista e o projeto moderno de nação

Com o acirramento da luta pelo direito ao voto feminino, a FBPF convoca o II Congresso Internacional Feminista, um evento que aglutinou personalidades dos mais diversos âmbitos sociais, autoridades da área educacional, médica, política e beneficente. Estiveram presentes representantes da Associação Brasileira de Educação, Associação Nacional de Enfermeiras Brasileiras, Liga de Defesa Nacional, Academia Petropolitana de Letras, Igreja Católica de Niterói, entre outras diversas entidades (BONATO e COELHO, 2007). Realizado na sede do Automóvel Club do Brasil, no Rio de Janeiro, o evento contou com grande cobertura da imprensa carioca.

Este evento também foi uma demonstração do quanto o movimento feminista liderado pela FBPF estava articulado com outros grupos sociais. No início da década de 1930, com a reconfiguração nas relações de poder político e institucional e o crescimento de vários grupos

de pressão¹⁹, Bertha Lutz se mostrava uma grande mobilizadora de interesses diversos. A ebulição política provocada pela chegada de Getúlio Vargas ao poder, iniciou um período de intensas mudanças sociais, como coloca José Murillo de Carvalho (2008, p.97):

Entre 1930 e 1937, o Brasil viveu uma fase de grande agitação política. Anteriormente, só a Regência, um século antes, e os anos iniciais da República tinham vivido situação parecida. Mas o período de 30 superou os anteriores pela amplitude e pelo grau de organização dos movimentos políticos. Quanto à amplitude, a mobilização atingiu vários estados da federação, além da capital da República; envolveu vários grupos sociais: operários, classe média, militares, oligarquias, industriais. Quanto à organização, multiplicaram-se os sindicatos e outras associações de classe; surgiram vários partidos políticos; e pela primeira vez foram criados movimentos políticos de massa de âmbito nacional.

Um dos movimentos políticos que estava na disputa por representação era o movimento feminista em prol da cidadania feminina. Outro grupo que, com a Revolução de 1930, aproveitou as mudanças nas relações de poder para voltar a ter influência sob o poder estatal foi a Igreja Católica. A instituição organizou um movimento chamado *A Ação Católica*. Esse movimento atuou tanto na área política - com a Liga Eleitoral Católica-, incentivando a candidatura de pessoas ligadas aos valores católicos, quanto na área educacional, como resposta ao movimento da Nova Escola²⁰.

A Igreja havia perdido sua influência junto ao Estado desde a proclamação da República Laica e investiu na defesa da educação religiosa obrigatória nesse novo momento político. Essas transformações na política brasileira vinham acompanhadas do “projeto-paradigma moderno”, para usar as palavras de Maria Bernardete Ramos Flores (2002). Esse “projeto-paradigma moderno” estava ligado à modernidade enquanto prática, as ações de modernização da sociedade, e ao modernismo enquanto conceito estético. Sobre a diferença entre esses três conceitos, Herschmann e Pereira (1994, p 14-18 Apud FLORES, 2002, p.14) nos esclarece que:

No Brasil, o moderno é inerente ao debate intelectual travado nas décadas de 1920 e 1930, que redonda em questões de identidade cultural, na modernização à europeia e na modernidade como assimilação de um conjunto, nem sempre claro, de atitudes práticas e intelectuais, consideradas modernas, próprias para enfrentar a caminhada rumo ao progresso nos parâmetros dos países civilizados. O modernismo inclui o campo do estético, importante e influente, mas não o único, para a consolidação de um poderoso imaginário em torno de uma natureza supostamente nuclear da identidade nacional. Em comum, modernidade, modernização e modernismo possuem o fundamento de formar um Brasil *moderno*.

¹⁹ Grupos representativos de uma categoria definida, dedicados à defesa de um ponto de vista em particular (BERSTEIN, 2003. P.63).

²⁰ O movimento educacional da Nova Escola, organizado por educadores e intelectuais da área pedagógica, defendia a educação pública, gratuita e laica, entendendo que o Estado deveria ser o responsável pela oferta nessa área. Em 1932, lançaram o *Manifesto dos Pioneiros na Educação Nova*, onde estabeleceram as diretrizes ideológicas do movimento. Eram a favor de uma maior racionalização da educação, onde os alunos buscassem desenvolver aptidões de uma maneira mais autônoma. Sobre o assunto, conferir Diana Vidal (2000).

Ainda segundo Maria Bernardete Ramos Flores (2002), desde a proclamação da República, mudanças sociais e políticas começaram a ocorrer tendo como base os discursos técnico-científico da medicina, que normatizava o corpo e proclamava a ideologia da higiene e da eugenia. O discurso educacional buscava uma maneira de “conformar as mentalidades” e a engenharia reorganizava o espaço público. Essas mudanças fortaleceram o projeto de nação que se configurou nos anos de 1920 e 1930. A problemática da urbanização moderna, a instabilidade política, e as mudanças econômicas advindas da constante industrialização do Brasil, enredavam o contexto no qual a FBPF convocou o II Congresso Internacional Feminista.

A problemática da saúde, que estava atrelada a ideologia da higiene, a educação e o “progresso do país” eram temas que dialogavam entre si na construção do projeto de nação que as feministas ligadas a FBPF defendiam. Nesse sentido, foram elaboradas *teses* sobre como estruturar essa nova nação a partir da participação feminina, elas versavam principalmente acerca da saúde de mães e filhos, do mercado de trabalho feminino e da educação e instrução para as mulheres.

Na elaboração dessas teses estiveram envolvidas várias mulheres intelectuais do Brasil, representantes das filiais estaduais da FBPF, mulheres da elite carioca, escritoras, professoras, profissionais liberais. Uma dessas mulheres foi Edwiges de Sá Pereira [Imagem 1], escritora, poetisa e professora pernambucana, que participou do II Congresso como delegada de Pernambuco, junto com a pintora Georgina Barbosa Vianna.

Edwiges acumulava na sua trajetória de vida experiências de escritora, professora, poetisa e gestora educacional. Desde muito jovem a feminista revelou-se interessada pela escrita e, junto com seu irmão, Eugênio de Sá Pereira, organizou um jornal chamado *Eco Juvenil* e a revista literária *Azul e Ouro*. Publicou alguns livros como *Campesinas*, *Um passado que não morre* e *Horas inúteis*. Quando se voltou para o tema da emancipação feminina, Edwiges escreveu as obras *A influência da mulher na ação pacifista do após guerra* e *Erva militante*. (BARBOSA, 2016; NASCIMENTO, 2011). Foi essa intensa atuação literária que, já na década de 1920, deu a ela o cargo de vice-presidente da Academia

Imagem 1- Retrato de Edwiges de Sá Pereira



Fonte: Diário da Manhã. 01/05/1937. p.12. Recife

Pernambucana de Letras, sendo a primeira mulher a ocupar uma cadeira nessa instituição. Escrevia artigos sobre os direitos femininos desde o início da República, era autora de uma vasta produção literária, participando como colaboradora de diversos periódicos ao longo de sua vida²¹.

Edwiges de Sá já trocava correspondência com Bertha Lutz desde os anos de 1920, entretanto, apenas em 1931 se engajou de forma mais efetiva nas ações da Federação Brasileira. No II Congresso, a educadora pernambucana, apresentou sua tese para a educação das mulheres intitulada *Pela Mulher, para Mulher*²², trabalho que estruturou as bases discursivas e ideológicas da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, fundada logo após o retorno de Edwiges de Sá ao Recife.

A questão da instrução feminina tinha uma grande importância no discurso e na militância da educadora. Ela corroborava com os preceitos da FBPF acerca da centralidade que a questão da educação tinha para a emancipação econômica das mulheres, assim como para a inserção delas no espaço político oficial. Inicialmente, Edwiges fez uma análise acerca da constituição do povo brasileiro:

(..) somos um povo velho, de civilização multissecular, com todos os caraterísticos de sua estructura ethnica, dono de virtudes e vícios que se misturam e se entrechocam imprimindo-lhe o traço inconfundível destacado pelos nossos historiadores; um povo selvagem, sem noção dessas duas entidades abstractas, vivendo apenas do instinto; um povo semi-barbaro e inferior, sem energias para reação e o protesto, sem intuição de direito ou justiça – eis os elementos constitutivos da nossa nacionalidade na sua origem biológica e social.²³

Com esta situação destacou-se muito a personalidade da mulher que não precisa trabalhar para as exigencias inilludiveis da propria subsistência. E esta personalidade (...)foi pouco a pouco se desdobrando, a pouco e pouco ingressando nas actividades fora do lar. As associações religiosas a principio, depois a caridade associada (...) Hoje, mais não. Hoje a mulher que pode não limita a sua acção: ella projecta para um destino de maior expansão as iniciativas de que se sente capaz²⁴.

Essa opinião, de que as elites eram a vanguarda do progresso no Brasil, era bastante difundida entre os intelectuais da época. Tinha-se a ideia de que o Brasil não estava totalmente constituído politicamente, e era necessário, “portanto, a criação de instituições que o forjassem, de forma a assegurar a unidade da nação” (FLORES,2002, p. 14). Essa ideia de unidade foi transposta para o movimento feminista encabeçado pela Federação Brasileira, a qual tentava criar uma unidade entre as mulheres, coisa que não obteve sucesso pela

²¹ Aprofundaremos nossa análise acerca da vida e das obras de Edwiges de Sá Pereira no tópico 4 desse capítulo.

²² **Edwiges de Sá Pereira. Pela Mulher, para a Mulher.** Trabalho apresentado ao II Congresso Internacional Feminista. 1932. Seção Obras Raras, Biblioteca Pública de Pernambuco.

²³ **Edwiges de Sá Pereira. Pela Mulher, para a Mulher. Op.cit.** P.02.

²⁴ **Edwiges de Sá Pereira. Pela Mulher, para a Mulher. Op.cit,** P. 7.

diversidade de experiências e opiniões entre elas. O próprio posicionamento hierárquico que conclamavam já cindia esse conceito de unidade. Às mulheres das classes pobres era relegado o lugar da inércia, onde não chegava “nem escola, nem hygiene, nem religião”²⁵.

Era na educação e no trabalho assalariado que as mulheres das três categorias alcançariam sua emancipação, política, intelectual e econômica. Edwiges critica a opinião dos que ela chama de “antifeministas irreductíveis”, quando esses defendem que a saída das mulheres do lar para trabalharem fora era a causa do desmoronamento da família e degeneração dos filhos. Ela afirma que:

A proteção á especie (...)não preocupou na altura do problema o espirito dos que fazem as leis e regulam os destinos da nacionalidade. O numero de recém-nascidos sacrificados á inépcia das mães, a devastação pelas verminoses e outras entidades morbidas constituem um perigo muito maior da despolação do que, porventura o labor orientado e disciplinador das fabricas e das atividades profissionaes, manuaes ou mecânicas.

A questão da higiene foi um tema central nesse II Congresso Feminista, o alto índice de mortalidade infantil preocupava as feministas que se reuniram no Rio de Janeiro (BONATO, 2006). De lá, saíram com a proposta de organizarem cursos de higiene nas filiais estaduais. Entretanto, elas não caíram na armadilha discursiva dos que eram contra o trabalho feminino. Responsabilizavam o Estado pela falta de assistência às mães que trabalhavam, pressionando o poder público a investir na saúde e na educação infantil, “se no século XIX, as obrigações cívicas, a dedicação aos deveres patrióticos, a cidadania, eram valores masculinos (...)agora, a missão de cuidar dos filhos vinha sob o manto do civismo e da política pública nacional” (FLORES,2002, p.18).

Edwiges, inclusive, ao abordar esse tema, se colocava como educadora experiente, não apenas enquanto professora, mas enquanto pesquisadora da área de educação. Ela havia sido chamada pelo governo do então governador de Pernambuco, Sérgio Loreto, na década de 1920, para andar pelo Brasil visitando instituições escolares onde pudesse angariar melhorias para o ensino público de Pernambuco. Sérgio Loreto foi responsável por grande parte das obras de modernização da cidade do Recife, nesse período, atuando também na área de higiene e saúde pública, reformando hospitais e criando o serviço de visitantes de educação sanitária (NASCIMENTO, 2014).

Essa aproximação com a ideologia higienista, não só no âmbito ideológico, mas também no prático com a participação em atividades ligadas à educação da higiene nas escolas, talvez tenha influenciado ainda mais o posicionamento da feminista em relação as

²⁵ Edwiges de Sá Pereira. *Pela Mulher, para a Mulher*. Op.cit P.10.

novas diretrizes que deveriam nortear a educação brasileira. Como bem salienta Maria Bernardete Ramos Flores (2002, p.18):

Em sociedades que estavam passando por processos complexos de modernização, urbanização e incorporação de imigrantes, a escola como instituição de reprodução e imposição de ideologia nacional tinha uma importância que não podia ser subestimada. As mulheres, após sua experiência em sala de aula e frequentemente nos níveis intermediários de direção e administração do sistema educacional, (...) haviam obtido um certo grau de independência e autoconfiança e, acima de tudo, estavam convencidas de sua importância como comunicadoras e organizadoras sociais. (...) Relativamente, as mulheres expressavam uma nova situação, superando condições tradicionais dentro de casa e no interior da família. Embora, em alguns aspectos, o movimento sufragista venha acompanhado de um discurso conservador, em vários outros, os objetivos ultrapassam a luta pelo voto: demanda por iguais oportunidades educacionais e políticas, maiores salários, (...) condições de higiene e segurança nas fábricas (...).

Esse discurso de Edwiges de Sá no II Congresso Feminista, enredado pela cultura política da época, foi a base ideológica norteadora para a filial estadual da Federação Brasileira em Pernambuco. Como fundadora e presidente da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, Edwiges incorporou essas reivindicações ao contexto urbano do Recife, angariando apoio de parte da elite feminina da cidade para a causa feminista.

1.4 A luta das mulheres pela cidadania feminina em Recife: a fundação da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino

“Aos dez dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e trinta e um, realizou-se no salão nobre do Club Internacional do Recife, a posse solene de primeira diretoria da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino”. Assim começou a ser escrita a primeira página do livro de Ata de Reunião da FPPF²⁶. Realizada no Club Internacional do Recife²⁷, endereço de pompa da cidade, a solenidade contou com a presença de personalidades da alta classe pernambucana, além de representantes de vários periódicos da cidade. Odila Porto da Silveira, representante da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), presidiu a mesa de abertura da solenidade, sacramentando assim a filiação da FPPF à FBPF.

A Federação Pernambucana aderiu ao estatuto da Federação Brasileira, criando um vínculo institucional e político. Essas duas organizações estiveram alinhadas em suas condutas e estratégias na luta pela cidadania feminina. Havia uma constante troca de

²⁶ Livro de atas das sessões extraordinárias e de Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. Fundo de Edwiges de Sá Pereira. FUNDAJ. Pág. 1.

²⁷ Nasceu sob o nome de Clube Regatas Ultramarino, fruto da iniciativa de Antonio João d'Amorim, depois Barão de Casa Forte. Por várias vezes João d'Amorim foi presidente da Associação Comercial de Pernambuco. Ele e seus associados representavam a alta elite pernambucana.

correspondência entre Bertha Lutz e Edwiges de Sá, além dos frequentes relatórios remetidos a congênere do Rio de Janeiro²⁸. O programa de ações que era compartilhado por ambas as instituições, tinha como diretrizes a educação feminina, a proteção ao trabalho das mulheres e, até 1934, a luta pelo voto e o alistamento feminino.

Esses objetivos vão se amplificar depois de 1934, depois da promulgação da Constituição, momento em que a FPPF passa a direcionar seu programa de ações para a conquista de direitos sociais. Algumas das ações da instituição em prol desses direitos foram: a organização de núcleos de qualificação profissional da mulher; organização de núcleos de alfabetização operária; entre outras pautas que abarcavam a saúde de mães e filhos/as. Todavia, até 1934 os esforços da instituição estavam voltados para a conquista dos direitos políticos femininos. As primeiras ações propostas em prol da luta pela cidadania feminina estiveram prioritariamente ligadas a educação das mulheres e a luta pelo direito ao voto feminino.

Todavia, era preciso, primeiramente, dar visibilidade a entidade e articular mulheres que tivessem disposição para compor a Federação Pernambucana. Edwiges de Sá, a fundadora e primeira presidente da instituição, foi buscar nos seus círculos sociais mais próximos as primeiras integrantes. As mulheres que fizeram parte da FPPF advinham de famílias abastadas, da elite intelectual feminina, sendo em sua maioria da classe alta e média. Além disso, essas mulheres eram lidas como mulheres brancas²⁹ pela sociedade da época, acarretando mais um lugar de privilégio. Elas estavam ligadas as atividades intelectuais, eram professoras em sua maioria, pintoras, poetisas, escritoras e profissionais liberais. Possuíam relações sociais e políticas dentro da sociedade pernambucana que ajudaram a dar visibilidade a causa feminista em setores da imprensa e a abrir caminhos para ações em prol dos objetivos da instituição da qual faziam parte³⁰.

²⁸ Os relatórios se encontram no Fundo da FBPF, Sessão Administração, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFL.FPE.

²⁹ Nós nos referimos “mulheres lidas como brancas” porque algumas dessas mulheres poderiam não ser chamadas de *brancas* à luz dos estudos contemporâneos sobre branquitude. Esses estudos levam em consideração não apenas a cor da pele como fator para se referir a uma pessoa como negra, mas também os traços físicos, os cabelos e a identificação cultural. Além disso, o Movimento Negro hoje alerta para as várias tonalidades da cor negra, revelando um amplo leque de entendimento das opressões advindas do racismo. No período em questão, as mulheres que fizeram parte da FPPF se beneficiaram dos privilégios de serem entendidas como mulheres brancas, já que naquela época o debate eugenista da formação de uma “raça pura” estava na ordem do dia. Sobre esse debate, conferir SILVA E SILVA, Tainan. O colorismo e suas bases históricas discriminatórias. Revista Direito Unifacs – Debate Virtual, n. 201, março, 2017.

³⁰ Por compreender que o lugar social dos sujeitos históricos é um fator relevante para a construção de suas ações, separamos um tópico específico desse capítulo para analisar de maneira mais aprofundada o grupo social que formava a FPPF.

Alguns projetos foram idealizados já para o biênio 1931-1933, como foi o caso da Escola de Oportunidades (cursos de qualificação profissional para mulheres), o Curso de Educação Política e a Alfabetização em Núcleos Operários (proposto em 1932 em reuniões da instituição). Entretanto, todas essas atividades só saíram do papel em 1935.

As dificuldades para a estruturação e efetivação desses projetos foram muitas. A falta de financiamento era uma delas. Nos relatórios enviados ao Rio de Janeiro, encontramos vários desabafos de Edwiges falando sobre o não pagamento das mensalidades por parte das sócias e das dificuldades encontradas para a aceitação da instituição feminista na sociedade pernambucana, sobre isso Edwiges colocou que:

Dentro das incertas perspectivas do momento atual, sem patrimônio, lutando num meio se não hostil, pelo menos desconfiado e indiferente, o pequeno, mas interessante, acervo do que já temos realizado é animador. Pelo menos nós, que sabemos opor a fé, a coragem, a confiança contra não somente o pessimismo de uns, mas principalmente contra a ação imprudente e intempestiva de outros, isto é, dos que duvidam e dos que estragam ³¹.

A quem a feminista se referia quando falava “dos que duvidam e dos que estragam”? Certamente ela estava falando dos diversos comentários e artigos publicados nos jornais recifenses que rechaçavam as ações das mulheres em prol dos seus direitos políticos. Intelectuais, advogados, e também mulheres das classes altas, defendiam a “grandeza da missão feminina” no lar e afirmavam que a participação política feminina poderia acarretar o desmoronamento familiar. Havia também os que atacavam de maneira mais explícita o feminismo e a capacidade intelectual feminina, como podemos ver na sessão *Colaboração das leitoras*, na revista *A Cigarra*:

Se o diabo se tivesse casado, o inferno seria uma instituição arruinada pelo feminismo. As mulheres como os grandes jogadores, gostam de permitir que os parceiros ganhem a primeira partida... É a maneira mais segura de os levar a ruína. [...] A mulher tem mil maneiras de ser infeliz mas só há uma que nunca falha; casar com um homem avarento. As mulheres só se associam para se vingarem de um homem ou de outra mulher... As associações femininas são sempre para fazer mal. [...] toda mulher é capaz de heroísmos quando se trata de enganar um ou mais homens. A mulher é um animal que vive eternamente sem assuntos. As mulheres gostam de todas as coisas que brilham, o diamante, o ouro, o rubi, a esmeralda, o para-lama dos automóveis, etc.; excetuando uma: a inteligência.³²

Esses comentários eram assinados com pseudônimos no tópico *Conceitos de Mulher* da dita publicação. Além desses discursos mais explícitos de humilhação da figura feminina, havia aqueles que articulavam argumentos respaldados na Medicina e no Direito para excluir

³¹ **Exposição do movimento social realizado pela Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, no período decorrente de 31 de maio de 1931 à 30 de setembro de 1932, apresentada à Assembleia Geral bienal da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.** Outubro de 1932. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFI.FPE. p.9.

³² *Colaboração das Leitoras*, revista *A Cigarra*, 1ª quinzena de maio de 1931. Hemeroteca Digital Brasileira.

a mulher da participação política, sobre esse ponto vamos analisar de maneira mais minuciosa a estruturação desses discursos no próximo capítulo desse trabalho.

Ademais dessa oposição pública aos ideais feministas, - vivida por toda mulher que lutava por seus direitos - a FPPF também enfrentava o pouco interesse das mulheres pernambucanas pela instituição. Entretanto, essa dificuldade de desenvolvimento do ideal feminista junto as mulheres não era um problema enfrentado apenas pela Federação Pernambucana. Bertha Lutz, em correspondências trocadas entre a sede nacional e suas sucursais, tentava amenizar a angustia das presidentes estaduais sugerindo que focassem suas atenções nos avanços alcançados. A líder nacional dizia ainda que essa “apatia” pela participação era um fenômeno que acontecia em toda a América Latina (KARAWAJCZYK, 2013, p.302).

Bertha buscava estruturar uma unidade para o movimento feminista brasileiro, por isso a Federação Brasileira tentava abarcar mulheres dos mais variados interesses. Entretanto, esse esforço da feminista não foi suficiente para abafar as milhares de ideias divergentes que existiam entre a diversidade das mulheres brasileiras. Dentro da própria instituição havia diferentes posicionamentos em relação às táticas utilizadas para alcançar o direito ao voto feminino. Isso acarretou o afastamento de algumas associadas, como foi o caso de Evangelina de Faria. Ela se desligou de seu cargo na FBPF por não concordar com algumas alianças políticas feitas pela instituição (KARAWAJCZYK, 2013, p.305).

Em Pernambuco, Bertha também não conseguiu construir uma unidade para o movimento feminista. Ao mesmo tempo que a presidente da FBPF se correspondia com Edwiges de Sá sobre a possível estruturação de uma filial feminista em Pernambuco, ela também se aproximava, em nome da Federação Brasileira, de Martha de Hollanda, mulher intelectual da elite de Pernambuco, que também escrevia para os jornais da época a favor da emancipação feminina. Bertha tentou convencer Martha a compor a filial pernambucana presidida por Edwiges, entretanto, Martha tinha interesses e objetivos próprios e acabou fundando a Cruzada Feminista Brasileira, em 1931, mesmo ano de fundação da Federação Pernambucana. Como coloca Alcileide Nascimento (2018), o movimento feminista organizado em Pernambucano já nasceu cindido.

Martha, assim como Edwiges, advinha de uma família abastada do interior de Pernambuco e havia se mudado para a capital do estado para estudar. Entretanto, ao contrário da presidente da FPPF, ela era conhecida pelo seu jeito ousado de vestir e de falar. Todavia, as semelhanças e diferenças entre a Cruzada e a FPPF vão além das personalidades de suas

líderes. Havia uma pauta que destoava fortemente entre a posição de Martha e de Edwiges. A primeira era a favor do divórcio, a segunda, reconhecidamente católica, era radicalmente contra.

Tanto Martha quanto Edwiges advinham de famílias católicas, entretanto, Edwiges defendia os preceitos da Igreja em sua fala pública como presidente da Federação Pernambucana. Em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, em março de 1933, a presidente da FPPF diz que: “Somos católicas e não compreendemos as reivindicações femininas fora desses princípios. Somos pela indissolubilidade do matrimônio como condição máxima de garantia da família, da estabilidade do lar, da moral social enfim”³³.

Esse posicionamento era consenso entre as integrantes da Federação Pernambucana, como teremos a oportunidade de analisar no segundo capítulo dessa obra. Já Martha de Hollanda afirmava categoricamente: “Não quero alongar e por isso respondo logo que sou inteiramente favorável ao divórcio (...)”³⁴. Corroborando com a opinião de Martha, Heloísa Chagas, uma das diretoras da Cruzada Feminista, achava que o divórcio era “um mal que levaria a um bem”, pois seria um meio de resolver conflitos entre os casais (BARBOSA, 2016, p.147).

Todavia, segundo Barbosa (2016), essa opinião não era unânime entre as integrantes da Cruzada, outras duas integrantes de prestígio social da entidade discordavam desse posicionamento. Celeste Duntra e Ida Souto Uchoa se colocaram contrárias ao divórcio. Talvez, esse tenha sido um dos motivos que fez Ida Uchoa se afastar da Cruzada ainda no início de sua atuação e ter se juntado a Federação Pernambucana. Advogada, formada pela Faculdade de Direito do Recife, foi consultora jurídica da FPPF desde de 1931 até 1937, ou seja, durante toda a existência da entidade.

É importante ressaltarmos que apesar da Federação Pernambucana não concordar com o divórcio, ela exigia a reformulação das leis que regiam a relação matrimonial. Ainda na mesma entrevista ao *Diário de Pernambuco*, Edwiges complementa sua fala dizendo que:

Mas não basta impedir que o divorcio se instale em nossa lei magna: é no Código Civil, quando se regula a sociedade conjugal, que todo o cuidado se impõe. Combater o divorcio e deixar subsistindo na legislação civil e nos costumes as causas principais que o provocam é obra incompleta.

Ela estava se referindo ao Código Civil Brasileiro que colocava a mulher casada sob a tutela de seu marido, relegando a ele a autoridade de permitir ou não que sua mulher

³³ Em torno da próxima convenção eleitoral feminina a reunir-se no Rio de Janeiro. *Diário de Pernambuco*, 30/03/1933. Hemeroteca Digital Brasileira.

³⁴ Nosso Questionário. O que pensa do Divórcio. *A Pihéria*, 04/02/1928. FUNDAJ.

participasse da vida pública. Sobre esse assunto, Bertha Lutz também era uma ferrenha crítica sobre as restrições impostas a mulher casada, ressaltando em seus discursos a maneira tutelar a qual as relações matrimoniais eram moldadas. Todavia, Bertha não opinava em relação ao divórcio, buscando uma posição de neutralidade, bem diferente do posicionamento de Martha de Hollanda.

A defesa que Martha fazia do divórcio colocava a feminista no lugar das mulheres que praticavam o “mau feminismo” perante a Igreja Católica. Como coloca Silva (2016), Martha de Holanda também advinha de uma família católica, mas não assumia o compromisso com os preceitos religiosos. Esse argumento é utilizado pelo autor para comparar os posicionamentos das duas líderes feministas de Pernambuco e colocar Edwiges de Sá em um lugar de conservadorismo.

É relevante compreendermos que as mulheres são transpassadas por várias categorias e que as subjetividades são construídas ao longo das experiências de vida, das relações sociais, profissionais, familiares, coletivamente e individualmente. Tanto Edwiges quanto Martha compartilhavam aspectos de suas vidas, sendo mulheres intelectuais advindas de famílias católicas do interior de Pernambuco. Entretanto, a questão geracional não é levada em consideração pela análise de Silva (2016).

Em 1930, Martha de Holanda tinha 27 anos, enquanto Edwiges de Sá tinha 46. Martha chocava por usar roupas extravagantes, fumava, frequentava bares, ela se comportava como uma parte das moças de seu tempo. Edwiges, como bem explica Nascimento (2011, p. 40), “era uma mulher de fibra e “de contrastes”, como assinalou seu sobrinho-neto Virgílio Campos, porque muito avançada para sua época e, ao mesmo tempo, egressa de uma educação vitoriana, conhecida pela rigidez, controle das emoções e da sexualidade”. Entretanto, no tocante ao discurso em defesa da cidadania feminina, elas defendiam as mesmas ideias, entendiam que a educação era o meio pelo qual a mulher alcançaria sua emancipação econômica e que o direito ao voto era imprescindível para a consolidação e proteção dos direitos femininos.

Outro aspecto importante a ser analisado entre essas duas entidades, é a relação que cada uma delas possuía com outras associações feministas. A Cruzada Brasileira teve sua influência, ao menos direta, limitada ao estado de Pernambuco, apesar de se proclamar na defesa dos direitos das mulheres do Nordeste³⁵. Já a Federação Pernambucana mantinha

³⁵ Sobre isso, Nascimento (2018, p. 11) diz que: “Embora se autodeclarasse como uma organização nacional, o conteúdo programático revela que o alcance geográfico era mesmo o Nordeste, ao nomear a “mulher nordestina” como sujeito de direitos (...)”.

ligações de interesse e de informações tanto com feministas de outros estados do Brasil quanto de outros países.

Em seus relatórios remetidos ao Rio de Janeiro, Edwiges separava um espaço para o Intercâmbio Social. Lá estavam as homenagens e recepções feitas pela FPPF as feministas de outros estados e países. Como foi o caso da recepção à Sr. Dittler, feminista alemã, em passagem por Pernambuco. Assim como à Antonieta de Castro Lopes, presidente da Federação Campista pelo Progresso Feminino. Havia também troca de correspondências entre as congêneres de Pernambuco, Alagoas, Paraná, Paraíba e Bahia³⁶.

Essa rede de apoio e informações criada entre as filiais estaduais e sua matriz foi um dos motivos que deu a Federação Brasileira um reconhecimento nacional. No Nordeste, a Federação Pernambucana, na pessoa de sua presidente Edwiges de Sá, mantinha relações de apoio com as outras filiais da região e, inclusive, Edwiges fazia papel de conselheira em algumas situações conflituosas que essas instituições passavam.

Na Paraíba, Lylia Guedes, presidente da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, teve em Edwiges uma aliada na querela entre a Associação e a Igreja Católica. Naquele estado, a Igreja Católica através do jornal *A Imprensa*, atacava a nova organização feminista criada sob a influência da Federação Brasileira. Para a Igreja Católica da Paraíba, Bertha Lutz não era “boa companhia”, como afirmou no artigo enviado ao jornal:

A ASSOCIAÇÃO PELO PROGRESSO FEMININO”, do Rio acaba de fundar em nossa capital uma agremiação congênera. Fundada e dirigida pelo espírito irrequieto da doutora Berta Lutz a A.P.P.F. se torna desde logo suspeita. Quem não conheceu, na República Velha, as proezas divorcistas da escritora Lutz? E, na Nova, a “emancipada” ainda logrou um lugarzinho na Comissão do Ante-Projeto Constitucional. Felizarda em duas Repúblicas... A sucursal que acaba de se inaugurar entre nós, apoiada em nomes respeitáveis de nossa elite social feminina, promete seguir rumos diversos do que norteiam a matriz carioca, dado, segundo as declarações na fundação, o desinteresse de nosso meio pelas questões feministas. A esperta Lutz sabe por essa forma arrebatar as nossas incautas patricias sob o inocente pretexto de ensinar-lhes línguas... Ou a filial da Parahyba é um ramo da grande árvore “Pelo Progresso Feminino” e então aceitará mais cedo ou mais tarde o seu programa de divórcio, pelo menos se não chegar como a “confreira” Maria Lacerda de Moura a defesa teórica e prática do amor livre; ou, então, é uma associação toda diversa, de programa definido, dispensando a orientação da conhecida Berta Lutz. As gentis senhorinhas parahybanas pensem nisso: antes só do que mal acompanhadas. Berta Lutz não é boa companhia”³⁷.

³⁶ Relatório apresentado à Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino pela presidente Edwiges de Sá Pereira, relativo ao período social 1931-1933. 23/07/1933. Fundo da FBPF, Sessão administração, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFI.FPE. p. 17.

³⁷ A Associação pelo Progresso Feminino, jornal *A Imprensa*, 14/03/1933, p.2. Citação documental retirada do trabalho de Simone da Silva Costa (2015, p.136).

Esse posicionamento da Igreja caiu como um balde de água fria nos planos da Associação Paraibana, pois, a maioria das suas integrantes era católica (COSTA, 2015, p.136). No sentido de procurar elucidar os objetivos da Associação e de desfazer a imagem de “divorcista” que Bertha Lutz tinha junto à seção paraibana da Igreja, Lyliá Guedes escreve para Edwiges de Sá e, em resposta, a feminista pernambucana sai em defesa de Bertha Lutz e da Associação Paraibana.

Edwiges escreve uma carta para Lyliá, que é publicada no jornal paraibano *A União*. Nessa carta, Edwiges se coloca como feminista católica e explica a relação amistosa entre a Federação Brasileira e a Igreja Católica:

Eu jamais me filiaria a qualquer associação cujos fins contrariassem os princípios da Igreja[...] Sou catholica, de família tradicionalmente catholica. [...] Antes de resolver a minha colaboração ao 2º Congresso Internacional Feminista e a fundação em Pernambuco de uma associação congênere da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, ouvi aqui a um ilustre e adiantado sacerdote e no Rio, na própria residência episcopal, ao nosso digníssimo conterrâneo o ilustre bispo D. José Pereira Alves, em Niterói. Solicitei a sua opinião (depois de ouvi-la) por escrito, em uma carta que possuo e muito me honra. [...] O voto, que tanto impugnaram, não é hoje prestigiado pela Igreja? a LEC [Liga Eleitora Católica] é um atestado vibrante da necessidade da atuação feminina, disciplinada e forte, na legislação do país na política enfim. E o voto (feminino) é preciso notar: É OBRA EXCLUSIVA da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, fundada e dirigida por Bertha Lutz³⁸.

Edwiges constrói a defesa da idoneidade de Bertha Lutz, e também da FBPF, questionando indiretamente o posicionamento diferenciado da seção paraibana da Igreja Católica em relação a Igreja do Rio de Janeiro e ao movimento da Liga Eleitoral Católica.

Buscando um discurso de conciliação, prática adotada por Bertha Lutz para evitar conflitos que pudessem dificultar o avanço dos objetivos feministas, Edwiges foi contundente na sua carta ao afirmar a perfeita colaboração entre o feminismo praticado pela Associação Paraibana e os preceitos da Igreja. Entretanto, no segundo capítulo desse trabalho, teremos a oportunidade de analisar mais profundamente o discurso religioso e os argumentos feministas de Edwiges em prol da emancipação feminina e notaremos que eles não eram tão próximos quanto a feminista pernambucana fazia parecer.

Além dessa aproximação com a Associação Paraibana, a filial pernambucana também se relacionava com as filiais da Federação Brasileira da Bahia e de Alagoas, havendo trocas de correspondências entre as respectivas presidentes, formando uma rede de apoio e fortalecimento das pautas feministas nesses estados. Edith Gama Abreu, a presidente da filial baiana, foi citada por Edwiges em sua carta como um exemplo de mulher católica que havia

³⁸Jornal *A União*, 05/05/1933. Citação documental retirada do trabalho de Simone da Silva Costa (2015, p.142).

se afinado com os ideais feministas, assim como Lyli Lages, presidente da Federação Alagoana (COSTA, 2015, p. 142).

Apesar de que, se analisarmos o discurso de Lili Tosta, jornalista e membro da diretoria da Federação Baiana, na apresentação dos ideais da Federação Brasileira no jornal *Diário da Bahia*, podemos perceber um posicionamento mais amplo, buscando um discurso voltado para a diversidade do público feminino:

A sede brasileira, que é na Capital Federal, é, por sua vez, filiada à Federação Internacional de Mulheres, da que fazem parte quarenta e quatro nações. Trata-se, pois, de uma instituição de caráter internacional de milhares de mulheres solteiras, casadas, viúvas de quarenta e quatro nacionalidades, de todos os credos políticos e religiosos [grifo nosso], de todas as profissões, de vários idiomas, todas arregimentadas sob a mesma bandeira idealista, obedecendo ao mesmo regulamento, unidas, solidárias e irmanadas aos mesmo ideais, tralhando em favor do progresso e do aperfeiçoamento do seu sexo³⁹.

O discurso de Lili busca articular uma unidade entre as mulheres, objetivo também professado pela entidade nacional. Talvez, no contexto baiano, um discurso mais amplo fizesse mais efeito junto às mulheres, diferentemente da Paraíba e de Pernambuco. Lylia Guedes, para que a Associação Paraibana não fechasse antes mesmo de entrar em funcionamento, declarou que a entidade era de cunho cultural, com o objetivo de oferecer cursos profissionais para as mulheres. Em Pernambuco, a federação estadual não escondia seu caráter político, havia um debate intenso sobre a participação feminina na política. Entretanto, Edwiges ratificava que a entidade da qual fazia parte compactuava com os preceitos da Igreja Católica.

O que podemos perceber é que, apesar dessas filiais seguirem o direcionamento de sua matriz nacional, cada uma se adequava a seu contexto regional, buscando discursos e práticas que dessem visibilidade positiva para as pautas feministas em seus respectivos estados. Podemos entender essas escolhas discursivas como estratégias de sobrevivência em um contexto político conturbado como foi o início dos anos de 1930, com a reaproximação da Igreja Católica com o poder Estatal, sem esquecer que cada sujeito também vive suas experiências dentro de sua subjetividade construída ao longo de sua trajetória de vida.

Essas articulações aproximavam realidades diferentes e, às vezes, criavam laços sociais que acabavam modificando a vida de algumas dessas mulheres, Juanita Machado foi uma delas. Juanita era uma das integrantes da Associação Paraibana mais atuante na propagação dos ideais feministas na imprensa. Entretanto, em 1934, Juanita se muda para o Recife com sua filha, provavelmente por causa da morte de seu marido, e ingressa na

³⁹ *Diário da Bahia*, 09/04/1931. Citação documental retirada do trabalho de Tatiana Siqueira (2009, p.67-68).

Federação Pernambucana, transformando-se na porta-voz da FPPF no jornal *Diário da Manhã*⁴⁰.

Todavia, esse intercâmbio de ideias e de apoio mútuo não se deu apenas a nível regional, todas essas instituições filiadas à Federação Brasileira tinham um forte apelo às questões internacionais. Posto que, a FBPF foi uma instituição que nasceu sob a influência do feminismo sufragista norte-americano e possuía relações com outras organizações feministas da América Latina e da Europa. Nesse sentido, suas congêneres estaduais também estavam envolvidas e mobilizadas em favor de pautas mais amplas. Uma dessas pautas era o movimento pacifista em prol do desarmamento universal. Em março de 1932, o *Jornal Pequeno* publicou uma notícia versando sobre o total apoio que a Federação Pernambucana dedicava à questão do desarmamento universal:

Por intermédio da *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, a sua filial em Pernambuco recebeu um vibrante apelo da *Alliança Internacional de Mulheres*, de Belgrado, para um movimento coeso em torno da campanha pacifista na *Conferencia Internacional de Desarmamento*, reunida em Genebra. Attendendo com entusiasmo ao convite, a *Federação Pernambucana*, pugnando por um dos objetivos principaes de sua finalidade – o pacifismo- enviou à casa matriz, no Rio, numeroso abaixo-assinado das senhoras pernambucanas, numa demonstração comovente de solidariedade em torno do ideal mais altruístico e universal que hoje congrega as mulheres de boa vontade⁴¹.

Esse engajamento na propagação da cultura da paz, além de ser um compromisso internacional assinado por Bertha Lutz, quando esta foi delegada do Brasil na reunião das Liga das Nações, em 1920, era também um dos argumentos que as feministas que lutavam por cidadania política usavam a seu favor para alcançarem seus objetivos. Elas diziam que, se a mulher era a responsável pela formação moral das futuras gerações, por ser um elemento essencialmente preocupado com o bem-estar da família, ela também poderia ajudar a “cuidar” da sociedade e a moralizar o meio político que estava tão desacreditado por causa da corrupção na compra de votos. Ou seja, elas não rechaçavam a ideia de que as mulheres eram mais afeitas aos “cuidados” do que os homens, – e em muito esse posicionamento contribuiu para que algumas pesquisadoras considerassem essas mulheres como conservadoras, entretanto, utilizavam essa mesma “essencialização” para defender o ingresso das mulheres no mundo público-político.

Essa visão de que as mulheres tinham uma capacidade inata para o cuidado fez com que as primeiras profissões exercidas por mulheres tivessem ligação com essa característica.

⁴⁰ O último tópico desse capítulo aprofundará o conhecimento sobre Juanita Machado e outras integrantes da FPPF.

⁴¹ Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. **Jornal Pequeno**, 01/03/1932. Hemeroteca Digital Brasileira.

Professoras, enfermeiras, secretárias e, principalmente, atividades ligadas ao cuidado de crianças e mães. Organizações beneficentes foram as instituições principais onde as mulheres começaram a exercer essas atividades. As práticas caritativas ou filantrópicas se tornaram, com o tempo, práticas que eram exercidas primordialmente por mulheres. No Brasil republicano, a preocupação com a saúde de uma maneira geral fez parte do novo modelo de sociedade que estava sendo implantado, influenciado pelo ideal da modernidade. De forma mais específica, as crianças eram o principal alvo dessa preocupação, assim como a formação moral delas, já que iriam fazer parte da futura geração de um país “civilizado”.

As mulheres da Federação Pernambucana, assim como as da Cruzada Feminista, se utilizaram dessas práticas para dar visibilidade a suas entidades e criar redes de apoiadores para seus objetivos. Alguns dessas mulheres já faziam parte de entidades beneficentes antes de se engajarem de maneira mais direta na luta pela cidadania política feminina, entretanto, nesse momento, essas práticas foram uma porta de entrada segura para apresentar os ideais feministas para a sociedade pernambucana.

1.5 A filantropia como prática feminista em Recife

Para começar a traçar redes de apoiadores e ensaiar uma aproximação mais efetiva junto as mulheres pernambucanas, a Federação Pernambucana participou, em dezembro de 1931, do Natal das Crianças Pobres⁴², organizado pelo jornal *Diário da Tarde*, periódico fundado pela firma Lima Cavalcanti & Cia. As nossas federadas participaram com doação e distribuição de brinquedos realizadas na Escola Normal Oficial de Recife. Depois da festa, promovida no Club Internacional na ocasião da fundação da FPPF, esse foi o primeiro momento em que a Federação Pernambucana se mobilizou enquanto instituição para uma ação pública.

A FPPF, ao participar de uma atividade organizada pelo *Diário da Tarde*, se aproximava dos representantes do Estado, já que tanto o *Diário da Tarde* quanto o *Diário da Manhã* eram periódicos que pertenciam ao então interventor pernambucano Carlos de Lima Cavalcanti⁴³. Além disso, essas atividades davam visibilidade para a instituição recém

⁴² **Relatório apresentado à Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino pela presidente Edwiges de Sá Pereira, relativo ao período social 1931-1933.** 23/07/1933. Fundo da FBPF, Sessão administração, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFL.FPE. p. 17.

⁴³ A firma Lima Cavalcanti & Cia pertencia aos irmãos Lima Cavalcanti, sendo um deles o então Interventor Federal do governo provisório em Pernambuco, Carlos de Lima Cavalcanti. Os dois periódicos citados foram

fundada, demonstrando que o feminismo pregado por ela se preocupava com a questão da infância e da pobreza.

A imprensa foi o principal meio utilizado pela entidade feminista para propagar suas pautas e publicizar a instituição. Como mulheres intelectuais e de famílias bem relacionadas, elas conseguiram espaço em periódicos como o *Jornal do Recife*, o *Jornal Pequeno*, a revista *A Pilhéria* e, em certo grau, no *Diário de Pernambuco*. Algumas delas, como Ida Souto Uchoa, colaboravam financeiramente com eventos de arte produzidos por alguns periódicos. No caso de Ida, ela era madrinha da revista *A Pilhéria* e colaboradora do *Jornal do Recife*⁴⁴. Além disso, muitas delas eram mulheres reconhecidas por seus dotes artísticos, como era o caso da própria Ida Uchoa e de Edwiges de Sá, que já tinham um espaço na imprensa onde publicavam poesias e escreviam sobre arte e literatura.

Entretanto, é importante entendermos o alcance que a filantropia tinha na militância dessas mulheres. Autoras como Susan Besse (1999) interpretam que a prática da filantropia, por parte da elite feminina nesse período, era mais um artifício para a projeção social de seus pais e maridos ou uma atividade alternativa sem muito impacto na vida das mulheres da classe pobre. Já Freire e Cosati (2015, p.31) analisam a questão da filantropia e das práticas caritativas femininas por outro viés, buscando compreender a diferença entre caridade e filantropia através do contexto francês analisado por Catharine Duprat. As autoras colocam que:

Despidas das motivações piedosas da caridade, as práticas filantrópicas seriam ações reflexivas e organizadas visando, sobretudo, ao bem comum e ao progresso moral e social. A autora destaca [Duprat] como característica da filantropia a pluralidade das formas de atuação, ampliação do campo de ação e a escolha reflexiva do donatário segundo critérios de afetividade, reciprocidade e complementariedade. Reforça ainda seu estreito vínculo com a sociabilidade. Considerada assim um gesto de utilidade social, a filantropia é capaz de conferir prestígio aos seus praticantes e, ao contrário do anonimato propugnado pela caridade, torna desejável sua publicidade e até mesmo estimula a competição entre os benfeitores.

Algumas das integrantes da FPPF já participavam de atividades dessa natureza, a própria Edwiges de Sá era presidente da Associação das Damas de Beneficência, entidade presente na sociedade recifense desde a primeira década do século XX, ligada ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) (FREIRE e COSATI, 2015, p. 37). Noemia Ferreira Xavier, diretora da FPPF, era membro da Cruz Verde Pernambucana, organização civil de

utilizados durante a década de 1930 para promover o governo de Getúlio Vargas em Pernambuco (NASCIMENTO, 1967, p. 315).

⁴⁴ Essa relação será aprofundada no próximo tópico.

amparo e proteção às crianças pobres⁴⁵. Já Emília Machesine, também integrante do corpo diretor da FPPF, fazia parte da Associação das Senhoras de Caridade⁴⁶. Ou seja, essa prática já estava presente na vida dessas mulheres.

Segundo Freire e Cosati (2015, p. 31 e 35), “no Brasil, a filantropia foi um componente relevante da cultura da elite” sendo complementado por um “caráter civil estratégico ao projeto republicano de construção da nacionalidade”. Pois, “com a instauração da República, a preocupação com a saúde e a educação infantil, que conformava uma prioridade para os intelectuais reformadores, foi incorporada por mulheres das classes altas e médias urbanas, que se engajaram em ações benemerentes de auxílio às crianças pobres ou abandonadas”.

Essa prática, por estar atrelada a ideia do “cuidado”, foi vista como um “trabalho feminino” e uma forma respeitável para o ingresso das mulheres das classes altas e médias no espaço público. Para Michelle Perrot e Duby (1990) as atividades ligadas a filantropia davam as mulheres da elite uma maior autonomia, já que através delas, elas podiam adquirir conhecimento em áreas consideradas “masculinas” na época, como administração financeira, gestão, logística e comunicação. Dessa forma, a filantropia ganhava um caráter de “profissão” e dava para essas mulheres experiência na organização institucional, o que ajudou na estruturação das instituições feministas.

Primeiramente, a união de mulheres de elite em prol de causas filantrópicas possibilitou um maior contato entre elas, pois essas reuniões proporcionavam um espaço onde podiam falar de suas condições familiares e trocar ideias. Tendo como principal objetivo atividades ligadas ao amparo de mães e filhos da classe pobre, também aproximou realidades femininas diferentes, ocasionando “oportunidades para que essas mulheres, oriundas de camadas sociais tão distintas, pudessem se conhecer, trocar experiências e reflexões, promover a autoeducação, conseguir aliados, enfim, buscar melhorar suas vidas” (FREIRE e COSATI, 2015, p. 32).

A rede de interesses que era mobilizada em uma ação filantrópica acabava por criar laços e fortalecer alianças futuras. A Federação Brasileira também incentivava suas filias a se envolverem nessas atividades afim de expandirem seus objetivos e publicizarem suas pautas. No II Congresso Internacional Feminista, ocorrido no Rio de Janeiro em 1931, a FBPF

⁴⁵ Associações. **Diário de Pernambuco**. 01/06/1924. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁴⁶ Uma grande iniciativa da Associação das Senhoras de Caridade. **Jornal do Recife**. 22/10/1937. Hemeroteca Digital Brasileira.

incentivou suas filiais a organizarem comemorações do Dia das Mães, no intuito de agregar mais mulheres a luta feminista.

Cumprindo as deliberações do II Congresso, a FPPF organizou, em maio de 1932, a comemoração do Dia das Mães, no já conhecido Club Internacional do Recife. Esse endereço se consolidou como a sede da FPPF para eventos oficiais, onde tinha uma sala para reuniões cedida pela direção do Club. Nessa ocasião, houve um chá de cordialidade para a confraternização das sócias e convidadas e, no dia 8 de maio, uma missa foi celebrada na matriz da Boa Vista em prol das mães falecidas. Ainda fazendo parte da agenda do Dia das Mães, as mulheres da FPPF pleitearam o apoio do Comitê Feminino da Maternidade do Recife, onde doaram enxovais para recém-nascidos de mães pobres⁴⁷.

Essas ações mostravam que o feminismo professado pela Federação Pernambucana e, conseqüentemente, pela Federação Brasileira, não almejava questionar a maternidade como atividade primordial na vida feminina, aliás, essas duas entidades tinham em seus estatutos o compromisso de proteger mães e filhos. As feministas que faziam parte dessas instituições eram da elite urbana e também assumiram “o projeto modernizador reformista, o qual depositava nas crianças a esperança para a construção da nação” (FREIRE e COSATI, p.35), o que dava o caráter político a ação filantrópica exercida por elas naquele momento.

Entretanto, o debate sobre a maternidade feito por essas entidades, tinham como eixo principal a legislação de proteção ao trabalho das mulheres, notadamente no que se refere à licença maternidade. Como já foi dito, em 1932, a FBPF já estava engajada na luta pela aprovação de leis que garantissem o direito ao trabalho feminino. Tomando emprestadas as palavras de Anne Cova sobre os movimentos feministas europeus, é coerente dizer que “na tentativa de conciliar trabalho e maternidade, elas avançam sobre o fio da navalha, ao defenderem o lugar das mães no lar para aquelas que o desejem, ao mesmo tempo em que recusam cair na armadilha montada do regresso ao lar a qualquer preço” (COVA, 2008, p. 593 Apud FREIRE e COSATI, 2015, p. 33).

Não foi apenas a Federação Pernambucana que se utilizou de práticas filantrópicas para dar visibilidade as suas reivindicações, a Cruzada Feminista Brasileira, de Martha de Hollanda, também se apropriou dessas ações para divulgar sua organização. Durante 6 meses as feministas da Cruzada se empenharam em uma forte campanha de donativos em prol das

⁴⁷ Livro de atas das sessões extraordinárias e de Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. Fundo de Edwiges de Sá Pereira. P.5 FUNDAJ. O Dia das Mães. *Jornal Pequeno*, 04/05/1932. Hemeroteca Digital Brasileira.

viúvas necessitadas⁴⁸, buscando apoio em “repartições públicas, docas, foro, palácio da justiça e em casas comerciais” (NASCIMENTO, 2018, p.14). Martha angariou apoio de empresas importantes, como foi o caso da transvia Tramways⁴⁹, que fixou propagandas sobre a campanha de doações da Cruzada nos bondes da companhia. Isso deu visibilidade para a entidade, além de chamar a atenção do poder público para problemas como a situação preocupante das mulheres pobres e seus filhos em Recife. Como bem nos elucida Alcileide Nascimento (2018, p.14):

“Parte da população do Recife, em torno de 30%, morava mesmo em mocambos, habitações rústicas e anti-higiênicas, construídas nos manguezais e em forma de palafitas. Segundo Lira, em 1932, a partir do exame da planta da cidade, os mocambos não só “[...] cercavam a cidade como um babado”, como estavam “[...] enquistados em áreas mais urbanizadas”. Áreas insalubres ocupadas a partir de necessidades múltiplas, da forte migração rural e sem a intervenção ou ordenamento do poder público, a ponto de a capital receber o epíteto de Mucambópolis”.

Essas condições de saneamento ocasionavam a proliferação rápida de doenças, o que corroborava para a morte prematura de parte dessa população. As preocupações com a população pobre também advinham de movimentos políticos como o Integralismo⁵⁰, que possuía muitos adeptos em Pernambuco. Inclusive, esse movimento tinha núcleos em várias cidades do estado (SILVA, 2009). De cunho fascista e nacionalista, as atividades assistencialistas promovidas pelo Núcleo Feminino de Recife ofereciam serviços de pré-natal, higiene infantil, creches, cuidados mais especializados de pediatria e clínica médica (FERREIRA e SILVA, 2011). As mulheres integralistas, ao contrário das feministas da Federação Pernambucana e da Cruzada Feminista, seguiam uma ideologia que naturalizava e reforçava o espaço privado como o único lugar de atuação feminina. Apesar de estarem envolvidas em atividade no espaço público, já que os serviços prestados por essas mulheres a população pobre se efetuavam nesse espaço, as integralistas eram contra a participação feminina efetiva na política oficial e no trabalho fora do lar. Sobre isso, Ferreira e Silva (2001, p. 4) colocam que:

⁴⁸ Cruzada Feminista Brasileira. **A Notícia**. 02/02/1932. Arquivo Público Jordão Emerenciano.

⁴⁹ “The Pernambuco Tramways & Power Company Limited foi uma empresa inglesa criada em 24 de janeiro de 1913, em Londres, com finalidade de instalar e operar linhas de bondes elétricos no Recife, Pernambuco” (NASCIMENTO, 2018, p. 15).

⁵⁰ A Ação Integralista Brasileira foi um movimento político e social de características fascistas, pautado na tríade Deus, Pátria e Família, fundado e idealizado por Plínio Salgado. Plínio havia sido deputado pelo Partido Republicano Paulista, em 1928 e, em 1930, apoiou Júlio Prestes para a presidência, candidato opositor de Getúlio Vargas. Depois da derrota do seu aliado, Plínio faz uma viagem percorrendo alguns países europeus, em especial a Itália, onde tem contato com as ideais fascistas, chegando a se encontrar com Mussolini. A partir de então, Plínio regressa ao Brasil e organiza um movimento calcado no fortalecimento do nacionalismo e na moral religiosa (FERREIRA E SILVA, 2011).

O Movimento Integralista também compactuava com este pensamento de que a mulher não deveria estar nas ruas, a mercê dos perigos que rondam esses espaços. Para Plínio Salgado o homem e a mulher eram diferentes, sendo assim não podiam ter lugares iguais na sociedade. Ao homem era atribuída a obrigação de trazer o sustento para o lar enquanto à mulher devia exercer seu papel natural de ser mãe, esposa e dona do lar. Mas, para ela exercer estes papéis, seria necessária a instrução para ajudar na educação dos filhos, e, na construção da Nação Integral. A fim de tornar o Estado Integral possível, era necessário que o povo fosse educado e instruído moralmente e espiritualmente.

Dessa forma, apesar do Integralismo ter se aproximado de maneira mais efetiva da população pobre, criando núcleos de atendimento e apoio, a intenção primordial era a conscientização das mulheres de que seu lugar não era nas ruas ou fábricas, mas sim no espaço privado do lar, cuidando dos/as filhos/as. Ou seja, as mulheres integralistas não eram feministas e não defendiam a igualdade política entre homens e mulheres. Não apoiavam o trabalho remunerado para mulheres, tampouco defendiam os direitos trabalhistas das que já estavam inseridas no mercado de trabalho.

Diferentemente das integralistas, as mulheres da FPPF e da Cruzada utilizaram a filantropia como instrumento político para fortalecer às discussões sobre a emancipação feminina. A questão da instrução, que era utilizada pelas mulheres integralistas apenas como uma forma de educar melhor os/as filhos/as, era defendida como um instrumento de emancipação intelectual e econômica das mulheres.

Sobre isso, a Federação Pernambucana era ferrenha defensora da equiparação dos diplomas da Escola Normal do Recife aos diplomas dos Cursos Secundários Oficiais. O diploma da Escola Normal, que nesse período era a instituição de ensino mais frequentada pelas mulheres, não dava os mesmos acessos para o ingresso no Ensino Superior. Havia o incentivo para a formação de professoras porque elas eram vistas como “verdadeiras mães, com vocação para o sacerdócio” que era o magistério (ROSEMBERG, 2013, p.338). A nível nacional, apenas em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) as Escolas Normais passaram a ter seus diplomas reconhecidos como válidos para a inserção das estudantes de magistério no Ensino Superior (ROSEMBERG, 2013, p. 334).

As mulheres tinham muita dificuldade para ingressar nos estudos de nível superior, pois, precisavam de um diploma válido que desse esse acesso. Estudar no Ensino Secundário Regular era o principal meio para adquirir esse documento. Todavia, a presença feminina nesses cursos era negada em muitas escolas. Sobre isso, no Rio de Janeiro, Bertha Lutz reivindicava desde 1922 a permissão para que as meninas pudessem estudar o Ensino Secundário Regular no Colégio D. Pedro II. No I Congresso Internacional Feminista, ocorrido naquele ano, as mulheres da FBPF colocaram como um dos objetivos principais a

conscientização das autoridades sobre a importância dessa abertura (BONATO, 2005, p.141). Apenas em 1927, esse objetivo foi alcançado. Nesse ínterim, Bertha havia adquirido experiência sobre quais estratégias usar para lutar por tal objetivo.

No Recife, a FPPF se mobilizou no sentido de promover essa equiparação dos diplomas da Escola Normal do Recife aos dos cursos Secundários Oficiais. Edwiges de Sá junto com o diretor da Escola Normal Oficial do Recife, Sizenando Silveira, se articularam para organizar uma ação em torno desse reconhecimento. Edwiges escreveu para Bertha Lutz pedindo conselhos sobre quais caminhos deveriam ser seguidos para essa empreitada. A presidente da FBPF respondeu a sua congênera e dessa troca de experiências deve ter surgido uma estratégia eficiente para alcançar esse reconhecimento, pois, a Escola Normal Oficial do Recife teve seu diploma equiparado ao das Escolas Secundárias, dando direito a suas alunas ingressarem no Ensino Superior. Este fato é mencionado com muito entusiasmo por Edwiges⁵¹ nos relatórios remetidos à Federação Brasileira.

Essa ação, assim como as práticas filantrópicas exercidas pela FPPF nos seus dois primeiros anos de funcionamento, era colocada por Edwiges nesses relatórios como atividades de grande esforço e empenho das integrantes da entidade, assim como a tentativa de expandir a filial pernambucana para outras cidades do estado, como Garanhuns e Caruaru, tentativa essa que não obteve êxito. A Federação Pernambucana parece ter encontrado bastante dificuldade nesse período inicial de expansão e fortalecimento da entidade enquanto organização feminista. Apesar de suas integrantes fazerem parte de uma elite urbana, que já tinha acesso à imprensa, a instituição encontrou um caminho árduo até o reconhecimento da importância de seus objetivos para a emancipação feminina.

Edwiges de Sá pontua em seu relatório para a FBPF, referente ao período entre 31 de maio de 1931 e 30 de setembro de 1932, que não entrará no mérito de todas as dificuldades da filial pernambucana, dirá apenas que encontrou:

[...] o caminho áspero a desbravar, a resistência do hábito, os percalços do preconceito, a indiferença pela causa, o negligente desconhecimento do que ela importa como a expressão mais elevada da justiça. Direi penas do que conseguimos, uma estoica manifestação de fé, confiantes de que germinará a semente, e de que um dia, não tão longe, serão frutos [...]⁵².

⁵¹ **Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**, Sessão administração, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFI.FPE.1.

⁵² **Exposição do movimento social realizado pela Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, no período decorrente de 31 de maio de 1931 a 30 de setembro de 1932, apresentada a Assembleia Geral Biennial da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. Outubro de 1932. Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Sessão administração, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFI.FPE.1.

Essas dificuldades não foram apenas da FPPF, a Cruzada Feminista também encontrou barreiras para sua atuação. Além dos empecilhos externos, do preconceito e discriminação, a Cruzada passou por um conflito interno envolvendo suas integrantes. Martha de Hollanda se desentendeu com algumas integrantes da Cruzada e abriu uma queixa-crime por infâmia e injúria contra suas antigas companheiras de luta, em junho de 1932 (NASCIMENTO, 2018). Depois desse episódio, a Cruzada Feminista Brasileira foi desfeita e Martha de Hollanda seguiu sua militância sozinha. Já a FPPF, apesar desses problemas iniciais, vai articular uma forte campanha pela candidatura de Edwiges de Sá como delegada para a Constituinte de 1933, focando seus esforços para o alistamento feminino.

Depois de promulgada a Constituição de 1934, a FPPF vai redirecionar seus esforços para antigos projetos que não haviam saído do papel, como é o caso do Núcleo de Alfabetização Operária e a Escola de Oportunidades. De 1935 até 1937 – quando ocorre o encerramento de suas atividades por causa da ditadura do Estado Novo - a FPPF vai ganhar mais espaço de atuação junto à imprensa, além de renovar seu quadro de diretoras, inclusive dando espaço para uma nova presidente, Emília Machesine. Essa renovação não ficará apenas no discurso, que passa a abordar novos temas, mas também nas ações dessas mulheres que agora tinham novos objetivos para alcançar, principalmente no campo dos direitos sociais.

Entretanto, para que possamos analisar as ações dessas mulheres enquanto grupo feminista organizado, é imprescindível que entendamos quem elas eram, como suas histórias pessoais se encontraram, quais as similitudes e quais as diferenças entre seus posicionamentos. Os sujeitos históricos possuem um lugar social, e a análise dos lugares sociais dessas feministas nos ajudou a entender suas estratégias de luta, seus posicionamentos políticos e discursivos, e as permanências e transformações ao longo da trajetória da entidade que construíram juntas.

1.6 Mulheres de elite, mulheres intelectuais: o corpo social da FPPF

As mulheres, de maneira geral, viviam a opressão de gênero e a divisão sexual do trabalho que atribuía uma hierarquia entre as capacidades e habilidades das mulheres e dos homens, tendo esses últimos, vantagens sobre as primeiras. Desvantagens econômicas, negação da liberdade civil (me refiro ao Código Civil que subjugava a mulher às vontades do marido), responsabilização exclusiva das mulheres para com os cuidados com os/as filhos/as, tudo isso criava obstáculos para a participação política feminina e interferia na formação

profissional das mulheres. Todavia, as desvantagens baseadas na desigualdade de gênero eram vividas de maneira distinta segundo a posição de classe e raça das mulheres. Segundo Flávia Biroli (2018, p.41), “o acesso das mulheres a profissões de prestígio, assim como a presença maior de *determinadas mulheres* em ocupações marcadas pela precariedade, expõe essas formas cruzadas de desvantagem”.

Há, de fato, um tipo de exploração que se efetiva porque o trabalho doméstico é realizado *pelas mulheres*, mas isso não significa que seja realizado nas mesmas condições por mulheres brancas e negras, pelas mais ricas e pelas mais pobres, ou por mulheres de diferentes partes do mundo. Ao mesmo tempo, o acesso ao mercado de trabalho se dá de forma distinta, segundo raça, posição de classe e nacionalidade, se levarmos em conta os fluxos migratórios. Na conexão entre divisão sexual do trabalho não remunerado e trabalho remunerado, a vida das mulheres se organiza de maneiras distintas, segundo a posição que elas ocupem em outros eixos nos quais se definem vantagens e desvantagens (BIROLI, 2018, p.35).

Segundo Grigoletto (2007, p.5), “o sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso”. Ao analisarmos o discurso da FPPF em prol da emancipação das mulheres, as ações e alianças construídas por elas, percebemos os vários lugares de poder que a formação social⁵³ na qual estavam inseridas as proporcionava.

Elas tinham posições sociais privilegiadas pela cor e pela classe, e algumas delas advinham de famílias bem relacionadas política e socialmente. A maioria das mulheres que compunha a diretoria da FPPF compartilhava o status de mulher intelectual. Professoras, escritoras, poetisas, advogadas, pintoras, mulheres de prestígio social que tinham suas capacidades profissionais reconhecidas publicamente, o que possibilitou acesso a espaços e recursos para a organização da qual faziam parte.

Apesar das mulheres da classe média também não possuírem o mesmo status trabalhista de um homem de mesma classe, elas, por terem alguma qualificação profissional, conseguiam ocupar cargos, às vezes, com melhor remuneração e em melhores condições de trabalho, levando em conta a salubridade e o prestígio social do cargo, em comparação às mulheres operárias, por exemplo. “A divisão sexual do trabalho, no entanto, não se detém nos limites das vantagens de classe e raça; impacta também as mulheres privilegiadas, porém, com consequências distintas que se impõe à maioria das mulheres” (BIROLI, 2018, p.23).

É importante destacar que uma professora, por exemplo, apesar de ser vista socialmente como alguém de prestígio, tinha sua vida vigiada de uma maneira ainda mais

⁵³ Segundo Grigoletto (2007, p.8), “a formação social compreende o espaço empírico que, por sua vez, abriga as diferentes formações ideológicas, as quais interagem com as relações de poder institucionais, determinando o lugar social que o sujeito ocupa na sociedade. É a práxis social”.

acurada, se fosse casada precisava da autorização do marido para lecionar, além disso, não gozava de uma boa remuneração.

Sobre isso, Dulce Peixoto, sócia da FPPF, fez uma reclamação contundente no *Diário Manhã*:

A grande maioria das professoras não possui um pai alcaide nem um esposo alto funcionário e ninguém, penso eu, exerce o magistério por sport. Todas precisam: umas são o arrimo da família, e quase sempre um grande fator de auxílio mútuo no lar. Hoje em dia há mais vantagem para uma moça entrar como datilógrafa numa repartição pública, (com o ordenado inicial de uma professora de 4ª entrância) que não lhe exige diploma especial, contentando-se todos com um concurso muito mais simples que o exigido para o magistério público, e no fim de 5 anos galgar a promoção sem precisar de frequentar um Curso de Aperfeiçoamento, do que ir ser uma professora de 4ª entrância. Enquanto a pobre da professora não verá a promoção nem sequer o quinquênio[...]. O mestre precisa estar em dia com a pedagogia, psicologia, porém, como adquirir estes livros, fazer sua biblioteca, se os vencimentos apenas satisfazem o aluguel da casa e a nota do armazém?⁵⁴

Percebemos que nem sempre a mulher que tinha o trabalho com maior nível de qualificação possuía uma boa remuneração. As mulheres da classe média e alta lutavam para que pudessem ter acesso ao trabalho remunerado e a qualificação profissional como meio para sua emancipação econômica, já as mulheres das classes pobres, que já trabalhavam nas fábricas, viviam uma relação de exploração, trabalhando em condições, na maioria das vezes, insalubres, por baixos salários, e convivendo com o assédio moral e sexual constante.

Entre os anos de 1920 e 1940, houve o crescimento e a aceleração da industrialização no Brasil, onde mulheres e crianças foram utilizadas como mão-de-obra barata. No Recife, nesse mesmo período, houve a instalação de novas fábricas de tecido, como o Cotonificio Othon Bezerra de Mello, ao mesmo tempo em que fábricas já estabelecidas investiam na construção de Vila Operárias, como era o caso da Companhia de Tecidos Paulista, de propriedade da família Lundgren. Segundo Cavalcanti (2015, p.52):

No final da primeira década do século XX, a Companhia já teria construído algumas casas de alvenaria para os operários e outros funcionários, em sua maioria famílias provenientes de áreas rurais. A partir da década de 1930, esse processo se intensificará, com a política de recrutamento de trabalhadores, por intermédio de agentes, permitindo a chegada de um grande número de famílias do interior de Pernambuco, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Em um período de mudanças e desgastes nas zonas açucareiras do Nordeste, as áreas urbanas eram vistas como chance de prosperidade, progresso e melhoria de vida. Sem dúvida, essa motivação impulsionou a maioria das famílias que migraram para Paulista, e mesmo as que já residiam próximas da região, procuravam a segurança de ter onde trabalhar e morar. Segundo Maria Rosilene Alvim (1982), o aliciamento de famílias inteiras foi a estratégia mais comum da Companhia de Tecidos Paulista, empregada principalmente a partir da década de 1930, para atrair mão-de-obra. O período de utilização dessa estratégia está composto de disputas pelo mercado consumidor,

⁵⁴ *Diário da Manhã*. 01/08/1937, p. 14. Acervo digital CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

entre as indústrias têxteis de Pernambuco, o que incluía a confluência de diversos fatores como máquinas e técnicas disponíveis para a produção, mas também, e com grande relevância, a mão-de-obra barata. E das famílias numerosas empregava-se bastantes mulheres e crianças. A Companhia se valeria de um monopólio de oferta de emprego para a imobilização da mão-de-obra, algo que facilitaria o domínio e o emprego das regras e simbologias de dominação.

Esse tipo de recrutamento, onde famílias inteiras se deslocavam para se instalarem nas Vilas Operárias, disciplinava o modo de vida das/os operárias/os e dificultava a movimentação política destes em prol de seus direitos. Se as greves e manifestações operárias como um todo eram controladas por esse novo modo de viver o trabalho no Brasil e em Pernambuco, imagine a repressão quanto a estruturação de qualquer movimento político por parte das mulheres operárias. Além dessas mulheres sofrerem com baixos salários, péssimas condições de trabalho e abusos sexuais nas fábricas, elas também sofriam com o posicionamento de parte dos homens operários, que reclamavam acerca da “tomada” dos postos de trabalhos “masculinos” por mulheres, ocasionando o desemprego de muitos homens, já que a mão-de-obra feminina era mais barata (explorada)⁵⁵.

Com um maior controle sobre o modo de vida da classe operária, as mulheres dessa classe sofriam esse impacto de maneira ainda pior. Com a necessidade do complemento da renda familiar, pois na maioria das vezes o salário do marido não conseguia abarcar as despesas da família, essas mulheres tinham sua mão-de-obra inferiorizada em relação aos homens de mesma classe, além de serem responsáveis pelos trabalhos domésticos de organização da vida privada do marido e dos cuidados com os filhos.

Ao analisarmos a trajetória da Federação Pernambucana, percebemos que grande parte das mulheres que a compunha tinha certa autonomia no que diz respeito ao tempo livre para se dedicarem à organização da entidade. É importante destacar esse aspecto, pois, o “tempo livre” para se dedicar as atividades fora do lar foi algo imprescindível para o desenvolvimento do movimento feminista organizado. Nossa análise supõe que as feministas que faziam parte da FPPF terceirizam para outras mulheres os cuidados com o lar para que assim pudessem poupar tempo. Algumas eram casadas, outras não. Noemia Xavier, Emília Marchesine, Ana de Sá de Pereira, todas diretoras atuantes da entidade, eram casadas, o que nos mostra que havia convivência de seus maridos para com as atividades organizativas de suas esposas. Já Edwiges de Sá nunca se casou, se dedicando inteiramente a sua profissão, atividades beneficentes e a luta feminista, sendo a fundadora e primeira presidente da FPPF.

⁵⁵ Sobre essa questão conferir Glaucia Fraccaro (2016) e Margareth Rago (1984).

Nascida ainda no Império, em 1884, Edwiges viveu parte de sua infância no interior de Pernambuco, na cidade de Barreiros, depois se mudou para a capital, Recife, onde se formou na Escola Normal e se engajou na organização e publicação da revista *O Lyrio*⁵⁶. Surgida em 1902, *O Lyrio* foi uma das primeiras revistas femininas do Nordeste, sendo inteiramente editada por mulheres, havia a publicação de artigos que versavam sobre a luta das mulheres por direitos e por instrução, poemas, contos e críticas literárias de escritoras nordestinas. Entretanto, a revista também tinha colaboradoras de outros países, como Uruguai, Argentina e França (NASCIMENTO, 1975, p. 83-85). Assim dizia o primeiro número da revista, em 05 de novembro de 1902:

Rompendo com todos os preconceitos, arcando com todas as dificuldades, com que os myopes da inteligência, em todos os tempos têm impedido o progresso feminino, surge hoje n'esta capital, um periódico escripto pela Mulher, o elemento mais estável da sociedade. [...] O conceito comum que a mulher é physiologicamente inferior ao homem, já é uma cousa tão sedição, que não resiste ao menos estudo analytico. Sexo fraco nos chamam! Ironia das ironias! Sexo fraco o nosso?! Nós que temos dado provas de fortaleza, que tem assombrado o mundo. A história está cheia de exemplos, cita-los seria enfadonho⁵⁷.

Logo no primeiro número, a revista já se posicionava em relação a situação feminina e Edwiges era uma das redatoras mais atuantes sobre o tema. Além de *O Lyrio*, que só durou dois anos, Edwiges teve uma expressiva participação em vários periódicos como a *Revista da Academia Pernambucana de Letras*, *Gazeta Literária*, *O prelio*, *Vida Feminina*, *Revista do Instituto de Sociedade e Letras de Pernambuco*, para citar alguns (BARBOSA, 2016, p.133).

Além de sua atuação na literatura, Edwiges foi professora da Escola Normal do Recife, onde ensinou Prática Didática e Pedagógica. Lecionou Português no Curso Comercial do Colégio Eucarístico e História Geral e do Brasil no Instituto Nossa Senhora do Carmo (parte do Juvenato Dom Vital). Ganhou prestígio nos meios escolares e angariou também o cargo de Superintendente de Ensino em grupos escolares do Recife⁵⁸. No governo de Sérgio Loreto, em 1926, foi convidada para realizar um levantamento acerca de melhorias na área de educação, no qual observou Escolas Profissionais e Normais no Rio Grande do Norte, no Distrito Federal e em São Paulo. Essa pesquisa foi apresentada em forma de relatório para ser incorporada aos esforços estaduais na melhoria das instituições de ensino pernambucanas (BARBOSA, 2016, p.134). Além disso, também foi sócia do Instituto de Ciências e Letras da

⁵⁶ Edwiges de Sá Pereira era filha do advogado, e depois desembargador, José Bonifácio de Sá Pereira e de D. Maria Amélia Rocha de Sá Pereira. Seu irmão, Eurico de Sá Pereira, chegou a ser presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Advinham de uma família de juristas, mas não seguiu os passos de seus familiares, escolhendo a área literária e educacional (NASCIMENTO, 2011, p. 39).

⁵⁷ Laboremus. *O Lyrio*. 05/11/1902, nº 1. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁵⁸ Edwiges de Sá Pereira, site da FUNDAJ, disponível em http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=257.

Associação Pernambucana de Imprensa e presidente da Associação das Damas de Beneficências.

Como podemos perceber, Edwiges era uma mulher que já ocupava o espaço público desde sua juventude, circulava nos meios intelectuais e tinha relações com mulheres de outros estados do Brasil e até de outros países. Muito bem articulada, ela tinha uma rede de amigas que permeava o meio educacional, político e artístico. Foi a partir dessa rede de interesses e de amigas que a feminista estruturou o corpo social da Federação Pernambucana. As integrantes da FPPF orbitavam o cenário de influência social da presidente, sendo mulheres de prestígio, não apenas por suas profissões, mas também pela influência de suas famílias.

Como Edwiges de Sá é uma personalidade pernambucana que já foi estudada por outros trabalhos acadêmicos, temos mais informações sobre ela. As outras diretoras e integrantes da FPPF ainda não receberam atenção da historiografia pernambucana, sendo nosso trabalho pioneiro nesse sentido de tentar identificar quem foram essas mulheres e qual a importância delas para a trajetória do feminismo praticado pela instituição. Nesse sentido, das diretoras da FPPF que conseguimos encontrar vestígios nas fontes analisadas, pudemos identificar que elas estavam envolvidas principalmente com três áreas: educacional, artística e beneficente. É importante ressaltarmos que não pretendemos reduzir essas mulheres às suas profissões, apenas queremos situá-las institucionalmente para entendermos quais discursos pesavam sobre suas ações e práticas. Assim foi composto o primeiro quadro de diretoras da FPPF, em 1931⁵⁹:

Quadro 1 - Diretoras da FPPF eleitas para o biênio 1931-1933.

Presidente:	Edwiges de Sá Pereira	Professora, poetisa e escritora
Vice-presidente	Noemia Ferreira Xavier	Professora da Escola Normal do Recife e membro da Cruz Verde Pernambucana ⁶⁰
2ª Vice-presidente	Anna Sá Pereira da Silva Almeida (Irmã de Edwiges)	Professora da Escola Normal do Recife e do Juvenato Dom Vital ⁶¹
Secretária-geral	Maria de Lourdes Sousa Leão	1ª Secretária da Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil ⁶²
Primeira secretária	Maria Luiza Cavalcanti Albuquerque Maranhão	Professora da Escola de Aplicação do Recife, anexa à Escola Normal ⁶³
Tesoureira	Santina Monteiro	Professora da Escola de Aplicação do Recife e Vice-tesoureira da Sociedade Pernambucana de Educação ⁶⁴
Vice-tesoureira	Julia Camara Lima	Vice-tesoureira da Pia União das Filhas de Maria do Colégio Eucarístico ⁶⁵
Consultora Jurídica	Ida Souto Uchôa	Advogada e poetisa ⁶⁶
Representante junto a FBPF no Rio de Janeiro	Georgina Barbosa Vianna	Pintora ⁶⁷

⁵⁹ Livro de atas das sessões extraordinárias e de Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. Fundo de Edwiges de Sá Pereira. FUNDAJ. p.2.

Como podemos perceber, todas as diretoras do primeiro biênio da entidade estavam ligadas de alguma forma a presidente Edwiges de Sá Pereira. Noemia Xavier, além de ter sido colega de profissão de Edwiges na Escola Normal do Recife, também circulava no meio político, já que era casada com Raphael Xavier, oficial de gabinete do secretário geral do Estado em 1923 e, posteriormente, oficial de gabinete do secretário de Agricultura no governo de Sérgio Loreto. Foi durante esse governo que Edwiges foi convidada para ser porta-voz de Pernambuco na busca de melhorias para educação em outros estados do país. Também foi Noemia Xavier que propôs o projeto Escola de Oportunidades já na ocasião da fundação da FPPF. Esse projeto versava sobre a criação de cursos de qualificação para as mulheres, ação que só foi efetivada em 1935.

Outra integrante que tinha grande visibilidade na imprensa e relações sociais que acarretaram frutos para a FPPF foi Ida Souto Uchoa [Imagem 2]. Ela era advogada, escritora e poetisa, tendo essas duas últimas ocupações merecido especial homenagem na imprensa pernambucana. Ida era madrinha da revista *A Pilhéria* e colaboradora do *Jornal do Recife*, além de patrocinar vários eventos de arte. A sua ligação com a revista *A Pilhéria* vinha desde sua proximidade com Martha de Hollanda e com a Cruzada Feminista Brasileira. Junto com as integrantes dessa entidade, Ida participava ativamente das publicações da revista (BARBOSA, 2016, p.145).

Entretanto, parece ter existido um atrito entre os posicionamentos de Ida Souto Uchoa e Martha de Hollanda com relação ao apoio ao divórcio. Ida era contra enquanto Martha era a favor. Talvez isso tenha feito a advogada se afastar da Cruzada Feminista e se engajar na Federação Pernambucana, trazendo para essa entidade todo seu prestígio de escritora renomada.

⁶⁰ Diário Social. **Diário de Pernambuco**. 13/02/1923. Associações. **IDEM**. 01/06/1924. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶¹ Serviço Público. **Jornal do Recife**. 27/08/1927. Hemeroteca Digital Brasileira. **A Gazeta**. 27/09/1931. Biblioteca da Cúria Metropolitana do Recife

⁶² Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil. **Jornal do Recife**. 10/05/1932. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶³ Secretária de Justiça e Negócios Interiores. **Jornal do Recife**. 28/03/1930. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶⁴ Exposição de trabalhos manuais da Escola de Aplicação. **Jornal do Recife**. 14/11/1934. Sociedade Pernambucana de Educação. **Diário de Pernambuco**. 26/01/1932. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶⁵ Relatório da Pia União do Collegio Eucharístico. **Revista Maria**. Maio de 1932. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶⁶ Ida Souto Uchoa. **Jornal do Recife**, 15.09.1931. *A Pilhéria*. **IDEM**, 04/09/1929. *Chornica Social*. **IDEM**, 24.03.1931. *Theatrus e Cinemas*. **IDEM**, 03/07/ 1929. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶⁷ Bellas Artes. **Jornal do Recife**. 29/02/1916. *Notas de Arte*. **IDEM**. 16/03/1924. Hemeroteca Digital Brasileira.

Em setembro de 1929, na tertúlia artística em comemoração ao aniversário da revista *A Pílhéria*, – que ocorreu na Associação dos Empregados no Comércio - Ida Uchoa foi uma das homenageadas⁶⁸, visto que, além de madrinha da revista, ela escrevia suas poesias em coluna dedicada a esse ramo literário. Outra homenagem pública aos seus dotes artísticos pode ser encontrada no *Jornal do Recife*, em 1931, o qual replicou uma matéria endereçada a Ida Uchoa pelo catedrático de Português do Ginásio Amazonense Pedro II, Martins Santanna, publicada na *Revista Redempção*, de Manaus. Nessa homenagem o catedrático não economiza nos elogios a poesia feita por Uchoa, e termina seu escrito dizendo: “Ida Souto Uchoa é, deveras, uma poetiza galantemente moderna”⁶⁹. Ele se referia ao modo como Uchoa escrevia suas poesias, rejeitando a “monotonia” da métrica com rimas “enérgicas”. Fica claro que ela era conhecida fora de Pernambuco e admirada pelo seu trabalho como poetisa.

A preocupação do *Jornal do Recife* em replicar uma homenagem feita em uma revista amazonense a Ida Uchoa, - sendo ela apresentada na chamada da matéria como *nossa colaboradora* - é, no mínimo, intrigante. E talvez não seja coincidência ser o *Jornal do Recife* um dos periódicos que mais noticiava as ações da FPPF e participava dos eventos feitos pela Federação Pernambucana.

Entretanto, vale ressaltar que o *Jornal do Recife* sempre noticiava com especial apreço atividades ligadas as artes literárias e plásticas. Como exemplo disso, temos as diversas publicações que os eventos de arte das irmãs Barbosa Vianna [Imagem 3] receberam ao longo de suas trajetórias de pintoras. Georgina Barbosa Vianna, a então representante da FPPF perante a FBPF, era pintora, assim como suas irmãs, Aurea Palmeira Vianna e Emília Barbosa Vianna. Aurea e Emília também ingressaram na FPPF e passaram a fazer parte da diretoria da entidade a partir do biênio 1933-1935, entretanto, Emília já participava das reuniões da entidade desde 1932. Assim como as integrantes já citadas, as irmãs Barbosa Vianna advinham de uma família de prestígio, eram filhas do comendador e negociante da praça do

Imagem 2 - Ida Souto Uchoa



Fonte: Jornal do Recife, 24/03/1931.
p.2. Recife

⁶⁸ A Pílhéria. *Jornal do Recife*, 04/09/1929. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁶⁹ Ida Souto Uchoa. *Jornal do Recife*, 15.09.1931. Hemeroteca Digital Brasileira.

Recife Antonio Joaquim Barbosa Vianna, que também era membro da Academia Pernambucana de Letras⁷⁰.

As irmãs, além de circularem no meio artístico, também compuseram comissões que iniciaram os esforços para a implantação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) em Recife, em 1907⁷¹, sendo Emília também membro da Associação das Senhoras de Caridade. Talvez tenha sido a partir do meio beneficente que Edwiges de Sá se aproximou das irmãs Barbosa Vianna, já que ela também esteve envolvida com a criação do IPAI em Recife. Entretanto, os dotes artísticos

dessas irmãs eram os mais noticiados na imprensa. Em fevereiro de 1916, o jornal *A Província* assim dizia:

As 13 horas de hoje, inaugurar-se-á solenemente, á rua Siguis mundo Gonçalves, n 2, pavimento térreo, uma exposição de pintura – obras d'arte das artistas pernambucanas, senhoritas Georgina Vianna, Emília Marchesine e Aurea Vianna, dignas filhas do comendador Barbosa Vianna.

Serão expostos numerosos trabalhos artísticos, - finas telas de apurado gosto, representando paisagens e figuras. Esses trabalhos obedeceram à direcção do conhecido pintor Carlos de Servi⁷², com que aquellas distinctas patricias têm aperfeiçoado o seu talento artístico.

Comparecerão à inauguração o exmo. Sr. Dr. Manoel Borba, honrado governador do estado, bem como outras pessoas⁷³.

O governador do estado, Manoel Borba, havia confirmado presença na exposição das irmãs Barbosa Vianna, o que mostra a influência da família à época. As irmãs continuaram expondo durante a década de 1920. Emília, disponibilizou suas obras para leilão na Associação dos Empregados no Comércio em 1920. Já Georgina teve seus quadros expostos

Imagem 3 – Emília Marchesine e Aurea Barbosa Viana caminhando nas ruas de Recife



Fonte: Cri-cri Semanário Humorístico e Noticioso. Agosto de 1908. Recife

⁷⁰ O Recife de Relance - Os nossos Instantaneos. **Cri-cri semanário humorístico e noticioso**. Ano 1. Nº 1. Agosto/1908. FUNDAJ.

⁷¹ Assistência à Infância. **Jornal do Recife**. 01/10/1907. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁷² Carlo de Servi “viveu e lecionou em São Paulo, aonde chegou da Itália em 1896. Foi professor de muitos pintores paulistas, tendo exercido grande influência na formação artística da época. Originário de Lucca, estudou na escola de belas-artes da cidade. Pertencia a uma família de pintores”. Participou da Sociedade Nacional de Belas Artes e fez várias exposições na Associação de Comércio de São Paulo (TARASANTCHI, 2002, p.155).

⁷³ Exposição de pintura. **A Província**. 21/02/1916. Hemeroteca Digital Brasileira.

no Gabinete Português de Leitura em julho de 1922, recebendo elogios do *Jornal do Recife*: “não só pelo seu talento como também pelo nome que possui, pela distinção de maneira e de espírito que a caracterizam”⁷⁴. O nome *Barbosa Vianna* estava ligado a tradição familiar na área das letras e das artes, já que o comendador Barbosa Vianna era membro da Academia Pernambucana de Letras e tinha prestígio junto aos comerciantes do Recife.

Em 1932, Emília, que agora assinava o sobrenome Marchesini por ter se casado com Alfredo Marchesini, membro da Sociedade Mercantil e Industrial *A Edificadora*, organiza uma exposição com 36 quadros na rua João Pessoa, n 224. Pelo relato do *Jornal do Recife* em maio de 1932 sobre a exposição, concluímos que Emília havia exposto suas obras em São Paulo antes de dar acesso a elas ao público recifense⁷⁵, já que, segundo o jornal: “A Imprensa paulista teve calorosos elogios sobre as exposições de pinturas ali realizadas pela Sr. Emília Marchesini”. Ao que parece, Emília havia se tornado uma pintora conhecida também na capital paulista, talvez por influência do seu tutor artístico, Carlo de Servi, pintor já bastante conhecido em São Paulo.

Georgina, Emília e Aurea, com todo o prestígio e renome que tinham, se integraram a FPPF. Georgina entrou desde a fundação da entidade, Aurea e Emília a partir de 1932, momento o qual a FPPF dedicou seus esforços para o alistamento eleitoral feminino e para a campanha de deputada à Constituinte de Edwiges de Sá Pereira. Inclusive, Emília Marchesini foi quem indicou o nome de Edwiges como representante da instituição no pleito. Já em 1935, Edwiges parece retribuir o apoio, indicando Emília para a presidência da instituição.

No biênio 1933-1935, o quadro diretor da FPPF teve poucas mudanças. Maria de Lourdes Sousa Leão cedeu o cargo para Emília Marchesini, que ficou como secretária-geral, e foi criado o cargo de 2º secretária, ocupado por Maria Dulce do Nascimento. Aurea Palmeira ficou como colaboradora no Conselho Social da entidade junto com outras mulheres da elite pernambucana⁷⁶.

Só houve reconfiguração na diretoria da FPPF em 1935, quando Edwiges de Sá passou a presidência para Emília Marchesini e foi aclamada presidente de honra pela nova líder. Nesse período, a antiga rede de amizades de Edwiges, que impulsionou a FPPF nos seus primeiros anos, deixa a vanguarda da instituição e passa a atuar nas comissões sociais. Ana de Sá Pereira Almeida, Ida Souto Uchoa e Georgina Barbosa Vianna são as únicas integrantes do

⁷⁴Notas de Arte. *Jornal do Recife*. 20/07/1922. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁷⁵Notas de Artes. *Jornal do Recife*. 30/04/1932. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁷⁶ **Livro de atas das sessões extraordinárias e de Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino**. Fundo de Edwiges de Sá Pereira.FUNDAJ. p.9

primeiro biênio que ainda continuam com seus cargos diretores. Assim ficou o novo quadro da diretoria da FPPF⁷⁷:

Quadro 2 - Diretoras da FPPF eleitas em 1935.

Presidente:	Emília Barbosa Vianna Marchesini
1ª Vice-presidente	Geraldina Robalinho Cavalcanti
2ª Vice-presidente	Anna de Sá Pereira Almeida
Secretária-geral	Julia Pinheiro Pereira Faneca
1ª Secretária	Juanita Borel Machado
2ª Secretária	Flora da Câmara Lima
Tesoureira	Maria Alice Lyra Gondim
Vice-tesoureira	Aurea Palmeira
Consultora jurídica	Ida Souto Uchoa
Representante junto a FBPF no Rio de Janeiro	Georgina Barbosa Vianna

Esse grupo de mulheres, que assumiu a diretoria da FPPF em 1935, trouxe novos discursos e novas estratégias de ação para entidade, ao mesmo tempo em que também manteve valores morais defendidos desde sua fundação. Houve uma ampliação do raio de ação da instituição, o antigo projeto do Núcleo de Alfabetização para Operárias/os foi colocado em prática, a Escola de Oportunidade saiu do papel, e a FPPF ganhou uma página inteira no periódico *Diário da Manhã*, todos os domingos, para publicação de artigos e atividades realizadas pela instituição. Emília Marchesini e Juanita Borel Machado foram as integrantes que mais se destacaram na imprensa desse período.

Juanita passou a ser a correspondente da FPPF no *Diário da Manhã*, no qual escrevia vários artigos sobre os direitos femininos, o casamento, mulheres intelectuais de outros países, entre outros assuntos. Emília traduzia vários textos de feministas estrangeiras para o português e publicava no espaço dedicado a FPPF no periódico. Todavia, Juanita tinham um tom mais ácido em suas críticas sobre a condição feminina, chegando a falar que na história do mundo as mulheres governaram melhor que os homens⁷⁸.

Escritora renomada, poetisa e professora de Literatura, Juanita Machado era paraibana, nascida em João Pessoa, em novembro de 1900. Nos anos de 1920 começou a lecionar na

⁷⁷ Livro de atas das sessões extraordinárias (..) Op.cit. P.11.

⁷⁸ Atividades da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. *Diário da Manhã*. 17/11/1935. Acervo digital CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

Escola Normal da Paraíba e a atuar na imprensa local (SALES, 2005. p.223). A feminista migrou para Recife ainda na década de 1920 para estudar o Ensino Superior, infelizmente não conseguimos ter conhecimento acerca de qual curso ela se matriculou. Sabemos que ela se casou com o Capitão de Fragata Olavo Machado e se mudou para o Norte do país⁷⁹, morando um período em Manaus e outro no Pará. Não sabemos ao certo o porquê, mas na década de 1930, Juanita retornou para sua cidade natal com sua filha Yedda Machado. Ao que parece, esse retorno se deu por causa da morte de seu marido.

Foi em sua estadia no Norte do país que Juanita escreveu seu livro *Terra Cabocla*, em 1928, trabalho que deu prestígio nacional a escritora. Essa obra versava sobre as lendas amazônicas do Boto, da Yara e do Iraporu, organizada em contos, a obra foi vista pela crítica literária da época como uma contribuição ao folclore brasileiro⁸⁰.

De volta em sua terra natal, em 1933, Juanita se engajou na luta feminista da Associação Paraibana pelo Progresso Feminino, escrevendo artigos para o jornal *A União* em defesa dos direitos femininos (COSTA, 2015, p.145). Em 1934, a feminista paraibana migrou novamente para Recife, onde foi convidada pela Federação Pernambucana para participar da Festa da Vitória, evento em comemoração à inserção de vários direitos femininos na Constituição⁸¹. Juanita já havia tido contato com Edwiges de Sá, não só pela relação que a FPPF tinha com a Associação Paraibana, mas, provavelmente, Juanita teve conhecimento de Edwiges no período em que cursou faculdade no Recife.

Em ocasião da Festa da Vitória, Juanita foi responsável pela organização de um Festival de Arte no Club Internacional do Recife, onde teve recitais, apresentação de música e palestra sobre a importância dos direitos adquiridos pelas mulheres⁸². Depois dessa participação, Juanita ingressou efetivamente na FPPF. Além de ter sido convidada pela instituição para organizar o Festival de Arte, a escritora também recebeu uma homenagem por causa do seu livro *Terra Cabocla*, por parte do Arcópagio Pernambucano, sociedade de Letras composta por moços⁸³.

Com uma história cheia de vai-e-vem, Juanita Machado parece ter achado seu lugar em Recife e fincado raízes na luta feminista encampada pela FPPF. Ela teve um papel

⁷⁹ **Fon-Fon: Semanario Alegre, Político, Crítico e Espusiente.** 20/02/1932.P.26. **Jornal do Brasil.**03/04/1929.P.10. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁸⁰ **Fon-Fon: Semanario Alegre, Político, Crítico e Espusiente Op. Cit.**

⁸¹ Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. **Jornal do Recife.** 14/07/1934. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁸² Notas de Arte: Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. **Jornal do Recife.** 22/07/1934. Hemeroteca Digital Brasileira.

⁸³ Arcópagio Pernambucano. **Jornal do Recife.** 18/09/1934. Hemeroteca Digital Brasileira.

relevante nessa nova fase da instituição, já que foi responsável por boa parte do conteúdo que era publicado na sessão da FPPF no *Diário da Manhã*.

Outras integrantes dessa nova fase, como Flora da Câmara Lima, não tiveram tanta visibilidade na imprensa quanto Juanita, mas atuaram nos bastidores ajudando na estruturação dos cursos de qualificação oferecidos pela instituição nesse período. Flora era professora e subdiretora da Escola Remington, instituição que oferecia cursos práticos de datilografia para moças e rapazes, além de lecionar também cursos de Português, Inglês e Francês. A experiência e conhecimento de Flora Câmara na estruturação de cursos de profissionalização serviu para encontrar apoio para a organização dos Círculos de Cultura da FPPF – nome dado pela instituição às aulas.

Em 1936 a FPPF sofreu uma crise institucional, ocasionando a saída de algumas das integrantes e entrada de outras no quadro diretor. Emília Marchesine renuncia à presidência que é assumida por Ana de Sá Pereira Almeida, Alba Rios, esposa de Carlos Rios (diretor do *Diário da Manhã*) e Dinah Oliveira, esposa do médico Waldemar de Oliveira (médico responsável pelo curso de enfermagem da FPPF) assumem cargos na diretoria. Essas mudanças corroboraram para realizações de novas ações institucionais, temática que será abordada no terceiro capítulo deste trabalho.

Ao nos depararmos com um pouco da história das integrantes da Federação Pernambucana, onde quase todas viveram e se dedicaram a atividade intelectual, conseguimos entender um dos motivos pelos quais elas tinham a convicção que a educação era o único meio possível para emancipar a mulher. Dessa convicção também decorria o aspecto hierarquizado sob o qual elas entendiam o feminismo que praticavam, já que, para elas, às mulheres intelectuais era incumbida a tarefa de lutar pelas mulheres que ainda não tinham acesso à educação, colocando as mulheres das classes pobres em um lugar de passividade na luta por seus direitos. Segundo as integrantes da FPPF, para que todas as mulheres tivessem acesso à educação, primeiramente, as mulheres instruídas deveriam alcançar cargos dentro da política oficial para que pudessem escrever e votar leis que ampliassem esse acesso.

É a partir desse pensamento que a Federação Pernambucana se mobiliza para o pleito de 1933, lançando Edwiges de Sá como candidata a deputada na Constituinte. Essa representação significava a defesa de todo o ideal de participação que essas mulheres acreditavam, o exercício do pleito eleitoral para a Constituinte significa, ao menos parcialmente, uma vitória sob aqueles que não apoiavam e “estragavam” a luta feminista pela cidadania feminina.

Capítulo 2

A construção das mulheres como sujeitos de direitos

“Quem fez do homem o juiz exclusivo, se a mulher compartilha com ele o dom da razão?”

Mary Wollstonecraft

2.1 Novas práticas políticas surgem no Brasil

A Primeira República foi um período caracterizado pela historiografia como a República dos Coronéis, no qual o exercício eleitoral era baseado na corrupção, voto forçado e degeneração do sistema político. A baixa participação e a falta de pluralidade partidária restringiam o debate político e a diversidade de ideias. Sobre isso, José Murillo de Carvalho (2008, p.45) explica que:

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e a desprivatização do poder público é tema da agenda atual de reformas.

Segundo Silva. E.A e Silva T.N (2013), com a Revolução de 1930 houve uma reconfiguração político-institucional e partidária do país, novas forças políticas se articularam, formaram novos grupos que almejavam alcançar representação no parlamento. Houve uma ebulição de reivindicações que passaram a fazer parte da pressão feita sob o governo provisório.

Nessa nova organização, os atores políticos que apoiaram a Revolução de 1930 tentavam desestruturar o quadro político regional que fortalecia as oligarquias locais. Nesse sentido, três fatores foram importantes: o voto secreto, a criação da Justiça Eleitoral e a representação proporcional no parlamento. A Justiça Eleitoral, como órgão às margens dos interesses políticos partidários e personalistas, ficou com a responsabilidade da fiscalização das eleições. Alistamento, apuração e legitimação das eleições agora eram funções que não estavam mais nas mãos das oligarquias. É sabido que as manipulações e fraudes não foram extintas de imediato, os braços do antigo poder coronelista ainda atuavam junto à juizes e magistrados, mas foi um grande passo na diferenciação da antiga forma de atuar na política (SILVA. E.A e SILVA.T.N, 2013).

Ou seja, o controle sobre o resultado das eleições não estaria mais a cargo das antigas oligarquias, mas nas mãos de instituições neutras. O governo provisório incentivou a criação de novos partidos de cunho nacional que o apoiassem. Mas a demanda pela constitucionalização vinha tanto dos grupos que apoiavam a Aliança Liberal quanto das antigas oligarquias republicanas que haviam sido derrotadas. O período logo após a revolução de 1930 foi marcado por grande instabilidade. Os grupos que haviam apoiado Getúlio Vargas reivindicavam seus interesses. Os tenentes eram a favor de uma maior centralização, sendo

contrários as instituições liberais. As oligarquias dissidentes queriam reformar as instituições e constitucionalizar o Brasil. Houve uma cisão na base de apoio do governo.

Em vista de toda essa tensão na reorganização das relações de poder, com o surgimento de outros grupos e sujeitos que reivindicavam seu espaço no jogo político, Getúlio Vargas, para manter o governo provisório razoavelmente estável, emplaca o Código Eleitoral de 1932, abrindo a possibilidade de uma maior competição no sistema político. Vargas abandona sua antiga estratégia de organizar partidos nacionais e passa a utilizar os interventores do governo federal como influenciadores de partidos estaduais que apoiassem o governo, incentivando assim a criação de novos partidos. Entretanto, novos partidos de oposição também se aglutinam, possibilitando a abertura para uma maior competição política. É certo que essa atuação não era ampla, a maioria dos partidos representados na Constituinte de 1933 era da base de apoio do governo.

Para as eleições estaduais de 1934, apenas o Rio Grande do Norte teve representação unânime nas Câmaras estaduais. Segundo Silva. E.A e Silva T.N (2013, p.34 e 39), nos pleitos eleitorais de 1933 e 1934 em média, os partidos representavam em 67,5 % o governo e em 31,5% a oposição. Houve uma “quebra do monopólio político por parte dos partidos republicanos e a instalação de certo pluralismo político-partidário nos estados. Além disso, a presença de uma competição política institucionalizada, ainda que restrita, é um fato completamente novo do período pós-1930 quando comparado com o período republicano anterior”.

Em meio a essas incertezas acerca da reestruturação do sistema político brasileiro, dois atores históricos exerceram um papel diferenciado na disputa pela representação, a Igreja Católica e o movimento feminista ligado à luta pelos direitos políticos femininos. A Igreja, que desde o advento da República havia perdido influência sobre o Estado, se inseriu nesse novo panorama com a articulação de um movimento religioso que visava a candidatura de pessoas ligadas aos valores católicos, esse movimento ficou conhecido como a Ação Católica, uma das intenções era tornar o ensino religioso obrigatório novamente. Já o movimento feminista institucionalizado, representado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), intensificou seu programa de luta pelos direitos políticos femininos.

É justamente em 1931, um ano após a Revolução de 1930 e a instauração do governo provisório, que acontece a II Conferência Internacional Feminista, organizada pela FBPF. Esse evento, que tinha a pretensão de unir, sob a liderança da FBPF, vários grupos

femininos⁸⁴, ocorreu em um período estratégico onde a reestruturação pela qual passava o sistema político brasileiro favorecia a uma maior abertura para a conquista do voto feminino. Talvez, por entender esse contexto e tentar tirar alguma vantagem para a luta encampada pela Federação Brasileira, Bertha Lutz saiu em comitiva para o Palácio do Catete, ao final da II Conferência, para entregar uma moção aprovada no evento em favor da confraternização da família e do Dia das Mães. Mais estratégico ainda foi a entrevista que a feminista concedeu ao *Diário Carioca* em 17 de junho de 1931, onde fala que o presidente Vargas afirmou que havia recomendado ao Sr. Assis Brasil⁸⁵ a inclusão do voto feminino no novo projeto da lei eleitoral. A Imprensa era, principalmente para mulheres de elite como Bertha, um instrumento de visibilidade e pressão pelas causas feministas.

Vargas prometeu e cumpriu. O Código Eleitoral de 1932 trazia mais essa inovação, a abertura do sistema eleitoral às mulheres. A esfera público/política, o espaço de tomada de decisão dentro do Estado burocrático que era uma arena exclusivamente masculina, agora recebia novos sujeitos de direitos, que não tinham como finalidade apenas o exercício do voto, mas traziam consigo novas pautas e debates⁸⁶. Isso não significa que as reivindicações femininas ganharam força apenas nesse momento. Desde a primeira Constituição Republicana as discussões sobre o voto feminino foram intensas, inclusive em sessões parlamentares com debates acalorados.

Além disso, durante todo primeiro terço do século XX, as mulheres estiveram ativas escrevendo em periódicos, organizando ligas femininas, movimentos grevistas, e etc. Entretanto, nesse momento as pautas femininas saem do campo da reivindicação feita a um parlamento estritamente masculino, que não enxergava as mulheres como sujeitos passíveis de direitos, e passam a ser formuladas com base na igualdade civil. Ou seja, as mulheres passam a, não só obedecerem às leis, mas também a formula-las. Se, segundo o conceito de República, todos deveriam ser iguais perante a lei, as mulheres também deveriam ter sua

⁸⁴ Essa pretensão não foi alcançada, apesar dos esforços da FBPF de tentar unificar às mulheres sob a bandeira da instituição, o movimento de luta pela emancipação feminina era diverso, incluindo mulheres comunistas e anarquistas que não acreditavam no voto como instrumento de luta. Além disso, dentro da própria FBPF havia divergências, isso será tratado mais detalhadamente em outro tópico desse capítulo.

⁸⁵ João Francisco de Assis Brasil, era gaúcho e um dos três membros da Subcomissão de Reforma e Leis Eleitorais, nomeado por Getúlio Vargas logo após a Revolução de 1930. Ficou responsável, junto com o piauiense João C. da Rocha Cabral e o paulista Mário Pinto Serva por elaborar o Código Eleitoral de 1932. Além disso também foi ministro da Agricultura e Desenvolvimento e embaixador na Argentina (Silva. E.A e Silva T.N, 2013, p.7- 8).

⁸⁶ A discussão sobre a presença da mulher na esfera pública que é citada nesse debate se refere ao exercício da cidadania política. Muitas mulheres já trabalhavam, estudavam e circulavam no espaço público. As mulheres de classe mais baixa sempre circularam pelo espaço urbano, nas ruas e feiras, nas fábricas e em empregos no comércio. Essa presença feminina no mercado de trabalho significava mão-de-obra barata para o novo sistema comercial, onde a família nuclear burguesa passou a ser célula de consumo.

igualdade civil assegurada. Era simples. “Em outro nível, a lógica por trás da demanda por sufrágio feminino em um país que professava princípios republicanos é óbvia, e as sufragistas fizeram uso liberal da tradição e retórica da Revolução” (DU BOIS, 1975, p. 66). Mas se no Brasil durante toda a Primeira República não houve movimentos populares exigindo maior participação eleitoral (CARVALHO, 2008), porque um grupo de mulheres intelectuais lutou por esse direito desde a primeira Constituição da República?

A luta pela cidadania, leis e representação dentro da arena política era feita por mulheres que entendiam que o voto era o melhor caminho para sua emancipação educacional e econômica. Sobre esse potencial do voto que as sufragistas defendiam Du Bois (1975, p. 66) explica que:

Em parte, a promessa feminista e libertadora de emancipação baseava-se no poder concreto que as sufragistas esperavam obter com o voto. As sufragistas esperavam que as mulheres usassem a cédula para se protegerem e imporem seu ponto de vista sobre questões políticas. Elas, previam que, mediante o uso estratégico do seu poder político, as mulheres iriam abrir novas ocupações, elevar o nível das suas escalas de salários à dos homens, ganhar greves e forçar reformas no matrimônio e no direito da família para se protegerem dos abusos sexuais; perda de seus filhos, e da tirania incontrolada de seus maridos. A demanda por sufrágio reuniu o protesto contra todos esses abusos em uma única demanda pelo direito de moldar a ordem social por meio da esfera pública.

É certo que esse caminho não foi escolhido por todas as mulheres, as anarquistas e comunistas não acreditavam nesse poder emancipador do voto e escolheram outras formas de luta. O que não quer dizer que elas não compartilhassem pautas e discussões. As questões acerca do trabalho feminino e da emancipação econômica das mulheres estiveram presentes nos discursos e ações das feministas que lutavam pelos direitos políticos. Entretanto, essas mulheres diferiam nas ações e práticas para alcançarem esses objetivos, para Fraccaro (2016, p. 65):

A formação de organizações internacionais no entreguerras contou com uma forte mobilização das mulheres de diferentes países que lutavam por mais participação e ainda disputavam a elaboração de diretrizes para o trabalho. O debate internacional travado entre as organizações estava dividido entre as que acreditavam que a regulamentação traria algum ganho para toda a classe trabalhadora, como era o caso da Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada em 1919; entidades defensoras do feminismo por direitos iguais que acreditavam que a redução da regulamentação, ou nenhum ordenamento, teria como efeito a redução da discriminação de gênero e grupos que defendiam a regulamentação para ambos os sexos e toleravam apenas os regulamentos de gênero já existentes, como a proibição do trabalho noturno e a proteção à maternidade.

A Federação Brasileira assim como a Federação Pernambucana, compartilhavam a ideia de que “o sufrágio era um meio para ampliar as conquistas, e não um fim” e se colocavam a favor da instalação da legislação trabalhista no Brasil. Nesse sentido, defendiam

a regulamentação do trabalho feminino sem prejuízos nem restrições para as mulheres, como um caminho para assegurar a igualdade de condições entre homens e mulheres. Já para o comunismo brasileiro, o direito de voto, bem como o reconhecimento dos direitos civis e políticos da mulher, não seria suficiente para garantir a liberdade, pois o verdadeiro grilhão estava na dominação burguesa. Ou seja, o feminismo ligado ao movimento comunista e socialista da época anulava a especificidade das questões de gênero.

O movimento anarquista se destacou na organização de grupos femininos que tratavam de maneira mais direcionada a questão da mulher. Segundo Margareth Rago (1984, p.148-152), várias mulheres anarquistas se insurgiram contra o lugar de passividade relegado à mulher, nomes como Maria Lacerda de Moura, Matilde Magrassi, Maria de Oliveira, Josefina Stefani Bertachi, escreviam em jornais anarquistas, organizavam reuniões, conferências, e palestras, para tratar sobre a causa feminina, chegando a fundar a Federação Internacional Feminina. Essa organização buscava conscientizar as proletárias da importância da luta por melhores condições de vida e de trabalho, buscando compreender as opressões do capital pelo viés feminino.

As feministas brasileiras ligadas a Federação Brasileira e a Federação Pernambucana, por sua vez, se inseriram na luta pela emancipação feminina pela contestação do sujeito de direito de dentro do próprio liberalismo. Elas utilizaram a ideia de igualdade professada pelo liberalismo para reivindicarem a inserção das mulheres na esfera pública/política, não rejeitavam seus papéis domésticos na vida privada, entretanto, desafiavam o monopólio masculino na esfera pública e não admitiam que fossem excluídas da participação política. Por isso, foram lidas como feministas liberais, elas recorriam do conceito de universalidade também adotado pelo liberalismo para reivindicarem os direitos políticos e sociais femininos. Se para os liberais todo indivíduo deveria ter direitos assegurados de maneira igual, as feministas liberais questionavam se as mulheres não seriam consideradas indivíduos já que elas trabalhavam e estudavam exercendo um papel importante no funcionamento da sociedade.

Segundo Ellen Du Bois (1975, p. 64), o aspecto revolucionário da luta pela participação política e pelo voto feminino, de uma maneira geral, é que, ao concentrarem a luta na esfera pública e principalmente na cidadania, as feministas “exigiam das mulheres um tipo de poder e uma conexão com a ordem social que não se baseava na instituição da família e na sua subordinação dentro dela”. Como cidadãs, as mulheres passariam a participar da sociedade diretamente como indivíduos, não indiretamente como mães e esposas. Esse

discurso vai ser defendido pelas feministas da Federação Pernambucana em um contexto de configuração de uma nova cultura política que surgia nos anos de 1930, que abarcava não somente as mulheres, mas outros grupos aliados do poder, assim como o surgimento de novas formas de se relacionar com o político.

O movimento feminista organizado, assim como as diversas mulheres trabalhadoras que lutaram por seus direitos junto aos patrões, foram atrizes sociais que participaram ativamente na construção da República e na luta pela expansão da democracia brasileira. Todavia, os livros de História da República, comumente, silenciam essa participação, ou se o fazem, é de uma maneira muito rasa, sem destacar a importância que os movimentos sociais de mulheres tiveram nesse período. As feministas vêm buscando ressaltar cada vez mais em seus estudos acadêmicos essa nova perspectiva, trabalhos como os de Alcileide Cabral do Nascimento, Rachel Soihet, Tereza Marques, Joana Pedro, Margareth Rago, buscam enfatizar a participação política das mulheres no período em questão. Nosso trabalho se insere nessa mesma linha de pensamento, fortalecendo o campo de estudo feminista junto ao saber histórico.

2.2 Natureza x Cultura: um debate político acerca dos direitos femininos

Para as mulheres que lutavam pelos direitos políticos, essa nova cultura política que se organizava nos anos de 1930 trouxe o tão almejado direito ao voto, pauta de luta desde a primeira Constituição republicana. O Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 dizia que:

Art. 2º É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo [grifo nosso], alistado na forma deste Código⁸⁷. Estavam proibidos de votar:

- a) os mendigos;
- b) os analfabetos;
- c) as praças de pré⁸⁸, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior.

Ou seja, a partir de então, a luta pelo alistamento eleitoral feminino e pela expansão da instrução das mulheres se tornou imprescindível. Se a questão do analfabetismo era um grande empecilho para o exercício eleitoral de toda a população, para as mulheres a expansão da educação tinham peso dobrado. Isso se devia não somente pela desigualdade e

⁸⁷ Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33626>.

⁸⁸ Praças de pré era a nomenclatura utilizada para falar de militares de baixa patente na hierarquia militar.

inferioridade que o ensino para as mulheres era administrado em relação ao dos homens, mas também pelo constante questionamento sobre a capacidade intelectual feminina para lidar com a esfera política.

Em Pernambuco, no ano de 1933, estavam matriculadas 110.871 pessoas em algum tipo de unidade de ensino, 54.699 eram do sexo masculino e 56.172 eram do sexo feminino⁸⁹. Ou seja, o número de matriculados em algum tipo de ensino era mais ou menos equilibrado entre homens e mulheres. Esse índice de equiparação também se confirma quando analisamos os dados para o Brasil. Entretanto, as mulheres eram muito prejudicadas tanto no acesso quanto na qualidade do ensino dado a elas. Em relação a essa dificuldade Rosemberg (2013, p.334) coloca que havia:

Segregação sexual das escolas, interditando a educação mista; o ideário de que a educação de meninas e moças deveria ser mais restrita que a de meninos e rapazes em decorrência de sua saúde frágil, sua inteligência limitada e voltada para sua “missão” de mães; o impedimento à continuidade dos estudos secundários e superior para as jovens brasileiras.

A ideia de que as mulheres deveriam ser instruídas apenas o suficiente para cuidarem dos filhos e para se manterem em caso de abandono colocava uma barreira para a equiparação dos currículos escolares de meninos e meninas nas escolas secundárias. O diploma da Escola Normal, que nesse período era a instituição de ensino mais frequentada pelas mulheres, não dava acesso às mesmas para o ingresso no Ensino Superior.

Em Recife, a Federação Pernambucana por meio de sua presidente, Edwiges de Sá, ajudou a Escola Normal do Recife a conseguir essa validação ainda nos anos de 1930. A FPPF compartilhava do pensamento de que essa disparidade na educação entre homens e mulheres era a principal causa para que as mulheres fossem consideradas incapazes para atuar na esfera pública. Os questionamentos acerca dessa falta de inteligência feminina estavam calcados em discursos científicos que colocavam na biologia a causa da inferioridade das mulheres.

Sobre essa “incapacidade feminina” podemos perceber, de maneira muito nítida, de onde partia esse tipo de pensamento através da leitura dos periódicos da época. Em 16 de fevereiro de 1933, o periódico *Diário da Manhã* publicou a resposta do desembargador Santos Pereira sobre uma enquete promovida pelo jornal. Essa enquete versava sobre “A mulher no corpo de jurados” e pedia para que autoridades enviassem suas impressões sobre a

⁸⁹ IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Seção Educação, página 604. Disponível em http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1937/educacao1937c_aeb_049a050.pdf.

participação feminina no corpo de jurados dos tribunais⁹⁰. A resposta de Santos Pereira, um ano após a conquista do direito ao voto feminino, é bem taxativa:

Para não perder tempo, começo atendendo à solicitação que me foi feita pela declaração categórica de que, no meu conceito, a mulher não deve fazer parte do corpo de jurados [grifo nosso]. Vou apanhar, com esta opinião, assim emitida ex-abrupto, a pécha, que será a "menos grave", de misoneísta, sinão o que é pior, a de misoginista. Como quer que seja, nem por isso, dentro do meu ponto de vista social e jurídico, não deixo de encarar com uma extravagância, das muitas que têm foros de cidade em nosso tempo, a pretensão da mulher neste particular [grifo nosso]. Não me atenho, para discorrer desta maneira exclusivamente ao campo socio-jurídico da questão, mas e, sobretudo, ao psicológico e até anatomo-fisiológico, se isto não constituir uma ousadia⁹¹.

Um desembargador, símbolo do poder judiciário, afirmava que a participação feminina no corpo de jurados era uma “extravagância”. As mulheres poderiam ser julgadas por um corpo de jurados em algum processo que estivessem envolvidas, mas não poderiam fazer parte do mesmo. Ou seja, mulheres eram julgadas por homens, mas não tinham, segundo o desembargador, o direito de julga-los. E ele explica o porquê:

O que vejo assinalado é que, além das diferenças psicológicas dos dois sexos, avultam as sociais e físicas, conferindo a cada um funções distintas. A mulher para as funções de ordem interna, o homem para as de ordem externa [grifo nosso]. E Eduardo Espinola, o nosso juriconsulto, escrevendo doutamente, ainda há pouco, sobre o feminismo e a legislação civil, a psicologia feminina comparada com a psicologia masculina, avançou que "as condições físicas e fisiológicas da mulher demonstram que as funções que a pratica social lhe atribue, correspondem, na normalidade dos casos, às suas condições especialíssimas. Os deveres da maternidade, os cuidados da sua saúde antes e depois do parto, assinalam a natureza das funções que lhe são mais adequadas"[grifo nosso]. (...) Confesso que sempre fui adepto da emancipação intelectual da mulher, mas emancipação no bom sentido - fora do campo das reivindicações extremadas das feministas á outrance. A mulher ilustrada, sim, mas para direção e governo do lar.

O magistrado baseou sua explicação tanto em argumentos clássicos dos antifeministas do século XVIII, como é o caso da inferioridade biológica da mulher, quanto nas justificativas liberais para a dicotomia público x privado mais utilizadas no século XIX e XX. Segundo Iris

⁹⁰ O Tribunal do Júri “foi disciplinado em nosso ordenamento jurídico pela primeira vez pela Lei de 18 de junho de 1822, a qual limitou sua competência ao julgamento dos crimes de imprensa, sendo que o mesmo era formado por Juizes de Fato, num total de vinte e quatro cidadãos bons, honrados, patriotas e inteligentes, os quais deveriam ser nomeados pelo Corregedor e Ouvidores do crime, e a requerimento do Procurador da Coroa e Fazenda, que atuava como o Promotor e o Fiscal dos delitos. “Os réus podiam recusar dezesseis dos vinte e quatro nomeados, e só podiam apelar para a clemência real, pois só ao Príncipe cabia a alteração da sentença proferida pelo Júri”. Com a Constituição Imperial de 1824, passou a integrar o Poder Judiciário como um de seus órgãos, tendo sua competência ampliada para julgar causas cíveis e criminais. Em 1832 foi disciplinado pelo Código de processo Criminal, o qual conferiu-lhe ampla competência, só restringida em 1842, com a entrada em vigor da lei n. 261. Após várias discussões, quando da promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891, foi aprovada a emenda que dava ao art. 72, § 31, o texto “é mantida a instituição do Júri”. O Júri foi, portanto, mantido, e com sua soberania.” Fonte: site Âmbito Jurídico, verbete origem, história, principiologia e competência do tribunal do júri, disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9185.

⁹¹ A mulher no corpo de jurados. **Diário da Manhã**, 16/02/1933. CEPE – Companhia Editora de Pernambuco.

Marion Young (2012, p.172) a defesa dessa “incapacidade” feminina era calcada no ideal de razão moral imparcial, correspondente ao ideal iluminista que concebia “o domínio público como a obtenção da universalidade de uma vontade geral que deixava a diferença, as particularidades e o corpo para trás, nos domínios privados da família e da sociedade”, domínios esses determinados socialmente como lugares femininos.

Para Santos Pereira, a biologia, a psicologia e até as funções sociais atribuídas as mulheres situavam-na em atividades do espaço privado. Como um ser naturalmente programado para reproduzir, ela precisaria cuidar mais da saúde, além de psicologicamente ser mais emotiva por causa da sua função de mãe. Esta função seria, para o magistrado, a única causa pela qual ele defendia a emancipação intelectual feminina, apenas para que as mães pudessem educar bem seus filhos. Para fundamentar seu ponto de vista, Santos Pereira evoca a opinião de outra autoridade, Eduardo Espíndola⁹², ministro do Supremo Tribunal Federal da época.

Ou seja, o Judiciário, que era composto em sua maioria esmagadora por homens, enxergava no feminismo, que pedia a igualdade jurídica, política e social das mulheres, uma ameaça. Nesse período já existiam algumas mulheres advogadas no Brasil, Ida Uchoa, por exemplo, era advogada formada pela Faculdade de Direito do Recife e consultora jurídica da FPPF. O posicionamento da Federação Pernambucana a favor da igualdade civil e política atingia homens como Santos Pereira, que defendiam a exclusão feminina da esfera pública. O magistrado continua sua justificativa:

Não me interessa saber para a solução do pleito ora ventilado, se este estado advém do recalçamento ou do desuso das funções cerebraes que na mulher desde remotas eras vem sendo atrofiadas, determinando o que em biologia, segundo Lívio de Castro, se convencionou chamar o mecanismo das atrofias por inação, ou se, como pretende Lombroso, deriva ele do fato de terminar na mulher mais cedo do que no homem, a evolução mental. A verdade, que não admite réplica, é que em todos os tempos em que todas as civilizações á mulher se tem atribuido um papel muito diferente do desempenhado pelo homem, não passando os avanços do feminismo, na rudeza das suas violentas expansões, de arremetidas loucas contra as proprias leis naturaie e culturaes que regem a humanidade. Tinha toda razão Scipio Sighle em dizer que os homens faziam as leis e as mulheres os costumes.

Ao analisarmos essas linhas podemos perceber um sistema imbricado de argumentos, teorias e discursos que estruturavam e justificavam cientificamente a “inferioridade” feminina. Esses discursos se complementavam tanto na área jurídica como na psiquiatria, antropologia, medicina e também na religião⁹³. Cesare Lombroso, médico, antropólogo e

⁹² Eduardo Espinola, site da Fundação Getúlio Vargas, seção do CPDOC, disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/espinola-eduardo> .

⁹³ Sobre o discurso religioso, faremos um aprofundamento no próximo tópico.

psiquiatra italiano, é citado como autoridade científica para fundamentar a inferioridade biológica feminina baseada no retardo da evolução mental da mulher. Ele, assim como Scipio Sighele (discípulo de Lombroso e também citado no texto de Santos Pereira) foram expoentes da antropologia criminal, teoria que se estruturava a partir do darwinismo social⁹⁴. Lombroso argumentava “ser a criminalidade um fenômeno físico e hereditário, e como tal, um elemento objetivamente detectável nas diferentes sociedades” (LOMBROSO, 1876, P.45 Apud SCHWARCZ,1993, p 49), isto é, ele acreditava que a criminalidade era um fator genético.

O italiano tinha como base os estudos da Frenologia e da Antropometria, teorias que interpretavam a capacidade humana levando em conta o tamanho do cérebro das diferentes nações (SCHWARCZ,1993, p.48). Todas essas teorias serviram como instrumentos epistemológicos para o nascimento da eugenia, que hierarquizava os povos de acordo com a “pureza da raça”, e veio a se tornar uma política social racista de extermínio de povos de diferentes etnias. Dessa maneira, é fácil entender de onde veio a convicção do nosso desembargador ao afirmar que as mulheres estavam infringindo as leis naturais ao questionarem seus papéis sociais, já que, segundo as teorias científicas das quais ele corroborava, estes papéis foram selecionados pela natureza.

Esses discursos eram acionados para delimitar o lugar social das mulheres a qualquer possibilidade de mudanças nas relações de poder nos espaços majoritariamente masculinos. As feministas que lutavam pela igualdade civil eram acusadas de promoverem “arremetidas loucas, contra as próprias leis naturais e culturais”. Por fim, nosso desembargador afirma, categoricamente, que a mulher não tem capacidade de julgar porque lhe falta o sentimento do justo, ou seja, lhe falta “razão”:

Se os homens com todos os privilegios que a natureza e a civilização lhes concede, tão mal servem aos interesses sociais quando chamados a julgar os seus semelhantes que não dizer da mulher, ante os prejuízos apontados, sobretudo predominando nelas a afetividade, a imaginação, tão fáceis de serem exploradas em desproveito da justiça? Aliás, já se tem dito e repetido, com a chancela da ciência, que na mulher é muito escasso o sentimento do justo.

Esses eram argumentos comumente encontrados nos jornais da época para limitar o espaço de atuação feminino ao lar e aos cuidados com o marido e os/as filhos/as. A dicotomia razão x emoção era transposta para público x privado, dessa forma, ao associarem as mulheres á emotividade pela proximidade que faziam delas com a natureza através da ação da

⁹⁴ “Denominada “darwinismo social” ou “teoria das raças”, essa nova perspectiva via de forma pessimista a miscigenação, já que acreditava que “não se transmitiriam caracteres adquiridos”, nem mesmo por meio de um processo de evolução social. Ou seja, as raças constituiriam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento, por princípio, entendido como erro. (..) compreendiam a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social.” (SCHWARCZ, 1993, p. 58).

reprodução, construíam o sujeito feminino como sendo naturalmente do espaço privado e o sujeito masculino como sendo naturalmente do espaço público (YOUNG, 2012).

O liberalismo tinha como discurso fundador a ideia de igualdade civil, ou seja, o pensamento de que todos deveriam ser tratados como iguais no espaço público. Entretanto, quando os liberais separam o público do privado tendo como justificativas, argumentos calcados na “biologia superior do homem”, eles desqualificam o caráter universal que professavam em seus discursos, pois as mulheres eram excluídas do exercício primordial da liberdade civil que era existir enquanto indivíduo igual.

Foi exatamente essa contradição que se tornou o calcanhar de Aquiles daqueles que se proclamavam liberais republicanos e eram contra o voto feminino. As feministas que lutavam pelos direitos políticos perguntavam se era justo a mulher trabalhar e estudar e não poder votar; questionavam se essa inferioridade não estava nas oportunidades desiguais dadas as mulheres em relação aos homens, principalmente na questão da educação; afirmavam que muitas mulheres eram mães e esposas e precisavam trabalhar e que o Estado deveria também se responsabilizar pela educação e saúde das crianças.

A Federação Pernambucana corroborava desse pensamento, para as mulheres que compunham essa entidade, a educação igual para homens e mulheres acabaria com essa disparidade de “capacidade” que os antifeministas tanto falavam. Elas retiram essa “incapacidade” da biologia e colocam na cultura, deslocando assim o principal argumento dos que eram contra a emancipação econômica e política da mulher. Ao longo dos discursos proferidos por essas mulheres podemos perceber quais argumentos e sob quais valores elas construíram a defesa das mulheres enquanto sujeitos de direitos.

2.3 Justiça, Moral e Progresso: a defesa da cidadania feminina nos discursos da FPPF

A defesa da cidadania feminina como um direito e um dever, foi exposta já no primeiro discurso oficial da FPPF, na solenidade de fundação da instituição em 1931, no Club Internacional do Recife. Nesse discurso, escrito por Ida Uchoa, advogada e consultora jurídica da entidade, a luta das mulheres por direitos é apresentada como um ideal, como uma das mais importantes finalidades da vida feminina:

Nada impõe um cunho de tanta beleza e tanta vibração á vida quanto a conquista dos grandes ideais. É por eles que os homens porfiam, combatem e morrem. E si Pasteus lindamente disse: “a grandeza das ações humanas mede-se pelo ideal que a inspirou; feliz de quem traz em si um ideal e lhe obedece” eu não temo afirmar que as mulheres que atualmente se congregam para trabalhar pela realização deste tão

bonito e tão justo – o da sua emancipação econômica e conquistas sociais- realizam uma das maiores finalidades de sua vida [grifo nosso]⁹⁵.

Ou seja, quando Uchoa coloca a emancipação econômica e as conquistas sociais como finalidades, como ideais para a vida feminina, ela diz implicitamente que os cuidados com o lar (espaço privado) e a maternidade não eram as únicas prioridades na vida das mulheres. Elas deveriam ter também a preocupação com um ideal que partia da necessidade de atuarem enquanto “seres para si”, agindo em prol de atividades e objetivos que beneficiavam a elas e a toda a sociedade. Sustentando a argumentação nessa linha de raciocínio, Uchoa fala sobre a importância da participação feminina no progresso do mundo:

A evolução é fator que impulsiona e constrói, por um estranho dinamismo, a vida. Já vai longe o tempo em que a atividade da mulher girava unicamente em torno do lar. A lei do progresso, que tem modelado por um ritmo novo a estrutura do ambiente social, que tem gravado em todas as coisas uma feição nova, diferente vertiginosa, somente á mulher impor a atitude de não evoluir? [grifo nosso] Condená-la-ia a eterna penumbra, insuficientemente instruída, sem consciência dos grandes cometimentos que agitam o cenário do mundo, permanecendo numa situação acomodaticia que não seria outra coisa senão alheamento, indiferença, por deveres, por direitos? ⁹⁶

Com esse discurso, que tentava construir uma nova imagem do que era ser mulher, imposta pela evolução do mundo e pela “lei do progresso”, as feministas da FPPF “também esperavam que a emancipação transformasse a consciência da mulher, para retomar sua autoimagem, não na subordinação de seu papel familiar, mas na individualidade e autodeterminação que elas viam na cidadania” (Du Bois, 1975, p. 67). O progresso e a civilização eram entendidos como modelos universais, obrigatórios, pela lei natural da evolução da história humana (SCHWARCZ,1993, p.57).

Isso não significava que elas diminuíssem a importância das atividades ligadas ao espaço privado na vida das mulheres. Continuavam defendendo a maternidade e a educação dos filhos como compromissos femininos e faziam questão de afirmar que não buscavam competir com os homens, mas se igualar nas oportunidades e se juntar a eles na obrigação de construir uma sociedade melhor. Entretanto, assim como a FBPF, a Federação Pernambucana se posicionava contra as restrições impostas às mulheres casadas pelo Código Civil republicano de 1916, que as colocavam sob a tutela dos maridos e submetiam a elas a autorização para as atividades das mulheres fora do lar.

⁹⁵ **Discurso de Ida Souto Uchoa lido na sessão solene de posse da FPPF**, 10/11/1931, no Club Internacional do Recife. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM,EFI.FPE.1. Pag.1.

⁹⁶ **Discurso de Ida Souto Uchoa lido na sessão solene de posse da FPPF.Op.Cit.**

Em 1935, encontramos debates mais profundos acerca do papel do casamento na vida das mulheres no boletim semanal da FPPF no periódico *Diário da Manhã*⁹⁷. Nesse momento, a instituição modifica suas práticas e se articula de uma maneira mais capilarizada na sociedade pernambucana. Todavia, até o reconhecimento dos direitos políticos das mulheres de maneira definitiva na Constituição de 1934, as feministas da FPPF seguiram contestando a exclusão das mulheres do espaço público, baseadas na igualdade civil.

A elevação do status político das mulheres foi defendida pela FPPF através do espaço que essas feministas conseguiram na imprensa escrita da época. Em 1933, as forças da Federação Pernambucana estavam voltadas para a defesa da participação feminina na esfera política, essa participação deveria ocorrer principalmente por meio da candidatura de mulheres a cargos políticos. Nesse sentido, Edwiges de Sá Pereira sai candidata a deputada para a Constituinte de 1933 pelo Partido Economista de Pernambuco (PEP). A defesa de sua candidatura se fez por meio dos discursos de suas apoiadoras e, principalmente, das integrantes da FPPF. O *Diário de Pernambuco* publicou, durante os 3 meses anteriores as eleições de 1933, entrevistas de mulheres ilustres da sociedade, que respondiam sobre quem deveria representar a mulher pernambucana na Constituinte. Nessas entrevistas, as sócias da FPPF se pronunciaram em carta aberta de apoio:

O importante papel que a mulher vem sendo cada vez mais chamada a desempenhar na vasta esfera das atividades sociais, pela força de reivindicações justas e humanas, exige que a representante da mulher pernambucana na futura Constituinte reúna qualidades –morais dificilmente encontradas em uma só pessoa. A uma forte inteligência deve aliar-se sólida cultura, aprimoradas ambas por uma perfeita educação religiosa, cívica, e comprovado senso de equilíbrio [grifo nosso].

A esses atributos marcantes de um caráter, que a moralidade realça e consolida, são necessários ainda trabalhos e estudos especializados sobre a moderna função da mulher na sociedade, sobre o ensino público e os múltiplos problemas que se relacionam com a educação da criança e da mulher, no sentido de engrandece-las moral e socialmente.

Expoente intelectual, síntese feliz das virtudes morais, cívicas e religiosas da mulher pernambucana, eis por que melhor que a nenhuma outra cabe a D. Edwiges de Sá Pereira o direito de representar esta superioridade necessária, na futura Constituinte [grifo nosso]⁹⁸.

Logo se nota que a candidatura para cargos políticos não era defendida de maneira ampla para todas as mulheres. Tanto a questão da moral como do intelecto eram centrais no discurso da FPPF como qualidades imprescindíveis para exercer um papel no sistema político. Edwiges era professora da Escola Normal do Recife, presidente da Academia Pernambucana

⁹⁷ Que pensa do celibato feminino? *Diário da Manhã*. 20/09/1935. CEPE – Companhia Editora de Pernambuco.

⁹⁸ A quem deverá a representação da mulher pernambucana na nova Constituinte? *Diário de Pernambuco*, 29/01/1933. Hemeroteca Digital Brasileira.

de Letras, escritora e poetisa, além de se declarar fiel aos princípios católicos⁹⁹. Ou seja, ser candidata exigia um certo status, principalmente no que se refere a educação, e a maioria das mulheres que tinha acesso à educação na década de 1930 ainda era da classe média e alta. Nesse caso, a questão racial também vai ter um peso, visto que as mulheres da FPPF faziam parte de uma elite que corroborava com o novo projeto de nação que estava sendo construído e que tinha no higienismo e no eugenismo os seus pilares ideológicos.

Era um movimento formado por uma elite feminina que entendia as mulheres das classes mais pobres como atores sociais passivos nessa mesma luta. Sabemos que desde o início do século XX as trabalhadoras já lutavam por seus direitos. A greve de 1917 teve grande participação feminina, como coloca Glaucia Fraccarro (2016) e Margareth Rago (1984), o debate por direitos trabalhistas e sociais já figurava como pauta de reivindicação das mulheres operárias. Indiscutivelmente, as mulheres das classes pobres não eram passivas na luta por direitos.

Podemos achar a explicação para esse tipo de pensamento por parte das mulheres da FPPF na tese que havia sido defendida por Edwiges de Sá intitulada “Pelas mulheres, para as mulheres”. Como já pudemos analisar no primeiro capítulo desse trabalho, o cerne desse discurso era a ideia de que a educação era o único caminho para acabar com o status de inferioridade feminina e colocar a nação brasileira no caminho da civilização e do progresso. Para isso, as mulheres “que sabiam trabalhar, mas não precisavam”, ou seja, a elite intelectual feminina deveria tomar a vanguarda na luta pela expansão da educação para todas as mulheres. Em ocasião da Festa do Livro, evento organizado pela FPPF em 1935 para a arrecadação de livros para a biblioteca dos cursos de qualificação feminina, Edwiges fala sobre sua tese elaborada em 1931, acerca da educação das mulheres e como a cultura era importante na civilização do país:

A tese que elaborei e defendi versou, especialmente, sobre a educação das mulheres da classe popular, salientando que sem escola, sem higiene, sem religião consciente, analfabeta, impaludada, supersticiosa, a mulher inculta, no Brasil como em qualquer parte, por melhores que sejam os elementos de sua formação étnica, não poderá ser responsabilizada pelo valor sociológico de sua prole, de que somente as exceções ingressam no concerto produtor da nação. E se pleiteamos direitos políticos, é porque sem estes, as mulheres cultas, que tudo isto sabem e de tudo isto se compenetram, não poderiam agir na altura do problema¹⁰⁰.

Essa visão de evolução por meio da cultura muito se assemelhava a algumas ideias da antropologia cultural, uma corrente teórica muito difundida na época e que se contrapunha à

⁹⁹ **A quem deverá (...)** Op.Cit 26/01/1933. Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁰⁰ **Discurso proferido por Edwiges de Sá Pereira na Festa do Livro.**17/11/1935. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM,EFI.FPE.p.47.

várias ideias do darwinismo social (SCHWARCZ, 1993). As mulheres da Federação Pernambucana eram professoras, advogadas, e escritoras, provavelmente elas tiveram acesso a leituras que versavam sobre essa corrente de pensamento.

O progresso, no discurso dessas mulheres, era entendido como algo inevitável, um processo pelo qual toda a humanidade deveria passar e pelo qual incluía o reconhecimento dos direitos políticos femininos. Esse progresso se daria não por uma “pureza de raça” ou eliminação de “raças inferiores”, mas por meio da elevação cultural, compreendida também como evolutiva. Nesse sentido, o entendimento que essas mulheres tinham do desenvolvimento cultural e intelectual também era hierarquizado e de cunho racista¹⁰¹. Entretanto, a ideia de diferença utilizada pelo darwinismo social para falar das hierarquias entre as raças como sendo algo imutável na natureza é substituída pela ideia de desigualdade. Segundo Schwarz (1993, p.62):

A noção de desigualdade implicaria a continuidade da concepção humanista de uma unidade humana indivisível, somente marcada por dissimilaridades acidentais e contingentes. As diversidades existentes entre os homens seriam apenas transitórias e remediáveis pela ação do tempo ou modificáveis mediante o contato cultural.

É importante entendermos que também estava em disputa o status feminino de racionalidade. O argumento antifeminista da inferioridade intelectual da mulher era o cerne do discurso contrário aos direitos políticos femininos. Nesse contexto, o significado do feminismo tinha um peso diferenciado para essas mulheres, já que elas entendiam que a luta ideológica travada por ele era um legado histórico que elas deveriam continuar. Sobre essa questão, ainda no mesmo discurso, Edwiges faz uma indagação:

Mas, o que é feminismo? Esta ideologia surgiu da luta pelo pão, baseou-se em princípios vitais para a espécie, desenvolveu-se como uma questão de justiça, espalhou-se como a luz pelas consciências, corporificou-se, afinal, na legislação de países de elevado expoente cultural. No Brasil foi, a princípio, sonho de algumas mulheres idealistas, isoladas no seu rincão, depois confraternização espiritual, e por fim a ação organizada [grifo nosso].

E continua falando sobre os objetivos da Federação Pernambucana:

Mas pra quê essa agremiação feminina? – Para a campanha intensiva pela conquista de direitos, que as leis do país obstinavam-se a restringir á mulher, ressaltando no mais flagrante contraste os deveres que lhe atribuíam com os direitos primários que lhe outorgavam.

O feminismo e a luta de direitos para as mulheres, na visão da FPPF, era uma questão de justiça. Justiça essa feita pelo elevado grau cultural das nações que se corporificou no

¹⁰¹A desigualdade entre as raças era entendida de maneira hierarquizada, onde uma cultura seria “melhor” que a outra. A ideia de miscigenação também não era bem vista, pois misturava não somente as raças, mas as culturas. A educação para todos/as era defendida pela FPPF como o único jeito de nivelar essa “desigualdade” entre as culturas e, conseqüentemente, acabar com a desigualdade intelectual entre homens e mulheres.

Brasil através da ação organizada, nesse caso se referindo a Federação Brasileira e suas filiais. A noção do justo inferida na fala de Edwiges passa pela ideia de que às mulheres era imputado uma grande carga de deveres, não somente com os filhos/as e a família, mas a submissão as leis que elas não podiam formular, tampouco questionar.

Esse discurso acima analisado foi proferido na despedida de Edwiges de Sá da presidência da FPPF, onde ela buscou fazer um apanhado das ideias da instituição e das ações até ali executadas. Até o fim de 1934, Edwiges era uma figura central para a organização da entidade. Além de fundadora da organização ela foi também uma mentora ideológica.

Vista como um exemplo a ser seguido, Edwiges foi, como já colocamos, indicada pelas associadas da Federação Pernambucana para representar a entidade no pleito de 1933. Além dela reunir todas as qualidades intelectuais e profissionais que eram necessárias, segundo o pensamento ao qual a FPPF corroborava, ela também se declarava fiel aos princípios católicos. A questão da religião era outro ponto importante, principalmente para o corpo social de mulheres que compunha a entidade até 1935¹⁰², o qual a maioria das associadas se declarava católica. Sobre sua candidatura, Edwiges se pronunciou no *Diário de Pernambuco* da seguinte maneira:

A minha profissão de fé está expressa nesta continua atuação que venho exercendo em torno dos problemas relacionados com a educação popular, com organizações de assistência social, com os interesses do operariado, e os altos postulados da Igreja Católica¹⁰³ [grifo nosso].”

Essa declaração pública de obediência aos postulados da Igreja não era somente uma escolha de cunho pessoal. Era um posicionamento político estratégico adotado e transmitido pela Federação Brasileira à suas filiais (KARAWAJCZYK, 2013). Essa postura tinha uma intenção nítida de não confronto com uma força política emergente que se inseria novamente na reorganização das relações de poder junto ao Estado.

Em Pernambuco, assim como em todo o Brasil, a Igreja Católica estava tentando se reestruturar junto ao Estado. Em 1930, com o cenário político em transformação, inaugurou-se um forte movimento católico em resposta a República laica, chamado A Ação Católica. Esse movimento atuou tanto na área política – com a Liga Eleitoral Católica-, incentivando a candidatura de pessoas ligadas aos valores católicos, quanto na área educacional, buscando constituir o ensino religioso como obrigatório novamente (ALMEIDA, 2001). Especificamente em Pernambuco, a Igreja Católica teve um papel central no incentivo e na

¹⁰² Em 1935 aconteceu uma nova eleição para a diretoria da FPPF. Nessa nova configuração algumas mulheres saíram e outras entraram, movimentando também o fluxo de ideias e ações da entidade.

¹⁰³ Ao Eleitorado Pernambucano. **Diário de Pernambuco**.30/04/1933.Hemeroteca Digital Brasileira.

organização do alistamento feminino (SILVA, 2016). Ela construiu as mediações entre o poder político que pretendia obter e a força moral e social que tinha junto a maioria feminina que frequentava os templos católicos. E isso fez toda diferença para a luta organizada feminista da Federação Pernambucana.

2.4 Aproximações e distanciamentos: a FPPF e o discurso religioso sobre os direitos femininos

Ser católico no Brasil em 1933 significava votar nos candidatos indicados pela Igreja, aqueles que estavam comprometidos em reconstruir a aliança entre o Estado e a religião. Mas como se deu essa mediação entre os/as fiéis e o ideal político católico? Segundo Coutrot (2003, p 334):

O fundamento de todas essas mediações reside no fato de que a crença religiosa se manifesta em Igrejas que são corpos sociais dotados de uma organização que possui mais de um traço em comum com a sociedade política. Como corpos sociais, as Igrejas cristãs difundem um ensinamento que não se limita às ciências do sagrado e aos fins últimos do homem. Toda vida elas pregaram uma moral individual e coletiva a ser aplicada *hic et nunc*; toda a vida elas proferiram julgamentos em relação à sociedade, advertências, interdições, tornando um dever de consciência para os fiéis se submeter a eles.

Esse “dever de consciência” para com os ideais religiosos foi estrategicamente utilizado pela Igreja Católica para formar um eleitorado voltado para defender, no campo político, os valores cristãos. Os periódicos editados pelas paróquias passaram a abordar insistentemente a importância das eleições de 1933 e, principalmente, a convocar a mulher católica para “assumir seu lugar” na luta pela reestruturação dos valores católicos na sociedade. É nesse contexto que a Igreja demonstra seu apoio à causa do voto feminino. A maioria das mulheres no Brasil era católica, eram elas também que mais frequentavam a Igreja. Cresceu a ideia do “bom feminismo”, aquele obediente aos valores religiosos.

Os novos deveres das mulheres, segundo a instituição cristã, “eram a família, o trabalho, a escola leiga e o campo legislativo” (KARAWEJCZYK, 2013, p.313). O feminismo que não compactuasse com essas ideias era considerado perigoso, pois poderia acarrear o desmoronamento da família que era o primeiro dever da mulher, o mais importante e primordial. A “verdadeira feminista” deveria ser cristã e seguir as orientações católicas.

Em relação a isso, Bertha Lutz teve problemas causados pela antipatia de alguns setores da Igreja para com a FBPF. Ainda em 1922, Evelina de Arruda Pereira, presidente da Liga Paulista, filial da Federação Brasileira, escreve para a líder da entidade nacional falando

acerca de uma nova associação feminina criada em São Paulo. Se tratava da Liga das Senhoras Católicas, uma associação que professava o feminismo cristão e tinha o intuito de combater o “mau feminismo”. Evelina se queixava para Bertha que essa instituição fazia uma “guerra de inveja” dizendo que a Liga Paulista era uma liga de protestantes e que essa falácia havia desmoralizado a filial paulista perante as mulheres católicas (KARAWAJCZYK, 2013, p. 315). Bertha aconselhou Evelina a manter uma atitude de “benevolência” e incentivou a feminista paulista a não mostrar hostilidade para com a liga cristã.

Essa acusação de compartilhamento de ideias protestantes por parte da filial estadual paulista pode acontecer por causa da aproximação de Bertha Lutz com Carrie Chapman Catt, uma das líderes do feminismo norte-americano¹⁰⁴. A presença de Catt no I Congresso Feminista, em 1922, pode ter feito parecer, para alguns setores da Igreja, que a nova instituição feminista fundada no Rio de Janeiro era simpática a causa protestante e que, conseqüentemente, suas filiais também seriam.

Assim sendo, Bertha escreveu para Catt em 1924 pedindo conselhos sobre essa situação, pois essa oposição católica ao movimento organizado da Federação Brasileira já estava causando prejuízo político a instituição. Catt respondeu a sua colega brasileira que ela deveria manter uma atitude conciliatória com a Igreja Católica, pois, o Brasil era um país católico e a maioria das mulheres aí também era, tendo como exemplos outros países católicos onde as mulheres já votavam, seria uma questão de tempo a Igreja apoiar a causa no Brasil também (KARAWAJCZYK, 2013, p.319).

A partir de então, a FBPF passou a se aproximar da Igreja incluindo no seu discurso ideais professados pela instituição cristã. É tanto que, na primeira página da cartilha organizada para o Curso de Educação Política, em 1932, o bispo de Niterói faz uma saudação à Federação Brasileira:

Diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino os meus sinceros agradecimentos pelo honroso convite para participar da quinzena de estudos, dedicada à Constituição. Acompanho com muita simpatia o patriótico movimento de Educação Política, especial no que diz respeito ao salutar e cristão exercício do voto feminino. A nossa salvação política está na lição eterna do Cristo e da sua Igreja, aplicada à vida dos povos.¹⁰⁵

O próprio bispo havia sido convidado para participar do evento. Dessa forma, ao contrário do que foi colocado por Silva (2016), a Federação Brasileira e a Federação

¹⁰⁴ Naquele momento, os Estados Unidos da América era um país no qual o protestantismo havia se expandido, e a notícia do crescimento dessa doutrina por lá chegou até o Brasil.

¹⁰⁵ Cruzada Nacional de Educação Política, Convenção Bienal e quinzena de estudos da Constituição. 1932. “Com a proximidade das eleições, as feministas da FBPF produziram uma cartilha a ser distribuída entre participantes do curso de consciência política que a entidade ofereceu em outubro de 1932”. Site no Museu Bertha Lutz, disponível em <http://lhs.unb.br/bertha/?s=cartilha+pol%C3%ADtica>.

Pernambucana não divergiam em relação ao apoio dado aos preceitos da Igreja. Em 1932, as duas instituições estavam alinhadas com o mesmo discurso de aceitação pública aos valores católicos.

Em ocasião da Convenção Eleitoral Feminina, ocorrida no Rio de Janeiro em 1932, Georgina Barbosa Viana, representante da FPPF e também tesoureira da FBPF, ressaltou o apoio radical da instituição pernambucana aos princípios católicos¹⁰⁶. Silva (2016) enfatizava em seu trabalho o constante apoio que a entidade pernambucana dava aos princípios católicos como uma característica que diferenciava a atuação da instituição estadual de sua congênera nacional. Ao analisar a trajetória que envolveu a Federação Brasileira em relação a questão de aproximação com a Igreja, podemos perceber que não houve em momento algum um distanciamento de posições e nem de opiniões.

A Federação Pernambucana já nasceu em um contexto de aproximação da FBPF com a Igreja Católica. O que podemos perceber é que, no caso do divórcio, a FBPF buscava uma posição de neutralidade, enquanto que a Federação Pernambucana se posicionava contra, como já pudemos analisar no primeiro capítulo desse trabalho.

Muitas associadas da Federação Pernambucana lecionavam em instituições católicas, tendo um vínculo não apenas subjetivo de escolhas pessoais, mas também profissional para com instituições que lhes conferiam seus empregos. Para compreendermos melhor a intensidade desse vínculo, é necessário que analisemos a capilaridade e a força com que a Igreja estava reestruturando sua influência junto ao sistema educacional em Pernambuco.

Como em 1931, o governo provisório decretou facultativo o ensino religioso nas escolas, foi criada em Pernambuco a Cruzada de Educadoras Católicas, movimento de planejamento e organização da educação religiosa no estado. O nome Cruzada já mostra a intenção de reconquista da influência dos preceitos católicos junto à educação formal. Assim diziam os três primeiros artigos do Estatuto da Cruzada de Educadoras Católica de Pernambuco¹⁰⁷:

Art.1 Está instalada nesta cidade, com sede no Instituto Nossa Senhora do Carmo, a Cruzada de Educadoras Católicas de Pernambuco.

Art.2 O fim da Cruzada é fomentar e desenvolver entre as educadoras o espírito cristão e católico na educação da juventude e especialmente na formação de catequistas para a obra tão importante do ensino religioso nas escolas.

¹⁰⁶ **Relatório apresentado à Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino pela presidente Edwiges de Sá Pereira, relativo ao período social 1931-1933.** 23/07/1933. Fundo da FBPF, Sessão administração, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM,EFI.FPE. p. 17.

¹⁰⁷ **Estatuto da Cruzada de Educadoras Católicas.** Recife. 1931. Fundo da Cruzadas de Educadoras Católicas, Biblioteca da Cúria Metropolitana do Recife.

Art.3 A Cruzada se organiza em forma de sociedade com uma diretoria e membros escolhidos entre o professorado público e particular e pessoas que se dedicarem ou quiserem se dedicar à educação e ao ensino especialmente religioso.

Era a formação de um exército de professoras catequistas, um movimento bem articulado que buscava se aproximar dos principais grupos escolares do Recife. O Centro Dom Vital, um complexo educacional que oferecia cursos técnicos para moças e rapazes e também educação secundária, era o centro administrativo da Cruzada, sendo o Instituto Nossa Senhora do Carmo (parte integrante do Instituto Dom Vital) o lugar onde as professoras se reuniam para estudarem e planejarem as aulas religiosas.

O periódico católico *A Gazeta*, editado e impresso pela principal paróquia de Recife, a Matriz da Boa Vista, dedicou a partir de 1931 um espaço específico para falar da importância do ensino religioso e de como ele deveria ser administrado. Especial atenção recebia a Cruzada das Educadoras Católicas, principal ação pedagógica desenvolvida pela Igreja em Pernambuco. Em 17 de agosto de 1932, em uma das diversas seções dedicadas a mostrar a importância da religião para a educação, percebemos a estreita ligação entre essa organização educacional religiosa e o poder público:

Aqui em Pernambuco, senhores, sobretudo na capital, este movimento tem-se afirmado de uma maneira evidente, demonstrando que o problema pedagógico é entre nós uma pujante realidade. A frente deste movimento se encontra atualmente aqui no Recife, como sabeis, a figura de relevo e de méritos inegáveis do Exmo. Sr. Dr. Aníbal Bruno, aqui presente, que tem dado a esta obra de reforma, de saneamento e de organização da nossa instrução e educação os seus melhores esforços e os frutos bem sazoados de sua observação e de sua capacidade¹⁰⁸.

Aníbal Bruno era o diretor técnico de educação do estado e atuava como facilitador da expansão e fortalecimento dos princípios católicos junto as unidades educacionais estaduais. Em 18 de setembro de 1933, o Sr. Luiz Delgado, secretário do Centro Dom Vital, recebe a resposta de seu ofício enviado à Diretoria Técnica de Educação do Estado. Nela, o diretor, o sr. Aníbal Bruno, diz que verificou a recepção do ensino religioso junto aos diretores e professores dos grupos escolares do Recife e afirma que:

(..) A sua adoção foi acolhida com agrado pelos pais e professores católicos e, finalmente, que, praticado nos moldes em que o mandou adotar o Governo do Estado, não apresenta inconveniente para a boa ordem e a eficiência dos trabalhos nas escolas. Satisfazendo, assim, a solicitação constante do referido ofício, subscrevo-me, com estima e apreço¹⁰⁹.

É visível o apoio que o poder público pernambucano dedicava à volta do ensino religioso às escolas. Essa aproximação do governo estadual com a Igreja Católica vinculou

¹⁰⁸ Terceira parte. *A Gazeta*. 17/08/1932. Biblioteca da Cúria Metropolitana do Recife.

¹⁰⁹ **Diretoria Técnica de Educação**. 18/10/1933. Nº 179. Fundo da Cruzadas de Educadoras Católicas. Biblioteca da Cúria Metropolitana do Recife.

interesses que se transformaram em trocas de apoios, já que, por meio da educação religiosa, se ensinava a obediência à ordem e o amor à pátria. Na verdade, era mais do que uma aproximação, eram redes de influências imbricadas, uma associação capilarizada.

Como exemplo dessa sobreposição de interesses, podemos analisar o caso de Luiz Delgado que além de ser diretor do Centro Dom Vital era também o secretário de justiça do governo de Carlos de Lima Cavalcanti. Ele participou ativamente da organização do eleitorado católico, sendo presidente da Ação Católica da Arquidiocese Olinda e Recife e secretário-geral da Liga Eleitoral Católica de Pernambuco (AZEVEDO, 2009). O Estado encontrou uma forte aliada na manutenção e expansão de sua ideologia, assim como a Igreja encontrou um campo fértil para sua reestruturação junto ao poder estatal.

Nesse período, houve um controle severo com relação ao conteúdo e a forma a qual o conhecimento era passado em sala de aula. O governo instaurado em 1930 buscava fincar alicerces ideológicos firmes para as novas gerações e moldar uma sociedade baseada no amor a ordem, a família e a pátria. Com a ajuda da Igreja Católica, o corpo docente das escolas recifenses sofreu uma certa pressão para que fosse “qualificado” para passar de maneira correta esses ideais¹¹⁰. Esse foi um dos objetivos da organização da Cruzada das Educadoras Católicas. Dentro desse corpo docente se encontravam algumas das associadas da FPPF, inclusive sua presidente.

Edwiges era professora do Instituto Nossa Senhora do Carmo, lugar onde foi fundada a Cruzada. Já Ana de Sá Pereira e Maria Luiza Maranhão, ambas diretoras da FPPF, lecionavam no Centro Dom Vital, principal instituição católica que comandava a reestruturação do ensino religioso em Pernambuco. Em 1931, na ocasião da festa de natal do Juvenato Dom Vital (seção que abarcava os cursos de qualificação para moças e rapazes), Edwiges de Sá foi convidada para ocupar a mesa de honra junto com Helena de Lima Cavalcanti, esposa do então interventor federal¹¹¹. Ou seja, existia uma relação que ia além do aspecto subjetivo da escolha de uma crença pessoal, as relações existentes entre algumas mulheres da Federação Pernambucana e a Igreja Católica eram também profissionais e institucionais. Ademais, nos anos de 1930 a questão política vai ser tratada como primordial para a Igreja, o que também vai refletir no dinamismo dessas relações.

¹¹⁰ Almeida (2001) coloca que muitos diretores, professores e até funcionários públicos que não se declaravam católicos ou não concordavam com os princípios da Igreja foram depostos de seus cargos.

¹¹¹ Juvenato D.Vital, a festa de nossas escolas. **A Gazeta**. 25/12/1931. Biblioteca da Cúria Metropolitana do Recife.

Em 1932, além do aspecto educacional, a questão política vai passar a figurar como pauta principal de debate nos periódicos católicos, como também nos diversos jornais da capital pernambucana. Sobre isso, *A Gazeta* é enfática:

A intervenção dos catholicos na Política (com P maiusculo) não é apenas um direito e sim um dever. A política como sciencia é arte do governo dos povos, não é uma atividade que se possa isolar de outras atividades humanas¹¹².

Essa preocupação com a Política com P maiúsculo, colocada pelo periódico católico, foi concretizada em ações em prol da candidatura e do alistamento dos/as católicos/as. Enquanto as feministas tanto da Federação Pernambucana quanto da Cruzada Feminista Brasileira focavam no recrutamento para o alistamento por meio da imprensa, a Liga Eleitoral Católica (LEC) fazia esse trabalho de “porta-em-porta” (SILVA, 2016, p.106). As comissões de alistamento iam de casa em casa conversando com homens e mulheres e convencendo-os/as a se alistarem e a votarem em candidatos que defendessem os valores da Igreja. Ensinavam quais os documentos e procedimentos eram necessários para se alistar, buscando principalmente a atenção das mulheres para que elas pudessem se engajar na LEC. “Elas [as comissões católicas] realizavam conferencias públicas, no intuito de orientar as mulheres sobre o alistamento” (SILVA, 2016 p. 107).

O alistamento feminino exigia um esforço especial, tanto das mulheres envolvidas com a LEC quanto das feministas que buscavam convencer através dos jornais outras mulheres a se alistarem. Isso se devia não somente aos preconceitos femininos e ao medo de serem rechaçadas socialmente. O Código Civil de 1916 ainda vigorava em 1930, esse código submetia às mulheres casadas ao julgo de seus maridos¹¹³. Nesse caso, era preciso convencer também os maridos dessas mulheres sobre a importância do voto feminino. Talvez por isso muitas feministas da época não se casaram, pois, o casamento poderia impedir as atividades de militante. Sobre isso, tanto as feministas da Federação Brasileira quanto da Federação Pernambucana se posicionavam contra a tutela dos maridos sob os direitos políticos de suas esposas e defendiam a autonomia das mulheres casadas perante a lei¹¹⁴.

¹¹² Liga Eleitoral Católica. *A Gazeta*.27/11/1932. Biblioteca da Cúria Metropolitana do Recife.

¹¹³ Art. 178, parágrafo § 7º, inciso VII colocava que dentro de dois anos depois do casamento poderia ocorrer “a ação do marido ou dos seus herdeiros, para anular atos da mulher, praticado sem o seu consentimento”. Outros artigos como o art. 233 definia que “O marido é o chefe da sociedade conjugal”. O art. 1.299 era taxativo com relação ao poder do marido: “A mulher casada não pode aceitar mandato sem autorização do marido”. Ou seja, o voto da mulher casada tinha que ser consentido pelo marido.

¹¹⁴ Outro fator que também dificultava a expansão do alistamento feminino era a não obrigatoriedade do voto feminino colocada pelo Código Eleitoral de 1932, excetuando-se as funcionárias públicas. Esse fato fortalecia a ideia de que as mulheres casadas já estariam representadas por seus maridos, não tendo nenhum prejuízo legal a ausência delas às urnas.

Mesmo concordando com esse controle exercido pelo marido sob a esposa, a Igreja Católica não mediu esforços para a mobilização em torno do alistamento feminino. Entretanto, existia um movimento que proclamava lealdade radical aos princípios do catolicismo, mas, que buscava bloquear qualquer participação feminina fora do espaço privado, o movimento político da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Como já foi dito anteriormente, esse movimento de cunho político e social tinha um setor feminino organizado dentro da sua estrutura que atuou de maneira intensiva na propagação da doutrina. As mulheres integralistas atuavam em núcleos organizados dentro da AIB com o intuito de “conscientizar” as mulheres que trabalhavam fora dos lares de que essa atividade era degeneradora da família e da boa formação dos/as filhos/as (SILVA, 2009). Ou seja, se configurava como um movimento contrário aos direitos femininos.

Dessa forma, mantinham um constante reforço das relações patriarcais, nas quais os papéis familiares eram transpostos para o espaço público. Silva (2009, p.3) coloca que:

Dentro da AIB/PE, as mulheres, logo após se inscreverem, prestavam juramento e recebiam as informações necessárias sobre o movimento e seus deveres como "blusas verdes". Os documentos iconográficos mostram que as mulheres tinham muita participação nos desfiles e comícios, além das atividades em centros comunitários, onde atuavam em diversos setores, tais como: serviço social, orientação de medicina preventiva e educacional.

É interessante notar também que, mesmo a Igreja Católica admitindo a necessidade que as mulheres pobres tinham de trabalhar para poderem complementarem a renda do lar, ela corroborava com a opinião das integralistas. A Igreja cooptava as mulheres em nome da família, da Pátria e da Fé. O periódico católico *A Gazeta*, já citado nesse tópico, era um dos principais meios de comunicação impreso da Igreja em Recife. Ele publicava constantemente artigos que incentivavam as mulheres católicas a se alistarem e a votarem nos candidatos indicados pela LEC, mas também difundia matérias sobre o lugar da mulher na sociedade como sendo o espaço privado, a importância do lar e da maternidade para o progresso da sociedade.

Em 21 de dezembro de 1932, esse veículo de comunicação católico publicou o artigo intitulado “*A mulher precisa votar, a mulher deve votar, não porque seja mulher, porque é brasileira e brasileira catholica*”. A participação feminina era colocada quase como uma “missão de salvação” onde a mulher deveria provar sua fé. Mas o voto feminino não deveria ser um instrumento de emancipação, era um “incidente apenas”:

O momento brasileiro reclama a atividade da mulher, porém essa atividade deve ter uma diretriz criteriosa e segura e está apontada a Igreja: a glória de Deus e a salvação das almas. O voto feminino vai engrossar as fileiras dos batalhadores do ideal santo da cristianização da Pátria (..) Ser brasileiro e ser católico são títulos que

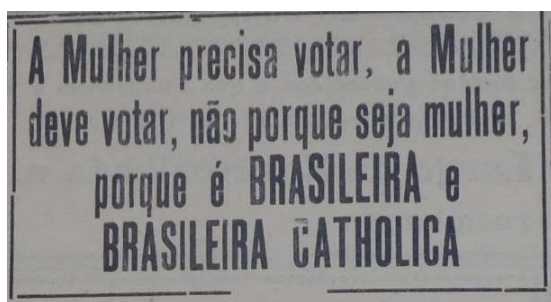
se não podem separar. (...). Transposto o momento difícil, que a mulher volte outra vez á calma do lar , á faina das escolas, ao movimento das officias, em qualquer parte onde lhe chame o dever, lembrando-se de Maria Quitéria, a heroína baiana, que só viveu momentos militares enquanto as hostes do general Madeira humilhavam seu povo. O voto deve ser para a mulher um incidente apenas [grifo nosso]¹¹⁵.

O que essa matéria queria dizer com o voto ser “um incidente”? Ao analisá-la um pouco mais podemos entender:

Em casos geraes não é nos parlamentos nem nos comícios que a mulher deve fazer o seu ambiente politico [grifo nosso]. Mas a evolução social exige certas modalidades. O momento brasileiro reclama a actividade da mulher, porem essa actividade deve ter uma directriz criteriosa e segura e esta nos aponta a Igreja: - a GLORIA DE DEUS E A SALVAÇÃO DAS ALMAS. (...) O voto feminino irá engrossar as fileiras dos batalhadores do ideal santo da christianisação da Patria e a mulher que sente repugnância em alistar-se nesse movimento deve lembrar a FINALIDADE SOBRENATURAL que ele aponta.

O destaque em caixa alta que a matéria faz nos diz mais do que está escrito. Ela destaca não somente estas palavras acima, mas também o título que vem centralizado, em negrito e com as palavras brasileira e católica em caixa alta, como podemos verificar abaixo:

Figura 1- Chamada da matéria sobre o voto feminino em *A Gazeta*



Fonte: A Gazeta. 21/12/1932. p. 1. Recife.

Essa chamada está na primeira página do periódico. Ao perceber quais destaques foram feitos, entendemos que o voto feminino era colocado, para a mulher brasileira católica, como uma missão heroica momentânea, que ela precisaria acatar pelo bem da sua família e da religião. Ao juntarmos com o primeiro trecho grifado por nós, é fácil entender o peso que o periódico queria dar a ideia de salvação, que também buscava remeter ao significado de “salvação cristã”. A ideia de “incidente” remete a uma dificuldade passageira. Ou seja, as mulheres precisavam votar apenas naquele momento para eleger homens que iam zelar pela continuidade da tranquilidade da vida familiar.

¹¹⁵ A mulher precisa votar, a mulher deve votar, não porque seja mulher, porque é brasileira e brasileira catholica. **A Gazeta**. 21/12/1932. Biblioteca da Cúria Metropolitana do Recife.

Esse discurso nada tem de semelhante com os discursos proferidos por Edwiges de Sá e as sócias da Federação Pernambucana. Em todas as ocasiões que encontramos a fala de Edwiges sobre o voto feminino, foi defendendo o direito de participação das mulheres e a justiça no reconhecimento da intelectualidade feminina e da capacidade profissional delas. O voto não era visto como um fim em si, mas como um meio de expandir os direitos femininos, para que as mulheres pudessem ajudar no progresso do país. Ou seja, mesmo se colocando como seguidora dos princípios católicos, Edwiges divergia em vários pontos do posicionamento da Igreja em relação a luta pelos direitos políticos das mulheres. Ela não contestava publicamente esses pontos, entretanto, fazendo uma análise desses discursos, podemos perceber essas diferenças.

Os posicionamentos discursivos que pudemos analisar neste capítulo demonstram os interesses de cada uma das instituições envolvidas como também as estruturas de poder imbricadas nas relações que estavam sendo construídas naquele momento. O que estava em jogo era a representação, a participação na organização de um novo modelo de sociedade. O novo governo de Vargas e a Igreja buscavam controlar ideologicamente a sociedade para mantê-la sob a égide de seus valores e princípios. As feministas, que lutavam por direitos, buscavam um novo espaço e um novo olhar sobre o que era ser mulher, defendiam uma liberdade diferente, a liberdade de ser considerada indivíduo, ser humano capaz de superar a desigualdade imposta pela cultura. Tudo isso vai desenhar as linhas de conduta desses atores sociais na disputa eleitoral de 1933.

2.5 Poderes repartidos: as eleições de 1933 em Pernambuco

Em Pernambuco, logo após a Revolução de 1930, os atores sociais que haviam apoiado o movimento revolucionário passaram a buscar seus interesses junto ao governo. Segundo Pandolfi (1980) a Revolução de 1930 conseguiu aglutinar em prol da causa revolucionária diversos setores da sociedade, usineiros, comerciantes, estudantes, operários, etc. Esse caráter abrangente das articulações a favor do movimento revolucionário ajudou a construir um “consenso em afirmar que a Revolução de 30 assumiu no Nordeste, e particularmente em Pernambuco, um caráter amplo e popular, o mesmo não se dá em relação a natureza do governo revolucionário aí instaurado” (PANDOLFI, 1980, p. 374).

Isso ocorreu, principalmente, pelo fato de Carlos de Lima Cavalcanti, o então interventor nomeado pelo governo federal, ser advindo de uma família de usineiros

tradicionais. Entretanto, Lima Cavalcanti fazia parte de um “setor mais modernizante”, para usar os termos de Pandolfi (1980). Ele buscava uma ruptura radical com os grupos políticos anteriores à revolução e também com setores da própria oligarquia do estado. Os irmãos Lima Cavalcanti faziam parte de um segmento industrial surgido ainda nos anos de 1920 em Pernambuco e se inseriam na luta política através dos meios de comunicação que possuíam, como foi o caso do periódico *Diário da Manhã*.

Lima Cavalcanti incentivou a sindicalização da classe operária, utilizando a mobilização das camadas mais pobres, se aproximou de segmentos das classes comerciantes, industriais e também dos usineiros. Essa estratégia de articulação de um grande consenso entre os diversos setores da sociedade para evitar possíveis conflitos era uma ação pensada a nível nacional pelo governo de Getúlio Vargas. O novo governo buscava se diferenciar do antigo modelo de gestão da República Velha. Em Pernambuco o interventor começa por excluir da máquina pública todo e qualquer representante das antigas oligarquias e organiza um secretariado composto por pessoas jovens que não tinham vínculos com os antigos grupos políticos. Instaura também uma comissão de sindicância para apurar os casos de corrupção nas prefeituras do estado.

Com a ebulição do debate nacional sobre o constitucionalismo e a tentativa frustrada de Vargas de construir um partido nacional, Lima Cavalcanti funda, em 1932, o Partido Social Democrático de Pernambuco (PSD), em consonância com a chamada “política dos interventores” que tinha por objetivo fundar partidos estaduais que aglutinassem forças favoráveis ao governo federal. O PSD continuou seguindo a linha de articulação escolhida pelo interventor pernambucano desde o começo de seu governo, buscando construir alianças abrangentes e diversificadas. Em 25 de abril de 1933, o *Diário da Manhã* assim fazia a defesa do PSD:

Votar no PSD, eis o lema dos revolucionários..... *Plantadores de cana*, qual governo que decretou a tabela de preços, para essa matéria- prima? ... *Usineiros*, qual o governo que promoveu o financiamento dos produtores pelo Banco do Brasil, garantindo a operação? ... *Operários*, qual o governo que abriu as vossas associações fechadas pela opressão policial e decretou a lei de sindicalização? ... *Empregados do comércio*, quem amparou os vossos direitos, defendendo a regulamentação do trabalho e a Carga de Pensões? ... *Produtores e Obreiros*, quem vos defendeu contra a extorsão tarifária da Great-Western?¹¹⁶

Mesmo enfraquecidas, as forças políticas que haviam sido depostas se articularam e fundaram partidos para concorrerem à representação na Assembleia Constituinte de 1933. O Partido Republicano Social (PRS) era o partido oposicionista pernambucano que aglomerava

¹¹⁶ *Diário da Manhã*. 25/04/1933; Citação documental retirada do trabalho de Pandolfi (1980, p.381).

as principais forças políticas retiradas do poder em 1930; o Partido Socialista de Pernambuco (ligado ao Partido Socialista Brasileiro) também se colocava como oposição, mas tinha entre seus membros homens ligados as forças situacionistas locais; o Partido Liberal de Pernambuco, grupo que não consegue grande expressão; a legenda Trabalhador, Ocupa teu posto!, também de cunho oposicionista, apoiada por setores do Partido Comunista; o Partido Republicano Social, legenda de oposição que, junto com o Trabalhador, Ocupa teu posto!, conseguiu eleger um deputado para a constituinte de 1933; e por fim o Partido Economista de Pernambuco, que se declarava “representante das classes conservadoras” e aglomerava setores empresariais e industriais de oposição ao governo, ligados à Associação de Comércio de Pernambuco (PANDOLFI, 1980, 381).

Esse último partido merece nossa atenção especial, pois foi por ele que Edwiges de Sá saiu candidata à Constituinte de 1933 e também foi a única legenda a ter uma mulher entre seus membros. A outra mulher pernambucana que pleiteou uma vaga na Constituinte foi Martha de Holanda, ela tentou se alistar no PSD, partido do interventor estadual, mas não obteve sucesso em sua tentativa e acabou por participar das eleições como candidata avulsa (sem partido). O PSD era apoiado pela Liga Eleitoral Católica, resultado de uma aliança cada vez mais consolidada entre Estado e religião¹¹⁷. Martha de Holanda não era uma figura bem vista pela Igreja, uma vez que se posicionava publicamente a favor do divórcio. Isso deve ter sido um fator de peso para a não aceitação de sua candidatura pelo partido situacionista.

Já Edwiges de Sá foi aceita pelo Partido Economista de Pernambuco, uma legenda de oposição ao governo que se colocava como representante das “classes conservadoras”. Em 23 de janeiro de 1933, o *Jornal Pequeno* publicou uma troca de cartas entre Djalma Granja, cônsul interino da China em Pernambuco, e João Daudt d’Oliveira, secretário executivo do Partido Economista do Brasil. Djalma se propunha a fundar o Partido Economista de Pernambuco, sobre isso dizia que:

Vindo emprestar meu nome para a fundação do Partido Economista nesta capital, empenho-me para que ele se organize sob a inspiração de sentimentos nobilitantes, elevados, impessoais, como expressão genuína de uma necessidade coletiva, como legítima aspiração das Classes Conservadoras. O essencial não é formar um

¹¹⁷ A aliança entre religião e Estado nesse momento foi tão forte que havia uma recomendação vinda do poder central para que os agentes públicos que fossem ocupar cargos de liderança nos governos dos interventores estaduais se declarassem católicos, caso contrário, não seriam admitidos (ALMEIDA, 2001). Além disso, houve a perseguição cotidiana de pessoas que praticavam outras religiões. As perseguições aos praticantes das religiões afro-brasileiras foram as mais violentas, onde os praticantes tiveram, em muitos casos, seus objetos sagrados apreendidos e seus templos fechados (CAMPOS e KOURYH, 2015). Essas perseguições já ocorriam de maneira sistemática e legalizada desde a proclamação da República, o capítulo III do Código Penal de 1890 tratava dos crimes contra a saúde pública e nele estava tipificado o crime de prática do chamado “espírito”. A questão legal foi reiterada pelo Código Penal de 1932, que reafirmava a necessidade de autorização da polícia para a realização dos cultos dessas religiões (CAMPOS e KOURYH, 2015).

agrupamento, mas a um núcleo, que seja um símbolo gerador de fé, de confiança, num ambiente trabalhado pela descrença, pelo ceticismo. (...) Não há lembrança nos anais da história política do Brasil de um movimento mais justo, mais necessário, e como disse brilhante jornalista carioca: “Assistimos a primeira realização prática no terreno da coordenação de forças cívicas, verificada desde o advento da República, do primeiro partido, desde sua proclamação, com origens ideológicas e finalidades, colocadas em um plano superior aos interesses personalistas e restritos, que serviam de núcleos as formações partidárias dos últimos anos”. O nosso povo está cansado de ser ludibriado; as Classes Conservadoras necessitam, para seu ressurgimento de < condottieres > dignos e leais, que as coloquem no posto que merecem, e representem fielmente o seu pensamento¹¹⁸.

É notável a preocupação em desassociar o novo partido dos antigos grupos oligárquicos que comandaram a política durante a República Velha. Essa antiga forma de fazer política estava desmoralizada, havia sido derrotada na Revolução de 1930. Nesse momento, a burguesia urbana comercial e industrial passou a enxergar um espaço político deixado pelas antigas oligarquias rurais. Em Pernambuco a aliança entre poder político e as classes comerciais e industriais teve no Partido Economista um de seus representantes. Isso ficou explícito na composição do diretório do partido: “O diretório Provisório ontem constituído, compõe-se de altos comerciantes, capitalistas, industriais, todos perfeitamente identificados com os princípios que o Partido defenderá”.

Inspirado no Partido Economista do Rio de Janeiro, o Partido Economista de Pernambuco buscou seu corpo social na Associação de Comércio de Pernambuco, onde se encontravam os principais comerciantes e industriais do estado. A pergunta que devemos fazer é: por que um partido que professava apoio aos princípios conservadores foi o único que aceitou uma mulher como candidata em sua lista?

Esse mesmo partido não aceitou a candidatura de Bertha Lutz no Rio de Janeiro, ela acabou se alistando pelo Partido Autonomista que era uma organização sob a influência de Getúlio Vargas (KARAWAJCZYK, 2013). Nos parece que as relações sociais e políticas das integrantes da FPPF fizeram a diferença a nível local. A própria Edwiges era muito bem relacionada, conhecida nos altos círculos intelectuais pelos seus trabalhos literários, além de ter sido vice-presidente da Academia Pernambucana de Letras e sócia do Instituto de Ciência e Letras da Associação Pernambucana de Imprensa. Mas as outras integrantes da Federação Pernambucana também tinham suas redes de influências.

Emília Marchesine, secretária-geral da FPPF em 1933 e presidente da entidade em 1935, era outra personalidade muito bem articulada socialmente. Como já foi dito no primeiro capítulo, ela era uma pintora de renome na sociedade pernambucana, tendo suas exposições

¹¹⁸ Partido Economista do Brasil em Pernambuco. **Jornal Pequeno**. 23/01/1933. Hemeroteca Digital Brasileira.

recebido especial destaque da imprensa local. Seus quadros eram expostos no salão da Associação dos Empregados no Comércio e no Gabinete Português de Leitura. Era filha do comendador Antônio Barbosa Viana e casada com Alfredo Marchesini, proprietário da Sociedade Mercantil e Industrial de responsabilidade solidária *A Edificadora*.

É muito provável que, tanto Alfredo Marchesini quanto Antônio Viana tivessem ligações comerciais e/ou de amizade com os membros da Associação de Comércio de Pernambuco, instituição que foi a base social do Partido Economista de Pernambuco. E foi lá também que o serviço de alistamento feminino, organizado pela FPPF, funcionou. Essas ligações sociais, de amizade e parentesco, devem ter facilitado a aproximação e candidatura de Edwiges pelo PEP.

É preciso levar em consideração também o momento político que o país passava. Com a maior fiscalização da eleição, era necessário angariar o maior curral eleitoral possível. Se pensarmos que o PSD tinha o apoio oficial da Liga Eleitoral Católica, entidade que organizou de maneira sistemática o alistamento das mulheres em Pernambuco, ter Edwiges de Sá como candidata era uma forma de se inserir na conquista de parte do eleitorado feminino. Isso não significava em apoiar verdadeiramente a eleição de uma mulher, se tratava mais de ter a simpatia de parte das mulheres para votarem na legenda.

Não encontramos nenhuma propaganda eleitoral de Edwiges feita pelo Partido Economista de Pernambuco, sua candidatura foi propagandeada por suas apoiadoras, mulheres de sua zona de influência e associadas da FPPF. Também foram distribuídos panfletos onde a FPPF incentivava o alistamento eleitoral de homens e mulheres. Todas as forças políticas e sociais envolvidas nas eleições de 1933 se preocupavam não somente em angariar votos para seus candidatos, mas também em alistar os/as possíveis eleitores/as. O Brasil acabava de sair de um período de baixa participação eleitoral, onde o voto era desvalorizado e não era visto pela população como potencial transformador. A FPPF, em seu panfleto, alinhava seu discurso para convencer principalmente as mulheres a se alistarem:

No Brasil é reconhecida a igualdade de direitos políticos do homem e da mulher. A ela, como a ele, incube concorrer, pelo seu voto consciente e esclarecido para a prosperidade do Brasil. Adquirindo noções de educação política alistando-se como eleitora e dando a medidas práticas, poderão:

- 1- A dona de casa ou mãe de família – melhorar as condições de seu lar e dos seus filhos;
- 2- - A mulher que trabalha, operária, empregada no comércio ou funcionária pública, auxiliar a fortalecer as garantias legislativas e econômicas do seu trabalho.
- 3- Os cidadãos brasileiros de ambos os sexos tornar mais sereno e mais tolerante o ambiente político da sua terra e estimular o desenvolvimento do patriotismo construtor.

Mulheres brasileiras, congregai-vos todas sob a bandeira da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, que há anos se bate em defesa dos nossos direitos!"¹¹⁹

O conteúdo do panfleto era padronizado pela Federação Brasileira para afinar os discursos de suas filiais estaduais. O cerne da argumentação dessas feministas em prol do alistamento era a convicção que elas tinham no poder transformador do voto. Elas acreditavam que através dele as mulheres poderiam alcançar outros direitos por meio da formulação e aprovação de novas leis. O Partido Economista de Pernambuco disponibilizou a sede da Associação de Comércio de Pernambuco para ser a base do alistamento eleitoral feminino da FPPF, entretanto, não teve ações mais expressivas em prol da campanha de alistamento.

O Partido Social Democrático de Pernambuco (PSD) era o mais ativo na propaganda do alistamento, por ser o partido do interventor, possuía o aparato de publicidade do *Diário da Manhã* (jornal fundado pelos irmãos Lima Cavalcanti), tanto para propagar suas ideias quanto para incentivar o alistamento. O PSD chegou a organizar um Centro de Alistamento Eleitoral na sua sede, além de abrir outros centros em associações de classes que apoiavam o partido (PANDOLFI, 1980, p.384).

O *Diário da Manhã* noticiava os feitos do novo governo federal e os planos modernizantes que a nova fase política do Brasil trazia. O jornal do interventor virou um instrumento de difusão dos ideais do PSD e tinha suas páginas preenchidas com discursos proferidos por Carlos de Lima Cavalcanti. Entretanto, apesar do periódico pertencer aos irmãos Lima Cavalcanti, ele era composto por um corpo editorial que se renovava. Até 1934, o jornal teve um papel ideológico marcante, voltado quase que exclusivamente para a propaganda positiva do governo do interventor. Suas páginas não publicavam notícias acerca dos direitos das mulheres, quando o fazia, era em um tom negativo, como foi o caso da entrevista com o desembargador Santos Pereira a qual analisamos no tópico dois deste capítulo.

Todavia, ao final do ano de 1934, o *Diário da Manhã* cedeu o espaço de uma página inteira para a publicação do boletim dominical da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. Nesse espaço eram publicados artigos sobre as atividades da FPPF, textos das associadas, notícias sobre os direitos das mulheres no mundo, entre vários assuntos que sequer o jornal havia tratado anteriormente.

¹¹⁹ **Ao eleitorado independente.** Panfleto. 1933. Fundo da FBPF, Sessão administração, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM,EFI.FPE. p.8.

. Ao que parece, um dos motivos que pode ter ocasionado essa flexibilidade foi a reorganização do corpo de redação do periódico, no qual o jornalista Carlos Rios foi inserido, sendo ele também eleito deputado estadual no pleito de 1934 (NASCIMENTO, 1967, p. 296). Carlos Rios foi o nome ao qual Juanita Borel, secretária-geral da FPPF em 1935, dedicou os agradecimentos das primeiras linhas do boletim semanal da instituição. Esse período também foi um divisor de águas na história da FPPF, a nova diretoria eleita passou a formular ações que visavam agora os direitos sociais femininos. Os posicionamentos passaram a ser mais críticos e diversos. Sobre essa mudança e reconfiguração da instituição vamos separar o espaço do terceiro capítulo para tratarmos de maneira mais aprofundada.

2.6 Entre tropeços e vitórias

Ao final das eleições de 1933, Pernambuco elegeu 17 deputados para a Constituinte, todos homens. Desses 17 eleitos, 15 eram do PSD, 1 era do Partido Republicano Social e 1 era da legenda Trabalhador, Ocupa teu posto! Ou seja, a grande maioria dos representantes de Pernambuco na Constituinte era do partido situacionista, porém 2 partidos de oposição também foram representados. Apesar de muito pequena, essa representação oposicionista significou a possibilidade de maior competição e diversidade de ideias no debate constitucional. Durante a Primeira República, as bancadas eleitas eram monopartidárias na maioria esmagadora dos estados. Essa ampliação da competição se deu também em outros estados do Brasil e de alguma maneira foi importante para garantir uma certa diversificação de propostas (SILVA. E.A e SILVA.T. N, 2013).

Entretanto, não podemos falar a mesma coisa sobre a eleição de mulheres. Apenas uma mulher em todo o Brasil pôde participar da Constituinte de 1933, Almerinda Farias Gama, uma das primeiras mulheres negras a participar oficialmente da política no Brasil. Ela foi delegada-eleitora para escolher a representação classista dos trabalhadores na Assembleia Nacional Constituinte (SCHUMAHER e CEVA, 2015, p. 87). Em Pernambuco, nem Edwiges de Sá nem Martha de Holanda conseguiram se eleger.

Das 69.829 pessoas aptas a votar, 54.893 foram às urnas. Edwiges obteve 50 votos no primeiro turno e 1.630 votos no segundo turno¹²⁰. Já Martha teve 50 votos no primeiro turno e 216 no segundo turno (SILVA, 2016, p. 113). Edwiges não teve apoio publicitário de seu

¹²⁰ Segundo Silva (2016, p.113), “os “turnos” de votação que trata o Código Eleitoral fazem referência a duas opções de candidatos para votar e não aos turnos de votação que conhecemos na atualidade. Somente os votos do “primeiro turno” seriam computados para as eleições. Só se restasse alguma vaga que os votos do “segundo turno” seriam válidos”.

partido, que também não teve expressão na eleição, além de enfrentar uma política de alistamento eleitoral maciço da LEC em favor do PSD.

Entretanto, a presidente da FPPF teve ainda mais uma perda. Em maio de 1933, ainda em meio a agitação social da eleição, o governo do estado reformou o Ensino Normal de Pernambuco, onde reorganizou o regime ginásial. Com essa reforma foram postas em disponibilidade 4 professoras da Escola Normal, Edwiges de Sá estava entre elas. O Jornal *A Província* noticiou com certa revolta essa decisão:

Com o regulamento baixado pelo decreto n.189 de 11 também do corrente, foram postas em disponibilidade quatro professoras cathedráticas da Escola Normal, contanto-se entre as sacrificadas a ilustre escritora D.Edwiges de Sá Pereira [grifo nosso], nome sobejamente acatado no magistério estadual, candidata pelo Partido Economista a uma cadeira na Constituinte, presidente da Federação Pernambucana pelo progresso Feminino e membro da Academia Pernambucana de Letras.

O acto do governo causou geral surpresa nos centros de ensino, por ter atingido justamente quatro figuras de destaque no ensino público, com agravante de serem postas em disponibilidade, com sensível perda nos seus vencimentos.

O acto referido além de injusto, atenta contra os direitos de professores cathedráticos que não poderiam, no caso de disponibilidade, sofrer redução em seus vencimentos [grifo nosso], muito embora exista um acto em que se baseou o poder público, porque é o mesmo ilegal e atentatorio ao direito que assiste aos funcionários vitalícios¹²¹.

É no mínimo intrigante Edwiges ter sido “disponibilizada” do seu cargo na Escola Normal, com diminuição de seu salário, uma semana após a realização das eleições. A feminista era uma figura de destaque no meio educacional, tendo sido superintendente dos Grupos Escolares de Recife (NASCIMENTO, 2011, p.40). Apesar de Edwiges não se posicionar publicamente contra o governo do estado, talvez a sua candidatura por um partido de oposição tenha despertado a atenção negativa por parte do interventor de Pernambuco. A educação Normal era um setor importante na nova plataforma educacional que o governo de Getúlio Vargas buscava direcionar ideologicamente, pois era esse setor que formava as futuras professoras, que deveriam estar alinhadas também com os interesses estatais.

Como já pudemos perceber, as dificuldades para as mulheres nessa primeira eleição foram muitas. Rechaçadas e ridicularizadas nos jornais, reprimidas pela moral cristã, retaliadas no âmbito profissional. Talvez isso tudo tenha feito tanto Edwiges de Sá quanto Martha de Holanda não se candidatarem para as eleições estaduais de 1934. Todavia, a presidente da FPPF não desanimou na sua luta pelos direitos femininos.

¹²¹ Disponibilidade de professoras e reforma do Ensino Normal do Estado. **A Província**. 16/05/1933. Hemeroteca Digital Brasileira.

Em 1934, Edwiges vai ao Rio de Janeiro, para junto com outras feministas associadas da Federação Brasileira, ajudar Bertha Lutz a sistematizar as propostas para a campanha em defesa da inserção dos direitos femininos na nova Constituição. Elas redigiram manifestos acerca dos direitos pleiteados e contra o serviço militar obrigatório feminino. Edwiges fala para o *Jornal do Recife*, em entrevista de 22 de junho de 1934, sobre as vitórias feministas na Constituição:

Debatidos os assuntos, encerrada a discussão, constatamos uma grande e alentadora vitória. Em nota para a imprensa informa a “Federação Brasileira” que não perderam as feministas nem uma de suas reivindicações, sendo a vitória integral, cem por cento. A mulher alcançou participação no governo e nos Conselhos Técnicos, direito aos cargos públicos; direito a três meses de licença com vencimentos integrais em caso de gravidez; igualdade plena quanto à nacionalidade, cidadania, aos direitos individuais; salário igual para trabalho igual, além das garantias asseguradas pelo capítulo de Ordem Social onde expressamente se estabelece que os serviços de amparo à maternidade e à infância [grifo nosso], bem como os referentes ao lar, aos trabalho feminino, assim como a fiscalização e orientação, das leis a eles concernentes serão entregues à mulher habilitada¹²².

Os direitos femininos estavam agora constitucionalmente assegurados. Esse acontecimento foi bastante comemorado pela Federação Brasileira e suas filiais. Todavia, apesar de entenderem a importância dessa vitória, pelo qual tanto lutaram, as feministas associadas à FBPF sabiam que essa era apenas o começo da luta pela emancipação feminina. Para que tudo que foi colocado na Constituição fosse realmente realizado era preciso muito esforço das mulheres, vigilância constante, fiscalização e pressão por mais direitos. Por isso, a FBPF organizou uma forte campanha junto a suas filiais estaduais para a candidatura de mulheres aos cargos de deputada federal e deputada estadual. No Brasil, foram eleitas 9 mulheres para as Assembleias Legislativas Estaduais e 2 para o Congresso Nacional. As deputadas Federais eleitas foram Carlota Pereira de Queirós e a presidente da FBPF, Bertha Lutz (SCHUMACHER e CEVA, 2015).

Esses direitos adquiridos sob pena de muita luta ainda hoje não são respeitados, quiçá na época em que foram proclamados. Entretanto, a Constituição de 1934 renovou as esperanças das feministas que, desde os anos de 1920, lutavam por participação política. Ao se colocarem em situação de igualdade dentro do campo político e trazerem novas pautas e debates, a política, que antes era um campo masculino com discussões concernentes a assuntos que sequer eram vistos como de interesse feminino, passa a ser uma esfera mista, reformulada por outros interesses. A luta pelo voto feminino não era apenas por escolher os seus representantes, era por quebrar essas barreiras, era o abalo da supremacia masculina.

¹²² O movimento feminista brasileiro. *Jornal do Recife*. 22/06/1934. Hemeroteca Digital Brasileira.

Carole Pateman (2013, p.55) ainda coloca que “o feminismo liberal teve implicações radicais, em particular por questionar a separação e oposição entre esferas públicas e privada, que é fundamental para a teoria e prática liberais.”

Ao fissurar o sujeito de direito liberal de dentro do próprio liberalismo, essas mulheres reformulavam as ideias sociais do que era ser mulher. Elas também se transformaram ao longo das lutas que viveram, ampliaram seus debates, incorporaram outras pautas, defenderam outros pontos de vista, tecendo novas subjetividades. Institucionalmente, a Federação Pernambucana vai viver uma nova fase a partir do início de 1935. Essa nova fase abarcará ações, práticas e estratégias diferentes para alcançar novos objetivos.

Capítulo 3

Uma nova etapa na luta feminista: o direito das mulheres ao trabalho e à profissionalização

"E a espécie é prejudicada tanto assim com os labores das mães? "

Edwiges de Sá Pereira ¹²³

¹²³ Trabalho Feminino. **Diário da Manhã**, 03/05/1936, p. 14. Acervo digital da CEPE - Companhia Editora de Pernambuco

3.1 Expandindo os horizontes de luta: a reorganização da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino

Durante a elaboração do anteprojeto da Constituição de 1934, Bertha Lutz contribuiu de maneira significativa para que as pautas feministas defendidas pela FBPF fossem contempladas na nova Carta Constitucional. Junto com suas companheiras da Federação Brasileira e suas filiais, a feminista elaborou um documento intitulado *Treze princípios básicos: sugestões ao anteprojeto da Constituição*, que tinha como objetivo não apenas pleitear ganhos para as mulheres, mas corroborava com a instauração do Estado de bem-estar social (SOIHET, 2013, p.228). No Brasil, as lutas das feministas pelos direitos políticos:

Acompanharam o esforço de reconstitucionalização do sistema político, oferecendo as ativistas a oportunidade de ampliar o leque de propostas, bem como firmar em um substrato legal mais sólido o conjunto de direitos que defendiam. Além de se empenharem pela igualdade dos direitos civis, decorrência inevitável da constatação de que a desigualdade entre os sexos na política coexistia com a desigualdade entre eles na vida privada, as feministas da Federação procuraram acompanhar as linhas de ação que mulheres de outros países seguiam desde antes da guerra. Particularmente, observavam que havia uma crescente insatisfação com o sistema de assistência aos pobres nos países ricos, até então baseado em iniciativas individuais e na assistência caritativa (MARQUES, 2016, p.99).

A questão do trabalho feminino e da assistência à maternidade e à infância passam a ser as principais pautas de reivindicação da FBPF e da rede feminista criada por ela. Dessa maneira, Lutz e suas companheiras se alinham com a compreensão norte-americana de assistência social, que entendia a importância do papel do Estado junto à assistência aos pobres e à organização de políticas públicas contínuas (SOUSA; SOMBRIO; LOPES, 2005).

Com a ampliação das pautas de luta, a FBPF se engaja na discussão sobre o papel da mulher nas políticas de assistência social do Estado, assim como na reivindicação por mudança nos direitos civis, que limitavam a atuação das mulheres no mercado de trabalho. Dessa forma, a formação profissional de assistentes sociais se tornou uma preocupação das feministas, bem como a expansão de cursos profissionais que pudessem auxiliar na estruturação de uma rede de apoio técnico e consultivo nessa área.

Esse discurso foi moldado para ampliar as conquistas alcançadas na Constituição de 1934 e garantir que elas fossem postas em prática. As medidas inseridas na Constituição pela luta feminista foram:

- I-Direito a nacionalidade, o que significa não poder ser retirada à mulher brasileira, mesmo pelo casamento com estrangeiro, a proteção do seu país, medida esta completada, agora, pela transmissão da nacionalidade aos seus filhos.
- II-Igualdade Política, com direitos idênticos entre os sexos quanto ao voto, elegibilidade, participação nos Conselhos Técnicos, exercício de todas as funções do Poder Público.

III- Direito da mulher de ocupar cargos públicos e a eles concorrer sem distinção de estado civil, não sendo possível demitir ou excluir a professora ou funcionária casada.

IV- Licença às funcionárias com vencimentos e sem perda das vantagens decorrentes do exercício, durante três meses para fins de maternidade.

V- Participação e direção feminina, preferencial dos serviços de assistência social ligados a maternidade, infância, trabalho feminino e organização do lar.

VI- Medidas de assistência a mãe necessitada, assim como de defesa da criança contra o abandono e a exploração física, moral e intelectual.

VII- Isenção do serviço militar obrigatório para a mulher¹²⁴.

Com o intuito de não ver essas conquistas virarem letra morta, a FBPF propôs para o presidente Vargas, já em março de 1936, por meio de um documento enviado a seu gabinete, a criação de um Conselho Geral Feminino de Maternidade, Infância, Atividades Femininas e Lar, composto exclusivamente por mulheres, e do Instituto de Educação e Bureau da Mulher. Esse Conselho previa a fiscalização, proposição e execução de políticas públicas ligadas ao trabalho feminino e assistência à maternidade e infância. Bertha Lutz lutou pela fundação do que foi chamado por ela de Departamento da Mulher, um projeto que incluiu a redação do Estatuto da Mulher, assegurando a participação feminina na sua estruturação (SOIHET, 2000, p. 113). Entretanto, essa pauta só foi realmente debatida pelo Congresso quando Bertha Lutz se tornou deputada federal pelo Distrito Federal, em julho de 1936, na ocasião da morte do deputado Cândido Pessoa, de quem ela era suplente.

Durante o período em que Lutz esteve ocupando a cadeira de deputada federal no Congresso, seus esforços foram sempre na direção da estruturação do Departamento da Mulher, projeto que sofreu várias intervenções dos parlamentares, defendido de maneira irrestrita pela deputada. Todavia, apesar de avançar nas discussões e até conseguir o aval da Comissão de Finanças, o projeto não saiu do papel por causa da ditadura do Estado Novo proclamada por Vargas.

Entretanto, até novembro de 1937, Bertha Lutz teve como questão central dos discursos e ações da FBPF e suas filiadas, o fortalecimento da representação feminina nas organizações públicas de assistência social. O discurso disseminado pela FBPF acerca do feminismo praticado pela entidade tinha como base a construção da ideia de unidade entre as mulheres e da proatividade feminina no meio público como peça importante para o progresso da nação.

Os esforços e articulações das feministas brasileiras ligadas a FBPF, durante esse período, ampliaram as discussões e as ações das mulheres no espaço público/político, alargando o raio de participação feminina e o exercício de sua cidadania, o que serviu de

¹²⁴ **Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino**. Rio de Janeiro, Ano I, Nº 1, outubro de 1934.

experiência organizativa e política para criarem estratégias de luta coletiva nos períodos posteriores. No momento em questão, o qual Lutz lutava para firmar a participação feminina nos espaços de poder e angariar serviços de assistência que garantissem a permanência das mulheres no trabalho, a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino (FPPF) se engajou na mesma estratégia de luta, mas com a singularidade do seu lugar físico, social e político.

Em meados de 1935, a FPPF mudou sua diretoria, Emília Marchesine assumiu a presidência e Edwiges de Sá passou a atuar como uma conselheira no cargo de presidente de honra. Juanita Borel Machado, a escritora e jornalista paraibana, se tornou primeira-secretária, sendo ela a responsável pela parte de comunicação e divulgação da entidade. Essas duas mulheres protagonizaram debates sobre o feminismo e suas ações, desvelando o véu que cobria os discursos sobre a unidade feminina em torno do ideário feminista. Esse assunto será tratado de maneira mais aprofundada nos próximos tópicos. O que nos interessa agora é compreender quais foram as primeiras ações da FPPF depois das conquistas alcançadas na Constituição.

Como pudemos perceber, a questão da qualificação profissional feminina para o trabalho de assistência social, mas não só nessa área, era uma preocupação das feministas nesse período pós conquista do voto. Para a Federação Brasileira, era essencial que as mulheres ocupassem os cargos públicos e privados referentes à assistência maternal e infantil e ao trabalho feminino. Para isso, a rede feminista criada pela entidade carioca passou a se mobilizar na organização de cursos de qualificação feminina, principalmente na área de enfermagem, puericultura, higiene e línguas. No Recife, a Federação Pernambucana formou os *Círculos de Cultura*, um conjunto de cursos oferecidos para mulheres com o intuito de qualifica-las para o mercado de trabalho.

Inicialmente, os cursos oferecidos eram: Datilografia, Contabilidade, Estenografia, Caligrafia e Civilidade, História, Geografia, Ciências Físicas e Naturais, Matemática, Português, Francês, Alemão, Espanhol, Italiano, Curso Doméstico e Manualismo¹²⁵, Puericultura e Enfermagem¹²⁶. Entretanto, ao longo de 1936, alguns cursos não se mantiveram e novos foram abertos. Os cursos que tiveram mais investimento da instituição foram os de Contabilidade, Enfermagem Profissional e Enfermagem para o Lar. As matrículas eram feitas na sede administrativa da FPPF, na Rua Larga do Rosário, no bairro de Santo Antônio, local

¹²⁵ Atividades manuais, trabalhos com artesanato, crochê, pinturas, etc.

¹²⁶ Os núcleos de cultura da FPPF. **Diário da Manhã**.15/09/1935, p.11. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

cedido pela então presidente Emília Marchesine, com a colaboração de seu marido, Alfredo Marchesine¹²⁷.

Esse endereço estava situado em um lugar estratégico da cidade, no centro intelectual e cultural do Recife. A Rua Larga do Rosário, situada no bairro de Santo Antônio, estava a poucos metros da Praça da Independência e da Rua do Imperador, endereços que abrigavam as sedes dos periódicos com maior circulação do período. *O Diário de Pernambuco, Diário da Manhã, Jornal do Recife, Jornal Pequeno*, entre outras publicações de menor expressividade, tinham suas tipografias e salões de recepção situados entre esses dois endereços¹²⁸. Além disso, o bairro de Santo Antônio possuía grandes cafeterias, confeitarias, cinemas, era onde a “vida moderna” pulsava. Perto dali, na Rua da Aurora, estava localizado o Club Internacional do Recife, lugar onde a burguesia recifense fazia suas reuniões e festas¹²⁹. Era nesse bairro também que acontecia o “footing da Rua Nova”, segundo Sylvia Couceiro (2003, p.166):

Nova era não apenas o nome da rua por onde os grupos de elite do Recife passeavam olhando as vitrines, observando e se expondo aos passantes, seguindo os ditames do que se considerava moderno e civilizado: ir aos cinemas, tomar um chá das cinco, vestir-se de acordo com o figurino parisiense. Novas seriam também as pessoas que, no vai-e-vem do *footing*, procuravam preencher com o nome da rua as expectativas, desejos e sonhos íntimos com relação a si próprias e à cidade em que moravam.

Nova também era a sede da FPPF, situada justamente em meio a essa efervescência da vida urbana. Até então, as reuniões da entidade aconteciam na casa de Edwiges de Sá, todavia, não era um espaço fixo, e nem aberto a todas as ações da instituição. Com uma sede fixa, espaço direcionado especificamente para as atividades da entidade, foi possível a organização de uma biblioteca, voltada para os estudos das alunas dos cursos oferecidos pela Federação, montada com a ajuda de várias/os colaboradoras/es. Com o objetivo da criação de um espaço de leitura, a FPPF lançou uma campanha no *Diário da Manhã* e em outros

¹²⁷ Como já foi dito no primeiro capítulo, Alfredo Marchesine era um comerciante da Praça do Recife, possuía relações sociais com a comunidade financeira e comercial da cidade, tendo condições econômicas e sociais de obter um imóvel no centro do Recife.

¹²⁸ Todos os jornais citados tinham anúncios em todos os seus números sobre para qual endereço deveriam ser enviadas as contribuições dos/as leitores/as.

¹²⁹ “A partir de 1914, a agremiação passou a funcionar na Rua da Aurora, 265. Em meados da década de 1930 viveu uma grave crise econômica. Com apenas 32 sócios a luta foi para salvar dois terços do seu patrimônio. A esperança de vencer a crise surgiu quando a Prefeitura do Recife adquiriu o prédio da Rua da Aurora para nele instalar o governo municipal. Paralelamente, crônicas e propagandas em favor do Clube foram publicadas em jornais. Somente em 1937, com a venda desse prédio, foi adquirido, por compra, o Solar do Benfica, no bairro da Madalena, onde até hoje funciona a sede do clube. Ainda em 1937, o edifício passou por reformas que incluíram a ampliação e adaptação de parte de suas instalações para atender às necessidades de entretenimento de seus associados. Dessa forma, a Assembleia Legislativa do Estado declarou o Clube de utilidade pública”. Clube Internacional do Recife, site da Fundação Joaquim Nabuco, disponível em http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=990%3Aclube-internacional-recife&catid=38%3Aletra-c&Itemid=1 .

periódicos recifenses em prol da doação de livros para sua estruturação¹³⁰. Dessa forma, além de angariar os livros para a biblioteca, também traçava novas redes de apoio à causa feminista.

Intelectuais, empresários/as, escritoras/es e feministas do Brasil enviaram livros para a sede da FPPF, atendendo à convocação da entidade, tendo seus nomes divulgados pela instituição com agradecimentos nos jornais. O escritor argentino Matheus Booz, por exemplo, recebeu agradecimento especial por enviar livros seus autografados para a Federação Pernambucana, assim como o poeta paraense Bruno Menezes. O juiz federal Adonias Lima e a Academia Cearense de Letras enviaram cartas parabenizando a iniciativa¹³¹. Isso mostra o alcance da campanha que contava também com a realização de um sorvete dançante intitulado Festa do Livro, o qual teria como ingresso para a entrada a doação de um livro.

A FPPF aproveitou a ocasião da Festa do Livro, que viria a ocorrer no Club Internacional do Recife, para convidar Carlos Rios, o diretor de redação do *Diário da Manhã*, para dar a palestra de abertura do evento [Imagem 4]. Rios foi o padrinho da instituição junto ao *Diário da Manhã*, periódico que passaria a publicar, todos os domingos, uma página inteira dedicada à FPPF, conquista essa que ampliou e fortaleceu as possibilidades de agregar apoio intelectual, social e material para a entidade.

Este evento foi amplamente noticiado pela página da FPPF no *Diário da Manhã* e também na Rádio Club. Na semana anterior à Festa, as mulheres da Federação Pernambucana deram palestras na Rádio Club sobre a educação da mulher, a importância do livro, a colaboração dos pais na educação dos/as filhos/as, e sobre as “questões feministas”¹³².

Imagem 4- Aspecto do discurso do jornalista Carlos Rios na Festa do Livro de 1935



Fonte: Diário da Manhã. 19/11/1935. p.1. Recife.

¹³⁰Festa do Livro. **Diário da Manhã**. 03/11/1935, p.11. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹³¹ **Idem**.

¹³² Festa do Livro. **Diário da Manhã**. 03/11/1935, p.11. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

Também esteve envolvida outra instituição de grande prestígio social, a Associação dos Empregados no Comércio, aliada da Federação Pernambucana desde as eleições de 1933. O dinheiro arrecadado com a venda de comidas e doações feitas na Festa do Livro seria destinado à construção do Refeitório das Moças Empregadas no Comércio, um projeto que visava fornecer almoço de baixo custo para mulheres que trabalhassem no comércio de Recife¹³³.

Tanto a organização dos cursos como da biblioteca e da Festa do Livro eram ações que tinham como discurso-base a importância da educação, qualificação, e do direito ao trabalho para a emancipação econômica da mulher. Essas questões, agora mais do que nunca, tinham se tornado o ponto central da luta feminista pós direito ao voto. Edwiges de Sá, alguns dias antes da Festa do Livro, havia escrito em uma das colunas da página da FPPF no *Diário da Manhã*, sobre o direito feminino às profissões e ao trabalho:

O feminismo é a suprema aspiração da mulher ao trabalho mais amplo, às profissões, embora as mais difíceis, para as quais se sente compatível pela coragem e pela inteligência, consistindo a sua maior luta a obtenção do direito de exercê-las. Deixou, de há muito, de ser a pedanteira teórica para se transformar em ação fecunda, em exemplos alentadores que de toda a parte irrompem, na Europa como na América (...) ¹³⁴.

O feminismo, nesse sentido colocado por Edwiges de Sá, era o anseio feminino por exercer suas habilidades de maneira consequente para ela (a mulher) e para a sociedade. A dificuldade no caminho para essa conquista seria a luta pelo direito de exercer as profissões, o que nada tinha a ver com a “falta de capacidades femininas” proclamada pelos antifeministas. Sobre isso, Edwiges afirmava:

Aqui no Brasil já se escreveu que a mulher brasileira era uma eterna exploradora do homem. Sendo assim, cabe ao homem a culpa: a sociedade para a qual ele, exclusivamente, fazia as leis, é que traçava as peias de ferro de uma educação anacrônica que nesse evoluir de costume não se coaduna com as exigências da vida, hoje não satisfeita com o que outr'ora era suficiente para saciar. Culpe a si e a as suas leis: à mulher, não.

Ou seja, nesse momento, Edwiges sinaliza claramente de quem foi a culpa do atraso feminino na educação e no mercado de trabalho: dos homens que faziam as leis. As críticas feitas agora, depois de consolidada a conquista do voto, tinham um outro tom, um aspecto mais ácido, os homens eram os sujeitos dessa acusação, algo que antes não era dito com nitidez. Outra questão importante era a lei. As leis feitas por esses homens anacrônicos foram as responsáveis por manterem as mulheres fora de seu tempo, fora do progresso. Por isso era tão imprescindível para essas feministas a eleição de mulheres para cargos políticos. Elas

¹³³ Sorvete Dansante. *Diário da Manhã*. 03/11/1935, p.11. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹³⁴Feminismo. *Diário da Manhã*. 10/11/1935. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

eram legalistas, acreditavam que através das leis as mulheres alcançariam outro patamar na luta por igualdade. Entretanto, entendiam também que só as leis não bastavam, se elas não encontrassem meios para que fossem postas em prática. Por isso, Bertha Lutz se empenhou tanto para a aprovação do Departamento da Mulher e organização de um conselho de fiscalização ligado às questões do trabalho e da educação das mulheres.

A questão trabalhista não era uma pauta apenas das mulheres, vários setores reivindicavam melhores condições de trabalho, salários mais justos, etc. Além disso, o movimento comunista passou a se articular de maneira mais efetiva, chegando a influenciar diretamente a criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Governo, empresariado, movimentos operários e sindicalistas estavam em um clima de tensão constante. Em Recife, as mulheres da FPPF atuaram enquanto uma força pacificadora em meio a essas questões, mas é preciso entendermos um pouco mais sobre como essa situação se agravou no país.

A tão sonhada Constituição de 1934, que foi comemorada pela FBPF e suas filiais como uma vitória, pois nela estavam incluídas várias reivindicações feministas, não foi vista com bons olhos por Getúlio Vargas. Essa postura do presidente se devia a limitação do poder Executivo em detrimento do poder Legislativo, que agora retomava o seu papel de elaborar leis e fiscalizar os atos do presidente da República.

O Senado, em particular, conquistava a prerrogativa de suspender a concentração de forças militares em qualquer unidade da federação. Já o Tribunal de Contas ganhava a condição de órgão independente, cujas decisões eram declaradas irrevogáveis, a salvo das pressões e influências do gabinete da República. O mandato presidencial teria quatro anos e era vedada a reeleição (NETO, 2013, p.189).

Além disso, foi suspensa a censura prévia aos jornais, transformando o Brasil em um país que voltava a viver sob a égide da legalidade. Entretanto, não estava nos planos de Vargas deixar que sua autoridade fosse contestada. O governo federal implementou uma política de repressão aos movimentos sindicais e operários, iniciando uma “caça aos comunistas” que serviu de pretexto para a instauração do Estado de Sítio e, posteriormente, da ditadura do Estado Novo.

Os conflitos sociais começaram ainda em 1934, na ocasião da “Batalha da Praça da Sé”, quando a Ação Integralista Brasileira entrou em confronto com vários setores da esquerda e terminou em violência e tiroteio na praça da Sé em São Paulo (FAGUNDES, 2012, p. 900). Os ânimos se exaltaram pelo acirramento ideológico entre a corrente de pensamento integralista, que defendia o Estado Integral, sem partidos, autoritário, contra a luta de classes, e os sindicalistas simpatizantes do comunismo e socialismo. Vargas, neste momento, era simpatizante do integralismo e os sindicatos independentes e parte das organizações de classe

nutriam desconfianças e antipatia pelo então presidente. Segundo Alessandro Batistella (2015, p.24):

Entre 1930 e 1934, o Ministério do Trabalho, além de valorizar o trabalhador brasileiro, muitas vezes, preterido ante o estrangeiro, por meio da “Lei de Nacionalização do Trabalho” ou “Lei dos 2/3” – Decreto n. 19.4827, de 12 de dezembro de 1930 –, editou uma série de medidas e de leis trabalhistas. Contudo, devemos lembrar que algumas dessas leis já existiam antes de 1930, porém, muitas não eram cumpridas pelos patrões, enquanto outras eram limitadas a algumas categorias, como ferroviários e portuários. [...] De qualquer maneira, com a criação do Ministério do Trabalho, o quadro da política do novo regime em relação à classe trabalhadora começava a se delinear, mas seus contornos somente iriam se tornar, realmente, mais claros em março de 1931, quando o Decreto n. 19.770, a Lei de Sindicalização, editada por Lindolfo Collor, o primeiro ministro do Trabalho da era Vargas, estabeleceu as novas normas de sindicalização (GOMES, 2005, p. 163). Segundo Antunes (2003, p. 46-47), esse Decreto, além de estabelecer o sindicato único por categoria, outorgava o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os sindicatos, definia o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado, permitia aos delegados do Ministério do Trabalho o direito de participar das assembleias sindicais, proibia o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro dos sindicatos, vetava sua filiação a organizações sindicais internacionais, negava o direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de estrangeiros nos sindicatos. E mais, a lei de sindicalização atingia todas as associações de classe, quer fossem de empregados, quer fossem de empregadores¹³⁵.

Muitos sindicatos criticavam o controle do governo dentro das organizações trabalhadoras e do Ministério do Trabalho. A imprensa pró-governo logo começou a descrever as manifestações de insatisfação da classe trabalhadora como “ameaça bolchevique”. A partir de então, as manifestações de insatisfação das organizações operárias e sindicais passaram a ser vistas por Vargas como uma “conspiração comunista” (NETO, 2013, p. 197).

Getúlio então se aproximou ainda mais das ideias integralistas, passando a perseguir adversários/as do regime e a prender jornalistas que escreviam matérias criticando o governo. Seguiram-se várias greves tanto no setor público quanto no privado, em vários estados do país. Em janeiro de 1935 veio a resposta de Vargas, foi enviada para votação no plenário da Câmara dos Deputados a Lei de Segurança Nacional (LSN) que dava plenos poderes para que as forças de repressão agissem em caso de “crimes contra a ordem pública e social”, ou seja, era uma carta branca para a perseguição política irrestrita.

A chamada “Lei Monstro”, como denominavam os jornais sindicalistas, foi a gota d’água para iniciar a articulação da Ação Nacional Libertadora (ANL), um movimento popular antifascista, contra a LSN. Se intensifica então o apelo ideológico do governo contra

¹³⁵ Sobre as referências citadas no texto, conferir: GOMES, Ângela de Castro Gomes. A invenção do trabalhismo. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005 e ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. O que é sindicalismo. 18. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

o “avanço das forças comunistas no Brasil”, que acaba por conseguir a aprovação da LSN e, posteriormente, a extinção da ANL, que tinha como um dos seus principais organizadores Luiz Carlos Prestes (AQUINO; MENDES; BOUCINHAS, 2009, p.255).

Isso só vai acelerar o acontecimento da Intentona Comunista, em novembro de 1935, movimento de levante das forças comunistas, principalmente no Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e em Pernambuco. Em meio a esse cenário de conflitos políticos e ideológicos, Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino buscavam a luta pelos interesses das mulheres por meios legalistas. A entidade havia se aproximado de Vargas após a proclamação da Constituição e o reconhecimento da cidadania feminina. O presidente havia se colocado como um defensor da Constituição, um legalista assim como Bertha Lutz. Todavia, essa postura era apenas momentânea, já que passados apenas 3 anos da proclamação da Constituição de 1934, Vargas fechou o Congresso e decretou a ditadura do Estado Novo.

Em Pernambuco os ânimos também se exaltaram, um dos conflitos travados foi entre patrões e empregados, via Justiça do Trabalho. Em 1935, quatrocentos trabalhadores/as haviam entrado na Justiça do Trabalho, em uma ação conjunta, contra a fábrica de malhas da Várzea, de propriedade da firma Pereira Carneiro & Cia. Os/as trabalhadores/as pediam o pagamento de férias atrasadas de 1933 e “indenização da quantia correspondente ao aviso prévio pela demissão que foi executada sem aquele ato”¹³⁶. A repercussão foi grande, é tanto que o *Diário da Manhã* noticiou esse caso como sendo “a maior ação social trabalhista inventada até hoje no Brasil”¹³⁷.

Ainda segundo o *Diário da Manhã*, o caso caiu no gosto popular, como noticiou em 14 de setembro de 1935: “atendendo ao interesse com que a população vem acompanhando a audiência preparatória, a Junta deliberou franquear ao público assistir ao julgamento”. Ou seja, esta ação muito interessava aos/as outros/as trabalhadores/as, para servir como experiência, e observar como a Justiça do Trabalho podia agir na garantia de seus interesses.

Dois aspectos chamaram atenção nesse caso: unidade entre os/as trabalhadores /as e a repercussão social, visto que foi um grupo muito grande de pessoas, quatrocentos empregados/as exigindo seus direitos na justiça, isso não podia passar despercebido aos/as outros/as empresários/as e donos/as de fábricas em Recife. O momento era de alerta para os/as patrões/patroas. Ainda neste mesmo ano, em novembro, várias associações de classe entraram em greve em Pernambuco, entre elas o Sindicato dos Carvoeiros de Recife e a União de

¹³⁶Será Julgado, hoje, na 1ª junta de conciliação e julgamento, anexa a 8ª inspeção regional do ministério do trabalho, o ruidoso caso dos ex-empregados da fábrica de malhas da Várzea. **Diário da Manhã**. 14/09/1935, p.1. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹³⁷ **Idem**.

Resistência dos Trabalhadores em Armazéns e Trapiches de Pernambuco (que tinha mais ou menos 2.500 filiados)¹³⁸.

Talvez esse clima de conflito político tenha feito Othon Bezerra, um empresário bastante conhecido da sociedade pernambucana e dono dos Cotonifícios Othon Bezerra, incrementar as aulas dadas nas escolas da Vila Operária de sua fábrica. Afinal, a educação já era uma área estratégica do governo Vargas para doutrinar a população.

Neste caso em específico, o empresário teve conhecimento, por meio dos jornais, que a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino tinha interesse em lecionar em escolas operárias, para alfabetizar mulheres trabalhadoras. É importante ressaltar que, neste momento, é necessário ser alfabetizado/da para poder exercer o direito do voto, e a pauta da alfabetização era uma questão cara para a FPPF.

Segundo a página da FPPF no Diário da Manhã¹³⁹, o empresário havia participado de uma reunião com a presidente da entidade e acordado que as aulas seriam dadas nas escolas operárias já existentes anexas às fábricas Othon Bezerra. Essa foi uma aliança feita por Emília Marchesine, pois, depois de sua saída da FPPF em meados de 1935, não encontramos mais nenhuma notícia sobre essas escolas nos jornais ou na página da Federação Pernambucana. Além de que, foi dela também a ideia de oferecer aulas em escolas operárias, como consta nas Atas de Reuniões da instituição.

A FPPF ficou responsável por dar aulas aos/as filhos/as dos/as operários/as pela parte da manhã e aos/as analfabetos/as adultos/as pela noite. O programa era basicamente ensinar a ler, escrever e contar. Além disso, seriam dadas aulas de religião, – católica, se mais de 20 alunos requeressem, sobre o protestantismo também – e civismo. Uma vez por mês os/as trabalhadores/as teriam palestras sobre os seguintes temas:

Deveres dos operários para com os patrões; deveres conjugais; deveres dos filhos com pais e dos pais com os filhos; economia doméstica; higiene geral; o casamento perante Deus e perante a lei; o respeito à propriedade alheia; a civilidade para com os superiores, iguais e inferiores; o vício; a diferença que existe em um lar onde impera a virtude e em um que impera o vício; a moral cristã¹⁴⁰.

Ao analisarmos o formato e os conteúdos das aulas, fica nítido qual o objetivo de Othon Bezerra em “incrementar” as aulas nas escolas operárias sob sua propriedade. O programa era inteiramente voltado para temas que remetiam aos princípios de obediência e disciplina para com “os superiores”, que no caso estavam relacionados aos postos de trabalho.

¹³⁸ Porque a polícia apreendeu mais uma edição da “Folha do Povo”. **Diário da Manhã**. 22/11/1935. P. 1. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹³⁹ Escolas Operárias. **Diário da Manhã**. 22/09/1935. P.11. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁴⁰ **Idem**.

Atrelado a isso, foi utilizada a moral cristã e seu ideal de pacifismo, que também eram princípios defendidos pela FPPF. Os temas ligados à higiene e ao vício refletiam uma preocupação da sociedade da época, principalmente por causa da expansão do ideário higienista, sobre o qual já falamos nos dois primeiros capítulos.

Expor quais eram os deveres dos/as trabalhadores/as para com os/as patrões/patroas era o ponto central do programa, todavia, não observamos nenhum tópico que tratasse dos direitos desses/as mesmos/as trabalhadores/as. Essa palavra nem era mencionada. Manter a classe trabalhadora controlada em tempos como aqueles era uma tarefa difícil e a educação doutrinária era um meio viável e menos conflituoso para este fim.

O Estado corporativista estruturado por Getúlio Vargas, que buscava eliminar os conflitos de classe e manter todos os grupos sociais sob o controle estatal, tinha como base a construção de uma relação pacífica entre patrões/patroas e trabalhadores/as. Segundo Alessandro Batistella (2015, p.24), o Estado construído por Vargas, tendo a política do sindicalismo corporativo como elemento importante (a qual colocava as associações de classe sob a tutela do Estado), buscava o:

Controle social que pudesse levar à construção de um país harmonioso e pacífico. Visava impor uma filosofia social em contraposição à filosofia individualista do liberalismo ou à filosofia classista do marxismo. Essa “terceira via” traduziu-se no corporativismo e, com ela, buscava-se manter as hierarquias, mas diminuir as desigualdades sociais, evitar o conflito, banir a luta de classes e gerar harmonia social, progresso, desenvolvimento e paz.

Em Pernambuco, Othon Bezerra buscou, por meio da educação, “evitar o conflito”, e a FPPF, por meio das escolas operárias propostas pelo industrial, atuou como elemento facilitador para implantar esse modelo nos Cotonifícios Othon Bezerra. Era um modelo de ensino normativo, que doutrinava os/as operários/as a serem subservientes. É importante ressaltar que essa ação em escolas operárias não se estendeu por muito tempo, visto que a FPPF passou a se empenhar na abertura de seus próprios cursos, com programas mais abrangentes, como foi o caso dos Círculos de Cultura.

A organização desses cursos tinha como objetivo a qualificação profissional feminina, baseada na defesa do trabalho remunerado para as mulheres. Ao contrário do que era proposto nas escolas operárias, às mulheres era ensinado que deviam exercer seu direito ao trabalho e à educação, assim como à participação política. Ao longo do ano de 1936, a FPPF aprofundou suas críticas com relação a situação das mulheres trabalhadoras pobres, seguindo as diretrizes da matriz nacional, o que não condizia com o modelo de ensino ao qual tinha sido estabelecido nas escolas operárias.

Ao analisarmos a documentação do Arquivo Nacional sobre a instituição, percebemos que essa ação das escolas operárias foi proposta por Emília Marchesine e organizada por ela quando tomou posse da presidência da entidade. Emília fazia parte da elite pernambucana, em forte aliança com setores da proeminente burguesia industrial emergente, e executou essa ação como parte do ideal de harmonia social pregado por esses setores. Ainda antes da feminista deixar seu cargo na FPPF, essa ação já não estava sendo executada, e, apesar de fazer parte do programa da instituição, não foi levada adiante pelas outras sócias.

A cultura da paz era pregada pelo feminismo ligado à Federação Brasileira, no que tange ações contra guerras e animosidades entre povos. Sobre isso, pudemos entender melhor a posição da entidade em relação ao acirramento ideológico no Brasil após o acontecimento da Intentona Comunista, levante que também teve lugar em Pernambuco. Neste momento, as feministas da FPPF escreveram em sua página do *Diário da Manhã* sobre o ocorrido. Esse levante popular ocorreu também em Natal e no Rio de Janeiro.

Luiz Carlos Prestes, que havia retornado ao Brasil depois de passar 4 anos em Moscou reunido com os comunistas russos, se juntou a Ação Nacional Libertadora e divulgou um manifesto que ressaltava a importância dos levantes tenentistas de 1922 e 1924, além de propor a derrubada de Getúlio Vargas. Em julho de 1935, Vargas aprovou a Lei de Segurança Nacional, que colocou o país em um eterno estado de alerta, declarando guerra a toda e qualquer oposição e colocando a ANL na ilegalidade.

Em agosto, aconteceu a VII Congresso da Internacional Comunista, em Moscou. Nesse evento, o representante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Antônio Manoel Bonfim, fez uma leitura favorável a um levante comunista no Brasil, de características militares. Dessa forma, a Internacional Comunista organizou uma força-tarefa de vários militantes comunistas para se infiltrarem no Brasil e se aproximarem do PCB, com o objetivo de organizarem uma ofensiva ao governo (AQUINO; MENDES; BOUCINHAS, 2009, p.251-261). Dentre os/as militantes que atuaram no Brasil nesse intuito, estava Olga Benário, comunista alemã e judia, que ajudou Prestes no seu retorno ao país, também sendo sua companheira de vida, chegando a se casar com ele.

Em princípio, projetara-se a eclosão de diversos levantes simultâneos em vários lugares do país, a fim de obrigar o governo a dispensar suas forças em diversas frentes de combate. É bem verdade que, em Pernambuco, Cristiano Cordeiro, Gregório Lourenço Bezerra e outros comunistas consideravam não haver condições para um movimento vitorioso naquela conjuntura. Segundo planejamento do PCB, a Revolução Comunista deveria ocorrer em dezembro de 1935 ou no primeiro trimestre do 1936, mas foi precipitada pela sublevação de militares de 21º Batalhão

de Caçadores (21º BC), em Natal, no Rio Grande do Norte (AQUINO; MENDES; BOUCINHAS, 2009, p. 256).

No dia 23 de novembro, em Natal, oficiais de baixa patente do Exército, operários e funcionários públicos deflagraram um levante popular e tomaram o 21º Batalhão de Caçadores. Não tardou para que esse levante chegasse até Pernambuco. Em 25 de novembro de 1935:

O 29º Batalhão de Caçadores, sediado na Vila Militar de Socorro, sublevou-se marchando em direção a Recife. As tropas eram comandadas pelo capitão Otacílio Alves de Lima e pelo tenente Lamartine Coutinho Correia de Oliveira. Ao chegarem ao Largo da Paz, ponto de acesso a Recife, as forças rebeldes foram barradas pela força legalista mobilizada pela Polícia Estadual, ocorrendo forte combate durante quase 24 horas. O levante, no entanto, não se limitou ao 29º Batalhão de Caçadores, registrando-se dois outros focos revolucionários; o sargento Gregório Bezerra lutou contra os oficiais do quartel-general da 7ª Região Militar, e populares tomaram a cidade de Olinda, sendo derrotados horas depois. O levante foi contido na noite de 25 de novembro com a chegada do 22º Batalhão de Caçadores, de João Pessoa, e do 20º Batalhão, de Maceió. A sublevação provocou a morte de cem pessoas, na maior parte civis que haviam aderido ao movimento. Os principais líderes da revolta foram presos seguindo-se uma violenta repressão, com a prisão de comunistas, aliancistas e simpatizantes. As tropas legalistas foram em seguida deslocadas para Natal, onde puseram fim ao Governo Revolucionário Popular¹⁴¹.

No Rio de Janeiro, o levante foi sufocado pelas forças do governo. Ele foi chamado pela imprensa de “Intentona Comunista”, um movimento de levante popular que havia sido orquestrado pelo PCB, a ANL e Luiz Carlos Prestes, que agora estava ligado ao Comitê Russo Komintern. A “caça aos comunistas” virou uma política do Estado, todas as pessoas, organizações e entidades estavam sobre vigilância.

Para a polícia, por exemplo, o ativismo político no Brasil quase coincidia com a simpatia ao comunismo. A própria Federação Brasileira pelo Progresso Feminino era classificada nos registros da Delegacia Especial de Segurança Política e Social como entidade “que obedecia à orientação comunista” (MARQUES, 2013, p. 107).

Talvez isso se devesse a militância de Bertha Lutz pelos direitos trabalhistas das mulheres, conclamando o Estado para compartilhar a responsabilidade na manutenção das mulheres em seus empregos. Como prática da FBPF, as feministas ligadas à entidade buscavam não dar declarações que pudessem coloca-las em uma situação conflitante com qualquer setor da sociedade, procuravam o caminho do discurso único pela mulher. Todavia, o levante comunista em Pernambuco foi um acontecimento de grande repercussão e a FPPF precisou se colocar diante do ocorrido. Na página da Federação Pernambucana no *Diário da Manhã* a entidade lamentou as mortes causadas pelos conflitos, principalmente pelo

¹⁴¹ Revolta Comunista de 1935, Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, Acervo, dicionário temático. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-comunista-de-1935>.

sofrimento das mães que perderam seus filhos. Ademais, chamaram atenção para o ideal de paz, que deveria ser a base de uma sociedade civilizada:

E toda essa luta inglória nos entristece e acabrunha, porque é um senáculo de inferioridade e falta de bom civismo. Nosso espírito pacifista não poderá nunca alcançar a razão de nenhuma luta em família, de nenhuma idealidade que justifique esse tremendo fratricídio e esse assalto à propriedade alheia. Só a paz constrói com eficiência e toda sementeira sangrenta dá frutos de revolta de ódio e de vingança¹⁴².

Nesse sentido, a FPPF não acreditava na revolução como meio de alcançar qualquer objetivo social, já que para elas “o talento é capaz de dominar e construir sem degradação!”. Esse talento ou habilidade deveria ser aproveitado por meio da educação e, posteriormente, desenvolvido através do trabalho. A FPPF finalizou a coluna sobre esse tema saldando os soldados do governo e as mães que tiveram seus filhos mortos:

Desde recato de página só nos resta mandar de todo coração, um voto de louvor aos bravos e abnegados que com tanta serenidade e ponderação dirigiram a obra de contra-revolução aos denodados e valentes soldados e civis que levaram de vencida esse obra de paz, e igualmente um voto de profundo pesar a todos aqueles que a revolução enlutou sobretudo às mães¹⁴³.

Dessa forma, as feministas deixavam transparecer sua posição favorável as tropas do governo. Era importante declarar esse apoio, já que, qualquer ato contrário ao poder vigente poderia ser interpretado como simpatia ao comunismo. Outro fator importante para as feministas da Federação Pernambucana era que seu principal instrumento de comunicação, para dar visibilidade as suas pautas, era um periódico que pertencia ao governador pernambucano. A página da FPPF no *Diário da Manhã* se tornou a porta-voz da entidade, seu órgão oficial de divulgação, sendo ali publicado tudo que fosse relacionado à instituição. Por isso, é relevante entendermos a importância dessa conquista para a Federação Pernambucana neste momento.

3.2 Uma importante conquista: a Página da Mulher no *Diário da Manhã* e o debate sobre a “mulher moderna”

Com a reestruturação da FPPF, em 1935, a eleição de uma nova diretoria, e a ampliação da rede de sociabilidade construída em volta dos interesses da instituição, a publicidade das pautas e ações da entidade era uma área estratégica não só para difundir o ideário feminista para outras mulheres, mas também para pleitear novos aliados.

¹⁴² A revolta de domingo último. *Diário da Manhã*. 01/12/1935. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁴³ *Idem*.

Como já foi colocado, a instituição passou a ter um espaço fixo de publicação editorial própria, todos os domingos, no jornal *Diário da Manhã*. No dia 15 de setembro de 1935, a primeira linha escrita na estreia da página da instituição foi em agradecimento a duas personalidades da sociedade pernambucana que haviam ajudado a FPPF na sua empreitada pela visibilidade de suas pautas¹⁴⁴. O primeiro foi Carlos Rios, o então diretor de redação do *Diário Manhã*, por ter concedido aquele espaço tão valioso para as feministas em um dos jornais com maior circulação do período. O outro foi Oscar Moreira, o diretor da Rádio Club do Recife, um aliado precioso na abertura de novos canais de comunicação para a divulgação dos debates feministas.

A Rádio Club foi parceira estratégica para a FPPF cedendo espaço para os discursos feministas sobre as conquistas das mulheres na Constituição de 1934, na chamada Festa da Vitória, e continuava a abrigar em seu programa as palestras conferidas pela FPPF em datas comemorativas. Segundo Gilvânia da Silva e Alcileide Nascimento (2016, p.14) “é preciso apontar para o fato de que havia um forte discurso em torno da utilização do rádio como ferramenta para educar a população não letrada. E, por essa razão, acreditamos que as feministas viram nele a possibilidade de, não necessariamente atingir, mas reforçar o contato com um público que elas já mantinham pela mídia impressa”.

Essa rede de apoio bem articulada e com personalidades importantes no meio da comunicação pernambucana favoreceu a entrada de novas sócias na entidade, se tornando também uma demonstração de força política e organizativa. O *Diário da Manhã* era um dos órgãos da imprensa pernambucana mais abrangentes, tendo sucursais em outros estados como Alagoas e Paraíba. O periódico tinha grande prestígio junto a classe política pernambucana, sendo este inclusive o porta-voz do governo do estado¹⁴⁵. Em 1935, o *Diário da Manhã* circulava com a quantidade de 8 a 12 páginas nos dias de semana, chegando a 24 páginas aos domingos e a 100 páginas em datas comemorativas como o aniversário do jornal (NASCIMENTO, 1967, p.292).

Logo se nota que a FPPF tinha aberto uma janela de divulgação de grande envergadura, angariando não apenas um espaço para expor suas ideias, mas também o prestígio do periódico o qual estava participando. Dessa maneira, a entidade se aproxima do governo do estado, deixando para trás a antiga animosidade pela qual fez Edwiges de Sá

¹⁴⁴ Nós, o “Diário da Manhã” e o “Rádio Club”. **Diário da Manhã**.15/09/1935, p.11. Acervo digital da CEPE-Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁴⁵ O Diário da Manhã foi fundado em 1927, por Carlos de Lima Cavalcanti, (interventor federal entre 1930 e 1934 e, posteriormente, governador de Pernambuco entre 1934 e 1937) e desde então serviu como meio de divulgação das ações e discursos do Governo Federal.

concorrer à Assembleia Constituinte por um partido adversário ao do governo. Além disso, Carlos Rios¹⁴⁶, o então diretor de redação do jornal, fora também eleito deputado pela bancada classista da Assembleia Legislativa de Pernambuco, tendo esse acontecimento sido motivo de comemoração de toda a redação do periódico em um almoço no Horto Dois Irmãos, noticiado na primeira página do jornal em 06 de outubro de 1935¹⁴⁷.

Ao que parece, a ligação de Carlos Rios com a FPPF foi estabelecida por Juanita Borel Machado, a secretária-geral da entidade eleita para o biênio 1935-1937. Ela era escritora e também jornalista, conhecida da imprensa paraibana pelo seu trabalho junto as feministas daquele estado bem como pelos livros que escrevia sobre o folclore brasileiro. Em relatório da Federação Pernambucana enviado à Federação Brasileira, a feminista afirma seu protagonismo na conquista do espaço editorial junto ao *Diário da Manhã* por causa da sua amizade com Carlos Rios¹⁴⁸, sendo a ela conferido o cargo de redatora da página. É importante ressaltarmos também que logo após a inserção da *Página da Mulher* no periódico, Alba Rios, esposa de Carlos Rios, passou a fazer parte da diretoria da entidade, o que conferiu ainda mais força para as feministas junto aquele órgão da imprensa.

O espaço dedicado à FPPF era inicialmente nomeado de *Atividades da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino* e disfrutava de meia página. No início de 1936, a entidade passa a dispor de uma página inteira no periódico e em junho do mesmo ano o espaço passa a se chamar *Página da Mulher*. De maneira geral, as sessões eram divididas em colunas divulgando e noticiando sobre os cursos oferecidos pela instituição, os apoios sociais, as ações beneficentes, os chás e eventos oferecidos, textos traduzidos de outras línguas para o português, por várias sócias, colunas sobre assuntos referentes a mulher na política, trabalho feminino, feminismo, a mulher moderna, maternidade e casamento e a veiculação de notícias sobre os feitos da mulher pelo mundo.

Ao longo dos quase três anos que a página esteve em funcionamento, as configurações mudaram, alguns temas foram mais relevantes que outros, entretanto, três grandes assuntos

¹⁴⁶ Carlos Rios, além de jornalista, foi também um grande incentivador do rádio, tendo ele feito parte da Escola de Eletricidade do Recife, em 1919, grupo pioneiro na construção de microfones, o que possibilitou emissões de falas e músicas á longas distâncias. As pessoas que faziam parte desse grupo eram chamadas de amadoras da “telegrafia sem fio ou radiófilas”. Disponível no site do Diário de Pernambuco, link de acesso: http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/cadernos/opiniaio/2014/04/05/interna_opiniaio,84664/amanha-e-data-historica-6-de-abril-de-1919.shtml.

¹⁴⁷ A homenagem a ser prestada ao nosso companheiro Carlos Rios. *Diário da Manhã*. 06/10/1935, p.1. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁴⁸ **Relatório apresentado pela diretoria da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino à diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em virtude da renúncia irrevogável da presidente Emília Barbosa Viana Marchesine.** 16/06/1936. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIO.Q0. ADM, EFL.FPE. p.105.

sempre estiveram em pauta: o debate sobre o que é o feminismo e sua utilidade para a sociedade, incluindo o conceito de mulher moderna; a questão da mulher e o trabalho; e as discussões sobre o casamento. Por isso, nosso trabalho buscou traçar uma linha de análise voltada principalmente para esses temas.

A discussão sobre os direitos e os deveres da “mulher moderna” estava no centro dos debates disseminados pela maioria das feministas que compunha a FPPF. Esse entendimento permeou os discursos delas sobre a finalidade do feminismo e a função da mulher para o progresso social. Mas, afinal, o que era uma “mulher moderna” para essas feministas?

A partir dos anos de 1920, o ideário sobre a mulher moderna passou a invadir as páginas de revistas femininas. O discurso sobre a importância da higiene para o progresso da sociedade fundamentava o novo conceito de maternidade científica, igualmente importante para a evolução da raça. A preocupação com a saúde e a formação moral das crianças se consolidava na organização de um campo de conhecimento voltado para esse fim: a puericultura.

Pois distintamente da pediatria, voltada para a intervenção nos corpos infantis doentes, a puericultura tinha como alvo de ação o corpo social, implicando, portanto, mudanças de concepções, atitudes e comportamentos. O discurso das revistas dirigia-se diretamente às mulheres, confirmando que a elas competia tal função. Munidas do arsenal científico da puericultura, com base na supremacia da razão sobre a emoção, e rompendo com 'antigos' dogmas religiosos ou crenças tradicionais, elas estariam supostamente aptas a desenvolver sua 'nobre missão'. Usar e fazer ciência: este seria o novo papel social da mãe moderna. A ideologia da maternidade científica aproximava as mulheres do universo 'masculino', racional, da ciência, deslocando a maternidade da esfera estritamente doméstica e lhe conferindo novo *status* (FREIRE, 2008, p.161).

Essa reestruturação na função da maternidade não negava o instinto materno, mas agregava uma outra responsabilidade às mulheres, a evolução moral da nação. A tradição positivista teve forte influência para a construção desse ideário, localizando os lugares que homens e mulheres deveriam ocupar na sociedade em busca do progresso. Além desse entendimento sobre a questão da maternidade, a ideia de mulher moderna também era cercada de polêmicas no que se refere ao comportamento social. Usar roupas ousadas mostrando partes do corpo, fumar, frequentar bares, eram considerados costumes modernos não adequados para mulheres comprometidas com a evolução da raça. Ou seja, elas deveriam ser modernas para se inserirem no novo ideal de aperfeiçoadora da raça, mas não deveriam seguir os “costumes ou comportamentos modernos”.

Parece que as mulheres da Federação Pernambucana concordavam em parte com esse ideal de mulher. Em 29 de dezembro de 1935, em uma coluna da *Página da Mulher*, no *Diário Manhã*, as mulheres eram convocadas a se inscreverem nos cursos de enfermagem e

puericultura oferecidos pela entidade, tendo como argumento principal os deveres da mulher moderna:

Em verdade quando se diz "mulher moderna", não se deve confundir com mulher frivolidade; a mulher moderna não merece esse título deprimente para sua capacidade e inteligência. Ela é feminil no que esse termo encerra de bondade e de ternura e carinho, de magnitude enfim, mas está integrada com a evolução com os problemas sociais e sobretudo deve estar ao corrente do que diz respeito à superioridade da raça e continuação da espécie humana da qual é ela principal criadora e orientadora. A mulher tem a seu cargo as gerações futuras e portanto a responsabilidade eminente da grandeza ou degenerescência dos homens e mulheres que compõem a nacionalidade¹⁴⁹.

Ou seja, a maternidade científica, pautada nos conhecimentos médicos e científicos, foi incorporada por essas feministas como ação criadora da nova mulher, diferente da antiga, inerte ao progresso da sociedade, mas também distinta da "frivolidade" daquelas cujo "comportamento moderno" não era aprovado. Nesse sentido, era para conscientizar as mulheres de seu papel social na evolução da sociedade que o feminismo lutava, pelo menos assim foi dito em uma das colunas da *Página da Mulher*:

A mulher que ficou lá trás, a mulher embocada no seu sentimentalismo doentio de escrava de fluxo; sem querer aprender a ser realmente mulher, não só com as prerrogativas do sexo, mas também sobretudo com as prerrogativas do cérebro, que não quis aprender o sentido sociológico da vida, e biológico da própria mulher. Essa apática inimiga não pôde compreender que é para ela e é por ela que trabalhamos, que, doméstica assalariada, ela nem mesmo procura entender o sentido lacto e irrestrito disso que se chama lar e que afinal é a oficina, a grande oficina onde se forjam as raças e as espécies se dignificam pela cultura e pela higiene física e moral. O homem, cúmplice dessa espécie de mulher, é perigoso não tanto pelo seu poder econômico, mas pela própria natureza de sua psiqué. Ele é o fatalismo sexual arrastando na sua herança mórbida o pobre instrumento dessa fatalidade: a mulher¹⁵⁰.

Nesse momento, percebemos um novo elemento nas análises feitas nos textos da FPPF sobre a condição da mulher, o homem. Ele aparece como sendo também responsável pelo atraso feminino, as feministas começam a apontar o papel do homem na opressão sofrida pela mulher. Essa crítica passa a ser mais recorrente nos textos das feministas pernambucanas a partir de 1935, algo que até então não tinha sido debatido por elas. Juanita Borel Machado era a feminista que mais buscava debater esse tema, com seu estilo ousado e um pouco debochado, publicou na *Página da Mulher*, da qual era redatora¹⁵¹:

A astúcia feminina produto natural das suas circunstâncias de vida, da sua necessidade de defesa, e sobretudo da sua aguda inteligência, foi sempre um pesadelo para o homem. Sobre o pináculo de seu poder como produtor da força

¹⁴⁹ **Diário da Manhã**. 29/12/1935. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁵⁰ Nós as feministas. **Diário da Manhã**. 22/09/1935 p.11. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁵¹ Velho Thema. **Diário da Manhã**. 26/01/1936, p.10. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

bruta, ele como um King-kong das cavernas, esbordoava o largo peito de aço e berrava à minúscula fêmea encolhida e assombrada: " eu sou o dominador! (...) O homem na insânia de sua ambição de mando, faz guerra à mulher que o defronta lealmente em campo raso, pedindo uma lei equitativa aos seus direitos, contrabalançando-os aos seus deveres, ele vê nessa criatura desassombrada e sincera, uma inimiga, uma lãmia, uma aberração.

Juanita Machado acusa o homem de impedir que as mulheres expressem sua personalidade e habilidades. Ela coloca em oposição à inteligência feminina, aguçada pela sua necessidade de defesa, a força bruta do homem, que ela caracteriza como algo primitivo, “um King-Kong das cavernas”. Esse receio masculino é colocado pela feminista como um sentimento de inveja, mais que isso, ela acusa os homens de sabotarem as mulheres ao longo da história:

É uma coisa evidente por si mesma que todos os homens e todas as mulheres têm uma origem igual, e que a história da humanidade é a história de uma série de injustiças e usurpações que os homens exercem às mulheres com a intenção direta de submetê-las a uma contra tirania absoluta.

Essa sabotagem, segundo a feminista, seria feita de diversas maneiras, ela dá o exemplo da “imbecilização” das mulheres incentivada pelos homens, onde eles trocaram as algemas de ferro da Idade Média pelas algemas de flores moderna, imbecilizando as mulheres com um modo de vida fútil, cheio de frivolidades, para que elas se sentissem como “rainhas”. Entretanto, esse modo de vida seria o grilhão feminino que impedia a evolução das mulheres para uma vida verdadeiramente produtiva.

Nesse sentido, a feminista fez uma crítica direcionada para uma parte das mulheres burguesas das classes altas, as que viviam para se ocupar apenas do lar, dos filhos e das novidades da moda. Para ela, esse tipo de mulher não ajudava no progresso da nação, pois, ser moderna era ser produtiva no espaço público, atuar enquanto um fator de mudança na realidade social.

Essa vida produtiva estava atrelada a participação ativa das mulheres na política, na educação, nas profissões e na maternidade científica. Logo, a mulher moderna que a FPPF exalta é aquela que sabe seus direitos, pois estuda e trabalha, se sente útil à sociedade e luta para que outras mulheres também tenham seus direitos reconhecidos. A coluna sobre a missão da mulher moderna, na Página da Mulher, nos esclarece:

A missão inteligente da mulher moderna é trabalhar construindo o seu futuro e o futuro da nação. Como trabalha inteligentemente a mulher moderna? Saindo aos bancos primários, ingressa no cultivo de suas aptidões, na especialização de suas tendências, desenvolvendo o máximo de suas possibilidades, pela força dessas mesmas aptidões, na própria tendência e sua capacidade, para sua formação intelectual. Aptidões para o lar, para as profissões liberais, artes, ciências, evidenciadas que sejam, prima a mulher consciente e inteligente, em aperfeiçoa-la, especializa-la, construindo desse passo o seu próprio futuro. Futuro individual que

não deixará de repercutir e projetar-se na sociedade e na nação (...) O futuro das nacionalidades muito depende de seus filhos, e entre estes está a mulher, célula mater da família (...) ¹⁵².

O desenvolvimento das capacidades intelectuais femininas, atreladas ao exercício de uma profissão ou prática social útil à sociedade, era o ideal de mulher construído nos discursos da Federação Pernambucana. Nesse sentido, essa mulher deveria coadunar sua satisfação pessoal com sua responsabilidade com o bem coletivo. A construção de um futuro melhor para o país passava pelas realizações das mulheres no âmbito público e privado. Edwiges de Sá, em seu texto sobre a importância do livro para a mulher, em novembro de 1935, enfatizava que " no lar ou nas atividades externas, nas profissões liberais ou na burocracia, magistrada, prefeita, deputada, escritã, professora, continua a ser a geradora da raça, o seu guia espiritual, a iniciadora dos seus conhecimentos para a escalada do futuro"¹⁵³.

Ou seja, mesmo compreendendo que a maternidade era uma atividade tipicamente feminina e justificar como missão patriótica a qualificação da mulher para o papel de mãe, Edwiges defendia que a mulher não deveria ser encerrada na função de procriadora:

(..) hoje a alma de Lilith - a primeira mulher destinada a Adão, segundo o Talmude - e que desapareceu entre os elementos para não ceder, para não ser cúmplice na perda do paraíso, ressurgiu e tempera a alma da Eva moderna, se não para a reconquista do paraíso, para a conquista do espírito, a consciência de que a vida não se reduz para ela a simplesmente propagar a espécie, como os animais inferiores. Nem escrava nem dominadora, nem serpente nem anjo - eis o que lhe ensina o sentido da evolução.

Dessa maneira, apesar de concordar com o ideário higienista da época que ressaltava a importância da mulher na evolução da raça, a FPPF não defendia que ela era a "rainha do lar", como faziam os positivistas. O papel feminino no progresso social era mais complexo, exigia participação pública ativa nos mais variados âmbitos da vida em sociedade, nas fábricas, escolas, escritórios, no Congresso Nacional. O feminismo seria o motor que fazia as mulheres evoluírem, despertarem suas consciências para o grande dever que tinham consigo e com a nação.

Fazendo a leitura do principal meio de publicação da FPPF, o espelho onde se refletiam as opiniões das diretoras e sócias da entidade, a *Página da Mulher*, percebemos que não era tão unificado assim o discurso proferido sobre a utilidade do feminismo para a sociedade. É certo que grande parte das colunas enfatizava a questão da vida pública feminina

¹⁵² A missão inteligente da mulher moderna. **Diário da Manhã**. 02/08/1936, p. 16. Acervo digital da CEPE - Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁵³ Questões feministas. **Diário da Manhã**. 17/11/1935, p.12. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

e a relevância do trabalho para sua emancipação. Todavia, todas as organizações sociais, políticas ou culturais, são transpassadas por várias vozes, ora convergentes, ora divergentes, em diversos pontos. Definitivamente, Bertha Lutz se esforçava para esconder as divergências, buscando manter um discurso unificado entre as organizações que liderava, passando a ideia de que as mulheres eram um grande grupo unido por um objetivo.

Esse grande grupo de mulheres em luta nem sempre tinha o mesmo entendimento sobre o papel do feminismo na evolução social. Como ficou claro até aqui, a maioria dos textos publicados pela Federação Pernambucana entendia o feminismo como meio de emancipação da mulher, mulheres como Edwiges de Sá (líder incontestável dentro da FPPF) e Juanita Machado, avançavam nas críticas feitas sobre a parte que cabia aos homens no atraso da educação feminina. Todavia, mulheres como Emília Marchesine, que no segundo semestre de 1935 já era presidente da entidade, tinha uma compreensão diferente sobre o que deveria ser o “verdadeiro feminismo”. Marchesine também contribuía com textos para a publicação dominical da FPPF, em uma de suas colunas ela se debruça sobre o tema do “amor conjugal”:

Eis um belo elogio ao amor conjugal! É um exemplo do verdadeiro feminismo, a mulher que compreender bem o seu dever, não faz questão de sobressair, sempre na sombra trabalha, aconselha e sente-se feliz por presenciar o sucesso do esposo, concorrendo na sua humildade para o bem estar e progresso da humanidade¹⁵⁴.

O exemplo ao qual a feminista se refere era sobre as mulheres que apoiam os seus maridos nas conquistas da vida, se colocando como coadjuvante no seu sucesso e entendendo que a vitória dele também é a sua vitória. O esforço feminino em manter o bem-estar do lar e a boa moral dos/as filhos/as era sua grande contribuição para o progresso social, como podemos compreender ao nos depararmos com outro texto de Emília Marchesine sobre o feminismo:

O feminismo não pode nem deve ser uma luta de sexo, e, sim a colaboração da mulher como parte integrante na formação do lar e da família. A mulher cabe a maior parte da responsabilidade da vida, pois além dos seus deveres puramente femininos, que nunca deverão ser esquecidos, ela tem a responsabilidade máxima de criar filhos sadios para a formação de uma raça superior e atual e sobretudo formar o caráter da sua prole¹⁵⁵.

Parece que os escritos da feminista estavam sempre buscando ressaltar a importância do papel feminino no lar, do casamento e da maternidade, apesar de defender o trabalho feminino como atividade relevante na vida da mulher, já que assim poderia ajudar o marido com o fardo de sustentar a família. Eram de sua autoria também traduções de textos feitas do

¹⁵⁴ Amor conjugal. **Diário da Manhã**. 01/12/1935. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁵⁵ O verdadeiro feminismo. **Diário da Manhã**. 10/10/1935, p. 11. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

francês para o português que versavam sobre a relevância do matrimônio e da colaboração feminina para com as atividades do marido.

Os escritos de Emília não estavam afinados com as críticas ácidas de Juanita Machado e, de certa forma, de Edwiges de Sá, acerca da responsabilidade masculina no atraso do desenvolvimento intelectual da mulher. Apesar de todas concordarem com a importância da maternidade e do papel das mães para a boa formação dos/as filhos/as, Edwiges e Juanita buscavam dar ênfase na emancipação econômica da mulher como escolha por uma vida mais produtiva, além de mencionar a relevância da participação feminina no espaço político, o que não observamos nos textos de Marchesine.

Juanita Machado, em uma coluna intitulada “A mulher e o Celibato”¹⁵⁶, abre uma discussão sobre o celibato feminino e analisa quais tipos de mulheres eram celibatárias. A feminista afirma que existiam dois tipos de mulheres envolvidas nessa questão: as mulheres que desejavam o matrimônio, mas que "por fatalidade ou por cálculo" não o fizeram; e as que nunca desejaram, nem mesmo nunca pensaram se quer em se casar.

Ela faz uma análise acerca dos vários motivos que poderiam fazer as mulheres não pensarem no casamento ou não terem conseguido realizá-lo. Poderia ser pelo devotamento às obras de caridade, onde elas "dedicariam todo seu instinto materno", sendo absorvidas por essas atividades, assim como pelas profissões e pelas artes que também poderiam interferir na concretização de um casamento. Entretanto, Juanita Machado destaca um tipo de mulher, que para ela é a mais admirável: "aquelas que, frente a um amor, sabem afastar o homem que dele não é digno, salvaguardando sua liberdade e sua personalidade"¹⁵⁷. Ou seja, ela critica os relacionamentos os quais as mulheres estão apenas por comodismo ou pressão social pela formação da família, tolhendo e cerceando suas livres personalidades.

Fica claro que havia divergências nos discursos propagados pela FPPF, principalmente entre as opiniões de Emília Marchesine e Juanita Machado. Essas rachaduras nas opiniões de duas sócias tão importantes para a entidade acarretou uma crise institucional na FPPF, tendo por fim a renúncia de Marchesine à presidência da entidade, em maio de 1936, sendo substituída por Ana de Sá Pereira, irmã de Edwiges de Sá Pereira. Esse acontecimento expôs a diversidade de posicionamentos dentro do movimento feminista pernambucano, destarte, buscaremos nos aprofundar nessa questão para compreendermos a dimensão dessa ruptura.

¹⁵⁶ A mulher e o celibato. **Diário da Manhã**. 29/09/1935, p. 11. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁵⁷ **Idem**.

3.3 Unidade superficial: a crise institucional da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino

Em maio de 1936, a *Página da Mulher* noticiou a renúncia da presidente Emília Marchesine de seu cargo, o qual foi ocupado pela segunda-vice-presidente em exercício, Ana de Sá Pereira. O novo quadro diretor então foi reformulado, organizado da seguinte maneira¹⁵⁸: Presidente, Ana de Sá Pereira; Vice-presidente, Alba Rios; segunda-vice-presidente, Dinah Rosa Borges de Oliveira; primeira-secretária, Juanita Borel; segunda-secretária, Maria Elena Limonchi; primeira-tesoureira, Alice Lyra Gondim; segunda-tesoureira, Aurea Palmeira; secretária-geral, Julia Pinheiro.

Junto com Marchesine saiu também Geraldinha Robalinho, a vice-presidente em exercício. Flora Câmara, que ocupava o cargo de segunda-secretária, foi substituída por Maria Elena Limonchi, todavia ela se retirou de seu cargo para acompanhar seu marido que havia sido transferido para outro estado à trabalho. Uma grande aquisição para a FPPF, em termos de alianças sociais, foi a entrada de Alba Rios para o cargo de vice-presidente, ela era esposa de Carlos Rios, o diretor do *Diário da Manhã* e também deputado estadual.

Dinah de Oliveira, esposa do Dr. Waldemar de Oliveira¹⁵⁹, médico responsável pelo curso de enfermagem profissional oferecido pela FPPF, ficou no lugar de Ana de Sá Pereira, para que esta pudesse assumir a presidência. De resto, a diretoria continuou como estava.

A sede da Federação Pernambucana foi deslocada para o Club Internacional, tendo sido dedicado agradecimentos a Ernesto Barreto, presidente do referido Club, e a Antônio Carvalho, tesoureiro¹⁶⁰. Todas essas mudanças acarretaram a transferência da realização do III Congresso Nacional Feminista para o Rio de Janeiro. O congresso iria se realizar em Recife e já tinha o aval de Carlos de Lima Cavalcanti, o governador do estado¹⁶¹.

Outra área de atuação que sofreu abalos com essa crise vivida pela instituição foi a organização dos cursos do Núcleo de Cultura. Naquele momento, estavam em funcionamento os cursos de enfermagem profissional, enfermagem do lar, corte e costura, confecção de

¹⁵⁸ A nova diretoria da Federação Pernambucana Pelo Progresso Feminino. **Diário da Manhã**.28/05/1936. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁵⁹ Waldemar de Oliveira era médico, musicista, e crítico de arte no Jornal do Comércio. **Diário de Pernambuco**, 15/11/1929, p.4. Hemeroteca Digital Brasileira. Além disso, também se dedicou ao teatro, sendo teatrólogo e fundando o Teatro de Amadores de Pernambuco, na década de 1940, o qual atuou como diretor e ator.

¹⁶⁰ Nova e definitiva sede da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. **Diário da Manhã**. 14/06/1936. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁶¹ III Congresso Feminino. **Diário da Manhã**.03/05/1936, p.14. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

chapéus, inglês, datilografia e contabilidade. Esse último curso havia sido suspenso em caráter emergencial por falta de “local e meios para funcionar”. Como justificativa, a nova diretoria explicou que os cursos estavam funcionando sem uma devida administração financeira, sendo as mensalidades recebidas diretamente pelos/as professores/as, sem nenhum controle da tesouraria. Foi esclarecido que as alunas não sócias da Federação deveriam pagar mais que as alunas sócias, mas que isso não ocorria. Dessa maneira, para normalizar a situação, a atual presidente Ana de Sá Pereira, decidiu organizar uma comissão de sócias, para que junto com a tesouraria pudessem estudar as possibilidades de aproveitamento dos cursos¹⁶².

Nesse levantamento sobre a situação financeira dos cursos, foi constatado diversas irregularidades que não puderam ser esclarecidas "uma vez que a ex-presidente (no caso Emília Marchesine) arrogava para si toda a organização desse trabalho". Foi exposto que Juanita Machado por mais de uma vez se colocou contrária as posições da ex-presidente, sugerindo que fosse feito um projeto preliminar dos cursos sobre o controle de pagamento, mas que foi ignorado por ela. Parece que os desentendimentos entre Emília Marchesine e Juanita Machado não eram apenas no campo das ideias, mas também na prática de organização da instituição. Por indicação de Edwiges de Sá, foi acordado que a FPPF iria buscar regulamentar os cursos oferecidos pela instituição junto à Secretaria de Instrução Pública e Diretoria Técnica de Educação.

É notável que a instituição não estava com uma boa saúde financeira e, talvez, a exposição dessa situação de crise interna nos jornais tenha afastado possíveis sócias e alianças sociais potencialmente geradoras de renda. Sabemos que a situação foi bastante comentada nos periódicos recifenses, pois em 12 de julho de 1936, a *Página da Mulher* fez questão de dedicar uma coluna inteira para explicar o motivo da renúncia de sua antiga presidente. Na coluna, que é anunciada como uma nota de esclarecimento, é colocado que foi necessário o posicionamento público da FPPF em relação ao incidente, pois Emília Marchesine estaria “distorcendo a verdade e falseando os fatos” para a imprensa pernambucana. São feitas sérias acusações a ex-presidente:

Infelizmente, a sra. Emília Marchesini, embora fosse uma pessoa de ideias muito adiantadas e com bastante capacidade de trabalho, não estava integrada com o verdadeiro feminismo, era mesmo contrária ao voto e dizia que nunca daria o seu a nenhuma mulher e a nenhum padre¹⁶³.

¹⁶² Núcleo de Cultura. **Diário da Manhã**.28/06/1936. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁶³ A renúncia da ex-presidente da “Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino” Sra. Emília Marchesine. **Diário da Manhã**. 12/07/1936, p.14. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

Essas acusações atingiam a reputação de Marchesine não só como presidente, mas como feminista. Até mesmo sua indicação para o cargo de presidente foi questionada, afirmando que ela assumiu seu posto sob "protestos de algumas sócias que a conheciam de longa data e sabiam do seu modo "temperamental". O texto ainda denuncia as ações unilaterais e autoritárias da feminista como um dos motivos para o desconforto e afastamento de várias sócias:

Essa significação de valor individual dado ao cargo eventual fez ela agir de maneira a afastar diversas sócias das mais ilustres e prestigiosas, a começar pela mesma Edwiges de Sá que ela desconsiderou e ofendeu pessoalmente com uma grosseria insólita.

Parece que até a antiga amizade entre Edwiges e Emília foi abalada com o ocorrido. Essa peleja fez a ex-presidente enviar uma carta à FBPF, ressaltando seus feitos enquanto presidente e explicando o motivo de sua renúncia. Igualmente fez a Federação Pernambucana em relatório remetido à diretoria da Federação Brasileira. Nesta carta, Emília Marchesine explica o motivo de sua indisposição com Juanita Machado especificamente:

Tendo reclamações de diversas sócias sobre o declínio que estava tendo uma das secções que girava com o nome da FPPF [a Página da Mulher], CIOSA DO BOM NOME E DO PROGRESSO SEMPRE CRESCENTE DESTA SOCIEDADE SOB MINHA ADMINISTRAÇÃO, escrevi sobre este assunto uma carta a primeira secretária, responsável pela referida secção. Em resposta recebi quatro páginas dactilografadas onde cada frase era uma ofensa pessoal. Não estando habituada por temperamento e por educação a manter certas polémicas, submeti o caso ao critério da diretoria. Não compareci a esta secção para dar toda a liberdade as julgadoras, entretanto, a minha antagonista não somente compareceu como tomou parte activa nos debates segundo resa o ofício que me foi endereçado. (...) O ofício recebido comunicava que ficara resolvido que eu deveria fazer tudo que houvera determinado e retirar tudo quanto havia escrito de ofensivo a 1ªsecretária. (...) Nada tinha a retirar, porque a minha carta não continha nenhuma palavra ofensiva. Diante da parcialidade manifestada no referido ofício, só me restava renunciar ao cargo de presidente¹⁶⁴.

O tom utilizado por Marchesine em sua carta é de decepção para com suas companheiras de diretoria, já que ela esperava que as mesmas saíssem em sua defesa e afastassem sua "antagonista". A ex-presidente se defende dizendo que estava apenas cumprindo sua função ao interpelar os textos da primeira-secretária, visto que havia recebido "reclamações de diversas sócias" sobre a referida *Página da Mulher*. No rodapé da carta datilografada, Marchesine escreveu de próprio punho uma mensagem para sua irmã, Georgina Barbosa Viana, que era a representante da FPPF junto à Federação Brasileira: "Querida Geo, esta carta (o original) vai em resposta à circular que ontem recebi. Uma presidente não pode

¹⁶⁴ Relatório de Emília Marchesine referente a sua atuação enquanto presidente da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. 26/05/1936. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIO.Q0. ADM, EFI.FPE. p.93.

nem deve ficar desmoralizada. Que minha curta administração vale por muitas, longas, não acha?”

Ao que parece, Marchesine enviou uma cópia da sua carta para a irmã, talvez para preveni-la dos acontecimentos e já poder contar com seu apoio. O que fica claro é sua posição em relação ao ocorrido, ela não admite se “desmoralizada”, ou seja, ter uma decisão sua desaprovada pela diretoria. Outro aspecto que podemos observar quando ela coloca a superioridade da sua curta administração em comparação com administrações mais longas é que sua amizade com Edwiges de Sá foi abalada – até aquele momento apenas Edwiges havia liderado a FPPF, desde sua fundação em 1931 até início de 1935. A ruptura foi profunda, o discurso de unidade em prol da mulher se mostrou insuficiente para manter a integridade da instituição.

A outra versão dessa história foi descrita no relatório apresentado pela nova diretoria da FPPF à diretoria nacional do Rio de Janeiro. Nesse relatório, contendo 7 páginas de explicações, a querela foi detalhadamente exposta. A diretoria começou sua arguição declarando que agiu estritamente dentro dos parâmetros de “seus Estatutos, que são as suas ordens legais, e sem a observância dos quais não poderá haver uma administração coesa, ordenada e progressista. Os Estatutos, muito judiciosamente conferem maiores atribuições à diretoria do que à presidente, cuja ação administrativa deve estar sempre ligada à ação da diretoria”¹⁶⁵. Com isso, as diretoras da FPPF queriam deixar nítido o carácter legal de suas ações e a coerência de seu posicionamento.

O relatório explica que no dia 20 de abril, uma segunda-feira, a primeira-secretária, Juanita Machado, havia recebido em sua casa um comunicado da então presidente, Emília Marchesine, pedindo que ela comparecesse a sede da entidade na terça-feira, para uma reunião. Entretanto, na tarde da mesma segunda-feira, chegou outra correspondência endereçada à primeira-secretária, só que dessa vez se tratava de uma carta.

Nesta carta a senhora Emília Marchesine, exorbitando de suas atribuições e com evidente intromissão descabida em domínios alheios, declara que – “EM BEM DO DESENVOLVIMENTO DA FEDERAÇÃO E PELO BOM NOME DA CULTURA PERNAMBUCANA RETIRAVA A 1ª SECRETÁRIA DA DIREÇÃO DA PÁGINA DO DIÁRIO DA MANHÃ”, a que ela, Emília, saberia dar uma feição mais de acordo com o programa, precedendo a sua obtusa deliberação de inconsistentes comentários sobre os trabalhos insertos na última publicação. Diante do insólito dessa carta, inadmissível e injustificável, a 1ª Secretária responde repelindo a afronta que lhe é feita. (...) Para melhor patentear as inverdades com que argumentou e a má fé com que agiu a então presidente Emília Marchesine, explica a

¹⁶⁵ **Relatório apresentado pela diretoria da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino à diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em virtude da renúncia irrevogável da presidente Emília Barbosa Viana Marchesine.** 16/06/1936. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIO.Q0. ADM, EFL.FPE. p.105.

1ª Secretária todas as circunstâncias referentes à Página impugnada, confrontando os artigos increpados com outros da autoria da senhora Emília Marchesine, os quais ela reputa mediócras e todos sem nenhuma finalidade feminista. Termina dizendo “não reconhecer na referida senhora Emília Marchesine autoridade para destituí-la de coisa alguma, uma vez que, segundo consta das próprias atas, essa página de divulgação foi lembrada por ela, secretária, que pessoalmente a conseguiu do Dr. Carlos Rios, redator chefe do Diário da Manhã, que, cedendo-a, colocou-a sob a imediata responsabilidade dela, 1ª Secretária”.

Como podemos perceber, os desentendimentos entre Emília e Juanita chegaram ao nível pessoal. Os motivos foram os artigos que a primeira-secretária escrevia para a *Página da Mulher*, os quais a ex-presidente achava que manchavam a reputação da FPPF. Era um confronto de cunho ideológico, sobre a finalidade do feminismo e o papel da mulher na sociedade. Esse acontecimento tomou tamanha proporção que a diretoria da entidade chamou Edwiges de Sá, presidente de honra, para intervir na situação. Edwiges, fundadora e primeira presidente da instituição, tinham muito prestígio junto às sócias e diretoras.

Então, foi marcada uma reunião com a diretoria e as duas partes envolvidas, todavia, apenas Juanita apareceu. Na reunião, Edwiges de Sá lamentou os acontecimentos e tentou buscar a via da conciliação. Nessa ocasião, a diretoria tomou conhecimento que Emília Marchesine, por conta própria, havia enviado uma carta ao Dr. Carlos Rios, em nome de Juanita Machado, pedindo para retirar a *Página da Mulher* de sua responsabilidade. Tudo isso sem que Juanita tivesse tomado conhecimento. A conclusão da reunião foi que:

A presidente agira discricionariamente num caso que nem a própria diretoria reunida poderia resolver, uma vez que a Página não era propriedade da Federação, que nem a comprara, nem a arrendara, mas apenas veículo de divulgação das suas atividades, gentilmente cedida pela direção do Diário da Manhã, e sob o imediato controle e responsabilidade do mesmo jornal, entregando o redator-chefe esse controle e essa responsabilidade a 1ª Secretária. (...) Novamente com a palavra, a presidente de honra, senhora Edwiges de Sá Pereira, diz reconhecer a gravidade da situação, mas apela em nome da causa feminista para todas as consocias no sentido de uma solução conciliatória que visasse a coesão da diretoria, onde os dois membros agora dissidentes vinham prestando tão apreciáveis serviços. E assim submetia à opinião da mesa a seguinte fórmula:

1º Propor à presidente a reconsideração de seu ato, retirando tudo quanto escreveu de ofensivo à 1ª Secretária.

2º A 1ª Secretária retiraria igualmente tudo quanto, em resposta, escreveu de ofensivo à Presidente.

3º A 1ª Secretária continuaria na direção da página de divulgação da Federação Pernambucana, no Diário da Manhã, cuja responsabilidade lhe fora cometida pessoalmente pelo diretor deste Diário o Exmo.Sr.Dr. Carlos Rios, conforme consta das atas¹⁶⁶.

¹⁶⁶ **Relatório apresentado pela diretoria da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino à diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em virtude da renúncia irrevogável da presidente Emília Barbosa Viana Marchesine.**16/06/1936. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIO.Q0. ADM, EFI.FPE. p.108.

Essa indicação de Edwiges foi aceita pela diretoria e por Juanita Machado. Todavia, Emília Marchesine havia dado poderes a Geraldinha Robalinho, para em seu nome, entregar uma carta de renúncia irrevogável caso Juanita continuasse como primeira-secretaria da Federação Pernambucana. E assim foi feito. Junto com Emília, Geraldinha também renunciou ao seu cargo.

Ao analisarmos tanto a carta de Emília quanto o relatório da diretoria da FPPF, percebemos que, o que estava em jogo era qual discurso representava melhor a entidade. A querela toda foi por causa dos discursos proferidos por ambas as envolvidas, no veículo de comunicação da instituição. A maioria esmagadora da diretoria se posicionou, se não a favor, ao menos não foi contra Juanita. É possível que parte das sócias tenha aceitado os termos do acordo por causa do prestígio de Edwiges como mentora da entidade, mas isso mostra também que a própria Edwiges aprovava o discurso de Juanita. É claro que várias delas podiam discordar em questões pontuais, mas nada poderia fissurar a ideia central da luta feminista, ao menos assim foi o discurso de Edwiges de Sá. Ou seja, mesmo discordando, elas precisavam manter um discurso conciliatório. O que nos resta saber é como esse discurso era moldado, e quais foram as estratégias para renovar a FPPF e atrair mais sócias, visto que essa crise havia desgastado a imagem da instituição.

3.4 Mulheres incríveis: a melhor forma de convencer é o exemplo!

O esforço da Federação Brasileira para construir uma ideia de unicidade no discurso feminista nacional passava por mostrar a sociedade, mas principalmente as mulheres, que o discurso que as feministas proferiam tinha fundamentação na realidade. Para falar sobre a capacidade feminina e suas habilidades nas diversas profissões, a importância da educação para o desenvolvimento do intelecto da mulher, a conciliação entre o papel de esposa, mãe e trabalhadora, era necessário dar exemplos de mulheres que encarnassem tudo isso.

Os textos sobre as conquistas e avanços femininos pelo Brasil e pelo mundo foram inseridos como conteúdo sistemático nas publicações da FPPF no *Diário da Manhã*. O destaque de setembro de 1935, foi para Melle Germaïne Gourdon, uma francesa de 25 anos, inventora do aparelho para destruir insetos¹⁶⁷. De maneira implícita, ao noticiar que uma mulher havia inventado um aparelho utilitário, as feministas estavam dizendo que as mulheres tinham capacidade construtora, inventiva, criativa.

¹⁶⁷ Mulheres inventoras. *Diário da Manhã*. 29/09/1935, p.11. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

A notícia sobre a premiação de Irene Curie, filha e continuadora da obra de Marie Curie, para o prêmio Nobel de Química, foi divulgada com entusiasmo pela FPPF, em uma coluna intitulada “A mulher consagrada na Ciência”. Irene Curie havia alcançado um feito que sua mãe não conseguiu, receber pessoalmente o prêmio, das mãos do Rei Gustavo da Suécia. Marie Curie tinha sido impedida de receber o prêmio por ser mulher, tendo seu marido recebido em seu lugar. Por isso, a coluna em homenagem a cientista, enfatizava que, aos poucos, ia “sendo escrita a história do feminismo triunfante, apesar do dicaz veneno do egoísmo masculino, e da ingenuidade de algumas quixotes que ainda tentam investidas contra os moinhos de vento do seu próprio ridículo”¹⁶⁸.

Todavia, não era somente na ciência que as mulheres vinham ocupando espaço, na política também. Margarida Nelken, deputada no parlamento espanhol, tinha sido eleita com 63.000 votos. Romancista, conferencista, socióloga, e agora deputada, Nelken era considerada um exemplo de como as mulheres poderiam assumir lugares de poder. Ela foi a fundadora da primeira Casa da Criança, voltada para famílias operárias de Madrid. Tudo isso foi enfatizado pelas feministas da FPPF ao publicarem a vitória de Nelken em uma de suas colunas dominicais¹⁶⁹.

Era importante informar as leitoras da *Página da Mulher* que, por exemplo, na Bélgica haviam sido abolidos decretos e leis que limitavam o trabalho feminino; no Canadá a representação feminina no parlamento tinha dobrado; e que Nairóbi, a capital do Quênia, era governada por uma mulher¹⁷⁰. Isso tudo era uma prova de que a luta das feministas não era uma utopia, era algo palpável, que seus discursos tinham base na experiência vivida.

Contudo, os exemplos não vinham apenas de outros países, as mulheres brasileiras tinham vários em sua história, que também foram destacados. Anna Nery teve sua história publicada, sendo descrita como “a primeira enfermeira brasileira”. Foi ressaltada sua dedicação à causa da enfermagem, quando serviu como voluntária na Guerra do Paraguai¹⁷¹. Outra brasileira bastante lembrada foi Nísia Floresta, precursora da expansão da educação feminina no Brasil¹⁷².

¹⁶⁸ A mulher consagrada na ciencia. **Diário da Manhã**.26/01/1936, p.10. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁶⁹ Uma senhora deputada no parlamento Hespanhol. **Diário da Manhã**.03/11/1935, p.11. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁷⁰ Notícias Internacionais. **Diário da Manhã**. 05/04/1936, p. 14. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁷¹ A primeira enfermeira brasileira. **Diário da Manhã**. 01/12/1935. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁷² Nísia Floresta brasileira augusta. **Diário da Manhã**. 20/10/1935, p.15. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

Na ocasião da Festa da Pátria, em outubro de 1936, o texto escolhido para representar a homenagem da FPPF à data comemorativa foi a palestra proferida pela Federação Matogrossense pelo Progresso Feminino. A palestra versava sobre a importância das mulheres na história do mundo e do Brasil. Falou-se sobre Cleópatra e sua vitória sobre conquistadores romanos; Catharina da Rússia e sua astúcia de continuar a obra de Pedro, O grande; Maria e Maria Madalena como conselheiras de Jesus; a rainha Vitória e seu reinado de conquistas para a Inglaterra. Nessa mesma linha de raciocínio, mulheres que participaram de eventos históricos no Brasil passaram a ser exaltadas como personagens históricos importantes, como as índias Paraguaçu e Bartira, pelo contato com o colonizador; Clara Camarão, por ocasião da Restauração Pernambucana; Dona Leopoldina, Dona Maria Amélia e Princesa Isabel, como monarcas do Brasil¹⁷³.

A história das mulheres era tratada como uma área importante da luta feminista, visto que anunciava as mulheres como sujeitos históricos ativos no progresso da sociedade. Dessa forma, as feministas estavam construindo uma memória narrativa sobre os feitos e a participação feminina na evolução social. Segundo Pollack (1992, p. 204):

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político. Quando se procura enquadrar a memória nacional por meio de datas oficialmente selecionadas para as festas nacionais, há muitas vezes problemas de luta política. A memória organizadíssima, que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são, comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo. Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído.

As práticas discursivas da *Página da Mulher* faziam parte de uma estratégia em que se disputava a memória nacional e se exigia um lugar de prestígio e de reconhecimento na história de um povo, como afirma Pollack. Esse posicionamento se encaixava perfeitamente ao momento vivido pelos feminismos ligado à Bertha Lutz. A luta travada no âmbito público era para que as mulheres brasileiras se enxergassem enquanto protagonistas na luta por participação política, pelo direito ao trabalho e a expansão da educação formal.

A exposição dessas histórias servia para fundamentar uma crítica mais profunda acerca das capacidades femininas para o trabalho, principalmente, o trabalho intelectual,

¹⁷³ A influência da mulher na evolução brasileira. *Diário da Manhã*. 25/10/1936, p. 12. Acervo digital da CEPE-Companhia Editora de Pernambuco.

campo majoritariamente ocupado por homens. Beatriz Gonçalves Ferreira, química e funcionária do Serviço de Leite do Ministério da Agricultura, apresentou uma tese sobre o trabalho feminino nas Ciências Químicas, no 1º Congresso de Química do Brasil, e seu trabalho foi publicado e comentado pela *Página da Mulher*. Ela concentrou sua tese na superioridade feminina para a pesquisa científica:

Para o estudo progressivo da química é preciso tenacidade e a mulher é inegavelmente mais perspicaz e assídua que o homem, afirmam todos que se utilizam do trabalho feminino no comércio, nas fábricas e na instrução pública. O sentimento de ordem e método que faz muita falta ao profissional químico, para a boa execução de uma análise, são dotes que a mulher por princípio de educação aprende e desenvolve com vantagem nos trabalhos de química. O asseio minucioso, em química é condição de rigor, e este predicado sobra em quase toda a mulher. A economia instintiva e que lhe vem da educação doméstica, é outra vantagem que ela pode oferecer à ciência. Gastar só o que é preciso, lidar cuidadosamente com os aparelhos, não quebrar o vasilhame, dobrar bem um papel de filtro, não é preciso habilidade? Alguém nega este predicado ao espírito e as mãos femininas? Além dessas qualidades necessárias ao químico há ainda outras, superiores, que esta ciência prefere encontrar nos seus aspirantes e são elas: a inteligência, o cultivo científico e a aplicação imediata¹⁷⁴.

As características entendidas como tipicamente femininas, como minuciosidade, delicadeza, paciência, são utilizadas discursivamente para fundamentar a eficiência do trabalho feminino na Química, se entendermos de maneira mais ampla, nas Ciências. Ou seja, características que foram utilizadas historicamente para manter a mulher no espaço privado, já que, perante os antifeministas, essas qualidades serviriam apenas para os cuidados com os/as filhos/as e a família, eram exaltadas por Beatriz Ferreira como imprescindíveis para o desenvolvimento de pesquisas científicas. O discurso antifeminista vai sendo minado pelas femininas, através da ressignificação dessas qualidades e o redirecionamento das habilidades femininas para trabalhos no espaço público. Qualidades que eram descritas como “puramente femininas”, específicas para serem utilizadas no lar, estavam sendo empregadas para outros fins. Esse posicionamento era abraçado pelo feminismo da FPPF, que declarava seu apoio ao pensamento de Ferreira: “A tese da senhorita Beatriz Gonçalves Ferreira é mais uma tese social do que a proposição que cheira a coisa de laboratório. O que ela defende é acertado e justo, e rasga uma perspectiva esplêndida ao trabalho feminino”.

Todas essas histórias, opiniões, publicações de palestras e teses, transformava a *Página da Mulher* em um compilado de notícias sobre o feminismo, as ações de mulheres pelo mundo, as conquistas na área da política, da educação, do trabalho. Ela mantinha as mulheres pernambucanas informadas, conectadas com outros lugares, com outras mulheres,

¹⁷⁴ As mãos femininas no interior dos laboratórios. **Diário da Manhã**.10/01/1937, p. 19. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

ou seja, ela fazia parte da imensa rede feminista brasileira de informações. Bertha Lutz, desde a fundação da Federação Brasileira, construiu um tipo de militância conectada, o próprio formato escolhido para expandir a entidade revela isso. Através de filiais que seguiam de perto as diretrizes de sua matriz, Lutz criou uma rede feminista que se comunicava constantemente. Todavia, essa rede feminista nacional de alianças, apoio e informações, também se moldava a nível local, com as particularidades de cada lugar.

3.5 A formação de alianças estratégicas: as redes sociais feministas de apoio e informações

A FPPF delimitou uma rede de alianças e apoios em Recife, através de ações de aproximação com personalidades importantes do governo, de instituições beneficentes, da imprensa e de entidades médicas. Essas ações começaram a ser traçadas ainda em 1935, quando a FPPF conseguiu um espaço fixo todos os domingos no *Diário da Manhã*, além de organizar uma biblioteca com a ajuda de colaboradores/as dos/as mais variados lugares e profissões. Entretanto, outras atividades sociais também foram implementadas.

Os “Almoços e Chás de cordialidade” foram uma prática da Federação Pernambucana para se aproximar de figuras públicas de notoriedade. Helena de Lima Cavalcanti era uma dessas personalidades, pois além de ser esposa do governador Carlos de Lima Cavalcanti, também estava envolvida em ações beneficentes. Em um dos Almoços de Cordialidade oferecidos pela FPPF, foram convidados, além da primeira-dama do estado; o próprio governador; o deputado estadual Edgar Teixeira Leite; o médico Jorge Lobo, professor da Faculdade de Medicina do Recife; Barca Péllon, médico sanitário, diretor do Departamento de Saúde e Assistência de Pernambuco e presidente da Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil; e Carlos Rios, diretor do *Diário da Manhã*, todos acompanhados de suas respectivas esposas¹⁷⁵.

Em uma só reunião, a Federação Pernambucana conseguiu juntar figuras públicas de várias áreas de interesse da entidade. Essa era uma oportunidade de angariar apoios para as ações da instituição, como era o caso dos cursos de qualificação. Médicos ligados às instituições de saúde pública poderiam se tornar grandes aliados na estruturação e desenvolvimento dos cursos de enfermagem e puericultura.

¹⁷⁵ Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. *Diário da Manhã*, 04/03/1936, p.1. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

Outro favor relevante, era a aproximação com as esposas desses homens notáveis, elas poderiam ser cooptadas para a causa feminista, formando um círculo de alianças de pessoas influentes socialmente.

Essa prática também era utilizada para trocar experiências e contatos com mulheres de outros estados do Brasil, as quais estivessem de passagem por Pernambuco. Henriqueta Galeno, educadora e filha do poeta cearense Juvenal Galeno, aportou em Recife para uma escala de navio, e a FPPF não perdeu a oportunidade de convidá-la para um chá na elegante na Confeitaria Helvética¹⁷⁶, localizada na Rua da Imperatriz, “especializada em gelados e bombons” (COUCEIRO, 2003, p. 190). Da mesma forma, a secretária da Federação Matogrossense pelo Progresso Feminino, Celi Nunes, foi recebida por uma comissão de sócias da Federação Pernambucana, as quais levaram a feminista para participar de um “Chá de Cordialidade”. Lily Lages, presidente da Federação Alagoana pelo Progresso Feminino, também foi recebida em Recife com bastante entusiasmo pelas mulheres da FPPF. As feministas pernambucanas saudaram Lages com um “Chá de Cordialidade” em comemoração por ela ter alcançado o cargo de livre docente da Faculdade de Medicina da Bahia, sendo escolhida para representar o Brasil no Congresso Científico, em Berlim. A feminista alagoana estava em Recife para visitar alguns hospitais e colher dados para o referido evento¹⁷⁷.

Segundo Luís Câmara Cascudo (2004, p.694), o chá era conhecido como “a bebida dos sábios” e fazia parte da merenda (pequeno lanche antes do almoço ou no fim da tarde) e vinha servido também com guloseimas e bolos. Quando alguém oferecia um chá, estava anunciando uma festa, convidando as pessoas para conversar, sociabilizar. O autor coloca que “as sociedades letradas do século XVIII, com suas leituras diluviais, abriam na explosão declamadora uma pausa para a chávena de chá. As modernas Academias de Letras são amigas do chá e não do café ou do chocolate” (CASCUDO, 2004, p.681).

Dessa forma, o hábito de tomar chá se tornou uma prática das elites intelectuais. Outro aspecto interessante dessa bebida é ressaltado por Henrique Carneiro (2003, p. 95):

No Ocidente, o chá contribuiu para a construção social da identidade de gênero, identificado às mulheres, em oposição ao café, de reputação masculina. O espaço doméstico absorveu o ritual do consumo do chá, gerido pelas mulheres, em contraste com o espaço público e masculino das tavernas e cafés. Todo um código de etiqueta, uma gestualidade e uma marcação temporal se originaram do uso do chá, além de um requintado equipamento, construído de bules, xícaras, pires e jarras de faiança e, particularmente de porcelana [...].

¹⁷⁶ Dra. Henriqueta Galena. **Diário da Manhã**, 29/12/1935, p.11. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁷⁷ Dra. Lyli Lages. **Diário da Manhã**, 12/07/1936, p.14. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

É sabido que nos anos de 1930 já existiam casas de chás em espaços públicos, onde as mulheres aproveitavam não só para se reunir com as amigas, mas também para flertar, mostrar seu novo vestido, socializar. Todavia, ao analisarmos a documentação referente à FPPF, podemos perceber que a oferta para “tomar um chá” era feita para outras mulheres, reservando o “almoço de cordialidade” para ocasiões em que tinham convidados masculinos, o que reforça a colocação de Carneiro (2003) em relação ao aspecto de gênero ligado ao hábito de se reunir em torno dessa bebida.

Esses “chás” organizados pela entidade, eram um meio de fortalecer laços com feministas e mulheres importantes do Brasil. Essa ação de recebê-las no porto do Recife e oferecer uma reunião com comes e bebes já acontecia desde a fundação da instituição. Entretanto, desde a renúncia de Emília Marchesine, Ana de Sá de Pereira, junto com a nova diretoria, acordaram que esses Chás se tornariam práticas oficiais da entidade. A partir de julho de 1936, as reuniões mensais da Federação Pernambucana seriam acompanhadas de Chás de Cordialidade, "para torná-las mais interessantes e de maior convívio"¹⁷⁸. Essa ação se tornou uma prática de sociabilidade, uma oportunidade de aproximar as mulheres pernambucanas das pautas feministas e cooptar futuras sócias para a FPPF.

Os encontros promovidos no Recife formavam uma rede local de troca de apoio, construção de alianças, e intercâmbio de experiências e informações. É importante ressaltar que esses eventos tinham um público-alvo de mulheres, de classe média e alta, intelectuais, educadoras, profissionais liberais, esposas de políticos, médicos e homens de posições destacadas na sociedade.

Além de oferecer essas pequenas reuniões regadas à comes e bebes, a FPPF passou a ter como atividade a realização de Sorvetes Dançantes e Chás Beneficentes, eventos que tinham como objetivo arrecadar dinheiro para obras beneficentes apoiadas pela instituição. Esse ato de apoio à causa beneficente sempre foi recorrente na história da entidade, entretanto, nesse momento a FPPF passou a agir de maneira mais sistemática em prol dessa causa.

Sócias da Federação Pernambucana, como Juanita Machado, por exemplo, faziam parte de corpos diretores de outras instituições, como era o caso da Sociedade Pernambucana de Assistência aos Lázaros. O discurso da presidente dessa entidade, Carolina Spinola Baltar, foi publicado na *Página da Mulher*, ressaltando a importância do combate à lepra e o ideal de higiene da sociedade moderna. Dessa forma, além de divulgar a causa beneficente, a FPPF

¹⁷⁸ Reunião Chá. *Diário da Manhã*, 12/07/1936, p.14. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

ainda falava de outro ponto importante do seu programa, a questão da higiene¹⁷⁹. Publicações desse tipo eram recorrentes, nas quais a Federação Pernambucana apelava para a participação da sociedade na construção de hospitais e casas de repouso. O cuidado com a saúde de mães e crianças era uma pauta primordial na construção de uma sociedade “moderna e civilizada”, e a FPPF compartilhava desse pensamento.

Os Chás ou Sorvetes Dançantes faziam parte dos divertimentos da vida moderna recifense desde os anos de 1920, quando foram inauguradas grandes confeitarias e casas de chá na cidade. A *Crystal* e a *Bijou* eram as mais concorridas, localizadas na Rua Nova, espaço de sociabilidade da elite recifense, onde as moças e rapazes iam desfilar as últimas novidades da moda parisiense, fazer compras, tomar um sorvete, praticar o flirt, e participar das diversões modernas, como a apresentação de jazz-bands nos clubes, agremiações, e outros espaços voltados para as diversões (COUCEIRO, 2003, p.100 e 101).

Eram inúmeros os salões e as oportunidades para dançar na cidade. Clubes, como o Jockey Club, o Internacional, considerado por Waldemar de Oliveira como o melhor salão de dança da cidade, “pela ordem e fidalguia dos sócios”, promoviam bailes. As associações e grêmios organizavam festas, piqueniques e danças ao ar livre. Até nas quermesses e festas de igreja as danças estavam presentes. Mas os espaços de dança mais concorridos eram os famosos chás dançantes das confeitarias da Rua Nova, onde as jazz-bands executavam os ritmos de sucesso (COUCEIRO, 2003, p.101).

A FPPF faz uso das práticas de divertimentos vividas pela elite recifense para criar alianças com os seus pares das classes médias e alta e arrecadar fundos para suas ações. Esses eventos atraíam um público com certo status social e econômico, abarcando uma faixa etária abrangente, pois, além de grandes empresários e personalidades políticas que estavam ligados a pauta beneficente, a juventude, ávida por diversões, se interessava pelas apresentações das jazz-bands. Dessa maneira, as feministas da Federação Pernambucana procuravam aproximar gerações, incentivando a participação de moças e rapazes em festas, utilizando os divertimentos modernos como estratégia para alcançar seus objetivos de visibilidade e arrecadação de fundos.

Em agosto de 1936, a entidade divulgou a organização do primeiro Chá Dançante da nova direção, que em ação conjunta com a Rádio Club de Recife, objetivava arrecadar fundos para a construção do Hospital dos Comerciários, obra encabeçada pela Associação dos Empregados no Comércio¹⁸⁰. Parece que a FPPF tinha uma forte ligação com essa instituição desde 1933, quando a Associação dos Empregados do Comércio foi a cede para a instalação

¹⁷⁹ Sociedade Pernambucana de Assistência aos Lázarus. **Diário da Manhã**, 07/06/1936. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁸⁰ Hospital dos Comerciários. **Diário da Manhã**. 02/08/1936, p.16. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

do Comitê para o Alistamento Feminino. Ademais, a Federação Pernambucana também esteve envolvida em ações para financiar a construção do Refeitório das Moças Empregadas no Comércio, ainda na gestão de Emília Marchesine.

O Chá Dançante, oferecido pela FPPF e pela Rádio Club, teve lugar no Club Internacional, contando com números artísticos de dança e jazz-band. O Club Internacional era conhecido pelas suas festas pomposas, e assim como disse Waldemar de Oliveira na citação acima, era um espaço onde a fidalguia costumava passar seu tempo livre.

Ao que tudo indica, foi um evento proveitoso, tendo a instituição recebido “sinceros agradecimentos” da Associação dos Empregados do Comércio de Pernambuco:

Cumpro o grato dever de vos apresentar em nome da Associação dos Empregados do Comércio de Pernambuco, sob os auspícios da qual está sendo angariado meios para a construção do Hospital dos Comerciários, os seus mais sinceros agradecimentos pela cooperação de vossa valiosa sociedade em favor do chá-dançante realizado dia 9 do corrente no Club Internacional do Recife¹⁸¹.

Dessa forma, a Federação Pernambucana começou a ser procurada por outras entidades de cunho beneficente para que pudesse ajudar a coletar recursos. A madre superiora do Sanatório da Medalha Milagrosa, irmã Izabel, convidou a diretoria da FPPF para visitar a entidade e conhecer as obras que estavam sendo realizadas para abrigar crianças enfermas e dar-lhes assistência hospitalar. Juanita Machado, Edwiges de Sá, Ana de Sá, Maria Helena Limonchi, Alba Rios e Dinah Oliveira, atenderam ao pedido da madre, assim como a primeira-dama de Pernambuco, Helena de Lima Cavalcanti. Dessa visita, a

Imagem 5- Festival infantil em benefício do Sanatório da Medalha Milagrosa



Fonte: Diário da Manhã.22/09/1936. p.1. Recife

FPPF saiu com o título de patronesse do Sanatório da Medalha Milagrosa e a Sra. Lima Cavalcanti angariou o cargo de patronesse de honra¹⁸². Com o intuito de atender aos pedidos

¹⁸¹ O Hospital dos Comerciários à FPPF. **Diário da Manhã**. 06/09/1936, p. 15. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁸² Sanatório da Medalha Milagrosa de Socorro. **Diário da Manhã**. 02/08/1936, p. 16. **Idem**. 30/08/1936, p.12. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

da irmã Izabel, foi realizado um Chá-infantil, no Jockey Club de Recife, que contou com a colaboração do “Conservatório de Brinquedo” (suplemento infantil do *Diário da Manhã*). Esse evento foi bastante divulgado pela Página da Mulher e pelo Conservatório de Brinquedo, o que ajudou a torná-lo concorrido pelas crianças [Imagem 5]. Os/as estudantes da Escola Manoel Borba e Escola de Aplicação participaram do evento, com apresentações de recitais, declamações, números musicais e de danças. O dinheiro arrecadado com o Chá-infantil foi revertido para o Sanatório da Medalha Milagrosa¹⁸³.

Nesse contexto de expansão das conexões sociais da Federação Pernambucana, a nova diretoria anunciou a abertura do Club Feminino Ala Nova. Esse Club se colocava como um espaço recreativo, com práticas de festas, arte e etiqueta social; seção cultural, com danças, teatro e letras; e uma seção esportiva, “com esportes apropriados para mulheres”. Era “um ponto de convergência para gente chic, mas um ponto de convergência onde todos se reúnem familiarmente, onde há prosa inteligente e esfuziante e as diversões mais atraentes”¹⁸⁴.

Esse Club se propunha ser um ambiente onde as mulheres pudessem passar seu tempo livre, conversando, trocando ideias. Porém, não eram quaisquer mulheres que podiam participar, era preciso “ter idoneidade moral reconhecida e posição social definida”¹⁸⁵. Em outras palavras, era um espaço para mulheres das classes média e alta, mais que isso, era um lugar onde a juventude feminina das classes abastadas poderia passar seu tempo livre. Percebemos aqui a preocupação da FPPF em se aproximar das mulheres jovens, buscando estrategicamente trazê-las para seu campo de influência por meio de práticas ligadas ao esporte e às diversões.

Se valendo dos novos laços de amizade criados, decorrentes das suas novas atividades sociais, a FPPF conseguiu que o campo de esportes da Escola Doméstica de Pernambuco fosse cedido para as práticas esportivas do Club Ala Nova. Como bem explicou a coluna sobre esse assunto na Página da Mulher: “Já nos entendemos com a diretora da Escola Doméstica, Carolina Baltar, que muito gentilmente pôs a nossa disposição os campos de jogos daquela escola”. Além de diretora dessa instituição, Carolina Baltar também era presidente da Sociedade Pernambucana de Assistência aos Lázarus, Sociedade na qual Juanita Machado participava como membro da diretoria¹⁸⁶. Ou seja, a FPPF fazia parte de uma rede local de

¹⁸³ Em benefício do Sanatório da Medalha Milagrosa. **Diário da Manhã**. 22/09/1936, p.1. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁸⁴ Ala Nova. **Diário da Manhã**. 28/06/1936. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁸⁵ Ala Nova. **Diário da Manhã**. 09/08/1936, p.6. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁸⁶ Ala Nova. **Diário da Manhã**, 08/11/1936, p.16. Acervo digital da CEPE - Companhia Editora de Pernambuco.

mulheres que apoiavam as ações beneficentes e profissionais umas das outras, formando o que nós chamamos de "rede colaborativa feminina" que tinha como prática o oferecimento de cursos, festas e eventos que dessem publicidade a suas pautas.

Segundo Jean-Pierre Rioux (2003), a chamada Nova História Política percebe nessa malha associativa que envolve a sociedade, um espaço para a reflexão de historiador/a, a qual busca analisar os grupos que constroem alianças dentro de uma cultura, configurando uma forma do político. Essas organizações, “em nome dos interesses que invocam na proporção da pressão que exercem sobre a opinião e os poderes públicos, não apenas têm acesso ao político, mas contribuem para estruturar o que os cientistas políticos chamam de um “sistema” político” (RIOUX, 2003, p.103). A rede colaborativa feminina, formada por algumas instituições pernambucanas, buscava, de alguma maneira, “influenciar a opinião pública e dispor de meios de comunicação à altura de suas ambições [...]” e projeto de mundo (RIOUX, 2003, p.103).

As mulheres que estruturavam essa rede estavam inseridas em uma cultura política na qual os direitos políticos femininos eram reconhecidos, algumas de maneira mais direta, outras de forma indireta, buscavam participar da vida pública, eram agentes de ações que tinham por intuito modificar aspectos sociais, como a pobreza, a falta de assistência à saúde, o acesso ao trabalho, etc.

Mulheres como Helena de Lima Cavalcanti, esposa do governador; Carolina Baltar, diretora da Escola Doméstica; Irmã Izabel, diretora do Sanatório da Medalha Milagrosa, faziam parte da mesma órbita social, interligadas por interesses em comum. Ao traçarmos as conexões existentes entre essas pessoas, seus lugares sociais e os interesses mútuos, entendemos como as feministas da FPPF se articulavam dentro da sociedade pernambucana, por onde andavam, com quem contavam, e quais pessoas elas ofereciam seu apoio.

Através de sua atuação no espaço público e a consolidação de alianças estratégicas, a Federação Pernambucana trilhou um caminho que fez com que ela fosse reconhecida pelo governo do estado como instituição de utilidade pública, na Lei nº 185, parágrafo único, novembro de 1936. É interessante notarmos que a FPPF saiu de um lugar de oposição ao governo do estado - quando inscreveu sua candidata à Constituinte de 1933 por um partido oposicionista - para uma posição de aliada, mais que isso, instituição necessária ao bom desenvolvimento da sociedade pernambucana.

Esse prestígio não foi algo conquistado apenas pela seção pernambucana da Federação Brasileira, a entidade nacional passava por um momento de entusiasmo e alegria. Bertha Lutz

havia alcançado o cargo de deputada federal, esse acontecimento direcionou as pautas de luta, tanto da entidade carioca quanto das suas congêneres. Em outubro de 1936, aconteceu o III Congresso Nacional Feminista, no Rio de Janeiro. O evento teve como missão aprimorar os planos de ação para o mandato de Bertha Lutz no Congresso Federal. As principais discussões foram desenvolvidas em torno do estatuto jurídico e econômico da mulher.

De concreto, o III Congresso Nacional Feminista anunciou as linhas de ação de Bertha na nova fase política: tornar efetivos os artigos da Constituição que assistam à maternidade, avançar posições de poder de fiscalizar o trabalho feminino, apoiar a reformulação do funcionalismo público e levantar a espinhosa questão dos direitos civis das mulheres.

As resoluções do congresso compreendem mais de cinquenta itens distribuídos nas seguintes matérias: direitos políticos da mulher, nacionalidade, estatuto econômico, estatuto cultural e amplas reformas nos direitos civis. Destaca-se a reivindicação de se criar o Conselho do Trabalho, juntamente com um órgão público no âmbito da administração federal, inteiramente direcionado para a mulher. Solicitam também a criação de um seguro maternal a ser custeado em partes iguais pelos empregadores e empregados e, o mais importante, preveem que a gestão dos recursos arrecadados dessa forma permaneça nas mãos de mulheres (...) (MARQUES, 2016, p.109).

A preocupação com a questão do trabalho feminino ganhou destaque nas resoluções do III Congresso Nacional Feminista, juntamente com a proposição da criação de um órgão público voltado apenas para as questões pertinentes a mulher. Em setembro de 1936, Bertha Lutz alcançou um grande feito no Congresso, ela conseguiu aprovar a Comissão Especial do Estatuto da Mulher, responsável por analisar formas para regulamentar os artigos da Constituição referentes à maternidade e a infância (SOIHET, 2000, p. 113-115).

Para ajudar sua matriz no Rio de Janeiro, a FPPF enviou uma comissão de sócias para participar do III Congresso Feminista, ela foi composta por Alice Gondim, Noemia Xavier e Ida Souto Uchoa. As três sócias voltaram de sua jornada na capital carioca com as seguintes diretrizes:

Dedicação especialmente ao Estatuto da Mulher e a regulamentação dos dispositivos constitucionais que se referem ao trabalho feminino, um patriótico serviço de cooperação social na ordem jurídica, política, econômica, cultural, estimulando iniciativas, pugnando pela paz, promovendo as coordenações associativas entre as mulheres numa colaboração unificada pelo coletivo.¹⁸⁷

Nesse momento, o que as feministas ligadas à Bertha Lutz estavam fazendo era buscar implementar na prática o que elas já tinham ganho, em parte, na teoria. As críticas feministas relacionadas a imensa desigualdade existente entre homens e mulheres no exercício de suas profissões já era coisa antiga, assim como a completa reprovação da lei que relegava a mulher casada aos cuidados do marido. Os textos da FPPF na *Página da Mulher* aprofundaram suas reflexões sobre o papel do casamento e da maternidade como empecilhos para a entrada da

¹⁸⁷ A Federação Pernambucana e o III Congresso Feminino. **Diário da Manhã**, 29/11/1936. P.14. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

mulher no mercado de trabalho. Por isso achamos relevante entendermos sobre quais pontos a FPPF fundamentava suas críticas com relação ao matrimônio.

3.6 O casamento e a maternidade como questões centrais nos debates sobre a emancipação econômica da mulher

3.6.1 Realidade social x Puritanismo religioso

A luta discursiva travada entre as feministas que defendiam a liberdade econômica da mulher e os religiosos puritanos e antifeministas, veio à tona de maneira atípica nos textos de Edwiges de Sá. Parece que a feminista andava cansada de fechar os olhos para os discursos religiosos que impediam o avanço no debate sobre a emancipação econômica da mulher. Em maio de 1936, Edwiges escreveu um texto que ocupou três colunas inteiras da *Página da Mulher* no *Diário da Manhã*¹⁸⁸. Nessa publicação, a feminista fez uma análise reflexiva sobre o posicionamento de parte da Igreja Católica sobre o trabalho feminino.

A questão principal que Edwiges tentou responder foi: "E a espécie é prejudicada tanto assim com os labores das mães?". Parece que o feminismo católico e parte do clero achavam que sim. Esse feminismo buscava "conservar e defender" os costumes, já que a função natural da mulher seria a conservação da raça, por isso, as feministas católicas (que foram a favor do voto) se alarmavam ao ver que as mulheres, de uma maneira geral, queriam sair em busca de uma profissão fora do lar. Edwiges confrontou esse ponto de vista com o de Abbude Naudet, uma personalidade da Igreja Católica francesa, que compreendia "não ser possível nem humano impedir esse recurso extremo á pobres que, forçadas pela imperiosa necessidade de viver, vão procurar as fábricas para suprir uma situação econômica precária".

Dessa forma, a feminista pernambucana situava a luta travada pela FPPF em um campo prático e discursivo diferente das feministas católicas. Ela se aproxima do entendimento de Abbude Naudet, ao destacar que a busca por uma profissão fora do lar é ainda mais compreensível quando se é mãe, pois esta coloca em primeiro lugar as necessidades de seu/sua filho/a. Além disso, para se manter em uma vida honesta e longe da prostituição, era necessário que as mulheres se dedicassem a alguma profissão, visto que

¹⁸⁸ Trabalho Feminino. *Diário da Manhã*, 03/05/1936. p, 14. Acervo digital da CEPE - Companhia Editora de Pernambuco.

muitas delas, quando enviuvavam ou eram abandonadas pelos maridos, ficavam desprovidas de sua fonte de renda. Para defender esse argumento, Edwiges analisou os questionamentos de outra personalidade católica, o cardeal Manning.

O cardeal postulava que toda mulher casada tinha um “contrato com Deus”, o qual ela prometia cuidar do lar e dos/as filhos/as, dessa maneira, o religioso indagava se essa mulher “tem direito, mesmo com o consentimento do marido, de fazer um outro contrato a tanto por semana, e que lhe torna impossível satisfazer as cláusulas do primeiro?”

Ponderando o ponto de vista do Cardeal, a feminista iniciou sua crítica dizendo que compreendia sua preocupação com a boa saúde do lar, todavia, esse contrato deveria ser uma via de mão dupla, onde o homem tinha a obrigação de suprir todas as necessidades da família, e assim não fazendo, "desobriga implicitamente a mulher dos cuidados exclusivos com o lar".

De resto, a vida normal não se restringe para a mulher em ser mãe, assim como não se restringe ao homem em ser pai. Ao lado da existência coletiva, tumultuária e complexa, corre a vida individual: aquela que não distingue se o estômago é de homem ou de mulher para lhe fazer sentir as exigências da própria conservação. Os positivistas, na larga doutrina que abraçam, também só dignificam a mulher nos limites do lar: mãe, educadora, e governante, como se todas se cassassem, fossem cultas e tivessem um ménage próprio; M. Cheysson chegou a afirmar que nos labores dos ateliers e das fábricas a mulher, entre outros prejuízos e inconvenientes, perde ou barateia o direito ao sentimento do pudor. É um mal, bem vemos; mas o pior é ainda que em pleno século vinte tenha cabimento esse puritanismo ilógico que sustenta ser indispensável, para assegurar o respeito do homem à mulher, cessar esta de mourejar nas fábricas, nos ateliers, nas repartições burocráticas, permanecer invariavelmente "au logis", sob a égide de mãe de família, sob a guarda de um chefe!¹⁸⁹

É notável que o tom da crítica feita por Edwiges aos argumentos da Igreja se elevou. Para a feminista, não havia contradição em ser mãe e trabalhadora, principalmente para as mulheres pobres que precisavam alimentar seus/suas filhos/as. A conservação da espécie não se dava só a nível coletivo, relativo à reprodução, mas também a nível individual, onde às dificuldades da vida não escolhia “se o estômago é de homem ou de mulher”. Ou seja, ser mãe não era a finalidade última na vida das mulheres, até porque nem todas tinham alcançado a maternidade ou se casado (como era o caso da própria Edwiges), as mulheres seguiam caminhos diferentes na vida, entretanto, todas eram indivíduos com necessidades próprias, seres pensantes que tinham desejos de progredir socialmente. Dessa forma, "o trabalho, amparando a mulher, dignifica-a e dá-lhe a consciência do seu valor, que é irrisório e absurdo limitar apenas à conservação da espécie"¹⁹⁰.

¹⁸⁹ Trabalho Feminino. **Diário da Manhã**, 03/05/1936. p.14. Acervo digital da CEPE - Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁹⁰ **Idem.**

Segundo Tânia Swain (2007), em vários momentos ao longo da história, os feminismos buscaram a afirmação da diferença para ressaltar as desigualdades existentes no social. Entretanto, a estruturação dessa diferença fundamentava a desigualdade política, estabelecendo hierarquias, que tinham como padrão o homem branco rico. A mulher, para ser “mulher de verdade”, moldada em seu lugar, deveria ser mãe, procriadora. Essa procriação era a especificidade do ser feminino, representada pela maternidade. Se por um lado, a maternidade era homenageada e tida como algo divino, por outro, cerceava as mulheres que não podiam ou não queriam ser mães, tornava elas incompletas. O principal questionamento que a autora faz é se o útero resume o ser feminino, se a mulher é mãe antes de ser humana. As críticas de Edwiges parecem que corroboram, em certo grau, com o questionamento específico de Tânia Swain. A feminista pernambucana argumentava que muitas mulheres não experimentaram a maternidade, por vários motivos, e que ser mãe não resumia a vida das mulheres, tendo elas outros objetivos.

Os religiosos puritanos e os antifeministas utilizava o argumento da “ameaça” à conservação da espécie para limitar a atuação das mulheres aos cuidados com o lar e com os/as filhos/as. O aumento da mortalidade infantil na primeira metade do século XX fundamentava os argumentos desses grupos. Eles escreviam freneticamente, em jornais e revistas, que as mulheres levariam a humanidade à extinção, visto que estavam abandonando os lares para se entregarem às atividades egoísticas das profissões.

Esse período foi marcado pela expansão do ideário higienista, que tinham como base de sua doutrina os cuidados com a saúde física, mental, e moral da sociedade, principalmente das crianças, que eram vistas como o futuro da nação. Segundo Humberto Miranda (2008, p. 65), “recai sobre as costas da mulher popular, da mãe, da nutriz, da esposa, da dona-de-casa, a responsabilidade de garantir a manutenção deste lar, a manutenção de uma sociedade que buscava criar padrões de comportamento e sentimento que atendessem o ideário burguês da época”.

A mulher mãe passa a ter um lugar importante no progresso do país, pois a ela cabia a construção moral e a boa saúde da geração futura. Todavia, esse lugar não estava situado no espaço público, político, muito menos nas fábricas e escritórios, era no espaço privado, do lar e da família, que as mulheres deveriam atuar. A atuação feminina profissional fora do espaço doméstico era vista como uma das causas do alastramento de doenças que atingiam as crianças, já que as mães trabalhadoras não estariam se dedicando inteiramente à criação dos/as filhos/as.

Sobre esse assunto, Edwiges se baseava em pesquisas científicas que afirmavam que “até o nascimento nada ocorre de anormal em prejuízo da criança, e que somente condições externas desfavoráveis podem ser atribuídas a mortalidade infantil considerável entre a população laboriosa das fábricas”. Ou seja, “parece, pois, não ser em absoluto o trabalho, e sim a precária situação das mães, a causa mater dessa desproporção entre natalidade e a população infantil”¹⁹¹.

As doenças que assolavam, principalmente, as crianças pobres, tinham como causa não somente a falta de saneamento básico e assistência médica, mas também a má alimentação, pois a pobreza se aprofundava, e com ela, a fome. O Recife tinha um alto índice de mortes infantis, em 1932, a taxa de mortalidade infantil na cidade era de 259,9 crianças por 1.000 habitantes, ficando à frente do Rio de Janeiro, Buenos Aires, México e Montevidéu (MIRANDA, 2008, p.58). Segundo Humberto Miranda (2008, p.59):

Nas primeiras décadas do século XX, o Recife foi palco das grandes epidemias de varíola, febre amarela, malária e peste bubônica. Ao analisar os documentos do Departamento de Saúde Pública, o historiador Antônio Paulo Rezende observa que esta epidemia ocorrida nas primeiras décadas do século XX, evidenciava a falta de saneamento básico na cidade do Recife, a falta de políticas públicas nas áreas de saúde e educação, voltadas para a população mais carentes. O surto de mortes envolvendo crianças, faz surgir em 1927, a Liga Pernambucana contra a Mortalidade Infantil. Filhos bastardos do “progresso”. Segundo Rezende, este cenário propiciou o fortalecimento da campanha médico-sanitarista no Estado, quando os poderes públicos e setores da sociedade, buscaram se articular na construção da campanha contra a mortalidade infantil. Campanha esta que estava inserida no paradigma higienista que se baseava na medicina preventiva.

Desde a década de 1920, Edwiges de Sá já se preocupava com a questão da infância pobre. Ela, além de ter sido professora e escritora, também foi presidente da Associação das Damas de Beneficência, entidade ligada ao Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI). Essas instituições buscavam amparar mães e crianças em situação de pobreza, fazendo parte do arsenal de entidades atreladas a esse ideal de progresso.

A Federação Brasileira também fazia parte das instituições que pautavam a importância dos cuidados com a saúde infantil. Bertha Lutz, enquanto deputada federal, lutava por recursos financeiros para amparar ações em prol dos cuidados com a maternidade e a saúde de crianças, ampliando os direitos sociais da população e assegurando às mulheres o seu direito de exercer uma profissão.

Essa posição de responsabilização do Estado para com o problema da saúde infantil estava atrelada a ideia de que as mulheres precisavam ter apoio do Estado, com a expansão

¹⁹¹Trabalho Feminino. **Diário da Manhã**, 03/05/1936. p.14. Acervo digital da CEPE - Companhia Editora de Pernambuco.

dos direitos sociais, para que elas pudessem participar de maneira efetiva da política. A emancipação econômica feminina era necessária para que as mulheres pudessem se inserir no espaço público/político já que a dependência financeira de seus maridos as colocava em uma situação de subordinação ainda maior.

Como já foi dito, a preocupação com a situação das mães trabalhadoras pobres havia se tornado um problema central do feminismo naquele momento, a enorme mortalidade infantil assolava, principalmente, as cidades operárias. Entretanto, era correto “sacrificar o indivíduo à espécie?”, perguntava Edwiges retoricamente:

A resposta é que as grandes privações e contingências que as pessoas mais pobres passam prejudicam muito mais o instinto de conservação da espécie do que o trabalho das mães, já que esse mesmo instinto não consente escravizar-se à fome quem pode com o próprio esforço liberta-se dela¹⁹².

Podemos perceber que Edwiges utilizou o discurso científico para rebater as críticas da Igreja sobre o trabalho feminino fora do lar. As dificuldades sociais vividas por mulheres pobres e seu/suas filhos/as deveriam ser, na opinião da feminista, mais importantes para a Igreja do que o puritanismo religioso.

Como observamos, até Edwiges, uma feminista bastante ligada à Igreja Católica, passou a fazer críticas mais contundentes aos entraves construídos pelo discurso religioso à emancipação econômica da mulher. Todavia, havia uma figura, um ícone religioso, que começou a ser invocado pelas feministas da Federação Pernambucana para manter o feminismo praticado por elas influente junto as mulheres religiosas, Jesus Cristo.

De forma cada vez mais frequente, os textos publicados na *Página da Mulher* passaram a associar o nome de Jesus Cristo ao feminismo, principalmente no ano de 1937. As feministas não podiam perder espaço no debate sobre a emancipação econômica da mulher, principalmente porque a disputa no âmbito político, que é também o campo discursivo, estava a todo vapor, com Bertha Lutz no Congresso Federal buscando aprovar o Departamento da Mulher.

Juanita Machado, em janeiro de 1937, abriu uma seção na *Página da Mulher* intitulada “Fragmentos da História do Feminismo”, para publicar partes do livro *Evolução do Feminismo*, de Mariana Coelho¹⁹³. Nessa seção, além de publicar partes inteiras da obra, Juanita comentava sobre os assuntos tratados. A escolha de textos e obras específicas para

¹⁹² Trabalho Feminino. **Diário da Manhã**, 03/05/1936. p.14. Acervo digital da CEPE - Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁹³ Fragmentos da História do Feminismo. **Diário da Manhã**, 17/01/1937. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

serem publicados no veículo de comunicação da FPPF revelava a que tipo de pensamento a entidade se atrelava.

O texto que abriu a seção de publicação de parte da obra de Mariana Coelho foi justamente sobre a questão religiosa. Inicialmente, o texto abordou as injustiças históricas que as mulheres vinham sofrendo no mundo, injustiças essas apoiadas por uma parte da Igreja, ainda no século VI, quando a instituição autorizava que o marido “amarrasse em casa a mulher que pecasse e a maltratasse, contanto que lhe não pusesse a vida em perigo”. Para contrastar com essa Igreja impiedosa com as mulheres, Jesus de Nazaré “tratava a mulher dignificando-se sempre em sua missão”, e assim como Cristo, outros religiosos como São Gerônimo, São Thomaz e São Gregório, reconheciam as mulheres como seres dignos e merecedores de boa educação.

Todavia, existiam homens como Mr. Joram, autor do livro “Mensonge du Feminismo” (mentira do feminismo), que buscavam desqualificar a luta das mulheres, questionando o ideal feminista na busca pela igualdade: “O que me inquieta, na agitação feminista, é que esta cruzada é pregada, não em nome de Deus, mas em nome da razão”, dizia Mr. Joram. Mariana Coelho, para responder a essa afirmação, utilizou as palavras de outra autora francesa, Claire Galichou: “Si o Deus dos anti-feministas, não suporta o exame da razão, não será um ídolo quimérico?”. Esse questionamento colocava em xeque a crença dos antifeministas, duvidava se eles estavam realmente servindo a Deus ou a alguma outra entidade inferior. Era um deboche elegante. Para complementar essa colocação da autora, Juanita comenta “que mesmo entre aqueles que invocam Deus, para se opor a evolução da mulher e a sua participação a vida, o próprio Deus é argumento de contradição”.

A mensagem que o texto publicado queria passar era: Deus não é contra o feminismo, se você é, reveja qual Deus você serve. Na continuação dessa publicação, Juanita foi mais além quando afirmou que:

Todas as grandes mentalidades, pelo menos as mais completas e mais perfeitas em seu equilíbrio psíquico e mental, foram feministas, com raríssimas exceções. O mais romântico e mais convicto feminista foi Cristo! {Grifo nosso} E, se tanto custou a vencer a casa, é que as forças negativas e maléficas são sempre as mais fortes, pela quantidade, que é uma razão lógica da força¹⁹⁴.

Ou seja, segundo a feminista, os homens que tinham sua idoneidade moral convicta e seu intelecto reconhecido, eram todos, por pura lógica, apoiadores do feminismo, inclusive o

¹⁹⁴ Fragmentos sobre a História do Feminismo, do livro “Evolução do Feminismo” de Mariana Coelho. **Diário da Manhã**, 24/01/1937. P, 16. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

mais puro deles, Jesus Cristo. Quem iria contra Jesus? Talvez essa fosse a pergunta implícita nesses textos.

Para coroar esse discurso de maneira grandiosa, em maio de 1937, na comemoração do Dia das Mães [Imagem 6], a FPPF realizou um almoço no Restaurante Leite, endereço de pompa onde se reuniam personalidades importantes da época. A homenageada do evento foi Edwiges de Sá, destacada como a “égide do movimento feminista pernambucano”. A bibliotecária e sócia da FPPF, Benvenuta Araújo, fez um discurso direcionado à homenageada, e não perdeu a oportunidade de ressaltar a missão divina da presidente de honra da entidade, pois "se Cristo foi o precursor do progresso da mulher, a sra. Edwiges de Sá Pereira é apóstola de Cristo na campanha feminista. A ela cabe a liderança desse movimento renovador"¹⁹⁵.

Dessa forma, a FPPF construía um discurso que atrelava a luta feminista encampada pela entidade, em benefício das mães trabalhadoras, da saúde das crianças, à experiência de Jesus Cristo, que teve como missão na terra se dedicar à caridade para com os mais necessitados. No discurso de agradecimento, Edwiges enfatizou essa característica do movimento feminista. Primeiro ela ressaltou a importância da união entre as feministas e fortaleceu a ideia de que a mulher, agora cidadã, dona de seu voto, tem outras conquistas para alcançar, pelo bem das crianças, da maternidade e da família.

O curioso é que Edwiges não era casada e nem tinha filhos, mas foi a personalidade homenageada do Dia das Mães. Talvez a ideia fosse mostrar que o feminismo era o defensor das mães, e Edwiges personificava o feminismo pernambucano para a FPPF. Além desse almoço, também foi oferecida uma missa

Imagem 6 – Comemoração do Dia das Mães de 1937 pela FPPF



Ao alto: na Associação dos Empregados no Comércio, quando o prof. Jerônimo Gueiros pronunciava sua conferência. Em baixo: no almoço no “Leite”, quando d. Edwiges de Sá Pereira agradecia a homenagem.

Fonte: Diário da Manhã. 11/05/1937. p.1. Recife

¹⁹⁵ O “Dia das Mães”. **Diário da Manhã**, 16/05/1937. P, 12. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

para as mães mortas, na Matriz da Soledade, os órfãos da Jaqueira receberam uma visita das sócias da Federação Pernambucana, a Rádio Club proferiu uma palestra sobre a importância da data e a Associação dos Empregados no Comércio ofereceu uma palestra¹⁹⁶.

Se por um lado os antifeministas acusavam o movimento feminista de se afastar de Deus e buscar argumentos para sua luta na razão, as feministas afirmavam que sua missão divina era justamente lutar pelas mulheres, principalmente pelas mães pobres que precisavam trabalhar. A crítica feminista sobre a situação da mãe trabalhadora passava não somente pela defesa do direito ao trabalho, mas também pela reflexão sobre o papel feminino dentro do casamento. As dificuldades que a mulher casada passava para ter acesso a uma profissão eram inúmeras, e as feministas da FPPF abordaram essas questões nos seus discursos. Dessa forma, buscamos analisar alguns textos que abordaram de maneira mais explícita essas questões.

3.6.2 O casamento como empecilho para a profissionalização feminina

Como bem coloca Flávia Biroli (2018 p.23), “a divisão sexual do trabalho doméstico incide nas possibilidades de participação política das mulheres porque corresponde à alocação desigual de recursos fundamentais para essa participação, em especial o tempo livre e a renda”. Parece que o feminismo defendido por Bertha Lutz já tinha um entendimento sobre a pesada carga de trabalho doméstico que incidia sob as mulheres casadas, e como isso podia afetar sua participação política. A questão da maternidade agravava ainda mais esse quadro, mulheres mães podiam ficar impossibilitadas de ingressar no mercado de trabalho, principalmente porque o tempo livre dessas mulheres para o estudo e a qualificação profissional era escasso.

Como foi colocado por Edwiges de Sá em seu texto sobre o trabalho feminino e a religião, o Estado também deveria se responsabilizar pelos cuidados com as crianças, para assim dar melhores condições para que as mães pudessem se dedicar à profissionalização e ao trabalho, principalmente as mães pobres. As feministas da FPPF ensaiaram uma crítica à opressão vivida pelas mulheres no espaço privado, pois, apesar de serem contra o divórcio, defendiam irrestritamente a autonomia da mulher casada e o direito de a mulher permanecer

¹⁹⁶ Comemoração do Dia das Mães. **Diário da Manhã**, 06/05/1937. P.4. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

solteira, se assim lhe conviesse. Elas entendiam que o casamento era uma instituição que cerceava a liberdade feminina, talvez, por isso, muitas feministas não tenham se casado.

Em janeiro de 1937, Maria Helena Limonchi publicou a tradução de um texto intitulado *Evite que o dinheiro seja inimigo do amor*, o qual teria críticas a dependência econômica da mulher casada e ao papel de “criada grátis” que esta era obrigada a exercer:

Não tem uma boa dose de ironia a cena em que uma mulher, cujo marido jurou-lhe ante Deus e a lei que todo o seu, seria também dela, mendigue a esse mesmo marido os mil réis que necessita pra ir a um passeio ou para comprar chapéu? Há uma enorme diferença entre a realidade e o dito de que no matrimônio o homem e a mulher tudo possuem comumente e que o verdadeiro amor domina sobre todas as questões de dinheiro. O mais devotado amor não pode anular a realidade da humilhação que é pedir a seu marido o dinheiro que precisa para refazer seu guarda-roupa. (..) E todas as mulheres casadas que têm perdido o afeto inicial de seu marido, lamentam sua situação de criadas grátis. (...) Ainda que os homens não queiram reconhecer, o certo é que muitas vezes a tarefa da mulher é mais complicada que a deles, pois a miúdo a dona da casa tem que ser ao mesmo tempo, ama de chaves, ama seca, cozinheira, financista e psicóloga. Em câmbio não têm, geralmente, um só centavo que possa dizer que é seu. Depende do capricho e da generosidade do seu marido¹⁹⁷.

A resolução que o texto oferece para o problema da dependência econômica da mulher casada foi a de que todo marido deveria confiar na inteligência financeira da sua esposa e entregar seu salário COMPLETO a ela, pois esta, com a sabedoria que tem, saberia dividir justamente o dinheiro entre as necessidades da casa e utilizar para si sem ser humilhada. Essa colocação parece mais uma ironia para demonstrar o absurdo que é trabalhar (no caso das mulheres, o trabalho doméstico para a família) e não ser remunerado/a por isso, precisando pedir a outrem para suprir necessidades pessoais. A própria Helena Limonchi já havia publicado textos sobre a importância do trabalho feminino, o que nos leva a compreender a tradução desse texto como uma provocação aos homens que proibiam o trabalho feminino.

Edith Gama Abreu, presidente da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, foi ainda mais longe na sua crítica. Como já sabemos, as feministas ligadas a Bertha Lutz formavam uma rede de apoio e informações, dessa forma, publicavam textos e palestras umas das outras, e Edith Abreu teve seu texto publicado na *Página da Mulher*:

Inútil redobrem-se rigores só na educação da mulher para removerem-se os ímpetos de dissolução social. Ao lado da campanha de aperfeiçoamento moral feminino cumpra seguir a cultura da bondade no homem, não simplesmente para os atos de filantropia de civismo, de dedicação paterna: mas para os deveres do lar, moldados na equidade de direitos dos cônjuges {Grifo nosso}. A sociedade não é mais que a família coletiva. Daí depender do bom equilíbrio de uma o bom equilíbrio da outra. Assim, devidamente metodizados os planos de reforma,

¹⁹⁷ Evite que o dinheiro seja inimigo do amor. **Diário da Manhã**. 10/01/1937, P.19. Acervo digital da CEPE-Companhia Editora de Pernambuco.

atingindo de começo o indivíduo, depois a família, menos tardos e mais seguros serão os passos da humanidade no caminho da perfeição¹⁹⁸.

A feminista baiana entrou no mérito dos trabalhos domésticos, questionando o papel masculino na divisão dos “deveres do lar”, espaço que deveria incorporar a ideia de equidade de direitos, pois, já que no âmbito público as mulheres estavam pleiteando a igualdade, esse princípio também deveria servir para o espaço privado. Ou seja, para a educação feminina ter o fim que as feministas pretendiam, o trabalho remunerado, a família deveria estar em equilíbrio com a sociedade. O feminismo ligado à Bertha Lutz avança para questionar a dimensão do privado. A colocação de Edith parece corroborar, de certa maneira, com afirmação de Flávia Biroli (2018, p.32) sobre a divisão do trabalho doméstico:

A permanência da atribuição desigual das responsabilidades pela vida doméstica, sobretudo pela criação dos filhos, seria ainda um fator que, como dito anteriormente, tornaria mais aguda a exploração da mão de obra feminina, pelo fato de acarretar a descontinuidade das trajetórias profissionais e provocar maiores conflitos entre as exigências domésticas e o cotidiano de trabalho fora de casa.

Era de se esperar que as feministas começassem a questionar os entraves que impediam as mulheres de deslancharem suas carreiras profissionais. Edwiges de Sá já havia denunciado a participação dos “os homens de lei” no atraso do desenvolvimento da educação feminina, assim como o Estado, que deveria investir em políticas de amparo à maternidade, para dar mais autonomia a mulher que era mãe. Juanita Machado denunciava em seus textos a prisão que o casamento poderia se tornar para a mulher, tendo ela a missão de aceitar ou recusar um marido que tolhesse sua personalidade. Edith Abreu expressava em seu texto a necessidade de cobrar do marido a equidade nas tarefas domésticas, pois, o espaço privado deveria acompanhar as mudanças ocorridas no espaço público, para que o progresso fosse completo.

Alice Guanajolo, colaboradora da FPPF, publicou na *Página da Mulher* um texto chamado “Companheiro, mas não protetor!”, o qual denunciava o papel de “escrava doméstica” que muitas mulheres assumiam ao se casarem:

Se tens necessidade de um protetor de casas, em breve não serás senão a escrava automática de teus deveres domésticos. A lei da evolução, vai matando na mulher de hoje a ideia do casamento comercial do tempo das clans e das medievais tradições, vai matando nela a ideia de contrato social, pelo qual ambos se obrigam a uns tantos deveres e outros tantos direitos, sendo estes muito restritos para a mulher¹⁹⁹.

¹⁹⁸ Sra. Edith M. da Gama Abreu. **Diário da Manhã**.14/06/1936. P.4. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

¹⁹⁹ Companheiro, mas não protetor! **Diário da Manhã**.04/04/1937. p. 12. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

A feminista continuou o desenvolvimento de sua crítica dizendo que desde o princípio da divisão do trabalho, a mulher foi utilizada pelo seu companheiro como “utensílio da casa”, pois “ela, como simples doméstica cuidava da casa e dos filhos, considerada um objeto útil tanto quanto roca, o fuso e a mó”. Dessa forma, a mulher assumiu o lugar de “escrava”, estando sempre em um patamar inferior ao seu marido e seus/as filhos/as²⁰⁰. Já a mulher moderna, esta conseguia se integrar à vida econômica da sociedade, adquirindo personalidade própria, sendo capaz de “prover-se e proteger-se”. Assim sendo, “o marido deixou de ser para ela um fim para alcançar o bem-estar e passou a ser um meio de alcançar a felicidade”.

A distinção entre trabalho remunerado e não remunerado é, assim, um ponto central. O trabalho na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas, deixa os homens livres para se engajar no trabalho remunerado. São elas *apenas* que fornecem esse tipo de trabalho gratuitamente, e essa *gratuidade* se define numa relação: o casamento (BIROLI, 2018, p.28).

Estar vinculada a um homem através do casamento representava restrições nos benefícios alcançados com o avanço da luta pelos direitos sociais, já que, segundo a legislação trabalhista vigente, as mulheres casadas não eram consideradas capazes de acionar a Justiça sem a permissão do marido. Além disso, o cônjuge tinha o poder legal de impedir que sua mulher atuasse profissionalmente.

A luta feminista pela igualdade jurídica entre homens e mulheres era antiga, desde os anos de 1920, os congressos feministas denunciavam a desigualdade entre os sexos na legislação civil brasileira. O pensamento feminista adotado pela Federação Brasileira entendia que o trabalho era um direito da mulher, todavia, este direito não poderia ser exercido se a entrada e a permanência das mulheres fossem impedidas por mecanismos legais e institucionais.

É bem verdade que o discurso feminista da federação tinha por público-alvo as mulheres de classe média, mas também é verdade que Lutz defendeu propostas que visavam às mulheres pobres, sujeitas a condições de trabalho muito duras e sem voz na estrutura sindical, sendo que a maior parte das ocupações nem sequer contava com sindicatos. Sem representação política, nada mudaria na forma como as mulheres eram tratadas no espaço doméstico ou público, pensavam as feministas. Coerente com o seu propósito maior de promover a igualdade jurídica de mulheres e homens, Lutz chega a ensaiar a crítica das condições sociais da população trabalhadora, na crença de que a superação das desigualdades encravadas no corpo das leis abriria para a superação das desigualdades sociais. Nesse esforço, traz ao debate público as condições de trabalho das empregadas domésticas e o tratamento das mulheres no presídio. São estes alguns dos temas abordados no último projeto apresentado por Lutz à Comissão do Estatuto da Mulher, que recebeu o mesmo

²⁰⁰ Essa crítica sobre o lugar de subordinação da mulher no espaço doméstico também era feita pelas militantes anarquistas, como Maria Lacerda Moura. Maria Lacerda afirmava que era essencial para a libertação da mulher a crítica ao modelo de família burguês e a transformação das relações sociais cotidianas hierarquizadas. Sobre isso, conferir Margareth Rago. *Sem fé, sem lei, se rei: liberalismo e experiência anarquista na República* (Dissertação), São Paulo, UNICAMP, 1984.

nome e foi apresentado à discussão em 1º de outubro de 1937(MARQUES, 2016, p. 127).

Dentro desse projeto, Bertha Lutz atacou as desigualdades sofridas pelas mulheres em quatro grandes eixos: os direitos políticos, os direitos econômicos, os direitos civis, e o direito penal. A Comissão do Estatuto da Mulher defendia diversos projetos de lei em tramitação no Parlamento, buscando salvaguardar os direitos femininos de maneira ampla. A questão trabalhista mereceu destaque, principalmente as condições de trabalho das trabalhadoras domésticas.

A feminista denunciava as condições econômicas inferiores as quais as trabalhadoras domésticas eram submetidas, sendo exploradas não apenas economicamente, mas também sofrendo abusos físicos e sexuais. Lutz argumentou em favor da regulamentação da atividade, fazendo ementas ao projeto da Justiça do Trabalho e tecendo severas críticas acerca do esquecimento dos direitos trabalhistas das trabalhadoras domésticas. Esse debate não era novo, segundo Maciel Silva (2017, p. 29):

Em um quadro certamente incompleto, sabe-se que foram elaborados diversos projetos de regulamentação do trabalho doméstico em inúmeras cidades, no Império e primeiros anos da República. O Rio de Janeiro se destaca como sede da Corte e capital republicana, e há notícias de, pelo menos, dezenove (19) projetos no curto período que vai de 1880 a meados da década de 1890, segundo Flávia Fernandes de Souza (2013: 9); há notícias também de dois (02) projetos no Recife, sendo o primeiro de 1887 e o segundo de 1896; um (01) em Salvador; um (01) em Desterro, atual Florianópolis; (01) um na cidade do Rio Grande; dois (02) em São Paulo. Ou seja, em uma totalização ainda preliminar, verifica-se o expressivo número 26 projetos. Ainda que nem todos tenham sido efetivamente discutidos nas Câmaras Municipais, ressalta-se a importância do tema na agenda política do contexto de declínio da escravidão e da pós-Abolição no país.

Esses projetos eram voltados para o controle da população mais pobre, incidindo de maneira mais direta sob os chamados “criados de servir”, para usar a terminologia utilizada por Maciel Silva. Ainda na perspectiva desse autor, com o declínio da escravidão legal, “um conjunto amplo de negros e negras livres e libertas, no meio urbano, inspiravam temores de diversas ordens. A associação pobreza/vício, por si só, parecia indício certo de propensão à criminalidade” (SILVA, 2017, p. 28).

Dessa maneira, as primeiras discussões que foram feitas no âmbito da política oficial acerca da regulamentação do trabalho doméstico estiveram ligadas ao controle da população liberta advinda do sistema escravista. Esse controle se dava a partir da “obrigatoriedade de o/a trabalhador/a se dirigir à Secretaria de Polícia para fazer uma inscrição, onde forneceria informações detalhadas à autoridade policial antes de poder prestar o serviço” (SILVA, 2017, p. 30).

Sobre a associação de raça e divisão do trabalho, Joaze Bernardino-Costa (2007, p.4) afirma que “o complexo sistema hierárquico formado por anos de colonialismo formal não desapareceu com o fim das administrações coloniais”. Esse sistema manteve a divisão racial do trabalho, relegando um lugar de subalternidade para as pessoas negras que, apesar de estarem inseridas no status de “livres”, não gozavam, na prática, da cidadania prometida pelos preceitos republicanos.

No período do Império, a ampla gama de trabalhos exercidos no âmbito doméstico, recaiam, em sua maioria, sobre as mulheres negras escravizadas (e em menor número, sobre brancas pobres). No primeiro terço do século XX, esse trabalho continuou com essa configuração, apesar das mulheres negras não possuírem mais a condição oficial de escravizadas. Todavia, esse tipo de trabalho continuou a ser visto e vivido como resquício da escravidão. À trabalhadora doméstica era vetado o direito de se associar, além de não ter seu reconhecimento jurídico perante a legislação. Sofriam com abuso sexual e físico, baixos salários e, muitas vezes, moravam nas casas dos patrões/ patroas, dedicando todo o seu tempo para o exercício das tarefas domésticas.

Na década de 1930, o debate sobre a regulamentação desse tipo de trabalho ganhou visibilidade. Segundo Joaze Bernardino-Costa (2007, p.8), o movimento organizado das trabalhadoras domésticas teve início em 1936,

Através da atuação de Laudelina de Campos Melo, quando esta funda a Associação Profissional dos Empregados Domésticos de Santos. Explicitamente, esta pioneira organização das trabalhadoras domésticas, tinha o objetivo de conquistar o status jurídico de sindicato, uma vez que este poderia negociar com o Estado o reconhecimento jurídico da categoria e, conseqüentemente, os direitos trabalhistas. Ou seja, neste momento tratava-se inquestionavelmente da reivindicação da igualdade jurídica perante as outras categorias trabalhistas, uma vez que a diferença as inferiorizava. A exclusão das trabalhadoras domésticas, neste momento, não se restringiria somente ao não direito à sindicalização, mas envolveria também a não regulamentação da profissão pela CLT, em 1943²⁰¹.

Foi nesse contexto que Bertha Lutz defendeu a regulamentação do trabalho doméstico, destacando a responsabilidade do Departamento da Mulher para com a fiscalização das condições de trabalho das mulheres, incluindo as trabalhadoras domésticas. O Estatuto da Mulher buscou criminalizar a exploração do trabalho doméstico e estabelecer um agravante se a empregada fosse menor de idade. Defendeu também a obrigatoriedade da limitação de horas trabalhadas, não podendo o empregador se valer livremente do tempo de trabalho da empregada (LOBO, 2010, p. 122).

²⁰¹ Laudelina de Campos Melo foi militante da Frente Negra Brasileira e filiada ao Partido Comunista, tendo se engajado na luta da população negra por melhores condições de vida ainda na década de 1920 (BERNARDIN-COSTA, 2007, p.9).

Outras reivindicações faziam parte do arsenal de lei que Lutz propunha, como era o caso do seguro-maternidade para mães trabalhadoras de instituições públicas e privadas, assim como a exigência de que todo e qualquer conselho, fiscal, consultivo ou executivo, que estivesse ligado as questões femininas, tivesse todos os cargos ocupados por mulheres.

Apesar de Bertha Lutz ter organizado uma rede feminista nacional formada, majoritariamente, por mulheres das classes média e alta, mantendo a luta encampada por ela em um patamar de tutela, o engajamento do feminismo praticado pela Federação Brasileira com a questão trabalhista feminina, construindo um debate amplo sobre as opressões sofridas pelas mulheres no âmbito privado, mostra que essas feministas problematizaram a situação da mulher pobre e trabalhadora, contribuindo para o fortalecimento da luta por melhores condições de vida para essas mulheres.

O mandato de Bertha Lutz como deputada Federal foi conflituoso e cheio de disputas, ela buscava criar uma rede feminina dentro das organizações públicas para reformular as leis, fiscalizá-las, e propor novas. Essa luta travada no ceio do Distrito Federal, chegava à Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino como uma diretriz para que a instituição intensificasse seus discursos em prol do trabalho feminino. Por isso, a filial pernambucana direcionou seus esforços para a questão eleitoral já no início de 1937, ano o qual a corrida eleitoral começava, mas que guardava uma grande surpresa orquestrada por Getúlio Vargas, a implantação da Ditadura do Estado Novo.

3.7 A corrida eleitoral e a Ditadura do Estado Novo

A dificuldade enfrentada no Parlamento para a aceitação das propostas feitas pela líder da Federação Brasileira, acendeu a luz verde para que a rede feminista ligada a ela iniciasse a expansão da Liga Eleitoral Independente (L.E.I) para outros estados do país, com o objetivo “de arregimentar eleitores que, mesmo simpáticos ou adeptos de qualquer agremiação partidárias, emprestem sua adesão e amparo à mulher, votando, de preferência, nos candidatos que a isto se ponham nas medidas legislativas em torno do assunto”²⁰².

As eleições estavam previstas para 1938, mas o trabalho até lá deveria ser árduo. Por isso, ainda em março de 1937, a Federação Pernambucana, em sua segunda sessão ordinária do ano, fundou a Liga Eleitoral Independente de Pernambuco, e elegeu sua diretoria, composta por: Maria Isabel Ferreira, presidente, Beatriz Ribeiro, vice-presidente, Arimá

²⁰² Liga Eleitoral Independente. **Diário da Manhã**. 14/02/1937, P.14. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

Coimbra, secretária, e Maria Helena Limonchi, tesoureira²⁰³. Depois de fundada a L.E.I em Pernambuco, a *Página da Mulher* passou a fazer campanha em prol da ampliação e propagação dos ideais da nova entidade. Para Juanita Machado, a L.E.I. “não pode ser uma criação platônica, tem de ser dinâmica, fecunda, tem de produzir!”²⁰⁴. Dessa maneira, a Federação Pernambucana, se valendo das alianças construídas ao longo do último ano, anunciou que utilizaria uma das salas da Associação dos Empregados no Comércio para instalar o posto de alistamento eleitoral, para ajudar todas as mulheres interessadas em tirar o título eleitoral.

A FPPF passou a incentivar cada vez mais o alistamento e o voto feminino, colocando como “infração injustificável” o não comparecimento das mulheres às urnas:

A reivindicação vitoriosa da mulher brasileira é hoje visível e reconhecida. Já não é possível desconhecer os dispositivos constitucionais que garantem os direitos civis e políticos da mulher. Assegurada a instituição do voto feminino pelo Código Eleitoral, salienta-se, pois, em virtude de lei o sagrado dever da mulher, votar em colaboração com o Governo e com o Congresso Nacional. É infração injustificável trair esse dever cívico e político de povo culto e civilizado. Impõe-se-lhe a compreensão do sufrágio eleitoral pelo engrandecimento do Brasil²⁰⁵.

Em meio a essa agitação em torno da eleição de 1938, a FPPF fez a sua eleição interna, para o biênio 1937 – 1939. Na realidade, houve apenas o rodízio de cargos entre as mulheres da última diretoria, permanecendo em seus cargos iniciais Ana de Sá Pereira, como presidente reeleita, e Alba Rios, como vice-presidente também reeleita. A grande mudança nesse novo quadro foi a saída de Juanita Machado da diretoria da instituição. Ela passou a atuar apenas na área de comunicação na *Página da Mulher*, na qual ainda continuava como redatora²⁰⁶.

Paralelamente as atividades da Liga Eleitoral Independente, a FPPF continuava suas atividades normais, com matrículas nos cursos oferecidos no Círculo de Cultura, e com a expansão do curso de enfermagem. Ainda de agosto de 1936, o curso de enfermagem da FPPF foi transferido do Hospital Centenário, em Olinda, para o Hospital Pedro II, em Recife. Talvez isso tenha ocorrido para melhor estruturar o curso, como foi acordado em reunião entre a diretoria da Federação Pernambucana e os professores dos cursos. Nessa reunião, ocorrida em setembro de 1936, ficou decidido que o curso seria de 3 anos, buscando seguir o

²⁰³ Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. **Diário da Manhã**. 28/03/1937, P.12. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

²⁰⁴ A Liga Eleitoral Independente e as mulheres. **Diário da Manhã**. 23/05/1937, P.14. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

²⁰⁵ O voto feminino compelido a avançar. **Diário da Manhã**. 22/08/1937, P.13. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

²⁰⁶ A nova diretoria da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. **Diário da Manhã**. 20/06/1937, P.18. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

programa do Curso de Enfermagem do D. Anna Nery, do Rio de Janeiro, escola de enfermagem do mais alto respeito.

Os professores se queixaram para a diretoria da entidade sobre a falta de conhecimentos básicos das alunas nas áreas de Português e Ciências. Para resolver esse problema, a FPPF abriu vagas gratuitas para as alunas de enfermagem nos cursos de Português, Ciências Físicas e Naturais. Também foi instituído que a partir de então haveria um exame de admissão para o curso²⁰⁷. A grande novidade nessa área foi a inauguração da Escola de Enfermagem de Olinda, em agosto de 1937, por iniciativa da Federação Pernambucana em colaboração com o Hospital Hermann Lundgren, A Escola de Enfermagem ficava localizada neste hospital e oferecia dois cursos: Enfermagem e Especialização, sendo o primeiro em três séries, estudadas em um ano e meio, e o último abrangendo apenas seis meses de estudo²⁰⁸.

A vida parecia correr dentro da normalidade, assim como as feministas, outros grupos também arregimentavam apoios para o futuro pleito. Todavia, o Catete permanecia em silêncio sobre o processo de sucessão, vários foram aqueles que tentaram o apoio de Vargas para suas candidaturas, os quais tiveram suas expectativas frustradas, um a um. Vargas havia encomendado a Francisco Campos o novo texto constitucional que propunha um estado ditatorial para o Brasil. As relações do Catete com o setor militar vinham se solidificando e criando um clima favorável para o apoio da caserna ao futuro ditador. Em Pernambuco, as relações entre o governo estadual e o governo federal estavam abaladas.

Em 1936, quando do início das articulações para a sucessão presidencial prevista para 1938, Carlos de Lima — convencido do argumento de Juarez Távora quanto à necessidade de lançar um candidato único que, reunindo as simpatias do Norte e do Sul, fosse capaz de recuperar os rumos do movimento revolucionário de 1930 —, concordou em estabelecer uma aliança, independentemente do apoio de Vargas, com São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia em torno da candidatura à presidência da República do governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira. Temia Carlos de Lima, porém, que a eleição deste pudesse implicar um retrocesso aos quadros vigentes antes de 1930, quando a hegemonia na condução político-econômica do país cabia aos estados do Centro-Sul. Por outro lado, as relações entre Carlos de Lima e Agamenon Magalhães encontravam-se então bastante estremecidas, pois, enquanto o ministro do Trabalho, muito próximo a Vargas, interferia nas questões relativas a Pernambuco, apoiando a política empreendida pelo poder central, o governador pernambucano sentia-se cada vez mais desprestigiado e marginalizado²⁰⁹.

²⁰⁷ Como estava organizado o curso de enfermagem profissional da FPPF. **Diário da Manhã**. 13/09/1936, P.17. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

²⁰⁸ Associações. **Diário da Manhã**. 18/07/1937, P.20. Acervo digital da CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

²⁰⁹ Site da Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, Verbete Carlos de Lima Cavalcanti. Disponível <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAVALCANTI,%20Carlos%20de%20Lima.pdf>.

Desde sua eleição para o governo de Pernambuco em 1935, Carlos de Lima Cavalcanti, gradativamente, vinha se afastando do governo federal. O governador Pernambucano se aproximou de Flores da Cunha e Juraci Magalhães, governadores do Rio Grande do Sul e da Bahia, que também estavam em um momento de distanciamento do poder central. Os opositores de Lima Cavalcanti aproveitaram a ocasião do levante comunista em Pernambuco, no final de 1935, para acusarem ele de traição e apoio ao movimento comunista no estado. Nesse interim, o governador foi afastado de seu cargo, com a anuência de Getúlio Vargas, já desconfiado da aproximação entre os governadores de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul²¹⁰.

Carlos de Lima Cavalcanti conseguiu ser absolvido dessa acusação, por falta de provas. Entretanto, a relação entre ele e Getúlio Vargas já estava enfraquecida. Com a decretação da Ditadura do Estado Novo no final de 1937, o governador pernambucano foi destituído, assumindo em seu lugar Agamenon Magalhães, um antigo aliado estratégico que havia se convertido em opositor. Dessa maneira, Getúlio ia minando as oposições daqueles que pretendiam retirar ele da cadeira da Presidência da República, da qual ele não tinha nenhuma intenção de sair.

Ainda em seu discurso da data magna de 7 de setembro, Getúlio iludiu seus adversários, dando entender que era sua última fala como presidente sobre aquela data. Todavia, em 10 de novembro de 1937, Vargas fez um discurso pelo rádio, se direcionando à toda nação, justificando na ameaça comunista a decretação da nova Constituição (NETO, 2013, p.300). Um falso plano comunista para dominar o Brasil foi utilizado pelo Exército para apoiar Getúlio na sua decisão. O chamado Plano Cohen, nada mais era do que um ensaio feito pelos integralistas sobre uma possível tomada de poder pelos comunistas (AQUINO; MENDES; BOUCINHAS, 2009, p.269).

As atividades da Câmara dos Deputados foram encerradas, Bertha Lutz teve seu mandato de um ano e três meses interrompido. A feminista não teve tempo de ver se concretizar o tão sonhado Departamento da Mulher. A ditadura que se seguiu foi violenta com seus opositores, jornais e revistas foram fechados, inimigos políticos foram presos.

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, constituída como associação civil, continuou aberta durante o Estado Novo, “apesar do afastamento das afiliadas, temerosas de se envolver com atividades políticas. Tamanha prudência fazia sentido, em face da repressão policial que se impôs ao país. O prontuário da FBPF na delegacia sugere que as poucas

²¹⁰ **Idem.**

filiadas remanescentes foram mantidas sob vigilância por muitas décadas” (MARQUES, 2016, p. 108).

A Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino foi uma das filias que deu por encerrada suas atividades. Em 6 de dezembro de 1937, na Ata da Sessão Extraordinária da diretoria da FPPF, essa decisão foi sacramentada:

A presidente, Ana de Sá Pereira Almeida, após abrir os trabalhos, comunicou haver convocado a presente reunião extraordinária da diretoria, de acordo com o art. 34 dos Estatutos, para dar conhecimento a todas de que o decreto-lei do Exmo. Sr. presidente da República sobre a extinção dos partidos políticos, inclui nos seus dispositivos, as organizações civis nos termos da hipótese expressa de registro no Tribunal Eleitoral. Por isso, convidava a diretoria a deliberar sobre a situação em que, por força desse registro, apenas, se encontra a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, si bem que jamais houvesse exercido qualquer atividade político-partidária. Depois de estudar o assunto, declarou a diretoria acatando o ato oficial, dissolvendo a Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, até que, em tempo oportuno e conveniente, por iniciativa da maioria de sua última diretoria, precedida a reforma dos Estatutos, passe a existir sob diferente denominação, dentro da finalidade que sempre observou, puramente cultural e beneficente²¹¹.

Durante o transcorrer do nosso trabalho, ficou claro que a FPPF não era apenas uma instituição cultural e beneficente, ela estava diretamente envolvida no campo político, convocando mulheres para se alistarem, apoiando candidatas que se comprometessem com a causa feminista, e pleiteando elas mesma esses cargos, como foi o caso de Edwiges de Sá, candidata à Constituinte de 1933. Todavia, era necessário se resguardar das possíveis retaliações advindas do novo regime político.

A FPPF havia construído uma relação muito próxima ao governo de Lima Cavalcanti, possuindo, inclusive, espaço editorial dedicado à entidade no periódico *Diário da Manhã*, jornal pertencente ao governador. Mas não foi só isso, nas festividades, eventos beneficentes, almoços de cordialidade, sempre estavam presentes personalidades ligadas ao governo estadual, além da primeira dama pernambucana, Helena de Lima Cavalcanti. Foi no governo de Lima Cavalcanti também que a FPPF foi reconhecida como instituição de utilidade pública, por meio da Lei Estadual nº 185. Logo, a entidade era vista pelo novo interventor, Agamenon Magalhães, como aliada do antigo governo. Talvez, essa tenha sido uma das causas para que a entidade não tenha se mantido em funcionamento, tanto por medo de futuras perseguições, quanto por já está sendo coagida para encerrar suas atividades.

Ficou acordado na última ata de reunião da FPPF, que os cursos de Enfermagem Profissional continuariam funcionando no Hospital Herman Lundgren, em Olinda, sob a direção profissional dos médicos deste hospital. A comissão liquidatária da instituição,

²¹¹ **Atas das Sessões Extraordinárias e de Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino.** P.21. Acervo da FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco.

composta por Alice Gondin, Ana de Sá Pereira e Ana Tavares Cordeiro Campos, seria responsável por continuar organizando o curso, assim como por elencar o patrimônio da FPPF para sua dispersão. Segundo a Ata de reunião da entidade²¹², esse patrimônio seria guardado por um ano pela comissão liquidatória, para que depois fosse fundada uma outra instituição.

Se as mulheres da Federação Pernambucana conseguiram abrir outra instituição, novas pesquisas dirão. Pois, esperamos ter contribuído para que a história do feminismo em Pernambuco seja ainda mais enriquecida com outros trabalhos de pesquisa. É imensurável o valor das conquistas obtidas por todas as mulheres que lutaram por respeito e dignidade nesse período. Todavia, eu tomo emprestadas as palavras de Flávia Biroli (2018, p.32) para fazer um panorama sobre essas vitórias²¹³:

As mudanças políticas conquistadas pela chamada primeira onda do feminismo – expressão utilizada por algumas autoras para caracterizar as lutas por direitos entre os séculos XIX e meados do século XX, como o direito ao voto e à propriedade, o acesso à educação e, mais lentamente, o direito a deixar um casamento – criaram um contexto favorável para o acesso ao trabalho remunerado, o que por sua vez aumentou potencialmente a independência das mulheres – para, por exemplo, deixar de fato um casamento, já que o direito ao divórcio pode significar pouco quando as alternativas para o próprio sustento e o dos filhos são restritas [Grifo nosso]. O comportamento sexual também se modificaria, segundo ela, em decorrência dessas novas condições materiais. A vitória da primeira onda do feminismo deu-se, sobretudo, “no nível político do Estado”, enquanto “as mudanças daí decorrentes no nível econômico criaram a possibilidade material para que as mulheres tirassem vantagem da sua independência legal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da trajetória de luta da Federação Pernambucana, a instituição caminhou junto com as conquistas legais alcançadas pelas mulheres, rompendo com antigos silêncios e mantendo firmes seus objetivos. Até 1934, os esforços da FPPF estiveram voltados para o reconhecimento das mulheres como cidadãs políticas, com direito de votar e serem votadas, as feministas ligadas à Bertha Lutz acreditavam que era importante a representação feminina no meio político oficial, para que essas pudessem formular e aprovar leis favoráveis a todas as mulheres.

²¹² **Atas das Sessões Extraordinárias e de Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino.** P.22. Acervo da FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco.

²¹³ Ressaltamos que não concordamos com a ideia de “onda” para se referir ao movimento feminista, pois compreendemos que as lutas das diversas mulheres se deram em vários lugares ao mesmo tempo, de diferentes formas, atreladas a seus contextos singulares, todavia, elas dialogavam por meio das redes de informações montadas através da imprensa, da troca de correspondência, da realização de eventos. Não entendemos que essas lutas partiram de um ponto e chegaram até outro, como quer nos passar a metáfora das ondas. Porém, com essa citação, enfatizamos as consequências das lutas encabeçadas pelas feministas do início do século XX.

A educação era uma área prioritária nessa luta, já que por meio dela as mulheres poderiam exercer seus direitos políticos de maneira completa. Em primeiro lugar, porque só podiam votar as pessoas alfabetizadas, em segundo, através da qualificação profissional feminina, as mulheres poderiam alcançar melhores empregos, almejar a independência financeira e manterem sua autonomia econômica caso não quisessem se casar ou ficassem viúvas.

As críticas acerca da situação da mulher casada passaram a figurar nas páginas no Diário da Manhã a partir de 1935, período o qual várias conquistas femininas foram alcançadas e reconhecidas pela Constituição de 1934. Uma dessas conquistas foi o direito ao voto e à representação. Foram décadas de luta, desde 1920 Bertha Lutz se articulou com várias feministas do Brasil para angariarem apoio para essa causa. Edwiges de Sá foi uma dessas mulheres, que, a partir da década de 1930, entrou na batalha pelos direitos femininos de maneira institucionalizada, através da fundação de Federação Pernambucana.

A cultura política da década de 1930, com a formação de vários grupos de pressão buscando um espaço na nova ordem econômica e política, abriu uma seara ainda maior para a atuação das feministas, que se inseriram como agentes ativos na modificação da formação política, já que, mesmo em número pequeno, conseguiram se eleger para alguns cargos e pautar os interesses feministas. Os debates acerca dos direitos trabalhistas femininos, por exemplo, feitos por Bertha Lutz no Congresso, no período em que foi deputada federal, levantaram, dentro do Parlamento, questionamentos sobre o trabalho doméstico feminino, a exploração salarial que a maioria das mulheres sofria nas fábricas, a importância da intervenção estatal na assistência à maternidade e à saúde infantil.

É relevante sabermos que essas lutas por melhores condições de vida já eram feitas pelas mulheres trabalhadoras, as anarquistas já escreviam sobre a condição da mulher no espaço privado e denunciavam o peso da maternidade na vida das mulheres. Bertha Lutz se inseriu nesse debate, contribuindo para levar essas discussões para o meio da política oficial, propondo a criação de políticas públicas para as mulheres. A FPPF, como filial da Federação Brasileira, acompanhou essas transformações, se articulando em seu contexto local, tecendo redes de apoios e solidariedade junto a outras mulheres e instituições. Para isso, a entidade se valeu das conexões sociais privilegiadas que suas diretoras possuíam, abrindo espaço na imprensa escrita para a divulgação sistemática de conteúdo feminista, alargando o seu grau de influência e construindo uma cultura política feminista em Pernambuco.

No que tange a questão da educação, de forma prática, a FPPF organizou cursos de qualificação feminina, criando também uma biblioteca para oferecer um espaço de estudos para as mulheres que se matriculavam nos cursos. As feministas ligadas à FPPF buscavam manter um discurso homogêneo em relação ao feminismo e à luta das mulheres, todavia, as diferenças e os posicionamentos pessoais de cada uma emergiam nas páginas dos jornais, o mais enfático deles se deu entre a presidente Emília Marchesine e a primeira-secretária Juanita Borel Machado. As diferenças ideológicas entre as duas sócias criou uma crise institucional dentro da Federação Pernambucana, corroborando para a renúncia da presidente.

A entidade então passou a ser presidida por Ana de Sá Pereira, que adotou uma política social de aproximação ainda maior com personalidades importantes da sociedade pernambucana, buscando influenciar um grupo maior de mulheres por meio de práticas beneficentes, que atraíam um público específico de mulheres já engajadas, e práticas de divertimentos, que almejavam cooptar as moças que gostavam de praticar esportes e frequentar salões de festa. Dessa maneira, essas feministas atuaram, desde seus lugares sociais, com aberturas e também com limitações, buscando alargar a democracia prometida pelos ideais republicanos. O movimento feminista organizado nesse período, se articulou de acordo com o contexto social vigente e defendeu as mulheres como sujeitos de direitos políticos e sociais.

Essas mulheres, assim como tantas outras na história, transgrediram valores, lugares sociais e políticos, criaram um espaço que não podia mais ser fechado. Apesar disso, também permaneceram com seus valores classistas, e por vezes, racistas. Seres contraditórios, que buscavam dar vazão a suas angústias e inquietações, lutando por justiça de acordo com seus preceitos pessoais, assim como nós.

Gostaríamos de terminar esse trabalho com um recado às mulheres, mais do que isso, com um desejo, compartilhado por nós com a autora do livro *Tudo nela brilha e queima*, Ryane Leão, mulher negra e feminista:

“Meu recado às mulheres:

Contem

Suas histórias

Descubram o poder

De milhões de vozes

Que foram caladas

Por séculos.”²¹⁴

Essas vozes estão sendo ecoadas pelos movimentos feministas contemporâneos, ainda reivindicando participação política, igualdade salarial, políticas públicas para mães pobres, com novos instrumentos e novas configurações. No século XXI, o “feminismo” se transformou em “feminismos”, no plural, para abarcar a diversidade de mulheres com lutas específicas de seus lugares sociais. Aprendemos com Bertha Lutz e suas companheiras, que a unidade pretendida por elas não existe. Hoje compreendemos que o reconhecimento da pluralidade e diversidade de mulheres é imprescindível para fortalecer o diálogo em torno das diversas pautas feministas. Com elas também aprendemos que a luta política é “coisa de mulher”, que a rua também é nosso lar, que o lugar de mulher é onde ela quiser.

²¹⁴ LEÃO, Ryane. **Tudo nela brilha e queima**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2017. p.54.

REFERÊNCIAS

Livros, artigos, teses, dissertações e sites

ALMEIDA, Maria das Graças Andrade Ataíde de. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

Âmbito Jurídico. **Origem, história, principiologia e competência do tribunal do júri**. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9185>. Acesso em 10/05/2017

AQUINO, Rubim Santos Leão de; MENDES, Francisco Roberval; BOUCINHAS, André Dutra. **Pernambuco em chamas: revoltas e revoluções em Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

AZEVEDO, Ferdinand. **Como o “Ethos” de Cristãos se Modifica: Dois Casos em Pernambuco nos Anos 1930 -1940**. Numen: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 12, n. 1 e 2. p. 81-102. 2009.

BARBOSA, Izabelle. L de O. **Saindo da gaiola dourada: desquite, divórcio e relações de gênero no Recife de 1917 a 1937**. Dissertação (Mestrado em História). Recife, UFRPE, 2016.

BATISTELLA, Alessandro. **A Era Vargas e o Movimento Sindical brasileiro (1930-1945)**. Revista Unoesc & Ciência- ACHS Joaçaba, v.6, n.1, jan/jun. p. 21-34. 2015.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. **Trabalhadoras Domésticas no Brasil: um movimento de resistência e re-existência**. Anais do XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Guadalajara, 2007. Disponível em: <<http://cdsa.academica.org/000-066/1041.pdf>>. Acesso em 07/07/2018

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean- Pierre. SIRINELLI, Jean-François. (Org.). Para uma História Cultural. Lisboa: Estampa, 1998.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)**. São Paulo: EDUSP, 1999.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdade: os limites da democracia no Brasil**. 1ª Edição; São Paulo: Boitempo, 2018.

BONATO, Nailda. M da C. **A educação das mulheres no pensamento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (1922-1931)**. Anais do VI COLUBHE, Uberlândia, Minas Gerais. UFU. 2006.

_____. **O Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino: Uma fonte múltipla para a história da educação das mulheres**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 18, Nº 1-2, p. 131-146, jan/dez, 2005.

BONATO, Naílda. M da C; COELHO, Lígia M. C. da C. **Concepções de educação integral na década de 30: as teses do II Congresso Internacional Feminista**. Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, UEPG, v. 15, n. 2, 2007.

BURKER, Peter. **História e teoria social**. 2ª ed. São Paulo; editora Unesp, 2012.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira; KOURYH, Jussara Rocha. **Religiões afro-brasileiras: perseguições antigas e novas**. Revista de teologia e ciências da religião da Universidade Católica de Pernambuco. V. 5, n. 1, p. 161-177, dezembro, 2015.

CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro, Editora Elsevier, 3ª impressão, 2003.

CARVALHO, José. M de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 3ª edição, São Paulo, Editora Global, 2004.

CAVALCANTI, Maria Clara da S. **Urbanização e construção dos espaços sociais e culturais em Paulista (1930 -1950)**. Boletim Historiar. n. 12, nov./dez. p. 48-64, 2015.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Companhia Editora de Pernambuco. **Diário da Manhã**. Disponível em:<<https://www.cepe.com.br/index.php?#>>. Acessado ao longo do ano de 2017 até agosto de 2018.

COSTA, Claudia de L. **O sujeito no feminismo: revisitando os debates**. Cadernos Pagu, Campinas, Unicamp, n.19, p. 59-90, 2002.

COSTA, Simone da S. **Feminismo e Igreja Católica: uma análise sobre a elaboração e práticas discursivas na Paraíba (1910 -40)**. Tese (Doutorado em História), Recife, UFPE, 2015.

COUCEIRO, Sylvia Costa. **Artes de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920** Tese (Doutorado em História), Recife, UFPE, 2003.

COUTROT, Aline. **Religião e Política**. In: RÉMOND, Réne (Org.). Por uma História Política. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

DU BOIS, Ellen. **The Radicalism of the Woman Suffrage Movement: Notes toward the Reconstruction of Nineteenth-Century Feminism**. Feminist Studies. University of Maryland, Vol. 3, No. 1/2, Autumn, p.63-71. 1975. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/3518956>>. Acesso em 24/05/2017

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, v. 1, 1990.

EPPLE, Angelika. **Gênero e a espécie da história** In: MALERBA, Jurandir (Org.). A História Escrita, teoria e história da historiografia. São Paulo, Contexto, 2006.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. **Morte e memória a necrofilia política da Ação Integralista Brasileira (AIB)**. Revista Varia História, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, jul/dez, p.889-909, 2012.

FERREIRA, Helisangela Maria. A; SILVA, Giselda. B. **A casa é das mulheres e a rua é dos homens: a educação feminina na AIB na cidade do Recife**. III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais: olhares diversos sobre a diferença. João Pessoa, Paraíba. Outubro de 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova velha história: o retorno da história política**. Revista de Estudos Históricos. São Paulo, V.5, N.10, p. 265-271, CPDOC/FGV .1992.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Ao Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencout**. Revista de Estudos Feminista, UFSC, v.10, n.1, 2002.

FRACCARO, Gláucia. **Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)**. Tese (Doutorado em História), São Paulo, UNICAMP, 2016.

FREIRE, Maria Martha de Luna. **'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920**. Hist. cienc. Saude-Manguinhos [online]. vol.15, suppl. 0. Rio de Janeiro, 2008.

FREIRE, Maria. M. da L; COSATI, Leticia. C. M. **Gênero e Filantropia: as Damas de Assistência à Infância do IPAI- RJ (1889-1930)**. Gênero, Niterói, v.15, n.2, p.29-46, 2015.

Fundação Cultural José Augusto. **Celina Guimarães Viana**. Disponível em:<http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000106242.PDF>. Acesso em: 09/06/2017

Fundação Getúlio Vargas. **Ação Integralista Brasileira**. Seção do CPDOC. Disponível em:<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/AIB>>. Acesso em 06/07/2017

Fundação Getúlio Vargas. **Eduardo Espíndola**. Seção do CPDOC. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/espindola-eduardo>>. Acesso em 25/07/2017

Fundação Getúlio Vargas, Revolta Comunista de 1935, Seção CPDOC. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-comunista-de-1935>>

Fundação Joaquim Nabuco. **Edwiges de Sá Pereira**. Disponível em:<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&id=257>. Acesso em:17/05/2017

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos: Claraluz, 2000.

GRIGOLETTO, Evandra. **Do lugar social ao Lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito**. III Seminário de estudos em análise do discurso, Porto Alegre, 2007.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. **Bertha Lutz na Sétima Conferência Pan-Americana: a questão da preservação**. Anais do XI Encontro Internacional da ANPHLAC, Niterói, Rio de Janeiro, 2014.

Hemeroteca Digital Brasileira. **Periódicos**. Disponível em:<<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso ao longo de 2017 até agosto de 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil**. Seção Educação, pág. 604. Disponível em:<http://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/educacao/1937/educacao1937c_aeb_049a050.pdf>. Acesso em 06/07/2017

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (1850-1932)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOBO, Yolanda. **Bertha Lutz**. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

LOPES, Gustavo Acioli. **A cruzada modernizante e os infiéis no Recife, 1922-1926: Higienismo, vadiagem e repressão policial**. Dissertação (Mestrado em História), Recife, UFPE, 2003.

MAGALHÃES, Célia M. (Org.). **Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.

MARQUES, Tereza Cristina de Novaes. **Bertha Lutz**. Brasília: Câmara dos Deputado, Edições Câmara, 2016.

Museu Bertha Lutz. **Cartilha Política da FBPF**. Disponível em:<<http://lhs.unb.br/bertha/?s=cartilha+pol%C3%ADtica>>. Acesso em 14/07/2017

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A Cruzada Feminista Brasileira: uma cartografia da cultura política feminista em Pernambuco (1927-1932)**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2018.

_____. **O bonde do desejo: o Movimento Feminista no Recife e o debate em torno do sexismo (1927-1931)**. Estudos Feministas, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

_____. **Mulheres, política e cidadania a criação da Federação Pernambucana para o Progresso Feminino (1918-1932)**. Revista SOPHIE, Recife, Nº.01, p. 30-46, abril de 2011.

NASCIMENTO, Bruno. N do. **Mulheres recifenses em suas relações com médicos, educadores e poder público durante o governo Sérgio Loreto (1922 – 1926)**. VII Simpósio Nacional de História Cultural, USP, São Paulo, 2014.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Vol. III. Recife: Universitária, 1967.

_____. **História da Imprensa em Pernambuco (1821-1954) Vol. VII**. Periódicos do Recife (1901-1915), Recife: Universitária, 1975.

NETO, Lira. Getúlio: **Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930- 1945)**. 1ª Edição; São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Karine da Rocha. **Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/MINC, Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, 2009.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político**. In: GOMES, Ângela de Castro. [Et al] Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PASSOS, Carla Christina. **A primeira geração do feminismo: um diálogo crítico com o pensamento liberal**. Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Florianópolis; UFSC, v. 9, p. 1-11, 2010.

PATEMAN, Carole. **Críticas feministas à dicotomia público/privado**. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). Teoria Política feminista: textos centrais. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. 2 Ed. São Paulo: Contexto, 2017.

POLLACK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Revista de Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, p.200- 212,1992,

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. **Participação feminina no debate público brasileiro**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. 1ª Ed, São Paulo: Contexto, p. 194-237, 2013.

RAGO, Luzia Margareth. **Sem fé, sem lei, sem rei: liberalismo e experiência anarquista na República**. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo, UNICAMP, 1984.

RÉMOND, Réne (Org.). **Por uma História Política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RIOUX, Jean-Jacques. **A associação em política**. In: RÉMOND, Réne (Org.). Por uma História Política. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Mulheres educadas e educação de mulheres**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SALES, Ana Maria. C de. **Tecendo fios de liberdade: escritoras e professoras da Paraíba do começo do século XX**. Tese (Doutorado em Letras), Recife, UFPE, 2005.

SCHUMAHER, Schuma; CEVA, Antonia. **Mulheres no poder: trajetórias na política a partir da luta das sufragistas do Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan. **Gender: a useful category of historical analyses**. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press. 1989. Traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em:<http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em 09/09/2016

Senado Brasileiro. **Brasil, decreto nº 21.076 de 24/02/1932**. Disponível em:<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=33626>>. Acesso em 20/01/2017

SILVA E SILVA, Tainan Maria. G. **O colorismo e suas bases históricas discriminatórias**. Revista Direito Unifacs– Debate Virtual, n. 201, março, 2017.

SILVA, Gilvânia da; NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **As mulheres nas ondas do rádio: movimentos feministas do Recife e a história da Rádio Clube de Pernambuco (1920-1034)**. Anais da Caravana 25 anos ANPUH Pernambuco: diálogos entre pesquisa e o ensino [recurso eletrônico], Recife: Editora UFPE, 2016. Disponível em:<https://drive.google.com/file/d/0B_jfOXk74NqWktWMnR4c1RWeWM/view>. Acesso em 07/07/2018

SILVA, Giselda B. **As mulheres integralistas de Pernambuco (1932 – 37)**. 2009. Disponível em:<https://www.academia.edu/9772251/As_Mulheres_Integralistas_de_Pernambuco_1932-37>. Acesso em 06/07/2017

SILVA, Humberto Miranda. **Meninos, moleques, menores: faces da infância no Recife, 1927-1937**. Dissertação (Mestrado em História), Recife, UFRPE, 2008.

SILVA, Maciel Henrique da. **O mundo do trabalho doméstico entre o costume e a Lei: experiências sociais de trabalhadoras domésticas de Recife e de Salvador na escravidão e no pós-abolição**. Revista Tempos Históricos, Paraná, Vol. 21, Unioeste, 2017, p. 16-38. Disponível em:<<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/17089>>. Acesso em 07/07/2018

SILVA, Marcelo. M. **Votar é preciso: os movimentos feministas em Recife e a construção do eleitoral feminino (1931-1934)**. Dissertação (Mestrado em História), Recife, UFRPE, 2016.

SILVA. E. A. da; SILVA T. N. da. **Eleições no Brasil antes de 1945: os casos de 1933 e 1934**. III Seminário da Pós-Graduação em Ciência Política da USP. São Paulo, 2013. Disponível em:<<https://pt.scribd.com/document/271560190/SILVA-Thiago-Nascimento-da-e-SILVA-Estevao-Alves-da-Eleicoes-no-Brasil-antes-de-1945-pdf>>. Acesso em 24/05/2017

SOIHET, Rachel. **A conquista do espaço público**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. 1ª Ed, São Paulo: Contexto, p. 219-237.2013.

_____. **A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz**. Revista Brasileira de Educação, n.15. Anped. Campinas, 2000.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Revista Brasileira de História, vol. 27, nº 54, dez, 2007.

SOUSA, Lia G. P. de; SOMBRIO, Mariana M. de O; LOPES, Maria Margareth. **Para ler Bertha Lutz**. Cadernos Pagu (24), jan/-jun, p.315-325, 2005.

SWAIN, Tânia. **Meu Corpo é um Útero? Reflexões sobre a procriação e a maternidade**. In: STEVENS, Cristina (Org.). Maternidade e Feminismo. Diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p. 201 – 246, 2007.

TARASANTCHI, Ruth Sprung. **Pintores Paisagistas: São Paulo 1890 a 1920**. São Paulo: Editora Universitária de São Paulo. 2002.

THOMAS, A.L. **O que é uma mulher?: um debate/ A.L.Thomas, Diderot, Madame D'Epinay; prefaciado por Elisabeth Badinter; tradução de Maria Helena Franco Martins**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,1991.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Escola nova e o processo educativo (1920-1930)**. In: Eliane Teixeira Lopes; Luciano M. Faria Filho; Cynthia G. Veiga. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. 2ed.Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Ivania Pocinho Motta. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

YOUNG, Iris, Marion. **O ideal de imparcialidade e o público cívico**. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, Nº 9, p. 169- 205, dezembro de 2012.

Fontes

Jornais

A Gazeta. Recife. Anos de 1931 e 1932. Biblioteca da Cúria Metropolitana de Recife.

A Notícia. Recife. Fev/1932. Hemeroteca Digital Brasileira.

A Província. Recife. Fev/1916; Jan/Fev/Mar/Abr de 1933. Hemeroteca Digital Brasileira.

Diário Carioca. Rio de Janeiro. Jun/1931. Hemeroteca Digital Brasileira.

Diário da Manhã. Recife. Anos de 1935, 1936 e 1937. Acervo digital CEPE- Companhia Editora de Pernambuco.

Diário de Pernambuco. Recife. Fev/1923; Jun/1924; Nov/1929; Jan/1932; Ano de 1933. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro. Abr/1929. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal do Recife. Recife. Out/1907; Fev/1916; Jul/1922; Mar/1924; Ago/1927; Jul/Set/1929; Mar/1930; Mar/1931; Ano de 1932 e 1933; Junho à dezembro de 1934; Out/1937. Hemeroteca Digital Brasileira.

Jornal Pequeno. Recife. Mar/ 1932; Janeiro à Junho de 1933. Hemeroteca Digital Brasileira.

Revistas

A Cigarra. Recife. Mai/1931. Hemeroteca Digital Brasileira

A Pilhéria. Recife. Fev/1928; Ano de 1929; Mar/1931. Fundação Joaquim Nabuco.

Cri-cri: Semanário humorístico e noticioso. Recife. Ago/1908. Fundação Joaquim Nabuco.

Fon-fon: Semanário Alegre, Político, Crítico e Espusiante. Rio de Janeiro. Fev/1932. Hemeroteca Digital Brasileira.

Documentos institucionais, discursos e relatórios

Ao eleitoral Independente. Panfleto. 1933. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFI.FPE. p.8

Diretoria Técnica de Educação. 18/10/1933. Nº 179. Fundo da Cruzadas de Educadoras Católicas, Biblioteca da Cúria Metropolitana do Recife.

Discurso de Edwiges de Sá Pereira realizado na Festa do Livro. 17/11/1935. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFI.FPE. p. 47.

Discurso de Ida Souto Uchoa lido na sessão solene de posse da FPPF, 10/11/1931, no Club Internacional do Recife. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFI.FPE.1. Pag.5.

Edwiges de Sá Pereira. Pela Mulher, para a Mulher. Trabalho apresentado ao II Congresso Internacional Feminista. 1932. Seção Obras Raras, Biblioteca Pública de Pernambuco.

Estatuto da Cruzada de Educadoras Católicas. Recife. 1931. Funda da Cruzadas das Educadoras Católicas, Biblioteca da Cúria Metropolitana do Recife.

Exma. Snra. Presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Dra. Bertha Lutz. Carta. 19/09/1935. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFI.FPE. p. 54.

Exposição do movimento social realizado pela Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino, no período decorrente de 31 de maio de 1931 à 30 de setembro de 1932, apresentada à Assembleia Geral bienal da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Outubro de 1932. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFL.FPE. p.9.

Livro de Atas das Sessões Extraordinárias e de Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. Recife. Nov/1931 à nov/1937. Fundo Edwiges de Sá Pereira, Fundação Joaquim Nabuco.

Movimento da Associação nos dois biênios, 1931-1933 e 1933-1935, ainda vigente. Relatório de atividades. 1935. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFL.FPE. p. 43.

Relatório apresentado à Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino pela presidente Edwiges de Sá Pereira, relativo ao período social 1931-1933. 23/07/1933. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFL.FPE. p. 17.

Relatório apresentado à Assembleia Geral da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino pela presidente Edwiges de Sá Pereira, relativo ao período social 1933-1935. Junho de 1935. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFL.FPE. p. 58.

Relatório apresentado pela diretoria da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino à diretoria da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em virtude da renúncia irrevogável da presidente Emília Barbosa Viana Marchesine. 16/06/1936. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFL.FPE. p. 105.

Relatório de atividades de 1935 e planos para 1936, apresentado por Emília Marchesine. Março de 1936. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFL.FPE. p. 75.

Relatório de Emília Marchesine referente a sua atuação enquanto presidente da Federação Pernambucana pelo Progresso Feminino. 26/05/1936. Fundo da FBPF, Série FPPF, Arquivo Nacional. Cód. BR RJANRIOQ0.ADM, EFL.FPE. p. 85.